

**ANDRÉ LUIZ MARTINS LOPEZ DE SCOVILLE**

**LITERATURA DAS SECAS: FICÇÃO E HISTÓRIA**

**CURITIBA**

**2011**

**ANDRÉ LUIZ MARTINS LOPEZ DE SCOVILLE**

**LITERATURA DAS SECAS: FICÇÃO E HISTÓRIA**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Letras, área de concentração de Estudos Literários, Programa de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Astor Soethe

**CURITIBA**

**2011**



## PARECER

Defesa de tese do doutorando ANDRÉ LUIZ MARTINS LOPES DE SCOVILLE para obtenção do título de **Doutor em Letras**.

Os abaixo assinados PAULO ASTOR SOETHE, MARILENE WEINHARDT, WOLF-DIETRICH SAHR, LUÍS GONÇALES BUENO DE CAMARGO e NAIRA DE ALMEIDA NASCIMENTO argüiram, nesta data, o candidato, o qual apresentou a tese:

LITERATURA DAS SECAS: FICÇÃO E HISTÓRIA

Procedida a argüição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que o candidato está apto ao título de **Doutor em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADO Não APROVADO
PAULO ASTOR SOETHE		APROVADO
MARILENE WEINHARDT		aprovado
WOLF-DIETRICH SAHR		aprov.
LUÍS G. BUENO DE CAMARGO		
NAIRA DE ALMEIDA NASCIMENTO		Aprovado

Curitiba, 30 de junho de 2011.

Prof.ª Dr.ª Teresa Cristina Wachowicz  
Vice-Coordenadora



Mesmo sob um sol de lacraus,  
eu irei...

Para Carla.  
Sempre.

## AGRADECIMENTOS

CAPES, pela bolsa de estudos que possibilitou a realização deste trabalho.

DAAD - Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico, pela bolsa de auxílio para estadia que possibilitou a pesquisa na Alemanha.

Universidade de Potsdam.

IAI - Instituto Ibero-Americano de Berlim.

Prof. Dr. Paulo Soethe, pela orientação do trabalho.

Prof. Dr. Ottmar Ette, pela orientação da pesquisa na Alemanha.

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marilene Weinhardt, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Naira de Almeida Nascimento, Prof. Dr. Fernando Cerisara Gil, Prof. Dr. Luís Gonçalves Bueno de Camargo e Prof. Dr. Wolf-Dietrich Sahr, membros das bancas de qualificação e de defesa de tese.

Professores, funcionários e colegas do Curso de Pós-Graduação em Letras da UFPR.

Maria Cecília, Francis e Eduardo.

Priscila e Felipe.

## RESUMO

Neste estudo sobre a literatura das secas, é proposto um diálogo entre discursos ficcionais e não ficcionais, em especial entre a Literatura e a História, a partir da percepção de que a seca é um fenômeno climático e social. O trabalho abrange uma revisão conceitual sobre a literatura das secas, bem como sobre os termos “Nordeste” e “sertão” que a ela estão diretamente associados. Com base nos resultados obtidos, é realizado levantamento e análise de um conjunto de obras literárias em que se figuram as secas nordestinas. Nessa análise, são também confrontadas as perspectivas literárias sobre as secas com aquelas encontradas em textos técnicos e históricos. Sob a tentativa de se balizar a variedade de perspectivas sobre a seca, são abordados alguns temas e elementos recorrentes na literatura das secas, com ênfase nos personagens retirantes e nas migrações cujo ponto de origem é o sertão nordestino.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura das secas, Nordeste Brasileiro, Sertão, Migração, Espaço literário, Literatura e História.

## ABSTRACT

In this work on the literature of the drought, a dialogue among fictional and non-fictional discourses, especially among Literature and History, is proposed, based on a conception that drought is a climatic and social phenomenon. The work includes a conceptual review on literature of the drought, as well as on terms directly linked to it as “Northeast” and “hinterland”. Based on obtained results, it is presented a survey and analysis of literary works on which northeastern droughts are figured. In this analysis, also the literary perspectives on the drought are compared with those found in technical and historical writings. Attempting to point out the variety of perspectives on droughts, some recurrent themes and aspects in the literature of the drought are approached focusing on migrants characters and migrations whose points of origin are at the northeastern hinterland.

**KEY WORDS:** Literature of the Drought, Brazilian Northeast, Hinterland (*Sertão*), Migration, Literary Space, Literature and History.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO E CONSIDERAÇÃO TEÓRICA PRELIMINAR .....	9
a) Gênese e estrutura do trabalho.....	9
b) Considerações teóricas sobre o espaço .....	16
CAPÍTULO I: NORDESTE.....	26
1.1 DENOMINANDO O NORDESTE .....	26
1.2 RECONHECIMENTO OFICIAL .....	28
1.3 SENTIMENTO REGIONALISTA .....	30
1.4 DAS SECAS NASCE O NORDESTE .....	47
CAPÍTULO II: SERTÃO.....	55
2.1 DEFININDO O SERTÃO .....	55
2.2 SERTÃO BRASILEIRO .....	60
2.3 VIAJANTES.....	66
2.4 POLÊMICAS E DEBATES SOBRE AS SECAS .....	82
CAPÍTULO III: LITERATURA DAS SECAS.....	101
3.1 “LITERATURAS” DAS SECAS.....	101
3.2 FICÇÃO E SECAS .....	105
3.3 TEMAS E DERIVAÇÕES .....	155
3.4 PONTOS DE FUGA .....	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	210
REFERÊNCIAS.....	215
APÊNDICE .....	235

## INTRODUÇÃO E CONSIDERAÇÃO TEÓRICA PRELIMINAR

### a) Gênese e estrutura do trabalho

Há quem diga que não é o autor quem escolhe o tema de sua obra, mas antes o contrário. Se for assim, tenho certeza de que o tema da literatura das secas me “escolheu” durante uma viagem de alguns meses que fiz ao sertão nordestino no ano de 2004. Eu estava realizando um trabalho de pesquisa cujo objeto era, entre outros assuntos, a cultura e a história de uma grande área que abrangia o Norte da Bahia, o Centro e o Oeste de Pernambuco e a maior parte do Estado do Ceará. Enfim, tratava-se de uma porção central do semiárido nordestino, a terra das famigeradas secas tantas vezes figuradas em romances que eu lera, relera e admirava.

Durante essa viagem, foi surpreendente a constatação de que, afinal, o contexto a que se referiam obras escritas há várias décadas não parecia ter sofrido grande modificação - pelo menos, em essência. Ainda que o progresso de certas regiões seja evidente, em localidades isoladas os aspectos culturais e as mesmas carências sociais e econômicas da população sertaneja permanecem muito semelhantes aos encontrados em algumas narrativas ficcionais.

A própria visão de algumas paisagens do sertão, com suas grandes planícies de solo arenoso e pedregoso, sua vegetação hostil, suas longínquas serras e morros que se elevam da planície quase como miragem... todo esse quadro remetia a algo que eu conhecera antes por palavras do que por imagens.

Essa percepção foi, sem dúvida, um estímulo a retomar aquelas obras literárias assim que retornei para a subtropical e úmida Curitiba. Ainda comprometido com os relatórios que deveria escrever, o tema da literatura das secas me seguiu até minha casa. Entrou e foi ficando.

Em pouco tempo, eu já estava me perguntando: o que era, afinal, essa literatura das secas? Quais seus temas recorrentes? Quais as principais obras que a integram?... Então, arregacei as mangas e fui pesquisar sobre o assunto.

Quando iniciei este trabalho, outras questões também me intrigavam. A princípio, eu tentava compreender se a literatura regionalista brasileira, ou mais especificamente aquela que privilegia aspectos relacionados ao modo de vida rural, havia deixado de interessar aos leitores de hoje. Afinal, o processo de urbanização brasileiro das últimas décadas teria definido uma mudança de enfoque nos âmbitos da produção literária e do interesse do público leitor?

De fato, a figuração da vida rural na ficção parece ter perdido a posição de destaque que já ocupou na história literária brasileira, porém nunca deixou de existir. Apesar da predominância da narrativa urbana nas últimas décadas, ainda é possível nos depararmos com bons romances como *Os desvalidos* (1993), de Francisco J. C. Dantas, e a trilogia *Essa terra* (1976), *O cachorro e o lobo* (1997) e *Pelo fundo da agulha* (2006), de Antônio Torres, que abordam com diferentes perspectivas elementos relacionados ao contexto rural.

No entanto, é de se notar a considerável distância que separa essas perspectivas contemporâneas, que confrontam a antiga dicotomia rural-urbano ao se situarem muitas vezes em regiões fronteiriças ou híbridas, e aquelas perspectivas tradicionais da literatura regionalista do século XIX, em que o rural era apresentado com certa autonomia em relação ao urbano.

Dentro dessa categoria abrangente chamada regionalismo, a literatura das secas me interessava de modo especial. Esse segmento, que já foi visto como uma tendência em outras épocas, reservou um lugar em nossa história literária, graças principalmente a alguns romances fundamentais como *O Quinze* (1930), de Rachel de Queiroz e *Vidas secas* (1938), de Graciliano Ramos. Porém a literatura das secas não se limita a duas ou três obras.

Desse modo, um dos objetivos da tese foi selecionar de modo significativo essa bibliografia e buscar em obras literárias perspectivas variadas sobre o contexto espacial e social do sertão nordestino, especificamente no que se refere às figurações do fenômeno da seca e de seus efeitos.

No estabelecimento do *corpus* literário deste trabalho, foi dada preferência às narrativas ficcionais, em especial a romances, cabendo, eventualmente, comentar obras de outras formas e gêneros quando relevantemente relacionadas ao assunto tratado em determinado tópico. Ainda quanto a essa delimitação, a seleção teve como critério enfatizar a ficção sobre as secas produzida no período do último quarto do século até a década de 1930.

Diante disso, o *corpus* é constituído por obras literárias consagradas (como *Luzia-Homem*, *A bagaceira*, *O Quinze*, *Vidas secas*), por outras menos conhecidas (como *Os retirantes*, *A fome*, *Dona Guidinha do Poço*) e, ainda, por algumas cuja fortuna crítica tem feito parte apenas do rodapé da história literária brasileira (como *Ataliba*, *o vaqueiro*, *Maria Bonita*, *Maria Dusá*), sem, entretanto, pretender abarcar a totalidade das obras em que as secas nordestinas estão figuradas, mas apresentando por amostragem um panorama histórico desse aspecto.

É importante ressaltar que há duas abordagens distintas nesse processo de revisão conceitual da literatura das secas. A primeira forma de abordagem consiste em identificar obras literárias em que a seca se apresenta como um elemento central, como em: *Os retirantes* (1879), de José do Patrocínio; *A fome* (1890), de Rodolfo Teófilo; e *O Quinze* (1930), de Rachel de Queiroz. Esse procedimento, no entanto, não deve ser confundido com outra forma de abordagem aqui desenvolvida em que se busca destacar e analisar na ficção figurações das secas - e de temas associados - e por meio da qual também se pode abordar obras literárias em que as secas são referenciadas ou figuradas apenas em breves passagens.

Nessas abordagens, assume-se a concepção de que a seca não deve ser vista somente como um problema climático de ausência, irregularidade ou má distribuição de chuvas, mas como um fenômeno que, ao incidir sobre uma região cuja organização social se formou e se mantém submetida a um processo histórico de concentração de bens e de renda e de relações de trabalho injustas, acentua de modo dramático as carências da população mais pobre do sertão.

Assim, a seca é um fenômeno climático e social e é desse modo que, com diferentes apreensões, também pode ser observada na literatura das secas. Esse

conjunto de obras, apesar de uma aparente afinidade temática, não é de forma alguma homogêneo. É necessário, portanto, rever essas obras buscando não somente o que têm em comum, mas em que diferem.

Um aspecto importante nessa análise é a percepção de que a seca consiste em elemento estrutural das narrativas na medida em que define e agrega características ao espaço ficcional e aos personagens, mesmo quando não é o tema central do enredo. Deve-se observar que essa tentativa de definição de uma posição (central, adjacente ou mesmo irrelevante) das secas em cada narrativa se constitui em parte essencial do processo de compreensão do conceito “literatura das secas” e para o qual contribuem, inclusive, obras cujos temas principais são, obviamente, outros, como em: *O sertanejo* (1875), de José de Alencar; *O cabeleira* (1876), de Franklin Távora; e *Dona Guidinha do Poço* (escrito em 1891), de Manuel de Oliveira Paiva.

De fato, em muitas obras frequentemente classificadas como romances da seca, o tema principal não é a seca em si. Os temas centrais são os mesmos encontrados em toda a ficção (amor, disputa pelo poder, conflitos psicológicos...), entretanto, muitas vezes, a figuração da seca, mais do que introduzir um cenário, impõe um contexto cuja conotação social conforma efetivamente o enredo.

Isso ocorre mesmo quando a história se desenvolve em lugares não afligidos diretamente pela seca (como em *A bagaceira*, de José Américo de Almeida, publicado em 1928), lugares que são afetados pela chegada de personagens retirantes. Também ocorre quando a maior parte do enredo não se desenvolve necessariamente num período de seca (como em *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, publicado em 1938) – pois a seca está ali apenas no começo e no final do romance e, ao mesmo tempo, ao longo de toda a obra, como uma presença “fantasmagórica”, como memória e projeção de futuro.

Assim, tanto na ficção como na realidade, a seca transpõe os limites espaciais do semiárido e os limites temporais dos períodos de ausência de chuvas. A relação entre a seca e a migração de retirantes torna possível, inclusive, que o

tema esteja presente com relevância em obras cujos enredos se desenvolvem em grandes cidades como Fortaleza, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro.

Como se percebe, tentar entender o que seria a literatura das secas é algo mais difícil do que parece à primeira vista. Conforme mencionado, a seca caminha com seus personagens retirantes, ultrapassa os limites do semiárido, reaparece em lembranças, conforma enredos, introduz conflitos, diversifica perspectivas. E vale dizer que uma posição enganosamente secundária do tema é o que se reconhece em parcela considerável da literatura das secas.

Das obras mais conhecidas que tratam do tema, talvez *O Quinze* (1930), de Rachel de Queiroz, seja o romance em que, de modo mais evidente, a seca possa ser entendida como o tema principal. Ainda assim, vale lembrar, é um romance de migração, ou seja, o que nele se relata é o esvaziamento do sertão por causa da seca, a retirada dos personagens (de diferentes classes sociais) rumo à capital cearense, onde, a propósito, se desenvolve parte considerável da história. Nessa linha, outro romance que igualmente deve ser destacado é *A fome* (1890), de Rodolfo Teófilo, que também narra uma migração, a fuga de uma família de retirantes para a cidade de Fortaleza, e acaba situando ali quase toda a ação romanesca. Poderiam ser citadas outras obras, porém esses exemplos já me parecem suficientes para delinear essa característica da literatura das secas que é a sua relação com a migração e a frequente abordagem do tema em obras cuja ação também transcorre fora do semiárido.

Adotada essa concepção, a literatura das secas, tomada em conjunto, é um caso raro, se não for único, em que a partir de um aspecto socioclimático que se confunde de modo quase identitário com uma região específica (o semiárido nordestino) formou-se uma numerosa bibliografia, à qual, ainda hoje, novas obras são acrescentadas.

Entretanto, para estudar a literatura das secas, fez-se necessário revisar termos e conceitos como “Nordeste”, “sertão” e “seca” que a ela estão intrinsecamente associados.

Assim, antes de abordar as narrativas em que estão figuradas as secas nordestinas, foi preciso inicialmente tentar compreender o que é o Nordeste. Para isso, no *primeiro capítulo* da tese é apresentada uma revisão sobre o surgimento e a difusão do termo Nordeste como partes do processo de construção de uma identidade regional. Desse processo, são apontadas três vias construtivas: a via oficial; o sentimento regionalista (ao qual se vinculam as manifestações intelectuais e artísticas); e as secas (como um fenômeno capaz de colocar em evidência a região semiárida e gerar a proliferação de discursos ficcionais e não ficcionais sobre essa região).

Já no *segundo capítulo*, o enfoque passa a ser o sertão. Nesse capítulo, apresento os resultados obtidos após uma extensa pesquisa etimológica sobre a palavra “sertão”. Em seguida, reviso e analiso os diferentes conceitos historicamente atribuídos ao sertão. Nos tópicos seguintes, o processo de colonização do sertão é abordado de modo sucinto, sendo destacados o estabelecimento da pecuária e o modo como se formou a estrutura fundiária na região.

Ainda nesse capítulo, visando entender o processo de “descoberta” do sertão nordestino que se incrementa no longo período que vai do século XVII até o século XIX, é apresentado um levantamento de obras de autores que o percorreram, entre as quais destaco os relatos de viajantes naturalistas e de membros de missões exploratórias e científicas. Apesar desses relatos não se configurarem como literários (no sentido moderno do termo), constituem-se em “narrativas fundadoras” da literatura das secas ao oferecerem os primeiros registros textuais sobre o fenômeno. Até por isso, em que pese ser empregado o termo literatura no sentido estrito neste estudo, não deixa de ser interessante que seu título, *Literatura das secas: ficção e história*, seja potencialmente ambivalente e possa também remeter à concepção retórica de literatura (sentido amplo).

Prosseguindo com essa revisão histórica dos relatos sobre as secas, foi possível verificar que a proliferação de estudos a partir de meados de XIX, aliada à grande repercussão da seca de 1877 - a qual resultou em acalorados debates e polêmicas sobre as secas nordestinas e sobre formas de combater seus efeitos -, transformaram em assunto nacional a região semiárida. A partir de então, não

apenas em estudos técnicos, mas também em obras ficcionais, multiplicaram-se e diversificaram-se análises e perspectivas sobre as secas, assim como as propostas de soluções para esse problema.

Tendo o assunto “secas nordestinas” se estabelecido na ordem do dia, é naquela época (último quarto do século XIX) que surgem as primeiras obras da literatura das secas. Para tratar dessas obras, inicio o *terceiro capítulo* com a revisão e a análise desse conceito.

Seguindo um ordenamento cronológico, são analisadas nesse capítulo as diferentes perspectivas sobre secas que podem ser apreendidas de obras literárias do período que abrange desde o romantismo brasileiro até o início da década de 1930.

Já no tópico seguinte, passo à análise de temas recorrentes na literatura das secas, adotando, então, uma abordagem diacrônica, em que são comparadas e confrontadas as visões de mundo de autores de diferentes épocas, bem como as formas de figuração de secas em suas obras.

Por fim, para destacar um dos temas mais importantes da literatura das secas, analiso os processos migratórios cujo lugar de origem é o sertão nordestino, considerando também suas relações com as secas, conforme apresentados nas narrativas ficcionais. Entre outros aspectos, emerge dessa análise um “mapeamento” das migrações nordestinas na literatura, sendo apontados pontos de origem e de destino dos personagens migrantes. Consequentemente, também é suscitado um paralelo entre os processos migratórios nordestinos e seus respectivos correlatos ficcionais.

Tendo em vista que essa relação entre o espaço geográfico e o espaço ficcional é algo que permeia não somente esse último tópico, mas boa parte das análises, torna-se necessário um posicionamento sobre os conceitos envolvidos. Ainda que com o propósito de apenas indicar concepções subjacentes a este trabalho, é isso que faço a seguir.



## b) Considerações teóricas sobre o espaço

### *Espaço ficcional*

Para marcar uma posição inicial, deve ser observado que todos os elementos de uma obra de ficção resultam do trabalho de criação de um autor, mesmo quando se reconhece na narrativa algum correlato objetivo, ou seja, alguma referência ao mundo real/empírico. Entretanto, a ficção preserva uma relação mediada com esse real. Independentemente de quão fantasioso ou realista seja o universo ficcional de determinada obra, essa relação persiste, uma vez que o autor literário é um ser inserido no mundo e mesmo suas fantasias ou devaneios mais extremos têm como origem seu processo de interação com a realidade. O que dizer então de narrativas que comportam um grau elevado de verossimilhança e cujas referências ao real são frequentes? É claro que a relação se torna mais evidente no caso de uma obra ficcional pretensamente baseada na realidade. Todavia mesmo nas narrativas em que se nota, por vezes, uma intenção documental, os modos de figuração do mundo real variam, e isso resulta exatamente do processo de mediação presente no trabalho de criação.

Para o enfoque à categoria “espaço”, a concepção adotada acompanha essa linha de raciocínio em que se admite a relação do espaço geográfico e do espaço social com o espaço ficcional. Fernando Aínsa (2006) afirma que a descrição de certo espaço transforma o *topos* em *logos*, porém não anula o vínculo com o real:

Construir y habitar concretan el lugar, el *topos*; al describirlo se lo trasciende en *logos*. La representación se filtra y distorsiona a través de mecanismos que transforman la percepción exterior en experiencia psíquica y hacen de todo espacio un espacio experimental y potencialmente literario. El *punto de vista* es, por lo tanto, variable, pero está siempre originado en un *aquí y ahora* estrechamente fusionados que explican tanto la dimensión de historicidad susceptible de reconocerse en todo espacio como la dimensión espacial de todo devenir. (AÍNSA, 2006, p. 11)

O ato de escrever estabelece, inevitavelmente, fronteiras, limites e perspectivas ao se construir um espaço ficcional. O conceito de espaço, por sua vez, deve ser entendido como um “espaço vivido”, uma “fusão” do homem com o ambiente, do subjetivo com o objetivo, ou como prefere Aínsa (2006, p. 21), “do

exterior com o interior”: “lo que no supone un espacio dual, sino un único espacio que por un lado es exterioridad y por otro interioridad.” Nas obras ficcionais, essa noção pode ser observada nas diferentes apreensões de narradores e personagens (cada qual se manifestando a partir de seu próprio lugar social), indicadas também na movimentação do personagem, nos lugares que frequenta, nas atividades que executa e no papel que desempenha dentro da narrativa.<sup>1</sup>

Com uma concepção similar, María Teresa Zubiaurre aponta que: “(...) el espacio no es necesariamente anterior al personaje y es éste muchas veces el encargado de introducir de forma plausible nuevos panoramas y de clausurar o, al menos, suspender temporalmente escenarios caducos.” (ZUBIAURRE, 2000, p. 28) Portanto, o espaço ficcional é construído não apenas nas descrições do espaço físico apresentadas por um narrador, mas também por meio da percepção dos personagens.

Sobre a relação entre personagem e enredo, Antônio Candido afirma que: “o enredo existe através das personagens; as personagens vivem no enredo.” (CANDIDO, 1974, p. 53). De modo análogo, pode-se dizer o mesmo sobre a relação entre personagem e espaço. Ao propor a consideração do meio e da condição social dos personagens na conformação do espaço ficcional, é o componente sociológico que pretendo inserir nessa análise.

No entanto, a abordagem desse componente sociológico não deve se limitar ao seu reconhecimento na ficção, mas basear-se também na sua vinculação com os processos históricos das próprias concepções de mundo de que participam as mais variadas formas discursivas (textos históricos, científicos e literários) que, conforme Wolfgang Matzat, “les dan forma y las comunican” e, “en la medida en que estas relaciones espaciales se vinculan con significados específicos para un grupo social o para un momento histórico, pueden dar expresión a las visiones de mundo correspondientes.” (MATZAT, 2007, p. 7-8)

---

<sup>1</sup> Nesse aspecto, serve como referência o método empregado por Kenosian (1991) em sua dissertação que investiga a funcionalidade do espaço ficcional tomada a partir da movimentação e dos direcionamentos de olhar dos personagens.

Com a adoção desse enfoque, é possível afirmar que: “la constitución del espacio novelesco puede entrar en un diálogo polifacético con los discursos socioculturales contemporáneos.” (MATZAT, 2007, p. 8)

### *Espaço nos Estudos Literários e nas Ciências Humanas*

No âmbito dos estudos de literários, se, por um lado, até a década de 1980, as relações entre a obra de ficção e seu autor (em seus aspectos biográficos ou psicológicos) foram deslocadas a um segundo plano por correntes críticas que adotaram critérios essencialmente formalistas, por outro lado, estas correntes atuaram no sentido positivo de superar a crítica de caráter determinista (que busca na realidade uma explicação acabada e incontestável da ficção) e da crítica moralista (que julga uma obra de ficção a partir dos valores morais ali explicitados, ou ainda, a partir de um próprio julgamento dos valores morais do autor). Como consequência dessa superação, sempre que levada ao extremo, são desatados ou afrouxados os vínculos entre ficção e realidade. A ficção não teria o papel de representar nada, a não ser ela mesma. Discutir a intenção do autor tornara-se quase absurdo. O contexto histórico e ideológico em que o autor está inserido ou a que se remete quando produz um texto ficcional cederam lugar a outros fatores, como por exemplo, ao papel do leitor como “legitimador” da obra de ficção. Do mesmo modo, a interpretação sucedeu à explicação. E tais prerrogativas foram adotadas por alguns estudiosos de modo absoluto e extensivo a toda obra de ficção. Entretanto, apesar de certas correntes dos estudos literários haverem desistido de abordagens desse gênero, outras persistem analisando essas relações, e a questão permanece de grande relevância para a teoria literária como se percebe, de modo exemplar, nos inúmeros estudos sobre *mimesis* ainda hoje em desenvolvimento e continuamente revisados – bastando, nesse aspecto, mencionar as densas e criteriosas obras de Luiz Costa Lima.<sup>2</sup>

Somente agora percebo o quanto ecoa nesta minha breve reflexão o trecho inicial de *Literatura e sociedade*, de Antônio Candido, cuja primeira edição ocorreu

---

<sup>2</sup> Por exemplo: *Mimesis e modernidade: formas das sombras* (1980), *Dispersa demanda* (1981), *Vida e mimesis* (1995), o capítulo “Os dois modos de narrar” em *Terra ignota* (1997), *Mimesis: desafio ao pensamento* (2000), *História. Ficção. Literatura* (2006), e *Mimesis e a reflexão contemporânea* (2010) - coletânea de ensaios organizada por Luiz Costa Lima.

no já distante ano de 1965. Em seu ensaio “Crítica e Sociologia”, Candido faz uma revisão dos caminhos percorridos pela teoria literária até aquele momento, afirmando que:

De fato, antes procurava-se mostrar que o valor e o significado de uma obra dependiam de ela exprimir ou não certo aspecto da realidade, e que este aspecto constituía o que ela tinha de essencial. Depois, chegou-se à posição oposta, procurando-se mostrar que a matéria de uma obra é secundária, e que a sua importância deriva das operações formais postas em jogo, conferindo-lhe uma peculiaridade que a torna de fato independente de quaisquer condicionamentos, sobretudo social, considerado inoperante como elemento de compreensão.

Hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, (...). Sabemos, ainda, que o *externo* (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*. (CANDIDO, 1979, p. 4)

Por certo, essa postura conciliadora de Antônio Candido se mostra ainda mais pertinente ao se refletir sobre narrativas ficcionais em que aspectos sociais ocupam posições centrais nos enredos, como ocorre, por exemplo, na literatura das secas.

No caso das pesquisas sobre espaço e literatura, o estudo de determinada região a partir de obras literárias e mesmo da figuração do espaço geográfico na ficção tem sido também empreendido por diversos autores de outras áreas das ciências, o que também revela, no mínimo, que essa abordagem (relações entre espaço ficcional e espaço geográfico) não perdeu sua importância nem sua atualidade. Como se depreende da discussão anterior, a confrontação de um espaço geográfico com um espaço ficcional nem sempre é vista com bons olhos. Isso porque os estudos literários privilegiam o texto, devendo o elemento espacial ser analisado como uma construção ficcional, o que, para algumas vertentes críticas, torna sua relação com os referentes do mundo real de pouca importância. Todavia, vários estudos sobre essa relação continuam surgindo, podendo ser citados entre outros relativamente recentes: *O mapa e a trama*. Ensaio sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas (2002), do geógrafo Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro; a coletânea *Literatura e paisagem*. Perspectivas e diálogos (2010), organizada por Márcia Manir Miguel Feitosa e Ida Alves; e a coletânea

*Geografia e literatura. Ensaio sobre geograficidade, poética e imaginação* (2010), organizada por Lúcia Helena Batista Gratão e Eduardo Marandola Júnior.

Em se tratando especificamente do sertão na literatura, desenvolveram trabalhos que enfatizam ou abordam lateralmente a questão: historiadores, como Ivone Cordeiro Barbosa (*Sertão: um lugar-incomum. O sertão do Ceará na literatura do século XIX*, 2000) e Durval Muniz Albuquerque Jr. (*A invenção do Nordeste e outras artes*, 1999); geógrafos, como se observa na coletânea de ensaios *A geografia na obra de José Américo* (2003, organizada por Janete Lins Rodriguez); e cientistas sociais como Nísia Trindade Lima (*Um sertão chamado Brasil. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*, 1999) e Aécio Aquino e João Batista dos Santos (*Antroposociologia e Literatura social em José Américo*, 1982). Cabe mencionar também as publicações multidisciplinares que reúnem ensaios variados sobre o sertão na literatura e suas relações com antropologia, história, geografia, sociologia, como em *De sertões, desertos e espaços incivilizados* (ALMEIDA, ZILLY & LIMA, 2001).

Os estudos literários, por sua vez, também não esqueceram esse enfoque e muitas vezes se basearam em relações com outras áreas do conhecimento para elaboração de seus trabalhos (ou trataram de estabelecê-las), como se observa, por exemplo, em *A bagaceira: uma estética da sociologia*, de MARINHEIRO (1979); ou em vários textos sobre literatura e regionalismo que frequentemente remetem a estudos geográficos, históricos e sociológicos (por exemplo, CHIAPPINI, 2002); e ainda na coletânea de ensaios *O espaço geográfico no romance brasileiro*, de GROSSMANN et al. (1993).

Tais procedimentos dos estudos literários fazem lembrar a posição proferida por Antônio Candido, em *Literatura e sociedade*, em que afirmava haver legitimidade nas diversas variantes dos estudos sociológicos em literatura, “não como crítica, mas como teoria e história sociológica da literatura, ou como sociologia da literatura, embora algumas delas satisfaçam também as exigências próprias do crítico.” (CANDIDO, 1976, p. 11) Com isso, Candido queria ressaltar que os estudos literários têm objetivos diferentes das ciências sociais, porém deixava claro que existe uma relação pertinente entre literatura, história e sociologia (e acrescento a

geografia, antropologia, ciências políticas, estudos de administração...) quando os elementos secundários são analisados de acordo com a “função que exercem na economia interna da obra”. (CANDIDO, 1976, p. 12)

Já no fechamento desse mesmo capítulo, Candido reforça sua posição, e o que seria pertinente passa a ser visto como essencial para os estudos literários.

Mas se tomarmos o cuidado de considerar os fatores sociais (como foi exposto) no seu papel de formadores de estrutura, veremos que tanto eles quanto os psíquicos são decisivos para a análise literária, e que pretender definir sem uns e outros a integridade estética da obra é querer, como só o barão de Münchhausen conseguiu, arrancar-se de um atoleiro puxando para cima os próprios cabelos. (CANDIDO, 1976, p. 13)

O fato é que alguns temas, regiões e obras literárias são mais recorrentes nas análises multidisciplinares. E nem poderia ser diferente, pois a posição mais sensata a guiar a elaboração de estudos críticos é não tentar adequar o objeto de estudo a determinada teoria ou forma de abordagem, mas respeitar os aspectos literários inerentes ao objeto e buscar o apoio de outras ciências quando forem relevantes aos objetivos da pesquisa. Desse modo, é claro que uma obra de ficção que aborde um tema histórico ou social seja mais propícia para estimular estudos literários com enfoques históricos e sociológicos (o que não quer dizer que estudos estilísticos e de linguagem devam ser descartados). É por isso que uma obra com características híbridas como *Os sertões*, de Euclides de Cunha, continua sendo analisada sob variadas perspectivas. Também é por esse motivo que obras literárias contextualizadas no sertão nordestino e relacionadas ao tema das secas suscitam seguidamente análises históricas, sociológicas e geográficas, além, é claro, de estudos literários com esses enfoques.

### *Espaço geográfico*

Nos estudos geográficos, o conceito de espaço geográfico ganha complexidade na medida em que a geografia humana vincula o estudo do espaço a fatores sociais, econômicos e culturais, como se observa, por exemplo, em obras do geógrafo Milton Santos, tais como *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (1996) e *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia*

*crítica* (1978). Segundo essa linha teórica, o espaço geográfico deve ser estudado de modo relacional, e consiste no resultado das ações humanas sobre o mundo material, ou seja, resultado das relações socioespaciais. Tal concepção está de acordo, por exemplo, com a definição de Michel de Certeau, em *A invenção do cotidiano* (1994, p. 202), que distingue espaço e lugar, quando afirma que o espaço é um “lugar praticado”.

Isso significa que, para a geografia humana, ao se falar de espaço geográfico já estariam embutidos os fatores sociais. Então, o dilema passaria a ser como denominar o espaço geográfico “puro”, alheio ao componente humano? E ainda: o espaço seria um conceito necessariamente relacional?

Respondendo à primeira questão chega-se também a um posicionamento quanto à segunda. É inegável a existência de um espaço geográfico real/material independente do elemento humano e este é seguidamente chamado de espaço natural ou espaço físico natural e, por vezes, de natureza. Entretanto, esse conceito é paradoxalmente abstrato, uma vez que a mera presença de um observador diante do espaço natural o transforma em paisagem, assim como sua descrição o transforma em texto. Dessa forma, não se pode descartar o espaço “puro”, todavia, como as apreensões do espaço são, no mínimo, mediadas por um observador, o espaço geográfico assume invariavelmente uma característica relacional.

Nos estudos literários, o espaço geográfico é tomado mais frequentemente como referência para o espaço ficcional. Os aspectos relacionais inerentes ao espaço geográfico são transpostos inevitavelmente para o conceito de espaço ficcional. Além disso, esses aspectos incrementam-se no espaço ficcional tendo em vista que a figuração do espaço é mediada por um autor, o que faz ver que a simples descrição de um espaço natural (sem interferência da ação humana) já o transforma em elemento relacional. O que dizer, então, da narrativa de ficção, cujo núcleo temático primordial, mesmo sendo um objeto estético, é o ser humano? É impossível dissociar espaço e elemento humano e, portanto, o conceito de espaço literário/ficcional também é obrigatoriamente relacional, envolvendo as figurações do meio físico, do meio social e suas recíprocas implicações com sujeitos ficcionais (personagens, narradores).

Essas relações se estendem, com maior ou menor pertinência conforme a obra, internamente e externamente. Os estudos do espaço ficcional em suas relações internas incluem as relações entre personagem e seu entorno (por exemplo, em *Ethos, corpo e entorno. Sentido ético da conformação do espaço em Der Zauberberg e Grande sertão: veredas*, de Paulo Soethe, 1999), bem como a função que os elementos espaciais ocupam nas narrativas, o que consiste em analisar a ficção como uma unidade autônoma, e ainda, sob outro prisma, a configuração espacial da própria narrativa e seu modo de apreensão pelo leitor – conforme Joseph Frank, em *Spatial form in modern literature* (1991, publicado pela primeira vez em 1945). Em suas relações externas, o estudo do espaço ficcional ultrapassa as fronteiras da estética e vai buscar o apoio de outras áreas do conhecimento, como a história, a sociologia e a geografia. Ambas as perspectivas são válidas e complementares, como, aliás, fica claro nas posições tanto de Fernando Aínsa como de Antônio Candido.

### *Espaço social*

Observadas as características relacionais tanto do espaço geográfico quanto do espaço ficcional, considerados os fatores sociais nessas relações, resta especificar o tratamento do conceito “espaço social”. Se os fatores sociais fazem parte da noção de espaço, com qual pertinência seria aplicado esse outro conceito?

Parece claro que a utilização do conceito “espaço social” proporciona de imediato uma ênfase no complemento “social”. Desse modo, os estudos sobre “espaço social” tendem a tratar de categorias específicas, prioritariamente vinculadas às Ciências Sociais, como, por exemplo, as relações sociais e as formas de organização da sociedade. O vínculo dessas categorias de análise a determinado lugar (portanto, a um “lugar praticado”, de acordo com Certeau) conforma a definição básica do que seria “espaço social”.

De maneira geral, os estudos literários sobre espaço não se aprofundam nesse enfoque que poderia lhes dar uma conotação mais de estudo sociológico do que literário. Entretanto, sendo preservada a premissa de que o texto literário é um



objeto estético, não há nenhum impedimento para isso, tampouco desmerecimento quanto à sua realização. Críticos literários importantes, como Antônio Candido, Roberto Schwarz e Alfredo Bosi, já o fizeram de modo brilhante. Desejando-se seguir essa tendência de transpor essas fronteiras, o maior equívoco a ser evitado seria a incorporação superficial ou inadequada de determinado conceito já suficientemente debatido em outras áreas do conhecimento. Tendo esse cuidado, o enfoque é mais do que justificável.

No caso do espaço do sertão nordestino, algumas análises literárias ficam, por certo, empobrecidas, devido a esse emprego superficial ou inadequado de conceitos sociológicos, ou mesmo ao privilegiarem como objeto de estudo concepções de sociedade apreendidas das narrativas ficcionais que não vão além do senso comum, dos estereótipos ou da crítica social banal e não fundamentada.

É preciso salientar ainda a necessidade de abordar pelo menos dois aspectos complementares ao se lidar com conceitos e visões de mundo incutidos nas obras literárias. Somente considerando esses aspectos seria possível afirmar, por exemplo, que em determinada obra está reproduzido o senso comum ou uma visão renovadora ou mesmo inovadora sobre determinada questão.

O primeiro aspecto seria o da análise que toma por parâmetro o estado dos conceitos e visões de mundo no momento atual no processo de desenvolvimento dos estudos teóricos e no debate social a respeito; ou seja, o aspecto da confrontação de concepções do passado (do contexto de surgimento da obra, por exemplo, ou do momento figurado na obra) com concepções do presente. Tal forma, além de servir como momento de reflexão epistemológica e revisão de pensamento crítico, também se impõe quando o objeto de estudo não é propriamente literário, por exemplo, quando se deseja analisar determinado fato social.

Já o segundo aspecto seria, ainda considerando os avanços do pensamento (e mais especificamente do conhecimento científico), a análise das concepções literárias subjacentes à obra de acordo com o contexto histórico de sua produção, concepções que fundamentam e caracterizam os procedimentos e soluções formais de figuração literária dos conceitos e visões de mundo em questão.

Dessa forma, é preciso repensar algumas questões históricas relacionadas ao espaço geográfico e social sertanejo ao se tentar estabelecer os vínculos com suas figurações literárias, e também tentar observar o papel da ficção na formação do imaginário relacionado a esse espaço.

O Nordeste, o sertão e as secas formam uma inapropriada espécie de “trindade”, em que os três elementos se confundem como se fossem um só, e ao mesmo tempo guardam suas próprias especificidades. A recente revisão das imagens e conceitos corriqueiramente relacionados ao Nordeste brasileiro, promovida por historiadores como Durval Albuquerque Jr. (1999), Ivone Cordeiro Barbosa (2000), Rosa Maria Godoy Silveira (1984) e Frederico de Castro Neves (1994), abriu caminho para novas especulações também no campo dos estudos literários. É preciso rever o Nordeste, o sertão e as secas e, novamente, redescobrir esse espaço do semiárido nordestino que serviu e serve como referência para uma parte importante da ficção brasileira.

## Capítulo I: NORDESTE

### 1.1 Denominando o Nordeste

A denominação da região que hoje conhecemos como Nordeste brasileiro se fixou, pode-se dizer, apenas recentemente. Até o começo do século XX, a região Nordeste fazia parte do que era conhecido simplesmente como Norte do Brasil. Ainda durante o século XX, algumas décadas se passaram até que o Nordeste fosse visto como uma região com peculiaridades históricas e culturais que não condiziam com a demasiadamente abrangente noção de Norte.

Há, certamente, vários caminhos que levaram a essa particularização do Nordeste. Minha proposta neste capítulo é apresentar e analisar três vias, três forças construtivas, que considero decisivas. Três vias que, inevitavelmente, também se comunicam entre si.

A primeira dessas vias está mais restrita ao âmbito das políticas governamentais que determinam as divisões administrativas do país em regiões e sub-regiões. É a *via oficial*. Aquela que determina que nas escolas de todo o país se ensine que o Brasil é dividido em cinco grandes regiões e que uma delas é o Nordeste. Como acontece regularmente, a institucionalização é resultado de um longo processo histórico. Pode ser vista como consequência, mas também deve ser encarada como causa, uma vez que não encerra o processo histórico, ao contrário, gera novos e importantes efeitos.

Antecedendo a via oficial, há uma outra via que denomino *sentimento regionalista*. Vou buscar esse sentimento regionalista em textos desde meados do século XIX até a década de 1930, período em que se forma a compreensão do Nordeste como uma, mesmo que plural, unidade regional.

Por fim, existe a *via da seca*. As secas e suas trágicas consequências sociais foram decisivas para a “descoberta” do Nordeste, especificamente do sertão nordestino, por parte do “Sul” do Brasil. Nesse aspecto, a seca de 1877 se apresenta como um marco histórico, a partir do qual se intensificam os discursos

políticos e os estudos científicos sobre a região, bem como se inaugura a figuração da seca e do semiárido em obras literárias. De modo concomitante, os discursos políticos, científicos e literários colaboraram para construção de uma imagem, equivocadamente generalizada para toda a região, que associa o fenômeno da seca ao espaço nordestino.

Analisar essas forças construtivas é procurar respostas para algumas questões fundamentais como: O que é o Nordeste? Desde quando o Nordeste é o Nordeste? Qual, se é que há, sua “certidão de batismo”? Como se formou esse conceito Nordeste e quais foram seus elementos formadores?

Enfim, é obrigatório dizer que estou tratando aqui de conceitos. As características culturais, sociais, históricas, geográficas, fisiográficas, econômicas que habitualmente são vinculadas ao Nordeste têm diferentes pontos de origem e propiciam variadas interpretações. Não se pode afirmar que o Nordeste “sempre” foi o Nordeste. Há que se considerar que essas características fazem parte de um processo histórico e que se modificam com a passagem dos anos. Portanto, o que busco neste capítulo é compreender a formação de uma imagem, de um conceito identitário, que também se insere num processo histórico e que também está sujeito a transformações, deformações, apagamentos, revisões. Diferentemente das características de diversas ordens atribuídas ao Nordeste, é possível, entretanto, situar no século XIX as origens desse conceito. E é possível dizer que o Nordeste gestado no século XIX “passou a existir” apenas no século XX.

#### *Quando digo Norte, quero dizer Nordeste*

Antes do Nordeste havia o Norte. O Brasil era Norte e Sul. Em certos momentos do período colonial, o Norte (ou parte dele) sequer era Brasil. Foi assim na época das divisões da colônia em unidades autônomas. A primeira dessas divisões, em 1572, quem promoveu foi Dom Sebastião, rei de Portugal. Durou poucos anos essa divisão. Em 1577, não vendo resultados positivos, Dom Sebastião reunificou o Brasil.

Entre 1608 e 1612, o Brasil também esteve dividido em duas administrações, a repartição do Norte, com sede em Salvador, e a repartição do Sul, com sede no Rio de Janeiro. Porém a mais duradoura ocorreu em 1621, por ordem de Filipe III, quando foram criados o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão (abrangendo as capitanias do Ceará, Maranhão e Pará, e posteriormente denominado Estado do Maranhão e Grão-Pará). Com exceção do período de 1652 a 1654 (e sem entrar em detalhes sobre as diversas modificações político-administrativas que transcorreram), o Estado do Maranhão e Grão-Pará permaneceu como um governo autônomo até meados do século XVIII quando o Marquês de Pombal promoveu a centralização administrativa da colônia.<sup>3</sup>

O que gostaria de destacar é essa tendência de divisão em “Norte” e “Sul” que, vinculada inicialmente à dificuldade de administração do Brasil colonial, se propagou e persistiu como predominante até o século XX. Gaspar Barléu, num relato publicado pela primeira vez em 1647, deixava claro que essa divisão era correntemente aceita já há algum tempo:

Há muito a ciência dos geógrafos dividiu o Brasil em capitanias do norte e do sul. A divisão recente é, porém, a que o distingue em Brasil Espanhol e Brasil Holandês. A primeira dessas divisões é natural; e a segunda é feita pela força e valor dos homens. Aquela é do Criador; esta a da partilha entre os príncipes. Uma é perpétua e imutável; a outra passageira e variável, segundo a fortuna da guerra. (BARLÉU, 1974, p. 26)

Somente com o desenvolvimento das regiões e o maior conhecimento de suas especificidades deu-se a transição da noção de um Brasil “bipartido” para a de um Brasil “múltiplo”. Foi necessário, portanto, passar por um processo de compreensão dessas características regionais, em que influíram muito os estudos científicos e as manifestações literárias, até que o Nordeste deixasse de ser Norte.

## 1.2 Reconhecimento oficial

É certo que o Brasil passou por inúmeras divisões político-administrativas ao longo de sua história, porém, foi somente em 1938 que passou a ser reconhecida administrativamente, mas ainda não oficialmente, uma região específica com a

<sup>3</sup> Tais informações constam em diversas obras sobre a história do Brasil Colonial, por exemplo (para citar um estudo clássico), em *História geral do Brasil* v. I (1854), de Francisco Adolfo de Varnhagen.

denominação “Nordeste”. Antes disso, fora definida, em 1913, outra divisão não oficial: Brasil Setentrional, Brasil Norte-Oriental, Brasil Oriental, Brasil Central e Brasil Meridional. Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte formavam o Brasil Norte-Oriental. Bahia e Sergipe faziam parte do Brasil Oriental.

A elaboração do Anuário Estatístico do Brasil de 1938 obrigou a escolha de uma das diversas propostas de divisões regionais então existentes. Acabou prevalecendo aquela utilizada pelo Ministério da Agricultura que dividia o Brasil em cinco regiões (Sul, Centro, Este, Norte e Nordeste), sendo que cinco estados faziam parte da região Nordeste: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Comparando com a configuração vigente, observa-se que os estados da Bahia e Sergipe, que antes pertenciam ao Brasil Oriental, passaram a integrar, em 1938, a região Este. Somente em 1970, Bahia e Sergipe passaram a fazer parte da região Nordeste. Já os estados do Maranhão e Piauí, pertencentes à região Norte em 1938, foram agregados ao Nordeste poucos anos depois, quando se estabeleceu a divisão oficial de 1942 (revista em 1945).

A divisão regional de 1942 foi elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, órgão criado em 1938. Foi a primeira divisão oficial do Brasil, a qual foi revista em 1945 devido à criação de vários territórios federais (Acre, Amapá, Guaporé, Rio Branco, Ponta Porã, Iguazu e Fernando de Noronha). Esta divisão estabeleceu as seguintes regiões: Sul, Leste Meridional, Leste Setentrional, Centro-Oeste, Norte, Nordeste Ocidental, Nordeste Oriental. Maranhão e Piauí constituíam uma divisão à parte: o Nordeste Ocidental. Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e território de Fernando de Noronha formavam o Nordeste Oriental. Todavia, correntemente, a região Nordeste era tratada com uma unidade, como, aliás, constava na Constituição de 1946 (por exemplo, em seu Artigo 198, que definia a execução de obras e o envio de recursos anuais para o combate aos efeitos das secas do Nordeste).

A divisão atual do Brasil em cinco grandes regiões (Norte, Sul, Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste) foi elaborada em 1967 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, revisada em 1969 e tornada oficial em 1970. Em relação ao

Nordeste, a única alteração, desde então, foi a anexação do território de Fernando de Noronha a Pernambuco. Dessa forma, a região Nordeste é atualmente composta por nove estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

O ano de 1938 é, por certo, um marco. Entretanto, também é certo que, muito antes disso, a palavra Nordeste já era empregada para designar a região. São diversos os textos em que aparece. Nas duas outras vias em que transito (*sentimento regionalista* e *secas*), tento recuperar, por meio desses textos, alguns fatores determinantes no processo de construção de um conceito “Nordeste” que influíram em seu reconhecimento oficial.

### **1.3 Sentimento regionalista**

Tento restringir minha interpretação do sentimento regionalista aos propósitos deste estudo, ou seja, reconhecendo-o como uma força construtiva de uma identidade “Nordeste”, tal como se manifestou num período que considero decisivo, desde meados do século XIX até a década de 1930, sem, com isso, querer dizer que esse sentimento não existia antes nem que deixou de existir depois.

É preciso, porém, confessar certa relutância no emprego da expressão *sentimento regionalista*. Se digo que essa denominação não me satisfaz plenamente, é porque a palavra “regionalista” carrega uma pluralidade de sentidos que não gostaria que deturpassem ou contaminassem por demasiado a ideia que quero transmitir. Se insisto na expressão, é porque imagino que a palavra “sentimento” transmite um certo caráter subjetivo que influencia o adjetivo. Por fim, se escolho “sentimento” ao invés de “pensamento” regionalista, é porque não reconheço uma corrente uniforme de pensamento, mas uma diversidade de discursos que não se complementam necessariamente e que, em alguns aspectos, são até mesmo antagônicos.

De modo bastante simples, o sentimento regionalista pode ser compreendido como uma intenção de valorização da cultura, tradições e costumes de certa região. Porém, essa intenção pode estar vinculada a motivações das mais

variadas ordens, a interesses tanto particulares quanto públicos, tanto nobres quanto mesquinhos, tanto casuísticos quanto conjunturais.

Não poucas vezes manifestações de sentimento regionalista surgiram como reação a quadros de centralização do poder ou de favorecimento de algumas regiões em detrimento de outras. É com essa caracterização que o discurso regionalista teria surgido no século XIX “à medida que se dava a construção da nação e que a centralização política do Império ia conseguindo se impor sobre a dispersão anterior.” (ALBUQUERQUE JR., 2001, p. 47)

Nesse aspecto, o sentimento regionalista era visto, inclusive, como uma força questionadora do *status quo*, a qual, em exemplos extremos, como nos movimentos separatistas, seria contrária aos interesses nacionais, contrária à unidade nacional. Albuquerque Jr. afirma ainda que: “Quando a ideia de pátria se impõe, há uma enorme reação que parte de diferentes pontos do país. Este regionalismo se caracterizava, no entanto, pelo seu apego a questões provincianas ou locais, já trazendo a semente do separatismo.” (ALBUQUERQUE JR., 2001, p. 47)

Dessa maneira e sob esse prisma político, o regionalismo estaria em oposição ao nacionalismo durante os anos que se seguiram à Proclamação da Independência e, em especial, no período regencial do Império.

Entretanto, essa posição antagônica não seria verificada nos âmbitos artísticos e intelectuais, principalmente a partir da década de 1840, quando outra forma de sentimento regionalista se manifestaria já associada ao ideário do romantismo, do qual o nacionalismo era um dos aspectos característicos.

Como se sabe, autores literários românticos, movidos pelo desejo de representar elementos especificamente brasileiros, procuraram temas nacionais para suas obras, o que resultou em duas linhas temáticas do romantismo: o indianismo e o regionalismo. De acordo com Antônio Candido, o regionalismo romântico surgiu “assinalando as peculiaridades locais e mostrando cada uma delas como outras tantas maneiras de ser brasileiro”. (CANDIDO, 1981, p. 61) Dessa



forma, a ideia de unidade nacional passa a incorporar a constatação de um Brasil múltiplo, composto por variedades regionais. Havendo uma “unidade” nacional esta seria, portanto, a sua variedade.

De modo alternativo, também se verifica naquele período outra concepção de identidade nacional, segundo a qual a cultura de determinada região é tomada como a verdadeira expressão da nação. Pode, hoje, parecer despropositada essa associação, porém o fato é que esse pensamento, insinuado ou declarado abertamente, foi veiculado por vários escritores, entre os quais Franklin Távora (1842-1888). Em suas obras, a valorização do que é regional alimenta um anseio pelo nacional, cabendo a ressalva de que, para Távora, era no Norte que poderiam ser encontrados os elementos genuinamente nacionais.

#### *O Norte de Franklin Távora*

Analisando as obras de Távora, Afrânio Coutinho aborda a questão afirmando que esse anseio pelo nacional não passa, na verdade, de regionalismo. Ao apontar um descompasso entre prática e teoria nos textos de Franklin Távora, Coutinho trata o nacional e o regional como elementos distintos e incomunicáveis:

Pretendendo fundar uma literatura do norte, por entender que nessa região é que se encontravam os elementos capazes de conferir caráter verdadeiramente nacional, brasileiro, à nossa literatura – e isso seria regionalismo, ainda que Távora não tenha usado a expressão – o fato é que os romances da série são mais históricos que de costumes, que regionalistas. *O cabeleira*, por exemplo, é por ele próprio classificado como romance histórico (...) (COUTINHO, 1986, p. 277-278).

Franklin Távora e sua “literatura do norte” são referências obrigatórias ao se analisar o sentimento regionalista como elemento formador do conceito “Nordeste”. Por enquanto, vale pensar que a confusão entre nacional e regional, apontada por Coutinho como um erro de Távora, não é de todo impensada.

O projeto de Franklin Távora era lançar uma série de livros sobre o Norte do país, uma coleção a que deu o nome de “Literatura do Norte”. O primeiro desses livros é *O cabeleira*, publicado em 1876. Em 1878, é lançado o segundo livro, *O matuto: crônica pernambucana*, e já são anunciados *Lourenço* e *Lendas e tradições*

*populares*, que seriam o terceiro e o quarto livro, respectivamente. No entanto, contrariando o anúncio que constava em *O matuto*, foram publicados *O sacrifício* (em folhetim, na *Revista Brasileira*) e a reedição da novela *Um casamento no arrabalde*, publicada inicialmente em 1869. *Lourenço*, escrito antes de *O sacrifício*, foi publicado somente em 1881. As lendas e tradições foram publicadas em 1877 na seção “Lendas e tradições populares do Norte” da revista *Ilustração Brasileira*, para a qual Távora escrevia regularmente, mas, conforme Cláudio Aguiar (1997, p. 116), não foram reunidas em livro.

O Brasil de Franklin Távora é explicitamente dividido em dois. O Sul, centro intelectual e do poder, e o Norte, esquecido ou desconhecido. Franklin Távora se diz do Norte, ou seja, aquilo que reconhece como a sua região, como seu lugar de pertencimento, seria muito mais extenso do que o que hoje compreendemos como Nordeste. Porém, percebe-se, pelos assuntos tratados na maioria de suas obras, que o cearense Távora, tendo morado a maior parte de sua vida em Pernambuco, é, de fato, mais pernambucano do que nortista. Távora, em sua carta introdutória ao romance *O cabeleira* (1876), deixa claro que se sujeita totalmente à avaliação da crítica, porém, de modo especial, da crítica pernambucana: “À crítica pernambucana, mais do que a outra qualquer, cabe dizer se o meu desejo não foi iludido; e a ela, seja qual for a sua sentença, curvarei a cabeça sem replicar.” (TÁVORA, 1876, p. 12)

Entretanto, na mesma introdução, Távora explicita seu projeto de escrever sobre temas de diversas províncias a fim de compor um retrato completo e fiel do Norte. Além disso, Távora propõe que os escritores do Norte, principalmente ele próprio, se façam ouvir e provoquem a descoberta do Norte brasileiro pelos sulistas. Na sua concepção de literatura, o romance tem que ser expressão da realidade, e não é o verdadeiro Norte o que se encontra nas obras escritas até então. Távora é regionalista e ao mesmo tempo nacionalista quando diz que é do Norte do Brasil que surgirá a verdadeira literatura brasileira. É tradicionalista e conservador no sentido de que acredita que as influências culturais estrangeiras impossibilitam o Sul de criar uma literatura genuinamente nacional, ou seja, que seria no molde mais “tradicional” que se encontraria a identidade nacional. Por fim, Távora é mais um, entre tantos outros autores de sua época e também posteriores, que vê o Norte como uma região

parada no tempo, que não acompanha os progressos da humanidade. Todavia, para ele, é aí que reside sua maior virtude, querendo dizer, com isso, que a tradição cultural do Norte, expressa nas histórias e costumes do seu povo, é sua maior riqueza.

As letras têm, como a política, um certo caráter geográfico, mais no Norte, porém, do que no Sul abundam os elementos para a formação de uma literatura propriamente brasileira, filha da terra.

A razão é óbvia: o Norte ainda não foi invadido como está sendo o Sul de dia em dia pelo estrangeiro.

A feição primitiva, unicamente modificada pela cultura que as raças, as índoles, e os costumes recebem dos tempos ou do progresso, pode-se afirmar que ainda se conserva ali em sua pureza, em sua genuína expressão. (TÁVORA, 1876, p. 13)

E isso está completamente de acordo, como não poderia deixar de ser, com a visão que Franklin Távora tem da literatura e da função do escritor. Para Távora, cabe ao escritor o papel de resgatar e construir uma história (de um país ou de uma região) pesquisando e coletando relatos, costumes, lendas... tudo o que lhe parecer típico. Ao mesmo tempo, esse trabalho deve ser original, ou seja, o autor deve fazer o que nenhum outro fez antes, sua matéria tem de ser inédita. O modelo de Franklin Távora (conforme explicitado em uma de suas cartas a Cincinnati) é o escritor americano Fenimore Cooper. Poderia ser Walter Scott, mas, como Távora alerta:

Mistriss Grant, Burns, Allan-Ramsay, Buchanan, Macpherson e outros tinham já explorado as virgens fontes, para onde Walter Scott não fez mais que acentuar com sua pena arrojada vastos caminhos, descobrindo com amplitude perspectivas belíssimas, apenas entrevistas e semi-ocultas. (TÁVORA, 1872, p. 12)

Quando Afrânio Coutinho afirma que os romances de Távora são mais históricos do que regionalistas está desconsiderando a conjugação de romance histórico com a temática regional que Távora claramente defende. A opção de Távora pelo romance histórico está, ainda, em conformidade com a ideia de que a literatura deve ser uma representação fiel do real. Essas concepções, expressas exemplarmente no texto que precede o romance *O cabeleira* (1876), parecem, por sua vez, ecos da conhecida polêmica travada poucos anos antes com o escritor José de Alencar. E de fato, Távora o menciona em sua carta-manifesto, para dizer que José de Alencar, ainda que cearense de nascimento, é um escritor do Sul.

Quando, pois, está o sul em tão favoráveis condições, que até conta entre os primeiros luminares das suas letras este distinto cearense [José de Alencar], tem os escritores do norte que verdadeiramente estimam este torrão, o dever de levantar ainda com luta e esforço os nobres foros dessa grande região, exumar seus tipos legendários, fazer conhecidos seus costumes, suas lendas, sua poesia máscula, nova, vívida e louçã tão ignorada no próprio templo onde se sagram as reputações, assim literárias, como políticas, que se enviam às províncias. (TÁVORA, 1876, p. 13)

A polêmica entre Franklin Távora e José de Alencar gerou inúmeras cartas e artigos e, por fim, também o livro *Cartas a Cincinato*, publicado em 1872, que reúne a correspondência entre Franklin Távora (sob pseudônimo de Semprônio) e José Feliciano de Castilho (sob pseudônimo de Cincinato). O interlocutor de Távora nessas cartas era irmão de Antonio Feliciano de Castilho, famoso autor português e um dos pólos (o conservador) na conhecida “Questão Coimbrã” que, a partir de 1865, ocupou o centro da cena literária portuguesa. Segundo Cláudio Aguiar, Franklin Távora associou-se a José Feliciano de Castilho desconhecendo as motivações políticas do escritor português contra Alencar, e também o fato de que muitos dos que criticavam Alencar buscavam agradar ao Imperador Dom Pedro II, afinal este não simpatizava com Alencar desde os tempos de suas críticas a Gonçalves de Magalhães. A principal motivação de Franklin Távora na polêmica contra Alencar teria sido o silêncio do célebre escritor cearense quanto ao seu romance de estreia, *Os Índios do Jaguaribe* (1862), cuja reedição de 1869 Távora lhe enviara para avaliação. (AGUIAR, 1997, p. 185-201)

É difícil imaginar que apenas o silêncio de Alencar tenha motivado os ataques de Távora. Basta lembrar que a polêmica com um ilustre escritor como José de Alencar poderia lhe abrir as portas para o reconhecimento, o que o inseriria numa considerável lista de escritores (entre os quais Joaquim Nabuco e o próprio José de Alencar, como veremos adiante) acusados de empregarem tal artifício.

Em *História da literatura brasileira* (1916), José Veríssimo prefere não apontar a criação de polêmicas literárias no Brasil como uma estratégia de autores iniciantes para alcançarem a fama, mas como “uma macaqueação de idênticas rebeliões nos centros literários europeus.” (VERÍSSIMO, 1998, p. 318) No caso de Távora, Veríssimo reconhece tanto a possibilidade da “sinceridade de convicções”

como a da “congênita irritabilidade dos poetas”. Vale lembrar que José Veríssimo foi fundador da *Revista Brasileira*, que publicara, durante sua segunda fase (quando era dirigida por Távora), o romance *O sacrifício*.

O mais provável é que todos esses fatores, e ainda outros, componham, em maior ou menor grau, o quadro de motivações que levaram Távora a polemizar com Alencar. Interessa, no momento, pensar especificamente se as concepções de literatura de Távora e Alencar seriam tão diferentes a ponto de justificar a polêmica e confirmar a sinceridade de convicções de Távora. Há algumas coincidências que devem ser mencionadas. Ambos escreveram romances históricos e regionalistas. Ambos compartilhavam o desejo de construção de uma literatura legitimamente nacional. Curiosamente, ambos conceberam projetos literários essencialmente semelhantes, que consistiam em escrever obras tratando de temas regionais, cujo conjunto retrataria o Brasil (no caso de Alencar) e o Norte (no caso de Távora). Por fim, ambos estavam vinculados inicialmente ao ideário do Romantismo.

Porém, todas essas semelhanças aparentes não conseguem esconder uma diferença fundamental. Távora vê a literatura como um instrumento documental, enquanto Alencar a vê principalmente como um fim em si. Por este motivo, a fidelidade de representação é um valor prioritário para Távora. Segundo Antônio Candido, o que faltou para Távora “foi justamente o poder alencariano de construir o ambiente e os personagens com mais elementos do que a fidelidade”. (CANDIDO, 1997b, p. 272)

Em *Cartas a Cincinato*, Távora critica os romances *Iracema* (1865) e *O gaúcho* (1870) de Alencar, apontando imprecisões e equívocos nas narrativas que não condiziriam com a realidade. Na “Carta IV”, Távora argumenta mencionando as recriminações que o próprio Alencar fizera certa vez a Gonçalves de Magalhães:

Em suas *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*, estranha J. de Alencar ao poeta G. de Magalhães o haver “à águia dos Alpes, ao cisne da Grécia, ao condor dos Andes, oposto por parte do Brasil a andorinha, ave de todos os países.” Pois bem: Sênio [Alencar] compara o furacão das savanas com o potro! Como assim se amesquinha um dos mais majestosos fenômenos da natureza americana? (TÁVORA, 1872, p. 40)

Condizente com este pensamento e influenciado pela Escola do Recife, Távora caminha na direção do Naturalismo e chega a ser apontado como um de seus precursores no Brasil. Antônio Candido vê o romance *O sacrifício* como uma “deformação lamentável” de *Um casamento no arrabalde* (que seria, em seu entendimento, a obra prima de Távora), mas também como primeira manifestação da ficção naturalista brasileira. (CANDIDO, 1997b, p. 273) De qualquer modo, este teria sido apenas um passo inicial, interrompido pela morte prematura de Távora, o que faz com que Candido prefira qualificá-lo como um autor romântico.

Romântica ou não, a ficção de Távora, calcada em aspectos históricos, geográficos, folclóricos e etnográficos, prenunciava o caráter cientificista do Naturalismo. O Romantismo brasileiro, em seus últimos anos, encontrou diversos adversários que se alinhariam a uma tendência pré-naturalista. Quer dizer, Távora não estava sozinho e não faltou quem aplaudisse seus ataques a Alencar, sua defesa da Literatura do Norte, sua concepção de literatura e, é claro, suas obras.

Além de precursor da ficção naturalista, Franklin Távora é visto também como precursor dos romances do Nordeste. Antônio Candido é um dos críticos que afirmam isso: “Távora foi o primeiro ‘romancista do Nordeste’, no sentido em que ainda hoje entendemos a expressão; e deste modo abriu caminho a uma linhagem ilustre, culminada pela geração de 1930, (...)” (CANDIDO, 1997b, p. 268) Távora, entretanto, não é precursor do sentimento regionalista, tampouco da literatura regionalista, o que não me impede de ver que o manifesto de Távora, ainda que dotado de provincianismo ou bairrismo, ainda que motivado por quaisquer razões, contribuiu para a “descoberta” do Norte e para o fortalecimento de um sentimento regionalista que se instituía como elemento formador de uma identidade nordestina.

Quanto a Jose de Alencar, não há dúvida que algumas de suas obras (por exemplo, *Iracema*<sup>4</sup> e, mais obviamente, *O sertanejo*) também se inserem nesse contexto de formação conceitual do Nordeste. No entanto, o sentimento regionalista, na sua face específica de deliberada tentativa de valorização da região, se dilui entre tantas outras motivações do escritor. Enquanto Távora afirma a necessidade da

---

<sup>4</sup> No prólogo de *Iracema*, Alencar afirma que o livro é cearense, e receia que seja recebido como estrangeiro e hóspede em sua terra.

existência de duas literaturas, a do Norte e a do Sul (da qual Alencar fazia parte), pois “Norte e Sul são irmãos, mas são dois. Cada um há de ter uma literatura sua, porque o gênio de um não se confunde com o do outro. Cada um tem suas aspirações, seus interesses, e há de ter, se já não tem, sua política.” (TÁVORA, 1876, p. 13-14), Alencar busca uma literatura de integração nacional, ou seja, não faz literatura do Norte, nem do Sul, mas literatura brasileira. Nesse sentido, José de Alencar está, em linhas gerais, mais próximo (apesar de suas fortes críticas ao poema épico *A confederação dos Tamoios*) do programa nacionalista de Gonçalves de Magalhães que do regionalismo de Franklin Távora.

### *Polêmicas de Alencar*

Foram inúmeras polêmicas (literárias e não literárias) em que José de Alencar se envolveu ao longo de sua vida. A polêmica com Gonçalves de Magalhães começou em 1856 com a publicação de uma série de artigos no *Diário do Rio* em que Alencar, utilizando o pseudônimo Ig., apontava a impropriedade de elementos estéticos do neoclassicismo para o tema “brasileiro” do poema de Magalhães. Segundo João Cezar de Castro Rocha, a discussão teria sido inclusive premeditada por José de Alencar para ganhar reconhecimento no “Sul” e se inserir no restrito círculo dos intelectuais:

Logo, a polêmica iniciada por Alencar foi cuidadosamente planejada e prometia uma estupenda autopromoção. O jovem Alencar foi mais do que bem-sucedido: o próprio imperador [que patrocinara a publicação de *A confederação dos Tamoios*] interveio nos debates, trocando longas cartas com o polemista, assegurando ao jovem escritor um reconhecimento inesperado. Em 1857, logo após a conclusão da querela, ou seja, depois de obtido o reconhecimento pelos pares, Alencar publicou *O guarani*. (ROCHA, 2000, p. 227)

Outra polêmica importante foi travada com Joaquim Nabuco. Segundo Rocha:

Em 1870, porém, Alencar recebeu o troco. Desta vez, coube a outro jovem brilhante, Joaquim Nabuco, ilustrar-se por meio de uma polêmica com o já consagrado autor. Nabuco atacou veementemente a obra alencariana, decretando seu passadismo. Alencar reagiu com fúria, o que somente contribuiu para promover ainda mais o jovem Nabuco, que, ao término da refrega, havia firmado seu nome junto à intelectualidade brasileira. (ROCHA, 2000, p. 227-228)

Quanto à questão entre José de Alencar e Joaquim Nabuco, deve-se dizer que a polêmica se iniciou, na verdade, em 1875, após a estreia da peça *O jesuíta*, de José de Alencar. Não me parece correto apontar que Nabuco quisesse de modo premeditado se aproveitar da situação, mesmo porque as diferenças ideológicas entre ele e Alencar eram motivos mais do que suficientes para a prolongada discussão que ocorreu. Além disso, no artigo que inaugurou a polêmica, publicado em *O Globo*, em 22 de setembro de 1875, ao reclamar do pequeno público da estreia, Nabuco elogia a peça de Alencar. Não parecia, portanto, disposto a calculadamente ganhar prestígio nas costas de Alencar. De fato, o retrato de Nabuco como um “oportunista” surge nos textos do próprio José de Alencar, bastando citar como exemplo o início da última nota de Alencar, escrita em 20 de novembro de 1875 e publicada por Afrânio Coutinho somente em 1965 em *A polêmica Alencar-Nabuco*: “Há dois meses um moço, desejoso de mostrar-se, apareceu na imprensa fazendo a crítica de minhas obras.” (ALENCAR, citado por COUTINHO, 1965, p. 219)

De todas essas polêmicas, apenas aquela entre Alencar e Távora está mais diretamente relacionada com a questão do sentimento regionalista. Podem ser somadas a esta as críticas, dirigidas menos à obra literária e mais à atuação política, que José de Alencar recebeu do escritor Rodolfo Teófilo. Essas críticas dizem respeito aos discursos de Alencar, por ocasião da seca de 1877, que, segundo Teófilo, atrasaram e até impediram ações necessárias de auxílio às populações atingidas pela seca, além de propagar dados inverídicos sobre o sertão. Porém, isto é assunto para mais tarde.

#### *Rodolfo Teófilo e as associações de intelectuais no Ceará*

Ainda que de forma não programática, a vida e a extensa obra de Rodolfo Teófilo também podem ser vistas como imbuídas de um sentimento regionalista voltado para as coisas do Ceará. Teófilo se dizia cearense, apesar de haver nascido na Bahia. De fato, a família de Teófilo foi do Ceará até a Bahia para seu nascimento e logo regressou. Anos mais tarde, Teófilo voltou à Bahia para estudar na Faculdade de Medicina, onde se formou como farmacêutico. A vida de Rodolfo Teófilo foi, para



dizer o mínimo, fascinante. Aproveitando a imagem sugerida por Lira Neto (1999), Teófilo foi um Dom Quixote cearense que combatia dragões bastante reais (como a fome e as epidemias em períodos de secas) sempre tomado por um altruísmo dignificante e um ímpeto corajoso na defesa dos interesses de sua província. Entretanto, sua obra ficcional (quase inteiramente dedicada a temas do sertão) é vista como de pouca importância por parte da crítica - por exemplo, PEREIRA (1988, p. 134), SODRÉ (1965, p. 196), BOSI (1994, p. 195).

Entre suas várias atividades no meio intelectual, Rodolfo Teófilo fez parte da Padaria Espiritual, agremiação artística e literária idealizada por Antônio Sales e fundada em 30 de maio de 1892.<sup>5</sup> Em 1894, com a reformulação que iniciou a segunda fase da Padaria Espiritual, Rodolfo Teófilo, juntamente com mais 12 novos padeiros, tornou-se membro da agremiação. Nessa segunda fase, José Carlos Júnior passou a ser o Padeiro-Mor. Sua direção durou até 19 de julho de 1896, data em que Rodolfo Teófilo assumiu o cargo e conduziu as atividades até a extinção da Padaria Espiritual em 20 de dezembro de 1898.

O periódico *O Pão* foi o instrumento da divulgação das ideias e das obras literárias do grupo. Foram publicados, com bastante irregularidade, 36 exemplares entre 10 de julho de 1892 e 31 de outubro de 1896, trazendo editoriais, notícias sobre eventos da Padaria Espiritual, notas comemorativas, cartas, críticas literárias, contos, trechos de romances, poemas e artigos sobre assuntos diversos.

Apesar da diversidade de estilos e interesses dos autores, observa-se que uma parte relevante dos textos publicados (ficcionais e não ficcionais) trata de temas especificamente cearenses. Em vários textos, o sertão e as secas estão presentes. Isso aponta que, mesmo sem seguir explicitamente uma diretriz regionalista que busca valorizar a sua província, é inevitável que sociedades, agremiações, clubes literários distantes do centro do poder, adotem em sua prática certo bairrismo como

---

<sup>5</sup> Os vinte fundadores da Padaria Espiritual foram Jovino Guedes (escolhido como primeiro "Padeiro-Mor"), Antônio Sales, Tibúrcio de Freitas, Ulisses Bezerra, Carlos Vítor, José de Moura Cavalcante, Raimundo Teófilo de Moura, Álvaro Martins, Lopes Filho, Temístocles Machado, Sabino Batista, José Maria Brígido, Henrique Jorge, Lívio Barreto, Luís Sá, Joaquim Vitoriano, Gastão de Castro, Adolfo Caminha, José dos Santos e João Paiva. Pouco tempo depois, ingressou Antonio de Castro.

autopreservação e como luta por um espaço cultural próprio, refletindo um sentimento regionalista não necessariamente programático.

O caso do Ceará no final do século XIX é particularmente interessante, pois a sua intelectualidade apresentava uma tendência gregária como não se via em nenhuma outra província do Norte. A Academia Francesa (1872-1875), que teve entre seus membros Tomás Pompeu de Sousa Brasil Filho, Rocha Lima, Capistrano de Abreu, Araripe Júnior, João Lopes Ferreira Filho e Antônio José de Melo, abre a tendência nesse período.

A partir de 1879, surgiram no Ceará diversas associações em torno da causa da abolição da escravatura, como a Sociedade Libertadora Cearense, a Libertadora Estudantal e o Centro Abolicionista Vinco e Cinco de Dezembro. Vinculadas a estas, estavam os jornais e revistas que serviam para a propagação das ideias abolicionistas. O êxito do movimento abolicionista atingido em 1884 fez do Ceará a primeira província brasileira a libertar os escravos. O jornal *O Libertador*, da Sociedade Libertadora Cearense, passou então a uma nova fase em que contou, por exemplo, com a intensa colaboração do jovem escritor Manuel de Oliveira Paiva (autor do romance *Dona Guidinha do Poço*), anteriormente filiado à Libertadora Estudantal.

Reunindo muitos intelectuais e artistas que participaram do movimento abolicionista, começaram a surgir agremiações com interesses mais ligados à literatura, como foi o caso do Clube Literário (1886-1888), do qual Oliveira Paiva também foi um dos fundadores. Em sua revista *A Quinzena*, muitas obras de Oliveira Paiva foram publicadas, inclusive os doze contos reunidos em 1976, numa edição da Academia Cearense de Letras, sob a organização de Braga Montenegro.

A Padaria Espiritual fora criada dando continuidade a essa tendência associativista, no que foi seguida pelo Centro Literário, fundado em 27 de novembro de 1894 pelos ex-padeiros Álvaro Martins e Temístocles Machado, aos quais se uniram, entre outros, os escritores Pápi Junior e Rodrigues de Carvalho. A revista *Iracema* foi o instrumento de divulgação das obras dos centristas.

Completando este intenso ciclo, deve-se mencionar ainda a criação, também no ano de 1894, da Academia Cearense, primeira academia brasileira, que teve entre seus fundadores vários membros e ex-membros das sociedades acima referidas.<sup>6</sup>

Toda essa sequência de sociedades de intelectuais impressionava até mesmo o “Sul” do Brasil. A Padaria Espiritual, principalmente em seus primeiros momentos nos quais se observa uma linha de humor escrachado e zombeteiro no tratamento dos assuntos literários, foi saudada pela crítica de todo o país. O fato de, posteriormente, perder esse tom de deboche foi usado como argumento pelo padeiro dissidente Adolfo Caminha para explicar sua saída da agremiação e também durante toda a polêmica (registrada em exemplares de *O Pão* e em *Cartas literárias*, de Adolfo Caminha) entre ele e Rodolfo Teófilo. Entretanto, possivelmente inspirado pela movimentação intelectual de sua província, Caminha retomaria como assunto a divisão Norte-Sul na crônica “Norte e Sul”, escrita em 1894, pendendo para o lado de sua região: “Com relação ao Brasil não se pode negar que a zona norte é mais fecunda em organizações artísticas: de lá é que vem toda a força, todo o prestígio literário, toda a originalidade.” (CAMINHA, 1895, p.132)

A prevalência do Norte, segundo Caminha, tinha uma inusitada explicação e se baseava numa teoria, então corrente, que relacionava a sensibilidade artística com o clima quente:

(...) o habitante da zona tórrida, por isso mesmo que vive sob um clima ardente, tem uma visão mais nítida do universo e uma sensibilidade mais impressionável que a do esquimó ou do canadense. O calor, acelerando as forças vivas da natureza humana, empresta ao homem certa energia moral, certa pujança de espírito verdadeiramente admirável, ao contrário do gelo, do frio e das brumas, que produzem uma enervação doentia e grande abatimento d’alma, como se pesasse sobre ele uma atmosfera de chumbo. (CAMINHA, 1895, p. 135)

De qualquer modo, a essência dessa crônica de Caminha não difere muito daquela ideia de duas literaturas distintas apregoada por Franklin Távora, em que a

---

<sup>6</sup> Por exemplo: Guilherme de Studart (Centro Literário), Justiniano de Serpa (Centro Literário), Farias Brito (Centro Literário), Alves Lima (Centro Literário), Valdemiro Cavalcante (Padaria Espiritual), Tomás Pompeu de Sousa Brasil Filho (Academia Francesa), Antonio Bezerra (Padaria Espiritual e Centro Literário) e José Carlos Júnior (Padaria Espiritual). Com a morte de José Carlos Júnior, ingressou Rodrigues de Carvalho (Centro Literário) na Academia Cearense.

do Norte expressaria o verdadeiro caráter da nação. Uma ideia que se pode encontrar em textos até mesmo tardios de Gilberto Freyre, como no início de sua introdução ao livro *Acauã*, de Mário Brandão Torres, publicado em 1950:

Os brasileiros do Nordeste são às vezes acusados de exagerados na importância que atribuem à região materna. Mas é de observadores estrangeiros, um deles o alemão Guenther, a conclusão de que no Nordeste se encontram reunidos tantos dos valores mais característicos do Brasil que não há, segundo esses observadores, exagero em falar-se dessa região como o centro ou a raiz de boa parte da cultura brasileira. Da mais original em suas expressões ou da mais autêntica em suas afirmações, pensam alguns. (FREYRE, 1950, p. 5)

### *Regionalismo de Freyre*

As manifestações de Franklin Távora e o associativismo intelectual se configuram como prólogos do movimento regionalista liderado por Gilberto Freyre, já na década de 1920. Há, é claro, muitos outros fatores que permitiram o surgimento do núcleo intelectual que teve seu pólo em Pernambuco. Conforme aponta Albuquerque Jr., a Faculdade de Direito de Recife e o Seminário de Olinda foram instituições onde estudaram muitos filhos de grandes proprietários rurais e que se tornaram, desde o século XIX, difusoras de um discurso regionalista. Além destas, o autor destaca o papel do *Diário de Pernambuco*, que considera “o principal veículo de disseminação das reivindicações dos Estados do Norte”, bem como um “divulgador das formulações em defesa de um novo recorte regional: o Nordeste.” (ALBUQUERQUE JR., 2001, p. 72)

No *Diário de Pernambuco*, foi publicada, de 1918 a 1922, a série de cem artigos escritos por Gilberto Freyre, quando ainda residia nos Estados Unidos, que hoje são reconhecidos como um marco inicial do movimento regionalista da década de 1920. Em 1925, como parte das comemorações de seu centenário, o jornal publicaria ainda o *Livro do Nordeste*, uma coletânea de ensaios com temas diversos, idealizada e organizada por Gilberto Freyre. A essa altura, já estava em atividade o Centro Regionalista do Nordeste, fundado em 1924, que tinha como propósito fundamental a defesa dos interesses da região e a valorização de seus aspectos culturais, trazendo embutida a ideia de unidade regional, e que, seguindo as

diretrizes de Freyre, organizou o primeiro Congresso Regionalista do Recife em 1926.

Segundo Freyre, o *Manifesto Regionalista* teria sido lido neste congresso e publicado na íntegra apenas em 1952. Joaquim Inojosa, divulgador no Nordeste das ideias do modernismo paulista e que também esteve presente no congresso, denunciou o manifesto, após sua publicação em 1952, como uma peça forjada para vincular o movimento regionalista ao modernismo. Analisando a polêmica, José Maurício Gomes de Almeida aceita a argumentação de Freyre (que consta no prefácio à segunda edição de *Região e tradição*, em 1968) de que o manifesto, mesmo em boa parte redigido posteriormente, sintetiza o pensamento heterogêneo do movimento regionalista.

Na verdade não é difícil admitir a validade dessas observações [de Freyre] quando constatamos o muito de afinidade existente entre o teor do *Manifesto* e várias produções literárias da época e imediatamente posteriores, como a “Evocação do Recife” de Manuel Bandeira, os poemas regionalistas de Jorge de Lima e Joaquim Cardoso ou os romances do “Ciclo da Cana” de José Lins do Rego. Nem tudo será idêntico, mas o *espírito* que alimenta todas essas criações permanece, em essência, semelhante. (ALMEIDA, 1981, p. 166-167)

Mesmo consistindo em uma síntese, o que parece questionável é se houve ou não má-fé por parte de Freyre que leu em 1951, durante as comemorações dos 25 anos do Congresso Regionalista, o manifesto reescrito e o publicou em 1952 como um documento de 1926.

Sobre o Congresso Regionalista de 1926, Correia de Lira, no ensaio “Naufrágio e Galanteio: viagem, cultura e cidades em Mário de Andrade e Gilberto Freyre”, fornece uma ideia dos assuntos debatidos:

Com efeito, entre os conteúdos programáticos postulados pelo I Congresso Regionalista do Nordeste, (...) incluíam-se coisas como o aspecto turístico e valorização das belezas naturais da região, as tradições da cozinha, a defesa da fisionomia arquitetônica do nordeste, de parque e jardins nordestinos, do patrimônio artístico e dos monumentos históricos, a reconstituição de festas e jogos tradicionais. (LIRA, 2005, p. 159)

Ou seja, a noção de regionalismo aparece fortemente relacionada a uma valorização da história e dos costumes tradicionais nordestinos e isso pouco (ou

nada) parecia ter a ver com o modernismo paulista. Isso se torna ainda mais evidente ao recordar que Freyre havia escrito vários artigos, publicados a partir de 1923 no *Diário de Pernambuco*, em que criticava o modernismo. E nessas críticas, era acompanhado pelo amigo José Lins do Rego, que se manifestava da mesma forma no semanário *Dom Casmurro*.

Por isso, é compreensível a revolta de Joaquim Inojosa ao entender que Freyre fazia parecer que o regionalismo pernambucano seria a influência maior do romance nordestino de 30. O poeta Guilherme de Almeida, em carta a Inojosa, datada de 29 de março de 1968, se coloca ao lado do amigo: “O arrazoado em defesa de nossa ‘Semana’ e do meu... ‘Apostolado’ (por sua conta), assim como o libelo contra a pseudo-influência do Gilberto Freyre, são peças convincentes (...)”. (ALMEIDA, citado por INOJOSA, 1975, p. 37)

#### *Romances nordestinos de 30*

Durante a década de 1920, o debate entre regionalismo freyreano e modernismo paulista parecia repercutir a velha disputa entre o Norte e o Sul, deflagrada ainda no século XIX por Franklin Távora. Esse debate também já foi visto como resultado de outros antagonismos: a aristocracia do engenho vs. a aristocracia do café e a industrialização paulista, a tradição vs. a vanguarda, o “nacional” vs. o “importado”, os passadistas vs. os futuristas... De qualquer modo, o romance nordestino de 30 foi, de fato, influenciado, em dosagens diferentes para cada autor, tanto pelo modernismo paulista quanto pelo regionalismo de Freyre.

O certo é que a repercussão crítica e o sucesso editorial (se não por outros motivos) de *A bagaceira*, de José Américo de Almeida, serviram como uma importante referência para os romancistas nordestinos da década de 30. José Américo, por sua vez, deu sinais um tanto oscilantes no que se refere às possíveis influências em sua obra, prevalecendo inicialmente sua preferência por um “modernismo moderado”, conforme se observa, por exemplo, em sua carta a Joaquim Inojosa, com data de 10.11.1925: “Aprecio, também, especialmente, a moderação de seu modernismo.” (INOJOSA, 1969, p. 414)

A propósito, Jorge Amado, em declaração registrada no filme *O homem de areia* (1981), faz um grande elogio ao livro de José Américo e o aponta como essencial para sua própria ficção. Por outro lado, em 1933, já apresentava suas restrições quanto aos problemas de linguagem encontrados em *A bagaceira*, como se nota nesse trecho de artigo citado por Luís Bueno: “Como o livro do sr. José Américo, *O Gororoba* [de Lauro Palhano] tem trechos escritos na mais saborosa linguagem brasileira e páginas em português puxado a clássico, caindo na retórica tola dos discursadores baratos.” (AMADO, citado por BUENO, 2006, p. 123) Quanto à sua relação com o modernismo, Jorge Amado afirma, em 1940, que não teve qualquer ligação com este movimento. (BUENO, 2006, p. 50)

Ainda no âmbito da demarcação de possíveis influências, Rachel de Queiroz, no prefácio para a 17ª edição de *Menino de engenho*, atesta: “Sim, os grandes beneficiários da luta travada e afinal vencida, pelos heróis da Semana de Arte Moderna, éramos nós, os da chamada ‘geração de 30’.” (QUEIROZ, citado por INOJOSA, 1975, p. 176) Vale dizer que Rachel de Queiroz, em várias ocasiões, também faz referências elogiosas ao intelectual de Apipucos.

José Lins do Rego, por sua vez, cita que seus modelos foram os escritores franceses, os russos e, é claro, seu amigo Gilberto Freyre. Deve-se notar ainda que a dedicatória de *Menino de engenho* (1932), seu livro de estreia, menciona, além de Gilberto Freyre, o escritor José Américo de Almeida.

Já o posicionamento “antimodernista” de Graciliano Ramos é bem conhecido. Apesar dos eventuais elogios dirigidos a obras de autores modernistas, principalmente às de Oswald de Andrade, prevalecem, de acordo com Valentim Facioli, suas críticas na forma de ressalvas “ao uso indiscriminado do que ele chamava ‘os cacoetes’ de 22 a 30, bem como à experimentação literária e linguística que ele considerava – nos mais novos – produto da pressa, do improvisado, do desconhecimento da língua culta”. (FACIOLI, 1993, p. 47) O modernismo, para Graciliano Ramos, apenas cumprira o papel de demolir velhas estruturas. E, de modo geral, durante a década de 1930, essa opinião de Graciliano coincidia com a de outros escritores: “Qualquer história da avaliação do modernismo feita nos anos

30 apontará uma recusa: partindo de pontos de vista diferentes, quase todos acabam chegando a lugares semelhantes.” (BUENO, 2006, p. 50)

Sem superar a antiga rivalidade, o antagonismo entre modernistas e regionalistas da década de 1920 evolui para uma espécie de convergência nos romances nordestinos da década seguinte, numa síntese que agrega os temas nordestinos, a renovação da linguagem literária e a nova abordagem histórica e sociológica da região. Além disso, incorpora uma forte preocupação social e um sentido político muitas vezes vinculado aos preceitos do marxismo.

A grande repercussão dos romances de autores como José Américo de Almeida, Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Jorge Amado e Graciliano Ramos completa um quadro em que se consolida o reconhecimento do Nordeste como unidade regional, bem como difunde os temas que, desde então, estariam associados à região e formariam seu conceito identitário.

#### **1.4 Das secas nasce o Nordeste**

A longa busca pela compreensão do fenômeno das secas no semiárido, iniciada ainda no século XVI, é o terceiro caminho que leva à formação do conceito Nordeste. Deixo de lado, por enquanto, uma breve revisão histórica dessa busca, para tratar inicialmente neste tópico de um período decisivo para o estabelecimento do termo “Nordeste”.

Durante as primeiras décadas do século XX, a denominação “Nordeste” surge e começa a se consolidar. Pode-se observar essa transição acompanhando a gradual incorporação do termo em textos políticos, técnicos e literários do período. Vários autores que, até então, utilizavam a denominação “Norte”, passam a substituí-la por “Nordeste”.

Desde o início de seu emprego, o termo “Nordeste” esteve fortemente relacionado com o fenômeno das secas. Albuquerque Jr. chega a afirmar que:



o Nordeste é, em grande medida, filho das secas; produto imagético-discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito deste fenômeno, desde que a grande seca de 1877 veio colocá-la como problema mais importante desta área. (ALBUQUERQUE JR., 2001, p. 68)

Esse autor define a criação da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS), em 1919, como ponto de partida da mudança de denominação de “Norte” para “Nordeste”. O fato é que a Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS), criada em 1909 e, portanto, antecessora da IFOCS, já tivera papel fundamental tanto na substituição do termo quanto no estabelecimento do vínculo entre Nordeste e seca. A IOCS, por sua vez, já era resultado de outras tentativas oficiais de “institucionalizar” a questão das secas. Segundo José Américo de Almeida (1923, p. 229-230), em 1904 foram criadas pelo governo Rodrigues Alves a “Comissão de Açudes e Irrigação”, a “Comissão de Estudos e Obras contra os efeitos das secas” e a “Comissão de Perfuração de Poços”, as quais foram fundidas em 1906 na “Superintendência de Estudos e Obras contra os Efeitos das Secas”, com sede no Ceará.

Ao adotar a palavra “Nordeste” em boa parte dos estudos sobre as secas que publicou a partir de 1909, a Inspetoria de Obras contra as Secas, criada no governo Nilo Peçanha, foi um de seus principais agentes de divulgação.

Com o propósito de acompanhar o início dessa transição, relaciono no APÊNDICE A algumas obras do período de 1903 a 1917, dando ênfase aos trabalhos publicados pela IOCS. Trata-se, obviamente, de uma seleção (não sendo, portanto, uma lista exaustiva).

O processo de substituição da palavra “Norte” por “Nordeste”, é claro, continuou ainda por muitos anos. Todavia, a partir de 1919, ano da publicação de muitos estudos sobre a região semiárida e da criação da IFOCS, a denominação “Nordeste” se tornou predominante nos textos técnicos e políticos, trazendo consigo o vínculo com o fenômeno das secas, o que justifica a opção de Albuquerque Jr. por este marco.

Os vínculos do termo “Nordeste” com outras partes da região surgiram também durante essa transição, porém de modo complementar e secundário. Gilberto Freyre, já na década de 1920, foi um dos principais responsáveis pela distensão do conceito Nordeste ao tratar de questões regionalistas preferencialmente relacionadas ao litoral e zona da mata pernambucanos.

*Dois Nordestes, vários Nordestes*

Em 1937, Gilberto Freyre inicia seu livro *Nordeste* com uma explicação que deixa ver que, a essa altura, o vínculo entre o Nordeste e as secas estava fortemente estabelecido:

A palavra “Nordeste” é hoje uma palavra desfigurada pela expressão “obras do Nordeste” que quer dizer: “obras contra as secas”. E quase não sugere senão as secas. Os sertões de areia seca rangendo debaixo dos pés. Os sertões de paisagens duras doendo nos olhos. Os mandacarus. Os bois e os cavalos angulosos. As sombras leves como umas almas do outro mundo com medo do sol.

Mas esse Nordeste de figuras de homens e de bichos se alongando quase em figuras de El Greco é apenas um lado do Nordeste. O outro Nordeste. Mais velho que ele é o Nordeste de árvores gordas, de sombras profundas, de bois pachorrentos, de gente vagarosa e às vezes arredondada quase em sanchos-panças pelo mel de engenho, pelo peixe cozido com pirão, pelo trabalho parado e sempre o mesmo, pela opilação, pela aguardente, pela garapa de cana, pelo feijão de coco, pelos vermes, pela erisipela, pelo ócio, pelas doenças que fazem a pessoa inchar, pelo próprio mal de comer terra. (FREYRE, 1967, p. 5)

Observa-se certo desconforto de Freyre com o fato da imagem do Nordeste estar relacionada diretamente com as secas. O Nordeste de Freyre é outro e também merece atenção.

Esse posicionamento de Freyre reproduz a tradicional divisão socioeconômica entre o Nordeste da cana-de-açúcar (litoral e zona da mata) e o Nordeste do gado (sertão). Na introdução de *Nordeste*, Gilberto Freyre alerta que tratará especificamente do Nordeste da cana-de-açúcar e que Djacir Menezes traria a devida análise sobre o “outro Nordeste” (sertão). Por sugestão de Gilberto Freyre, o livro de Djacir Menezes ganhou o título de *O outro Nordeste*. Bastante elucidativo é o trecho do prefácio escrito por Menezes, em que cita Freyre e trata tanto da divisão em dois nordestes como da opção pelo título da obra:

Quando expus a índole deste livro a Gilberto Freyre (...), logo ele percebeu que realizávamos estudos paralelos: o Nordeste magistralmente pintado em sua obra, contrapunha-se ao Nordeste tracejado nestas páginas. O Nordeste da casa-grande e senzala ao Nordeste do vaqueiro e dos currais. O do latifúndio ao da exploração pastoril. O que se impregnara de sangue negro, evoluindo noutro sentido, ao que se desenvolvia do trabalho incerto e libérrimo das caatingas e dos vales úmidos, onde abrolhavam esparsamente núcleos mal-ganglionados de centros agrícolas irregulares.

“O seu estudo – escreveu-me – estou certo que será uma contribuição para os modernos estudos brasileiros. O título que sugeri de O outro Nordeste é justamente porque o seu Nordeste é o outro Nordeste ao lado do meu e talvez o menos conhecido, embora seja o mais falado: Nordeste das secas, dos grandes misticismos, de menor influência da escravidão, etc.” Dois Nordestes. Daí dois estudos. Ambos com um sentido de interpretação histórica e social paralelos. (MENEZES, 1937, p. 15-16)

Essa argumentação de que, por ser menos conhecido, o Nordeste das secas seria o “outro”, acaba, de modo intencional ou não, definindo o Nordeste açucareiro como referência principal para a região. As diferenças entre esses dois espaços foram ressaltadas em diversos estudos feitos sobre o Nordeste a ponto de, muitas vezes, serem tratados como se não houvesse qualquer vínculo. A separação ficou assim consagrada.

Também Josué de Castro, no clássico estudo *Geografia da fome* (1948), divide o Nordeste em dois espaços distintos para a análise: Nordeste açucareiro e sertão. Castro estabelece os limites geográficos de cada Nordeste da seguinte forma:

[Nordeste açucareiro]: estreita faixa de terrenos de decomposição e de sedimentação, estendendo-se ao longo de todo o litoral do Nordeste brasileiro, do Estado da Bahia até o do Maranhão. Faixa com largura média de 80 quilômetros, ora se estreitando entre o mar e os tabuleiros da zona agreste, ora se alargando em várzeas, brejos e colinas ondulantes, sem nunca ultrapassar, no entanto, a largura máxima de 300 quilômetros. (CASTRO, 1948, p. 112)

[Sertão do Nordeste]: se estende desde as proximidades da margem direita do rio Parnaíba no seu extremo norte, até o rio Itapicuru no seu extremo sul, abrangendo as terras centrais do Estado do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, numa extensão territorial de cerca de 670.000 km<sup>2</sup>, segundo os cálculos dos técnicos da Inspetoria de Obras contra as secas. (CASTRO, 1948, p. 180)

Como demonstração do papel da literatura na formação do conceito Nordeste, vale observar que esse estudo de Josué de Castro é dedicado a “Rachel

de Queiroz e José Américo de Almeida, autores de *O Quinze* e *A bagaceira*, romances da fome no Brasil” e também “à memória de Euclides da Cunha e Rodolfo Teófilo, sociólogos das áreas de fome no Brasil”.

Também dualista é a separação do Nordeste em “litoral” e “sertão”, em que, apesar de se perceber uma relação com a divisão socioeconômica “açúcar” e “gado”, o privilégio recai sobre os aspectos fisiográficos. Porém, é um engano pensar que haja consenso sobre essa divisão e que, por basear-se em critérios técnicos, permitiria estabelecer a fronteira entre os dois espaços. A fronteira é também móvel e os espaços se intercomunicam.

Exemplo disso é o fato de alguns estudiosos (como Manuel Correia de Andrade) entenderem que o sertão, em várias regiões e mais notadamente no Ceará, se estende até o litoral, enquanto outros dão preferência a uma delimitação mais “óbvia” e situam o sertão na porção interior, estabelecendo afastamentos ora variáveis (de 30 a 100 quilômetros) ora bastante imprecisos em relação à costa. O que se nota, em ambas as concepções, é uma aproximação da ideia de sertão especificamente com a região semiárida. Até por isso, levando em consideração as variações de clima, solo e vegetação, os estudos científicos adotam regiões de transição (como Zona da Mata, Agreste, Brejo), cujas denominações são historicamente consagradas, largamente difundidas e popularmente adotadas. A Zona da Mata seria a região próxima do litoral oriental que se estende, com maior ou menor área, do Rio Grande do Norte até a Bahia, e possui clima quente e úmido. O sertão nordestino seria a parte mais interior do Nordeste, com clima semiárido, vegetação de caatinga, processo de desertificação e “o lugar onde ocorrem as secas”. Por sua vez, o Agreste, apesar de tomado frequentemente como sinônimo de sertão, seria a área de transição entre a Zona da Mata e o Sertão.

Enfim, mesmo sendo inegável a força imagética do dualismo entre litoral e sertão, qualquer abordagem sobre o assunto deve considerar tanto a dificuldade da definição de fronteiras e a existência de zonas de transição, como, por outro lado, a indiscutível integração dos “dois espaços” que se expressa em intensas relações de troca de todas as ordens (econômica, social, cultural, política). Essa noção pode parecer complexa, porém no âmbito literário há várias obras que, com maior ou

menor êxito, refratam tanto essa diversidade dentro da unidade, quanto seu contexto relacional – servindo como exemplos os romances *A bagaceira* (1928), de José Américo de Almeida; *O Quinze* (1930), de Rachel de Queiroz, *Os Corumbas* (1933), de Amando Fontes; *Purgatório* (1955), de Paulo Dantas; *Essa terra* (1976), de Antônio Torres; e *Coivara da Memória* (1991), de Francisco J. C. Dantas.

Pode-se dizer que, de modo geral, os autores de romances regionalistas nordestinos a partir da década de 1930 vão tratar desses dois nordestes (ora o do açúcar e o do gado, ora o do litoral e o do sertão), desses três nordestes (o litoral, a zona da mata e do semiárido), desses múltiplos nordestes (o da fome, o da seca, o dos fazendeiros, o dos retirantes, o dos migrantes...) e desse único Nordeste, em que todas as faces inevitavelmente se encontram em arestas e vértices conformando uma identidade controversa, complexa e, ao mesmo tempo, singular.

Albuquerque Jr. alerta que essa identidade da região, construída pelo discurso regionalista, dificulta uma melhor compreensão da realidade nordestina. E isso me parece mesmo correto. Deve-se sempre manter um olhar crítico a respeito de todos os enunciados largamente difundidos que, afinal, transmitem a ideia de coesão de unidade regional. Como fundamento da argumentação desse autor, está o papel instituinte do discurso regionalista.

O discurso regionalista não é apenas um discurso ideológico, que desfiguraria uma pretensa essência do Nordeste ou de outra região. O discurso regionalista não mascara a verdade da região, *ele a institui*. (...) O Nordeste é uma produção imagético-discursiva formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada área do país. E é tal a consistência desta formulação discursiva e imagética que dificulta, até hoje, a produção de uma nova configuração de “verdades” sobre este espaço. (ALBUQUERQUE JR., 2001, p. 49)

A respeito dessa afirmação, entretanto, não cabe entender que o discurso regionalista, considerando sua heterogeneidade, tenha a criação do conceito Nordeste como um propósito comum premeditado. Conforme o próprio autor aponta, o discurso regionalista transcende limitações históricas e ideológicas: “Vamos encontrar as mesmas imagens e os mesmos enunciados sobre o Nordeste em formulações naturalistas, positivistas, culturalistas, marxistas, estruturalistas etc.” (ALBUQUERQUE JR., 2001, p. 49-50) E eu tendo a concordar que sob a

diversidade de origens desses enunciados existam muitos pontos de contato, porém ao aproximá-los não se pode repetir no aspecto conceitual (“uniformidade” de enunciados) o mesmo equívoco que se quer contornar ao analisar a “unidade” Nordeste. As diferenças existem e se não devem impedir uma formulação de caráter geral, também não podem ser negligenciadas quando a contradizem.

### *Nordeste das secas*

Tratar especificamente do espaço ficcional do sertão nordestino é ter de lidar com todas essas semelhanças e diferenças, com a variedade de forma e de conceitos desses enunciados e com uma literatura em que o estereótipo convive com o inusitado.

Pois o que pretendo é estabelecer sobre que tipo de espaço vou tratar quando me referir ao Nordeste. Essa delimitação, que pode parecer inútil para alguns, é mais do que necessária. Muitos estudos feitos nos mais diversos campos do conhecimento se apressam em delimitar cada qual seu próprio Nordeste antes de se moverem na direção de um objeto específico. Para Manuel Correia de Andrade, isso se dá sempre que se tenta uma abordagem regional, qualquer que seja a região, pois a natureza também não respeita fronteiras e com raras exceções as transições das paisagens são sempre lentas e gradativas.

É mesmo por isso que Andrade abre *A terra e o homem no Nordeste*, cuja primeira edição é de 1963, com o capítulo “Conceito de Nordeste”, e ali estabelece que o *seu* Nordeste compreende os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, o leste do Piauí, o norte da Bahia e o então território de Fernando de Noronha. (ANDRADE, 1964, p. 4)

Ao escolher tratar do tema das secas, evito, de certa forma, prender-me a uma lista de estados e regiões. O vínculo óbvio entre a seca e o sertão semiárido, me leva, a princípio, para esse espaço, para esse Nordeste. Assim, já que me comprometi com uma delimitação, digo que, neste trabalho, o meu Nordeste é o das secas, mesmo sabendo que este não é o único; e sabendo, igualmente, que as

secas “nordestinas” tampouco se prendem aos limites geopolíticos do Nordeste e que ocorrem também, por exemplo, na porção norte do estado de Minas Gerais.<sup>7</sup>

Portanto, ao decidir estudar a “literatura das secas” não deveria sequer me limitar à região semiárida nordestina, ainda que a esse espaço esteja quase sempre vinculada, e que esse vínculo esteja historicamente consagrado. Além disso, a literatura das secas utiliza muitas vezes como referentes outros espaços (fora do sertão semiárido) sem, todavia, perder o foco de sua tematização. Essa característica, um tanto surpreendente, merecerá ser analisada adiante.

Como se vê, essas tentativas de delimitação de estudo devem passar prioritariamente pela relação entre a literatura e a seca, com uma ênfase inevitável no espaço do sertão nordestino. Oficialmente, a “Região Semiárida do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE” é a área estabelecida para demarcar as regiões afetadas pelas secas. Em 1989, de acordo com orientação expressa na Constituição Federal de 1988, essa “Região Semiárida do FNE” substituiu legalmente o “Polígono das Secas”, que fora criado em 1936 com o mesmo objetivo.

Assim, caminho agora para essa “Região Semiárida do FNE” ou, simplesmente, para o sertão nordestino... Pretendo rever sua história e as histórias que sobre ele foram escritas.

---

<sup>7</sup> Em agosto de 2004, foi publicado o documento relativo ao Programa de ação nacional de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca - PAN-BRASIL, elaborado com a participação do governo federal (Secretaria de Recursos Hídricos/Ministério do Meio Ambiente), de governos estaduais e da sociedade civil, como resposta ao compromisso assumido pelo governo brasileiro na Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação. Nesse documento, afirma-se que as secas afetam, no todo ou em parte, os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais, e que começaram a afetar, de forma mais visível, partes do Maranhão, durante a seca de 1979-1983 e em algumas das secas anuais da década de 1990.

## Capítulo II: SERTÃO

### 2.1 Definindo o sertão

O sertão está em toda parte. Mas nem tudo é sertão. Desde antes do descobrimento do Brasil, a palavra vem sendo usada, como sinônimo de interior, longe do litoral, e aparece muitas vezes vinculada às ideias de desconhecido e despovoado.

A origem é incerta. Alguns estudos recentes continuam apontando essa incerteza, enquanto outros optam por uma ou outra explicação.

Uma hipótese, que liga a origem da palavra diretamente ao latim, é fornecida por Francisco da Silveira Bueno: “Do latim *sertum*, bosque, mata, fez-se o adjetivo *sertanus*, como de *urbs* se fez *urbanus*. De *sertanus* temos *sertão* como de *manus* temos *mão*, de *vanus*, *vão*, etc.” (BUENO, 1967, p. 3.721)

A mais reiterada das explicações é que “sertão” seria proveniente de “deserto/desertão”. Vários autores expõem essa possibilidade, como, por exemplo, o viajante inglês Richard Burton e Câmara Cascudo (citados por MARTINS, 1998, p. 120).

O dicionarista José Pedro Machado, alertando que as operações fonéticas não foram esclarecidas, afirma que a palavra evoluiu do latim *desertānu-*. Machado cita trechos do diário de viagem de Vasco de Gama em que a palavra aparece (*Roteiro da viagem de Vasco da Gama em 1497*, escrito pelo marinheiro Álvaro Velho), por exemplo: “esta jemte traz hũas cabaças grandes en que levam do mar per o *sertaõ* agoa salgada (...)”. (VELHO, citado por MACHADO, 1977, p. 187, grifo meu) Em outros trechos desse diário, a palavra aparece com as grafias “sartão” e “sartãoo”.

Machado utilizou, provavelmente, a primeira edição publicada dessa narrativa, na qual a proposta, conforme esclarecimento no prólogo, foi transcrever com integral fidelidade a ortografia original do manuscrito. Já na segunda edição,



publicada em 1861, o prólogo alerta que algumas alterações ortográficas foram adotadas para facilitar a compreensão do texto. Nenhum dos critérios e linhas gerais dessas alterações, explicados no prólogo, se aplica à palavra “sertão”, todavia algumas mudanças são encontradas e o trecho citado acima passa a ser: “esta jemte traz huumas cabaças grandes em que levam do már pera o *sertão* agoa salgada (...)” (VELHO, 1861, p. 20, grifo meu). Parece não haver intenção, nesse caso, de uniformizar a grafia, uma vez que outras formas (por exemplo, “sartão”, p. 4 e “sartão”, p. 49) também aparecem.<sup>8</sup>

Nos textos mais antigos, “sertão” tem o sentido de região interior. A palavra não aparece necessariamente relacionada com uma região despovoada, e muito menos com região de clima desértico. A única possibilidade de compreensão que poderia ligar “sertão” e “deserto” seria a perspectiva colonizadora e eurocêntrica, segundo a qual uma região, ainda que povoada por nativos, seria “deserta”, ou seja, passível de ser colonizada. De qualquer modo, o vínculo etimológico com “deserto” continuou sendo divulgado por muitos escritores, entre os quais Euclides da Cunha: “(...) sabemos dos sertões pouco mais além da sua etimologia rebarbativa, *desertus*” (CUNHA, 1975, p. 106); e José Américo de Almeida que, em *A Paraíba e seus problemas* (1923), afirma tratar-se de aférese de “desertão”. Em seu dicionário etimológico (cuja primeira edição é de 1932), Antenor Nascentes também define “sertão” como “forma aferética de *desertão*”, porém aponta uma dúvida: “É difícil explicação o ensurdecimento do s sonoro”. (NASCENTES, 1955, p. 466)

Foi o escritor cearense Gustavo Barroso quem trouxe um dado novo para essa questão. Em seu estudo “Vida e história da palavra sertão”, publicado em 1962, Gustavo Barroso nega que “sertão” seja corruptela de “desertão” e cita definições encontradas em vários dicionários, apontando, entre outros destaques, o registro da variante “certão”: “A palavra escreveu-se mais corretamente com c, pelo menos até o século XVIII. Por volta do século XVI já é encontrada indicando regiões do interior do próprio Portugal, absolutamente nada desertas.” (BARROSO, 1962, p.11)

---

<sup>8</sup> Comparando ainda a citação de Machado com a versão dita original que acompanha a edição de 1998, surgem outras pequenas divergências, entre as quais a grafia de “sertão” (VELHO, 1998, p. 167) que aparece na edição de 1998 do mesmo modo que na segunda edição (1861), sendo possível, portanto, que Machado tenha se equivocado.

Com base no *Diccionario da língua bunda, ou angolense, explicada na portugueza, e na latina*, escrito pelo frei Bernardo Maria de Canecattim e publicado em 1804, Gustavo Barroso afirma que a palavra “sertão” derivou de “muceltão”:

Convém notar que, apesar de não contrariar ou mencionar tal etimologia, a maioria dos dicionaristas define o vocábulo como significando *floresta* ou *mato longe da costa*, embora alguns achem ao mesmo tempo que é *lugar inculto* ou *deserto*.

Parece que o segredo da origem de sertão, voz tão identificada com nossa história, nossas tradições e nossa literatura, está no “Dicionário da Língua Bunda de Angola”, de frei Bernardo Maria de Carnecatim [Canecattim], ed. da Imprensa Régia, Lisboa, 1804. Na sua letra *M* se encontra o vocábulo *muceltão*, seguido da forma decepada e corrompida *certão*, com seu significado admiravelmente definido em latim: *locus mediterraneus*, isto é, o interior, o sítio longe do mar, longe da costa, o oposto ao marítimo, tal qual diriam os dicionaristas anteriormente citados.

O termo *muceltão*, de onde, naturalmente, *celtão* e *certão*, é corruptela, diz frei Bernardo de Carnecatim [Canecattim], do puro angolano, *mbunda* ou simplesmente e classicamente *bunda*: *michitu* ou *muchitu*, através de *muchitum* por nasalação dialetal. Esse termo quer dizer propriamente *mato* e era empregado pela gente do interior da África Portuguesa. Tornou-se por isso designativo de *mato longe da costa*, como nas definições dos dicionários. (BARROSO, 1962, p.11)

Temos por conseguinte, em língua bunda – *michitu*, *muchitu* e *muchitum*; depois, *muceltão* por influência lusa; afinal, *celtão* e *certão*, o interior das terras africanas coberto de mataria e nunca o deserto grande, o *desertão*, de onde a forma aferética *sertão*. Essa origem falsa, à custa de ser apregoada, influiu na grafia da palavra, que passou a ser escrita com *s*. (BARROSO, 1962, p.12)

O autor está plenamente convicto: “Não resta a menor dúvida que da ganga dos glossários angolenses veio o étimo da palavra *sertão* (...)” (BARROSO, 1962, p. 13)

Em obras bastante recentes, alguns dos mais importantes estudiosos têm concordado com Gustavo Barroso. Walnice Nogueira Galvão, por exemplo, demonstra ter sido convencida pelo escritor cearense: “(...) a questão da origem da palavra está há tempos elucidada, em texto pouco conhecido de Gustavo Barroso”. (GALVÃO, 2001, p. 16)

Willi Bolle, em *grandesertão.br* (2004, p. 48), citando Walnice Nogueira Galvão, também adota a explicação de Gustavo Barroso. Ou seja, essa explicação

parece ganhar força no meio acadêmico, entretanto, alguns aspectos do estudo de Gustavo Barroso merecem uma reflexão mais aprofundada.

O primeiro aspecto, talvez o menos relevante, é o fato de Gustavo Barroso mencionar equivocadamente (em mais um de um trecho) o nome do autor do dicionário, trocando Cannecattim por Carnecatim. Isso leva a pensar sobre o tipo de contato que Gustavo Barroso teve com a obra. É possível que, mesmo sendo o ponto central de seu estudo, Gustavo Barroso não tenha voltado ao dicionário para uma revisão de seu próprio texto.

Quem voltou ao dicionário, então, fui eu. Com isso, foi possível perceber outras incorreções do texto de Gustavo Barroso. O dicionário de Cannecattim está organizado em três colunas: português, latim e bunda. A ordem alfabética dos verbetes é seguida na primeira coluna, ou seja, a da língua portuguesa, portanto, contrariamente à afirmação de Gustavo Barroso, não é possível localizar na letra “m” o termo bunda “muceltão”. A referência aparece, na realidade, na letra “c” de “certão”. A informação completa do verbete é apenas: “certão, *locus mediterraneus*, muceltão, ou, muchítu”. (CANNECATTIM, 1804, p. 235) Portanto, as demais informações registradas por Gustavo Barroso não pertencem a essa fonte.

Outro dado interessante é que o prefixo “mu” é bastante comum na língua bunda, e há de se pensar na relevância semântica desse prefixo. Cannecattim traduz “mu” como uma preposição com ideia de lugar (“em”, “no” e “na”), desse modo, é ainda mais evidente a semelhança entre “certão” e “(mu)celtão” e, com isso, aumenta a dúvida sobre de qual língua, afinal, ambos se originaram.

Uma curiosidade não mencionada por Gustavo Barroso é que, na lista de verbetes, a palavra “sertão” é apresentada com a inicial “c”, enquanto no prólogo escrito por Cannecattim é empregada duas vezes com “s”. Observando textos dos séculos XV e XVI, nota-se que a inicial da palavra “sertão” sempre oscilou entre “s” e “c”. Aliás, ao contrário do que afirma Gustavo Barroso, a inicial “s” parece até mesmo ser a mais frequente, como aparece, por exemplo, na carta de Pero Vaz de Caminha sobre o “achamento” do Brasil, escrita em 1500 e no já mencionado diário de viagem de Vasco da Gama. Fica difícil, então, aceitar que o emprego da inicial “s” tenha sido

decorrente da propagação da explicação etimológica que vincula “sertão” e “desertão”.

Há ainda outras questões importantes. Uma delas é que, apesar de recorrer a várias obras, o centro da argumentação de Gustavo Barroso está, de fato, apoiado numa única fonte, o que, sabe-se bem, é um risco para qualquer pesquisa histórica, principalmente quando esta pretende ser conclusiva. Aliado a isso, está o fato de que o dicionário foi publicado em 1804 e a palavra “sertão” era empregada, conforme já mencionado, há alguns séculos. De acordo com Janaína Amado (1995), a palavra “sertão” era utilizada em Portugal “talvez desde o século XII, com certeza desde o XIV”, porém, em seu ensaio, não são apresentados exemplos relativos a esse período. Emanuel Araújo (2000, p. 79), por sua vez, prefere apontar que a palavra teria surgido provavelmente no século XV, “mas sua etimologia é obscura”.

De fato, pude comprovar que a palavra “sertão” aparece, por exemplo, na terceira parte das crônicas dedicadas ao rei Dom João I, “Crônica da Tomada de Ceuta”, escrita em 1449 e 1450 por Gomes Eanes de Zurara (1410?-1474):

Como quer que segumdo meu juizo, as guardas nom eram mujto neçessarias por aquelle presente, porque a çidade polla mayor parte he çercada dagua, omde tijnha assaz seguramça. e aquelle pequeno spaço que ficava da parte do sertoão, nom lhe compria melhor guarda (...).  
(ZURARA, 1942, p. 97)

Como os portugueses chegaram às terras “angolanas” somente no ano de 1483, a presença da palavra “sertão” em documentos anteriores torna difícil aceitar que esta tenha se originado da língua bunda, aumentando, com isso, a possibilidade de que os próprios portugueses a tenham introduzido naquele idioma.

Num balanço geral, o que parece mesmo prevalecer é que o significado de sertão, inicialmente, esteve mais relacionado com as noções de região interior, rural e afastada do litoral do que com as noções de deserto e despovoado, ainda que essas noções possam eventualmente ser complementares em certos contextos.

## 2.2 Sertão brasileiro

Com esse significado original, a palavra “sertão” podia ser empregada para referir-se a qualquer região interiorana, inclusive, como observou Gustavo Barroso, às terras do interior de Portugal. Foi com esse sentido que passou a ser, e ainda é, utilizada no Brasil.<sup>9</sup> Ao mesmo tempo, “sertão” ganhou contornos diferenciados no caso brasileiro, e o que se percebe hoje, é que a palavra continua a ser empregada tanto em seu sentido geral como em sentidos específicos.

A primeira especificidade que aqui se fortaleceu foi o vínculo mais claro com a noção de região desabitada (ou inexplorada). Dessa forma, a palavra foi e ainda é empregada para designar regiões com características físicas e climáticas bastante diversas, como o sertão mineiro, o sertão paulista, o sertão amazônico, o sertão goiano,... e, é claro, o sertão nordestino.

Isso também se aplica ao adjetivo “sertanejo”, porém, nesse caso, se observa que atualmente predominam no senso comum dois vínculos mais imediatos com o adjetivo. Um deles se refere ao universo cultural nordestino, especificamente àquele relacionado com as regiões do semiárido e da seca. Já o outro vínculo diz respeito principalmente à cultura sertaneja do interior de estados de outras regiões (por exemplo, São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Goiás) que surgiu nas últimas décadas, tendo como base a denominada cultura “caipira”, recentemente modificada a partir da incorporação de elementos culturais (como música, vestuário, festas) do universo *country* norte-americano.

Culturalmente distintos, esses dois “sertanejos” mantêm como traço comum a referência ao mundo rural e, em especial, à atividade pecuária, sobre a qual tratarei mais adiante.

Ainda no campo das especificidades brasileiras de aplicação da palavra “sertão”, deve-se notar o desenvolvimento de sua relação com as condições físico-

---

<sup>9</sup> Para outros esclarecimentos e exemplos do emprego da palavra “sertão” especificamente no Brasil, ver: TELES, G. M. O lu(g)ar dos sertões. In: FERNANDES, R. de. *O clarim e a oração*. Cem anos de Os sertões. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 263 - 302.

climáticas do semiárido nordestino. Nesse aspecto, a busca pela definição de um sertão vinculado mais diretamente ao semiárido não é nada recente. A distância em relação ao litoral deixa de ser critério exclusivo para a delimitação do sertão nordestino. O espaço sertanejo, considerando essas características físicas e climáticas, passa a ser descontínuo, tendo em vista as diferenças internas verificadas na região.

Tomás Pompeu de Souza Brasil, em *Memória sobre o clima e secas do Ceará*, define o sertão da seguinte forma: “Chama-se sertão o terreno (e constitui a maior parte da província [do Ceará]), que fica fora do litoral e das serras, onde se faz a criação dos gados.” (BRASIL, 1877, p. 8)

De modo similar, em *História da seca do Ceará - 1877 a 1880*, Rodolfo Teófilo apresenta a sua definição de sertão: “A parte do interior que não é serra tem o nome de sertão; é, por excelência, o terreno de criação ou pastoril, que ocupa cerca de quatro quintos da província.” (TEÓFILO, 1883, p. 7)

Dois aspectos comuns chamam a atenção nessas definições. O primeiro é a exclusão das serras do sertão nordestino. As serras, por terem clima mais ameno, são subtraídas nessa delimitação do espaço sertanejo por não corresponderem às características específicas do semiárido. Entretanto, a relação do sertão semiárido com as serras é bastante estreita. As serras são utilizadas como refúgios em períodos de seca. Enquanto espera pela chuva, o sertanejo leva seu gado para as serras como uma das últimas alternativas de sobrevivência.

No romance *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, esse recurso aparece acompanhado pelas ponderações dos personagens sobre o momento adequado ou inadiável para a retirada do gado, bem como sobre as prováveis perdas que resultariam. O semiárido e a serra não estão, afinal, dissociados no contexto social sertanejo. Em *O Quinze*, diante do agravamento da seca, alguns personagens “lembram” de suas terras na serra, para as quais poderiam enviar o gado. A seca, então, reúne os espaços, fazendo crer que é impossível entender e buscar soluções para seus efeitos considerando apenas os limites do sertão semiárido.

Por vezes, não somente as serras, mas até mesmo o litoral é considerado sertão. Numa análise da extensão do fenômeno das secas, isto é perfeitamente aceitável, porém, considerando as características físico-climáticas das regiões, é discutível. Um dos estudiosos que reúne litoral e semiárido é Manuel Correia de Andrade, que, em *A terra e o homem no nordeste*, explica sua opção com um argumento baseado no mesmo trecho da obra de Rodolfo Teófilo citado acima:

Reunimos o Litoral Setentrional ao Sertão porque na costa do Norte do Nordeste, o Sertão chega quase até a praia. (...) A admissão de que o Sertão vem até o Litoral é tão arraigada entre os norte-riograndenses e cearenses que, referindo-se ao Ceará, nos fins do século passado [século XIX], Rodolfo Teófilo afirmou “a parte do interior que não é serra tem o nome de Sertão” (...). (ANDRADE, 1964, p. 26)

Apesar do equívoco de Andrade na interpretação da citação (pois Teófilo escreveu sobre a “parte do interior”, ou seja, excluiu o litoral), é interessante notar a pluralidade de possibilidades de delimitação do espaço sertanejo nordestino.

Mas ainda falta falar sobre o outro aspecto comum, talvez o mais evidente, nos conceitos de sertão apresentados por Souza Brasil e Rodolfo Teófilo, que é o estabelecimento do sertão como um lugar de criação de gado, e esta é outra especificidade de sentido que ganhou força no Brasil e que a palavra ainda hoje comporta.

A vinculação da palavra “sertão” com a atividade pecuária possui fundamentos históricos e coloca em segundo plano os aspectos físicos e climáticos, bem como os limites regionais. Walnice Nogueira Galvão, num esboço de definição, explica: “o que se chama sertão, no Brasil, é toda a região interiorana do país, abrangendo mais da metade de seu território. Sua determinação é mais histórico-econômica que geográfico-política.” (GALVÃO, 1976, p. 36) Isso porque, segundo Galvão, as melhores terras da colônia eram reservadas para os produtos mais rentáveis para a metrópole. Para suportar essa produção principal, a expansão territorial rumo ao interior era necessária, e sua destinação foi, principalmente, a criação de gado.

A adoção desse critério histórico-econômico amplia o “espaço sertanejo”. Não se trata mais apenas do sertão nordestino:

Se geofisicamente é impossível caracterizá-lo, entretanto histórico-economicamente o sertão é um só: zona de gado, onde se pratica a pecuária extensiva. Como Guimarães Rosa tão bem o definiu, num romance de 1956, “sertão é onde os pastos carecem de fechos”. (GALVÃO, 1976, p. 36)

Vale dizer que Walnice Nogueira Galvão está revisando o conceito apresentado num texto anterior, em que afirmava:

Dá-se o nome de *sertão* a uma vasta e indefinida área do interior do Brasil, que abrange boa parte dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Goiás e Mato Grosso. É o núcleo central do país. Sua continuidade é dada mais pela forma econômica predominante, que é a pecuária extensiva, do que pelas características físicas, como tipo de solo, clima e vegetação. Embora uma das aparências do sertão possa ser radicalmente diferente de outra não muito distante – a caatinga seca ao lado de um luxuriante barranco de rio, o grande sertão rendilhado de suas veredas -, o conjunto delas forma o sertão, que não é uniforme, antes bastante diversificado. (GALVÃO, 1972, p. 25-26)

O ponto central dos dois conceitos de Galvão é o mesmo (o gado), talvez a diferença mais relevante seja sua tentativa posterior de evitar a “armadilha” que é citar os estados em que o sertão está presente, porém a frase síntese desses conceitos está mesmo no texto anterior: “É a presença do gado que unifica o sertão.” (GALVÃO, 1972, p. 26)

### *Colonização do sertão*

Pertinente para o “grande sertão” brasileiro, essa relação com a pecuária extensiva vale, certamente, também para o sertão semiárido do Nordeste. A ocupação colonial desse espaço, desde o primeiro século da colonização, deveu-se mesmo ao desenvolvimento dessa atividade. Emanuel Araújo remonta ao século XVI para se referir ao início da ocupação do semiárido:

Sabemos que desde o princípio da colonização regular, após o estabelecimento do governo-geral em 1549, começou a expansão sistemática da pecuária no Nordeste com gado trazido ou de São Vicente, onde fora introduzido no decênio anterior, ou de Cabo Verde. (ARAÚJO, 2000, p. 50)



Ainda de acordo com Araújo, discutia-se, então, sobre o aproveitamento daquelas terras. O senhor de engenho e escritor Gabriel Soares de Sousa não via a atividade pecuária com grande importância, a criação de gado seria apenas uma opção para uma terra fraca em que não se poderia produzir cana-de-açúcar. Já Garcia D'Ávila, organizador de um centro de poder administrativo e econômico na região, a "Casa da Torre", divergia dessa ideia e estendeu seus domínios por boa parte do atual sertão nordestino.

Não pensava assim um seu contemporâneo, o jovem Garcia D'Ávila, que aportara em Salvador, no ano de 1549, com o governador Tomé de Sousa, logo recebendo terras de pasto nos campos de Itapoã, de onde atingiu a enseada de Tatuapara, erguendo aí uma torre de estilo medieval, em alvenaria, verdadeira casa-forte de onde dominava grande extensão do litoral e a entrada do interior. Morreu em 1609, mas fundara uma espécie de "dinastia", dita Casa da Torre, que pelo século XVII expandiu suas terras sertão adentro (só na margem pernambucana do rio São Francisco abrangiam 260 léguas de testada), que sem dúvida constituíram a maior riqueza fundiária de todo o período colonial." (ARAÚJO, 2000, p. 50)

A partir da Bahia, em direção ao rio São Francisco e ao sertão pernambucano, a "dinastia" de Garcia D'Ávila tornou-se dona de um gigantesco latifúndio. Segundo Araújo, o gado baiano "terminou por ocupar a região do São Francisco e daí o Piauí, Goiás e Mato Grosso, enquanto do lado pernambucano estendeu-se até o Ceará." (ARAÚJO, 2000, p. 51)

Outros caminhos importantes de colonização do sertão nordestino foram os rios e a guerra contra a ocupação holandesa foi um fator decisivo. Segundo João Brígido dos Santos (1887), foi nesse período da guerra que o interior do Ceará começou a ser colonizado. Em conformidade com essa ideia, Djacir Menezes afirma que o interior do Ceará era praticamente desconhecido dos portugueses até o final do século XVII. O interior do Ceará, então, começou a ser explorado por três caminhos: rio Jaguaribe, riacho Figueiredo e rio do Peixe. As primeiras cidades que surgiram foram "reuniões de casas com aldeamentos aborígenes" (MENEZES, 1937, p. 67): Crato, Granja e Baturité, no Ceará; Piancó e Campina Grande, na Paraíba.

Fugindo da guerra, várias famílias se estabeleceram primeiramente nos sertões baiano e pernambucano. Algumas dessas famílias se dirigiram, depois, ao sul do Ceará, para a região do Cariri.

Pelo riacho da Brígida, vieram os povoadores do Cariri, de Porto Calvo, do Penedo, da Cotinguiba, etc. Pelo Rio do Peixe, vieram os do Icó e do alto Jaguaribe, quase todos do centro da Paraíba, de Itabaiana, de Pernambuco, etc. Finalmente, as regiões inferiores do Jaguaribe, o litoral da província e o vale do Acaracú receberam os seus povoadores da costa de Pernambuco, Paraíba, e principalmente do Rio Grande do Norte. Nestes últimos pontos, a colonização foi mais tardia.

Os rios eram, em começo, os únicos caminhos por onde se penetrava no interior do país. (SANTOS, 1887, p. 23-24)

A formação de grandes latifúndios estava vinculada ao sistema de concessão de sesmarias, de tal modo que foi este sistema de distribuição de terras que, afinal, “propiciou a expansão da pecuária bovina sertão adentro no Nordeste.” (ARAÚJO, 2000, p. 52) Mesmo naquela época, conforme aponta Djacir Menezes, já se reclamava desse sistema em que muito poucos eram demasiadamente favorecidos.

Em 1700, o governador da capitania de Pernambuco se queixava ao rei de Portugal da vasta extensão açambarcada pela famosa casa da Torre. Só o coronel Garcia de Ávila possuía mais de 130 léguas no vale de S. Francisco, acrescidas ainda de outros domínios cobrindo amplo sertão pernambucano. (MENEZES, 1937, p. 71)

As terras eram vastas, o gado pedia pouco cuidado e o trabalho podia ser feito por poucas pessoas. Aliado a isso, a criação de gado no sertão era defendida com um argumento inusitado, o qual atribuía ao sertanejo uma tendência “natural” para essa atividade, tal como aparece num texto anônimo do final do século XVIII (talvez de João Pereira Caldas, segundo Araújo):

Essa gente perversa, ociosa e inútil pela aversão que tem ao trabalho da agricultura, é muito diferente [quando] empregada nas ditas fazendas de gados. Tem a este exercício uma tal inclinação, que procura com empenhos ser nele ocupada, constituindo toda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro. Vaqueiro, criador ou homem de fazenda são títulos honoríficos entre eles e sinônimos com que se distinguem aqueles a cujo cargo está a administração e economia das fazendas. (CALDAS, citado por ARAÚJO, 2000, p. 52)

Ganhava contornos, desde esses primeiros momentos, não apenas a ocupação do sertão, mas também sua conformação cultural, com a criação de identidades e mitos que se perpetuaram até hoje. A figura do vaqueiro heroico e destemido é adensada e se reproduz nas conversas do dia-a-dia, nos cordéis, nas canções, nas histórias e lendas transmitidas geração após geração, nos romances, a ponto de tornar-se um estereótipo, mas também se cristalizando como uma importante referência cultural identitária para o povo sertanejo.

Durante a viagem de dois meses que fiz em 2004 pelos sertões nordestinos, pude comprovar como estão vivas e quão poderosas são essas referências identitárias. Se é verdade que são motivos de orgulho para muitos, também é verdade que são negadas e até envergonham outros. Quando entendidas como sinais de ignorância ou “atraso”, é muito comum que sejam tratadas como atributos de “outros”, ou seja, dizem sempre respeito a outras pessoas. Por outro lado, quando associadas às ideias de coragem, de virtude, de moral e de tradição, o “outro” torna-se “ele próprio”. Encontrei exemplos disso com pessoas que orgulhosamente cantavam velhas canções do Nordeste ou sucessos de Luís Gonzaga, declamavam extensos poemas, ostentavam ou usavam como decoração em suas casas vestimentas e apetrechos de vaqueiro, tinham pendurados quadros e cartazes de Lampião, Padre Cícero e Patativa do Assaré, ou usavam camisetas com essas figuras estampadas.

No período de quase cinco séculos anterior a essa minha viagem, diversos viajantes percorreram o semiárido nordestino e ali encontraram outros motivos de admiração. Alguns motivos, no entanto, parecem permanecer os mesmos.

### **2.3 Viajantes**

Não lhes admiremos o brilho até à cegueira. Porque afinal é lastimável que ainda hoje procuremos nas velhas páginas de Saint-Hilaire... notícias do Brasil. Alheamo-nos desta terra. Criamos a extravagância de um exílio subjetivo que dela nos afasta, enquanto vagueamos como sonâmbulos pelo seu seio desconhecido.  
(Euclides da Cunha, *Contrastes e confrontos*, p. 105-106)

Sabe-se bem que é extensíssima a lista de viajantes estrangeiros que vieram ao Brasil, principalmente a partir do século XIX, com a finalidade de explorar

regiões pouco conhecidas. Com objetivos diversos e a mando de igualmente diversos governos ou instituições, esses viajantes cruzaram o território em todas as direções e forneceram em seus relatos de viagens informações e observações que ainda hoje servem à compreensão dos lugares por onde passaram.

Revedo dezenas desses relatos, percebi que algumas regiões foram, desde os primeiros momentos da colonização, alvos privilegiados desses viajantes. Obviamente, as regiões próximas dos primeiros núcleos de colonização foram as mais visitadas. No entanto, houve também aqueles que avançaram diretamente pelo interior em longas jornadas buscando as regiões mais remotas.

Nas minhas leituras, busquei selecionar os principais relatos dos viajantes que percorreram o sertão nordestino, aqueles que efetivamente deixaram o litoral, centros de povoamento e cercanias e se aventuraram no semiárido. Com isso, a lista de viajantes se reduziu sensivelmente. Não foram poucos que o fizeram, todavia não foram tantos se compararmos com o número de relatos sobre outras regiões. A primeira explicação que se poderia aventar para isso seria o ambiente inóspito do sertão nordestino. No entanto, essa hipótese é bastante relativizada ao se observar o número dos viajantes que se dedicaram, por exemplo, à região amazônica – tanto ou mais inóspita que o semiárido. Outra razão seria o fato de que muitos trajetos dos viajantes acompanhavam os cursos de rios de grande e médio porte. Dessa forma, algumas áreas do semiárido estavam, de fato, menos acessíveis, pois a quantidade de rios perenes e navegáveis é pequena. Assim, compreende-se que, no começo da colonização, as regiões mais visitadas do sertão nordestino tenham sido aquelas ao longo e próximas do Rio São Francisco.

Porém, o fator que parece ser preponderante para a menor frequência de viajantes exploradores no semiárido nordestino é econômico. As primeiras expedições coloniais a essa região eram motivadas basicamente por interesses que visavam a resultados imediatos: a captura de mão-de-obra escrava indígena e a procura por riquezas minerais. A utilização de índios do sertão para trabalho escravo apresentava inconvenientes de várias ordens (entre outros, distância, condições dos caminhos e a resistência de tribos guerreiras). Já minerais preciosos como o ouro e

a prata, apesar de várias lendas que existiam a respeito, nunca foram encontrados em quantidade razoável para a exploração.

Durante a ocupação holandesa, no século XVII, foram enviadas por Maurício de Nassau várias expedições ao sertão atrás de ouro e prata, mas também houve viagens com propósitos científicos, como as realizadas por George Marcgraf - que realizou estudos botânicos, zoológicos, etnológicos, econômicos, além de confeccionar, segundo Oberacker Jr. (1968, p. 69), os primeiros mapas do Nordeste brasileiro. Quanto à busca por minerais preciosos, Nassau mandou fazer perfurações nas serras de Pernambuco e nada (ou pouco) encontrou. Elias Herckmans, administrador holandês da Paraíba e autor da *Descrição geral da capitania da Paraíba* (1639), promoveu expedições e fez uma viagem de dois meses pelo interior da capitania, também a mando de Nassau, sem qualquer resultado. E ainda durante a ocupação holandesa, Matias Beck instalou-se no Ceará e ali permaneceu por cinco anos ordenando a busca por minerais preciosos, inspirado por uma antiga história que ainda circulava na região:

As notícias sobre as riquezas minerais do Ceará vinham dos primórdios da colonização. Corria que Martim Soares Moreno havia retirado metais preciosos de Itarema, nome que os índios davam à serra da Taquara, contígua à de Maranguape. Nesse mesmo local, os holandeses, a mando de Matias Beck, durante cinco anos, de 1649 a 1654, tentaram sem resultado a lavra de prata. Iguamente foram infrutíferas as suas prospecções em busca deste metal na serra da Ibiapaba, para os lados do Camucim, dirigidas pelo engenheiro Ricardo Caer, em 1649. Por cerca de vinte anos os holandeses procuraram ouro e prata no Nordeste. A tentativa cearense epilogou o ciclo batavo de mineração, cuja lembrança não se apagou na memória popular. (BRAGA, 1962, p. 345)

Já no século XVIII, houve ainda, de acordo com o historiador Renato Braga, a tentativa de Antônio Gonçalves de Araújo que, em 1743, foi procurar prata em Ubajara, na serra da Ibiapaba, depois seguiu para Ipu, perto da ladeira do Acarape, e encontrou somente um pouco de cobre e de chumbo.

Por certo, essas tentativas frustradas atenuaram o interesse pelo semiárido, cujo processo de ocupação permanecia vinculado à atividade pecuária. Aliado a isso, o impedimento que o governo português impunha aos exploradores estrangeiros, mesmo àqueles com interesses científicos, repelia novas tentativas. Conforme aponta João Brígido dos Santos, em seu *Resumo cronológico para a*

*história do Ceará*, nem o explorador Alexander von Humboldt escapou dessas restrições. Na data de 21 de julho de 1800, consta a seguinte anotação:

Circular do governador remetendo uma carta régia, em que muito se recomenda a prisão de um tal barão de Humboldt, súdito prussiano e homem perigoso, que viajava o interior da América e do Maranhão, sob pretexto de fazer observações científicas, mas com o fim de tentar, com novas ideias, os súditos de S. M.; excursões estas, sumamente prejudiciais aos interesses da coroa. Oferecia-se o prêmio de 400.000 réis a quem o prendesse! (SANTOS, J. B., 1887, p. 125)

### *Naturalistas do século XVIII*

As exceções, é claro, eram os viajantes nascidos em Portugal e no Brasil. Sob influência do iluminismo francês, Portugal começou na segunda metade do século XVIII uma política de incentivo às viagens científicas (ou viagens filosóficas) em todo seu reino. A reforma da Universidade de Coimbra (1772), a organização do curso de filosofia e a criação da Academia Real de Ciências de Lisboa (1779) tiveram papel fundamental nesse processo. Domingos Vandelli (1732-1816), professor em Coimbra, propôs essas viagens à Academia em *Viagens filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar* (1779), e nos anos seguintes diversos viajantes naturalistas partiram para suas explorações, sendo mais conhecida a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) pela região amazônica, de 1783 a 1792. Os naturalistas contavam inclusive com um manual técnico para orientar os trabalhos: *Breves instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos e notícias pertencentes à história da natureza para formar um Museu Nacional*, de 1781.

Entre esses naturalistas, interessa mencionar alguns que viajaram ou residiram no Nordeste e escreveram estudos sobre a região. João da Silva Feijó (1760-1824), nascido no Rio de Janeiro, foi aluno de Vandelli e ainda muito jovem trabalhou na organização do Museu de História Natural da Ajuda, em Lisboa. Cumpriu missão em Cabo Verde de 1783 a 1797, retornou para Lisboa e depois foi enviado ao Ceará com a principal incumbência de encontrar jazidas de salitre. Chegou ao Ceará em 1799, onde trabalhou por cerca de 18 anos e escreveu, entre outras obras, a valiosa *Memória sobre a capitania do Ceará*, de 1814. Também deve

ser citado o pernambucano Manuel Arruda da Câmara (1752-1811) que viajou por Pernambuco, Paraíba, Ceará e Piauí e enviou diversos relatos para a Academia Real de Ciências de Lisboa.

Porém quero destacar especialmente o Padre Joaquim José Pereira, que, em 1798, escreveu sobre efeitos da seca no sertão em sua *Memória sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apody da capitania do Rio Grande do Norte, da comarca da Paraíba de Pernambuco; onde se descrevem os meios de ocorrer a estes males futuros; etc., etc.* No ano seguinte, Pereira foi designado juntamente com Vicente Jorge Dias Cabral para procurar terras salinas no Maranhão e no Piauí. Esses trabalhos se estenderam até 1803.

#### *Viagens ao sertão no século XIX*

Como é bem conhecido, esse quadro de impedimento de expedições estrangeiras só começa a se reverter no começo do século XIX com a mudança da família real para o Brasil e com a abertura dos portos às nações amigas em 1808.

Um dos primeiros e mais importantes relatos de viagens ao sertão nordestino é justamente de um inglês (na verdade, filho de ingleses e nascido em Lisboa) que não estava em missão científica, nem era subsidiado por nenhum governo. Henry Koster chegou ao Recife em 7 de dezembro de 1809, fugindo do inverno europeu e buscando um clima adequado para tratar sua tuberculose. Trata-se da primeira de suas vindas ao Brasil - destino que escolheu, segundo ele próprio, por recomendações de amigos, uma vez que os portos de Portugal e Espanha ainda estavam interditados aos ingleses.

Em outubro de 1810, desejando conhecer “regiões menos povoadas e mais incultas”, Koster (2002, p. 123) partiu em viagem por terra pelo sertão e chegou ao Ceará em dezembro. Permaneceu em Fortaleza até fevereiro de 1811 e retornou para Recife. Poucos dias depois, embarcou para o Maranhão. Chegou no Maranhão no começo de março e dali mesmo retornou à Inglaterra em 8 de abril de 1811.

A segunda viagem de Koster ao Brasil aconteceu ainda em 1811, chegando a Pernambuco em 27 de dezembro. Entre 29 de janeiro de 1812 e 6 de fevereiro daquele ano, Koster viajou pelo interior pernambucano (Pau D'Alho, Bom Jardim, Paulista, Limoeiro e outras localidades) acompanhando o Capitão-Mor em suas inspeções de tropas. Em abril, Koster arrendou um engenho localizado ao norte de Recife. Administrou o engenho até setembro de 1813 e em novembro se mudou para a Vila da Conceição, na Ilha de Itamaracá. Antes de regressar para a Inglaterra no começo de 1815, fez ainda outras viagens pelos arredores, com estadias em Recife, e traduziu textos do amigo naturalista Manuel Arruda da Câmara. Foi somente na Inglaterra que, auxiliado pela grande biblioteca de Robert Southey (autor de *História do Brasil*), escreveu *Travels in Brazil (Viagens ao Nordeste do Brasil)*. O livro, publicado em 1816, tornou-se uma obra de referência e foi diversas vezes citado por outros viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil no século XIX. Ainda em 1816, Koster retornou para Pernambuco, onde permaneceu até sua morte em 1820.

Um dos que citam Koster é Louis François de Tollenare, que esteve no Brasil de 1816 a 1818. Tollenare nasceu em Nantes, na França, viajou até Pernambuco em 1816 buscando negociar algodão. Foi para a Bahia onde ficou até o começo de 1818, e então regressou à Europa. Não viajou pelo semiárido nordestino, porém, apoiado em informações de terceiros, chegou a escrever sobre o Ceará e as secas em suas *Notas Dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*, analisando principalmente o potencial e os problemas para o desenvolvimento da região. Esteve na Bahia na mesma época que Georg Wilhelm Freyreiss e Friedrich Sellow, que integraram a expedição do príncipe Maximilian von Wied-Neuwied:

Domingo, 21 de setembro de 1817. Há aqui dois jovens naturalistas alemães de quem a Europa deve esperar o conhecimento do Brasil. Um deles, o Sr. Sellow, viaja para a Academia de Berlim; o outro, o Sr. Freyreiss, às expensas não sei de qual corte da Alemanha. (...) Parece mesmo que até hoje as suas coleções têm sido quase que em comum com o príncipe de Neuwied, que com eles viajou nas províncias meridionais do Brasil e acaba de partir para a pátria, levando os manuscritos destinados à publicação da primeira parte de sua obra. (TOLLENARE, 1959, p. 312)



A viagem do príncipe von Wied-Neuwied pode ser considerada a primeira expedição científica especialmente dedicada ao Brasil. Partiu para o Brasil em 15 de maio de 1815. O príncipe alemão seguiu pelo litoral do Rio até a Bahia. De Ilhéus, subiu “o rio S. Pedro de Alcântara, seguindo pelas florestas e campos gerais até o arraial da Conquista, ponto extremo de sua viagem, voltando daí para a cidade de Salvador”. (MELLO-LEITÃO, 1941, p. 263) Isso significa que, a não ser o pequeno trecho até Vitória (então, arraial) da Conquista, também pouco conheceu do semiárido. No retorno para Salvador, o viajante foi preso e mantido como prisioneiro “até que se verificasse que ele não era inglês nem pernambucano”. (MELLO-LEITÃO, 1941, p. 263) No dia 10 de maio de 1817, o príncipe von Wied-Neuwied embarcou de volta para a Europa, onde publicou *Viagem ao Brasil*, em 1820.

Já os integrantes da missão austríaca, Johann Baptist Spix e Karl Friedrich Philipp Martius, em sua viagem pelo interior do Brasil, de 1817 a 1820, atravessaram parte do semiárido nordestino, principalmente no trecho de Ilhéus ao Maranhão, quando cruzaram os sertões baiano, pernambucano e piauiense, e não deixaram de comentar as secas da região.

Sobre a missão austríaca, vale citar F. J. Bertuch, editor de Eschwege, que, no prólogo assinado em Weimar, 14 de março de 1818, deixa entrever como motivação para a expedição uma certa disputa pela prioridade do conhecimento científico, ou talvez, por outro prisma, uma obrigação de contribuir para novas descobertas relativas ao Brasil:

Parece que seria reservado aos alemães, por intermédio de sua assiduidade, de seus conhecimentos e de sua perseverança, descortinar cientificamente o Brasil, penetrar no interior do País e fornecer notícias verdadeiras. O Conde Hoffmannsegg, Siebers, von Eschwege, Freyreiss, Sellow, todos respeitáveis homens alemães, há anos merecem louvor. Destaca-se dentre esses um príncipe alemão, o meritório Príncipe Maximilian de Neuwied, que com sua recente viagem de exploração, realmente uma notável expedição da história natural no Brasil, cuja colheita todos nós esperamos, é exemplo para todos. O que se pode e se deve esperar agora, não somente na Alemanha, mas em toda a Europa, dos esforços e das investigações científicas da comitiva de tão sábios naturalistas alemães que mandaram para o Brasil, a pedido da Corte Portuguesa, Suas Majestades, o Imperador da Áustria, o Rei da Baviera e o Grão-Duque da Toscana, às suas expensas, por ocasião da viagem da noiva do Príncipe herdeiro, D. Pedro, Sua Alteza Arquiduquesa [princesa Leopoldina da Áustria]. (BERTUCH. In: ESCHWEGE, 2002, p. 31)

De fato, não foram apenas os alemães que continuaram esse trabalho. Inspirado pelos livros de Humboldt, o botânico George Gardner, nascido em Glasgow, viajou por várias regiões do Brasil, inclusive pelo Nordeste, publicando, em 1846, *Viagem ao interior do Brasil principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*, em que também consta comentário sobre a seca:

As chuvas aqui começam ordinariamente em fevereiro e duram até começos de julho. Toda a província [Ceará] é sujeita por vezes a prolongadas secas, a última ocorrida no ano de 1825, durante a qual absolutamente não choveu. Grande foi o sofrimento resultante desta calamidade, de que o povo ainda fala com supremo horror. Extinguiram-se gado e cavalos e a perda de vidas humanas na província avalia-se em trinta mil habitantes. Gente sem conta pereceu quando procurava chegar à costa; animais selvagens e domésticos sucumbiam por falta de água e de alimento. Tem-se notado que tais secas ocorrem periodicamente. (GARDNER, 1975, p. 82)

Mais ou menos no mesmo período, viajou pelo Nordeste o americano Daniel Parish Kidder, não em missão científica, mas religiosa. O pastor metodista esteve no Brasil de 1837 a 1840. Com o falecimento da esposa, regressou aos Estados Unidos, onde escreveu dois volumes sobre suas viagens, um sobre as províncias do Sul, outro sobre as províncias do Norte. Kidder escreve de modo comovente sobre os problemas relacionados ao clima do semiárido, mencionando tanto as secas quanto as inundações.

É difícil dizer-se qual a maior calamidade dessa região, se as inundações ou a seca. Na estação das águas, as chuvas torrenciais e contínuas danificam o algodão em flor, bem como outras plantações e fazem crescer as águas dos rios a ponto de transbordar e transfigurar a face mutável da terra. Por outro lado, já se passaram anos inteiros sem chuva. Nessas ocasiões a vegetação desaparece e tanto o homem como os animais morrem à míngua em grande quantidade. É penoso ouvir-se a descrição dessas calamidades e da fome que acarretam. Já tínhamos tido notícia do fenômeno por um cavalheiro que conhecemos em Pernambuco e que o presenciara anos antes no Rio Grande do Norte. Segundo o nosso informante a inanição devastava as populações do interior cuja única esperança era poder atingir certos pontos do litoral onde se concentravam os socorros vindos de fora. Centenas de retirantes morriam em viagem e seus corpos descarnados, abandonados na areia, nem sequer empestavam o ar ou serviam de pasto aos vermes, de tão mirrados e secos. Os que tinham forças para vencer o itinerário e dinheiro com que adquirir alimento, sobreviviam. Os outros chegavam tarde demais, pois já se achavam de tal forma combalidos que o pouco que comiam, em vez de lhes dar alento, só lhes servia para abreviar o fim. (KIDDER, 1980, p. 157-158)

Uma grande expedição científica que passou pelo sertão nordestino em meados do século XIX foi aquela financiada por Nathaniel Thayer. A Expedição Thayer foi comandada pelo suíço Louis Agassiz e contou com vários integrantes<sup>10</sup> que, divididos em grupos, percorreram diversas regiões do Brasil em 1865 e 1866.

Sobre essa expedição, Louis Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz publicaram, em 1868, *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Nessa obra há um capítulo que relata sua breve passagem pelo Ceará. Os cientistas chegaram em Fortaleza no dia 31 de março de 1866 e se preparam para ir até a serra do Baturité. Partiram no dia 6 de abril, acompanhados pelo Senador Pompeu e pelo Major Coutinho. As condições adversas do clima e das estradas fizeram com que a exploração fosse bastante limitada, mal tocando a região semiárida. O primeiro trecho da viagem pelo interior cearense foi de apenas “seis ou oito quilômetros”. Dormiram e, no dia seguinte, viajaram por três léguas (17 quilômetros) até a Serra de Mongubá. Dali partiram para Pacatuba, situada ao pé da Serra de Aratanha, distante uma légua. Subiram a serra e se hospedaram na casa de uma pessoa indicada para recebê-los. Em 9 de abril, retornaram para Pacatuba. No dia 10, estavam novamente em Mongubá. A passagem pelo Ceará terminou em 16 de abril, quando partiram de volta para o Rio de Janeiro.

Outros integrantes da Expedição Thayer tiveram maior contato com o sertão nordestino, como é o caso de Orestes Saint John, que, de acordo com Mello-Leitão (1941, p. 177), “desceu o São Francisco até a Vila da Barra e daí prosseguiu por terra até alcançar o alto do Paraíba, descendo este rio até Teresina, de onde seguiu para Caxias e, pelo Itapirucu, chegou a S. Luís a 8 de janeiro de 1866.”

Charles Frederick Hartt, que também integrou a Expedição Thayer, descreveu essa viagem e outra viagem posterior, realizada em 1867, em *Geologia e geografia física do Brasil*, publicado em 1870. O extenso estudo de Hartt, que cita relatos de diversos viajantes que o antecederam, abrange quase todas as regiões do Brasil, não faltando capítulos especialmente dedicados a Sergipe, Alagoas,

---

<sup>10</sup> Entre outros: Charles Frederick Hartt, Orestes Saint John, Joel Allen, Edward Copeland, James Burkhardt, Elizabeth Cary Agassiz, William James, John Anthony, Thomas Ward.

Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, nos quais se encontram algumas menções breves à seca na região. No capítulo sobre o Ceará, Hartt relata:

A estação chuvosa começa em janeiro ou março e vai até junho. O resto do ano é sem chuva, os rios e cursos secam, e às vezes a falta de água em certas extensões é tal que os habitantes se veem obrigados a mudar para regiões mais favorecidas. Accioli diz que em 1792 uma seca dominou durante quatro meses, obrigando os habitantes de sete freguesias a abandoná-las inteiramente. Outras notáveis secas dominaram os anos de 1825 e 1845. (HARTT, 1941, p. 497)

Pouco adiante Hartt afirma que “o sertão tem valor como pastagem”. (HARTT, 1941, p. 497)

A relação de Hartt com o Brasil se prolongou ainda por vários anos, tendo ele participado de diversas outras expedições, entre as quais a Expedição Morgan (1870) e a da Comissão Geológica do Império do Brasil (1875), para a qual foi nomeado diretor. Hartt faleceu ainda no Brasil em março de 1878.

\*\*\*

Todos esses viajantes cientistas foram “descobridores” do semiárido, em que pese sua importância ter sido relativizada por muitos autores - como, por exemplo, José Américo de Almeida, que, em *A Paraíba e seus problemas* (1923), escreveu:

O nosso país deve quase todo o seu conhecimento científico ao concurso de estrangeiros. Esses sábios desvendaram a nossa natureza para a visão de suas maravilhas e o aproveitamento de suas utilidades. Mas esta parte do território [sertão nordestino] não atraiu nenhuma observação. Logrou, no período colonial, impressões superficiais e limitadas à zona explorada. Henry Koster, o padre Martim de Nantes, L. F. de Tolenare, Barloeus, Elias Herckman e, em geral, os cronistas das ordens religiosas representam uma contribuição restrita ou de simples valor histórico. (ALMEIDA, 1923, p. 8)

Efetivamente esse descobrimento ganhou impulso a partir de 1877, ano em que inicia a grande seca que, por suas dimensões catastróficas, fez com que o governo intensificasse sua ação, promovesse vários estudos e buscasse alternativas que não se limitassem ao envio de recursos emergenciais nas épocas de crise.

A comoção nacional que se verificou durante a seca de 1877 a 1880, com a multiplicação de debates, estudos, propostas e projetos, não teve precedentes. Essa comoção, que contou inclusive com ilustres antagonistas, está relacionada, de certa forma, com o longo período de estações regulares, uma vez que a última grande seca havia ocorrido no longínquo ano de 1845. Entre 1845 e 1877, o tratamento do problema como uma questão de interesse urgente e nacional foi paulatinamente sendo esquecido, porém não de todo, como se percebe pelo fato de que o estudo da seca foi um dos motivos alegados para a escolha do Ceará como destino da primeira Comissão Brasileira de Exploração. A viagem dessa comissão, em muitos aspectos desastrosa, é tão importante nesse processo de conhecimento da seca no semiárido que merece mesmo um tópico específico.

### *Comissão Brasileira de Exploração*

Para entender as razões que levaram à criação da Comissão Brasileira de Exploração, é preciso retroceder ainda algumas décadas. Em 1838, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, porém somente a partir de 15 de dezembro de 1849, o Instituto ganhou força quando o próprio Imperador Dom Pedro II passou a presidir as sessões.

De acordo com Renato Braga (1962), foi Manuel Ferreira Lagos, zoólogo e membro do IHGB, que, na sessão de 30 de maio de 1856, criticando os trechos referentes ao Brasil que o viajante Conde de Castelnau escreveu no livro *Expedition dans les parties centrales de l'Amérique de Sud, de Rio de Janeiro à Lima et de Lima au Para* (publicação iniciada em 1850 e finalizada com o lançamento do 15º volume em 1857), reclamou da ausência de uma investigação brasileira sobre o interior do país. Lançou então a ideia de uma viagem técnico-científica que reunisse informações sobre aspectos físicos, geográficos, geológicos, climatológicos, zoológicos e botânicos (topografia, rios, minerais, plantas e animais) e culturais (costumes, línguas e tradições). Ferreira Lagos se justificou apelando para as vantagens econômicas que poderiam advir com as descobertas da expedição, bem como para a ampliação da coleção do Museu Nacional com a coleta de novos espécimes, e ainda para estudos de implementação de vias de comunicação que incentivassem o comércio com novas regiões do país.

Percebe-se que, desde o início, a expedição brasileira foi motivada por uma multiplicidade de interesses que variavam desde um sentimento nacionalista de reação à considerável proliferação de estudos de estrangeiros sobre o Brasil até aquele mais antigo desejo (de quase todos que haviam se aventurado pelo sertão) de descobrir riquezas minerais, passando, é claro, pelo interesse científico.

A proposta de realizar uma expedição brasileira obteve boa receptividade por parte dos membros do Instituto. Em 13 de junho de 1856, por influência de Dom Pedro II, a proposta já estava aprovada. Em 11 de julho, foi lido o comunicado ministerial incumbindo o Instituto de designar os membros da comissão, que ficou assim composta: Francisco Freire Alemão, Seção Botânica e Presidente da Comissão; Guilherme Schüch de Capanema, Seções Geológica e Mineralógica; Manuel Ferreira Lagos, Seção Zoológica; Giacomo Raja Gabaglia, Seções Astronômica e Geográfica; e Antônio Gonçalves Dias, Seção Etnográfica e responsável pelo relato da viagem.

Com os nomes e as atribuições escolhidos, uma euforia pela expedição manifestou-se nas sessões que se seguiram no Instituto. Renato Braga registra um trecho bastante exemplar do discurso do Visconde de Sapucaí que, na abertura da sessão de 15 de dezembro de 1856, indagou aos presentes:

E não vos parece, senhores, que já era tempo de entrarmos, sem auxílio estranho, no exame e investigação deste solo virgem, onde tudo é maravilhoso? De desmentirmos esses viajantes de má fé ou levianos que nos têm ludibriado e caluniado? De mostrarmos, finalmente, ao mundo, que não nos faltam talentos e as habilitações necessárias para as pesquisas científicas?... (SAPUCAÍ, citado por BRAGA, 1962, p. 17)

As três perguntas do Visconde de Sapucaí ajudam a compreender um pouco melhor a variedade de motivações que mencionei. A valorização de nossos homens de ciências, a contestação de relatos de viajantes estrangeiros, a exaltação de um território sobre o qual (apesar de desconhecido) somente se admitia um olhar maravilhado, evidenciam o sentimento de orgulho nacional que se intensificara em meados do século XIX.

Porém, mesmo com toda essa empolgação, a viagem ainda demoraria alguns anos para acontecer. Segundo Braga, a partida da Comissão teria sido postergada pelos próprios membros, principalmente Capanema (como se verifica em cartas de Capanema a Gonçalves Dias), devido à ascensão do gabinete de Marquês de Olinda, após a morte repentina do Marquês do Paraná. O Marquês de Olinda não teria maior interesse na expedição, além disso, conforme interpretação de Capanema, sua política de nomeações obedeceria a critérios pessoais e não de mérito.

Efetivamente, a Comissão somente iniciou sua viagem após a queda do Gabinete do Marquês de Olinda. Todavia, a proximidade das datas (queda do gabinete em 12 de dezembro de 1858 e início da viagem em 26 de janeiro de 1859) faz ver que preparativos já vinham sendo feitos, pois o próprio Marquês de Olinda determinou, em 5 de novembro de 1858, ao Presidente da Província do Ceará que fornecesse à Comissão o dinheiro necessário para a compra de montarias e demais despesas iniciais. O Imperador determinou que a partida ocorresse em 1º de janeiro de 1859, entretanto somente em 26 de janeiro iniciou-se a viagem.

O destino escolhido foi o Ceará. Já se afirmou que a necessidade de um estudo sobre a seca foi determinante para essa escolha (por exemplo, MELLO-LEITÃO, 1941, p. 240). Renato Braga diz, corretamente, que não foi esse o caso, uma vez que não estava ocorrendo, tampouco ocorrera recentemente, nenhuma grande seca. De fato, observando a memória das secas percebe-se que, em 1859, o sertão nordestino estava justamente na metade do maior período de ausência de secas daquele século. Entretanto, investigações acerca da ocorrência de secas estavam também explicitadas nas “Instruções para Comissão Científica encarregada de explorar o interior de algumas províncias do Brasil”, documento oficial assinado por Luís Pedreira do Couto Ferraz em 8 de abril de 1857. No artigo 12 dessas instruções, determina-se como um dos objetivos da Seção Astronômica e Geográfica que:

Achando-se a Comissão Exploradora na Província do Ceará, a qual sofre periodicamente o flagelo de secas devastadoras, convirá que a Seção Astronômica, de acordo com a Seção Geológica, faça ali os precisos exames de sondagem, a fim de descobrir os indícios que possam servir de guia para tentar-se oportunamente a abertura de um poço artesian, o qual

(no caso de surtir efeito essa primeira tentativa) possa ser considerado como norma para a abertura de outros poços, de que careçam diversas localidades da Província. (FERRAZ, citado por BRAGA, 1962, p. 201)

A Comissão chega à cidade de Fortaleza no dia 4 de fevereiro de 1859. Ali tem o auxílio do Senador Tomás Pompeu de Souza Brasil para sua instalação. De acordo com Braga (1962), Capanema chega alguns meses depois, embarcando apenas em 9 de maio, pois estava trabalhando no projeto da Estrada de Ferro Niterói-Campos. No caminho, Capanema, a mando do governo, faz escalas de estudos no recôncavo baiano, em Itaparica e em Recife, chegando a Fortaleza apenas em 3 de julho. Para a chegada de Capanema, é alugada uma casa, além do sobrado da Praça Pedro II que os demais integrantes já ocupavam. Com isso, formam-se dois “núcleos” da comissão, definidos não apenas por questões técnicas, mas também por afinidade pessoal. No sobrado ficam Freire Alemão, Manuel Ferreira Lagos e José dos Reis Carvalho. Instalam-se na casa Gonçalves Dias, Capanema e Coutinho.

Ainda no período de preparativos para a viagem ao interior, intensifica-se a oposição à expedição. Essa oposição é alimentada por relatos sobre o comportamento inadequado de alguns membros da comissão. Conta-se, por exemplo, do ímpeto “namorador” de Manuel Ferreira Lagos, das bebedeiras de José dos Reis Carvalho e de Capanema, e ainda das várias festas promovidas por alguns componentes da comissão. A comissão passa a ser ridicularizada por seus opositores que se antes a chamavam de “Comissão das Borboletas”, rebatizam-na como “Comissão Defloradora”.

Capanema, sob o pseudônimo de Manuel Francisco de Carvalho, rebate essas críticas em sua coluna “Ziguezague da seção geológica da comissão científica”, publicada no *Diário do Rio de Janeiro* em 1860, 1861 e 1862. Em seus artigos, Capanema não apenas se defende, mas bate duramente em seus críticos.

Efetivamente, as primeiras incursões da comissão, separada então em três grupos, se iniciam na segunda semana de agosto de 1859.



Com exceção de Gabaglia, que prolonga sua estadia na região de Sobral, a comissão volta a se reunir em janeiro de 1860, na cidade do Crato conforme previamente combinado. João Brígido dos Santos, que dirigia o jornal *Araripe*, ajuda a instalar a comissão. Ainda em Sobral, Gabaglia conhece Maria da Natividade, irmã do Dr. José Júlio de Albuquerque e Barros (posteriormente Barão de Sobral), com a qual viria a casar-se pouco antes do regresso ao Rio de Janeiro. Em suas viagens, Gonçalves Dias e Capanema encantam-se com o sertão. Ambos manifestam o desejo de comprar propriedades e de talvez se estabelecerem por ali. Apenas Capanema concretiza esse desejo e compra uma fazenda de gado em Quixeramobim.

Ainda no começo de 1860, a falta de verba para a comissão, cuja autorização de trabalho havia expirado, provoca uma rápida debandada. Gonçalves Dias e Capanema voltam imediatamente para Fortaleza antes mesmo do impasse ser solucionado. Na segunda quinzena de abril, Freire Alemão e Ferreira Lagos vão para o sertão dos Inhamuns, região de Serra Grande e Tauá. No final de abril, Gonçalves Dias resolve ir para o Maranhão e de lá segue até o Pará e o Amazonas.

Decide-se pelo fim dos trabalhos da comissão em 3 de março de 1861. Capanema resolve embarcar seus equipamentos e os resultados de suas pesquisas diretamente para o Rio de Janeiro. No dia 13 de março, Capanema recebe a notícia de que o barco “Palpite”, que levava seus trabalhos, naufragara e que tudo se perdera. Um final melancólico e controverso, já que muitos acusaram Capanema de ter inventado o envio desse material por não ter nada a apresentar.

Em 13 de julho de 1861, depois de dois anos e cinco meses no Ceará, a maioria dos integrantes da comissão embarcou de volta ao Rio de Janeiro, onde chegaram em 26 de julho de 1861. Gonçalves Dias, que permaneceu na região amazônica, voltou ao Rio de Janeiro apenas em 7 de dezembro de 1861.

A passagem dos cientistas pelo interior do Ceará foi um fato marcante que despertou o interesse não apenas dos “sulistas”, mas, como era de se esperar, da própria população local, que se agitava com a presença dos ilustres doutores. Os relatos dos próprios membros da expedição dão conta dessa curiosidade dos

sertanejos. As reações da população variavam do desdém à admiração, passando pela também pela chacota, conforme, aliás, está figurada no romance *Luzia-Homem* (1903), de Domingos Olímpio, num episódio lembrado pelo personagem Raulino:

Era por volta da era de sessenta. Não me lembra bem o ano; só sei que eu era rapazote; pelo tope dos doze. Andava por estes sertões uma comissão de doutores, observando o céu com óculos de alcance, muito complicados, tomando medida das cidades e povoações e apanhando amostras de pedras, de barro, ervas e matos, que servem para mezinhas, borboletas, besouros e outros bichos.

Os maiores dessa comissão eram homens de saber, Capanema, Gonçalves Dias, Gabaglia, um tal de Freire Alemão, e um doutô médico chamado Lagos e outros. Andavam encoirados como nós vaqueiros; davam muita esmola e tiravam, de graça, o retrato da gente, com uma geringonça, que parecia arte do demônio. Apontavam para a gente o óculo de uma caixinha parecida gaita de foles e a cara da gente, o corpo e a vestimenta saíam pintados, escarrados e cuspidos, num vidro esbranquiçado como coalhada. (OLÍMPIO, 1977, p. 305-306)

Raulino prossegue seu relato sobre aquele inusitado acontecimento contando uma anedota:

Uma tarde, chegaram, ao pôr-do-sol, à fazenda do velho. Iam no rumo da gruta do Ubajarra. Aboletaram-se no copiar, derrubando o comboio, que era um estandarte de malas, instrumentos, espingardas, na casa dos passageiros. Depois de jantarem um bom tassalho de carne de vaca gorda que parecia um leitão, assada no espeto, algumas linguiças e um chibarro aferventado com pirão escaldado, armaram as redes nos esteios. Veio a noite, clara como dia, sem uma nuvem no céu, liso como um espelho. Convidava mesmo a gente a dormir na fresca do alpendre. Ali pelas sete horas, disse a eles o velho: "Achava melhor vossas senhorias passarem cá para dentro, porque vem aí um pé d'água de alagar." Ora, os doutores, que sabiam tudo e adivinhavam pelas estrelas as mudanças de tempo, zombaram do aviso; saíram para o terreiro e olharam para o céu, sempre limpo e claro, para verem o que diziam as estrelas. O mais sábio deles, o doutô Capanema, disse que o velho estava sonhando com chuva, mania de sertanejos, que não pensam noutra coisa. Teimaram em ficar no alpendre, embora o velho continuasse a assegurar que se arrependeriam. Quando estavam ferrados no sono, ali pelas onze horas, acordaram debaixo d'água e correram com a rede nas costas, em procura de abrigo dentro de casa, todos admirados uns dos outros, como haviam mangado do velho. De manhã, antes de deixarem o rancho, foram agradecer a hospedagem, e um deles perguntou ao velho: "Como é que vossa senhoria percebeu sinais de chuva, que escaparam a nós outros científicos, envergonhados do quinau de mestre que nos deu?" O velho sorriu, e respondeu: "É muito simples. Tenho ali, no cercado, um burro velho que, quando se está formando chuva, rincha de certo modo: é aquela certeza. A chuva vem sem demora. Foi por isso que avisei a vossa senhoria." O tal de Gonçalves Dias, pequenino, muito ladino e esperto, começou a bulir com os outros, dizendo a eles: "Estamos numa terra, onde burros sabem mais que astrônomos." Foi gargalhada geral. Aí está – concluiu Raulino – de quanto é capaz um burro velho. Ninguém se fie em semelhante raça de bicho... (OLÍMPIO, 1977, p. 306-307)

É de se acreditar que anedotas como essa, confrontando o saber científico e o saber popular, tenham sido repetidas pelos sertanejos por muito tempo após o final da expedição. Transformados em personagens de anedota, coube aos cientistas, na narrativa de Domingos Olímpio, uma reação bem-humorada. E, de fato, o bom humor parece ter sido característico de alguns deles, como Capanema e Gonçalves Dias.

#### **2.4 Polêmicas e debates sobre as secas**

Alguns dos componentes dessa comissão, como Gabaglia e Capanema, tiveram papéis importantes nos debates sobre as secas que se incrementaram durante a década seguinte. Por terem visitado e estudado a região semiárida, seus trabalhos e suas opiniões, ainda que frequentemente contestados, se tornaram referências obrigatórias para os estudos posteriores. Após a viagem da comissão brasileira, o interesse pelo tema da seca aumentou no meio científico. Ganharam fôlego as discussões sobre as causas da seca, as medidas para atenuar seus efeitos, surgindo até mesmo defensores da ideia de se corrigir o clima da região com projetos de açudagem e reflorestamento. O Instituto Politécnico foi a sede de vários encontros e acaloradas discussões. A seca de 1877 já encontrou preparado um terreno fértil onde brotariam mais polêmicas.

Além de Gabaglia e Capanema, alguns dos principais protagonistas dessas polêmicas foram Tomás Pompeu de Souza Brasil, André Rebouças, Viriato de Medeiros, José de Alencar, Rodolfo Teófilo e o engenheiro militar Henrique de Beaurepaire Rohan, que ocupou vários cargos públicos, inclusive o de Presidente da Província da Paraíba em 1857, e escrevera em 1860 suas *Considerações acerca dos melhoramentos de que em relação às secas são suscetíveis algumas províncias do Norte do Brasil*.

Observando as discussões do Instituto Politécnico sobre as secas, Viriato de Medeiros, que se declara o primeiro a tratar cientificamente do problema da seca, satiriza o grupo que denomina como “Escola Pluvífera”, caracterizando-os como aqueles que acreditam que podem fazer chover no Ceará. O Conselheiro Henrique

de Beaurepaire Rohan teria dado início a essa escola, cujos principais seguidores seriam o Senador Tomás Pompeu e o Dr. Bezerra de Menezes. Diz Medeiros que o princípio dos pluvíferos seria: “Onde houver focos de evaporação aquosa, com o abaixamento de temperatura à noite, haverá condensação de vapores, e cairá chuva.” (MEDEIROS, 1877, p. 21)

De fato, Tomás Pompeu de Souza Brasil enfatizava a relação entre desmatamento e o fenômeno da seca. Em 1860, Souza Brasil escreveu um longo artigo chamado “A necessidade da conservação das matas, e da arboricultura”, publicado no *Cearense*, e posteriormente incluído num livro publicado em 1877. Nas significativas epígrafes dos capítulos desse livro, é citado, entre outros, o Barão de Humboldt. Essas epígrafes resumem algumas das ideias defendidas por Souza Brasil: 1. Destruir as matas que cobrem os cimos, e os lados das montanhas, é preparar para as gerações futuras duas calamidades – a seca, e a falta de combustível. 2. As árvores pela natureza de sua respiração, e radiação de suas folhas, cercam-se de uma atmosfera constante, fria e úmida. Daqui vem concorrerem todos os bosques extensos para a formação das nuvens pela condensação da umidade, que sobe da terra, e por isso mesmo produzem a abundância das chuvas.

Já o pensamento de Viriato de Medeiros é muito próximo ao de Capanema. Na verdade, Medeiros é mais enfático ao dizer que a melhor maneira de lidar com o fenômeno seria saber prever com boa antecedência quando surgiriam as grandes secas. Todas as ações e recursos devem ser empenhados no sentido de prevenir e minorar os efeitos da seca sob a população, procurando os melhores e mais baratos meios de socorrer os afligidos. Posicionando-se contra os açudes, Medeiros prefere ver o dinheiro empregado em ferrovias ligando a capital ao sertão e no melhoramento dos portos:

Se o governo imperial quer deveras fazer alguma coisa de útil, de verdadeiramente eficaz, para a infeliz província do Ceará; se com efeito deseja neutralizar as consequências das infalíveis secas extraordinárias, que são realmente hediondas, deixe-se pelo amor de Deus, de açudes, de fontes artesianas, de canalização derivada do rio São Francisco, de arborização com árvore da chuva e outros que tais, que de nada servem, e não podem servir, na frase admitida, senão para inglês ver, mas nas quais não acredita, e delas se ri.

Mande cortar a província de estradas de ferro, tanto quanto o permitirem os cofres gerais, mande construir de 30 em 30 quilômetros, em todas as estradas ordinárias que ligam a capital da província aos centros populosos dos sertões, grandes cisternas, como perfeitamente lembrou o Sr. conselheiro Capanema; mande melhorar os portos de mar, de modo que os navios possam ter seguro ancoradouro, prestem-se a fácil desembarque, e não se testemunhe o vergonhoso espetáculo de desembarcar-se, até no porto da cidade da Fortaleza, em jangada, como faziam os aborígenes. (MEDEIROS, 1877, p. 47)

Viriato de Medeiros escreveu esse texto quando a seca de 1877 estava no início e antecipou seus desdobramentos:

Pode ser também que a seca ainda se prolongue por todo o ano de 1878, e neste caso teremos ainda 15 meses de horrores, ou que, amerceando-se de nós a Providência Divina, as chuvas apareçam com regularidade logo no princípio de janeiro de 1878. (MEDEIROS, 1877, p. 16)

Os debates sobre as secas fizeram surgir tantas alternativas a respeito das providências a serem tomadas que, na verdade, impediram que se alcançasse uma diretriz para os trabalhos. As ações governamentais não eram coordenadas, faltava um planejamento amplo que somente poderia ser resultado de um consenso técnico ou de uma imposição arbitrária. Além disso, com o agravamento dos efeitos da seca de 1877, as ações, mais uma vez, tiveram que ser emergenciais. Esses impasses se prolongaram ainda por muito tempo e, enquanto isso, foram realizadas pontualmente obras que correspondiam às mais diferentes tendências (perfurações de poços, açudes, pequenas barragens, construção de estradas, prolongamento das ferrovias...).

Em 1909, essas discussões relativas à seca de 1877 ainda repercutiam, como se percebe num texto de Felipe Guerra que relembra as soluções extravagantes recomendadas por notórios estudiosos:

Na seca de 1877, vemos a alta capacidade de André Rebouças, que não pode ser posta em dúvida, aconselhando ao governo enviar para o Ceará “alambiques” a fim de destilar água do mar. Aqui mesmo no Estado vimos um seu representante, o Dr. Pereira Reis, nome respeitado entre os cientistas, aconselhando aos fazendeiros a construção de açudes de terra com argila amassada e molhada, transportada a necessária água para o serviço em vias férreas adrede construídas; e terminada a obra, cobrir a parede com uma couraça de ferro e aço para evitar os estragos de formigas e de tatus! Por último há um profissional apregoando pelos jornais do Rio a canalização do S. Francisco mineiro, como única medida de salvação contra

as secas, sendo preciso, porém, que numerosas barragens e canalizações em rios sertanejos formem um completo sistema de distribuição de águas fertilizando toda a área das secas!

A este último podemos sem medo de errar, responder que se forem dadas ao sertão das secas esse sistema de barragens e canalizações em seus rios, poderá ficar em paz, rolando em suas majestosas ondas, o S. Francisco mineiro, evitando talvez ainda um século de estudos para sua canalização. (GUERRA & GUERRA, 1909, p. 279)<sup>11</sup>

De fato, passado quase um século, apesar de todas as controvérsias sobre a medida persistirem, o projeto de transposição do rio São Francisco começou a ser executado em 2007 mais como resultado de uma vontade política do que de um consenso técnico.

Felipe Guerra, por sua vez, era defensor da grande açudagem (com desapropriação de terras) que, no seu entendimento, seria a única alternativa de reservação de água capaz de resistir a grandes períodos de seca. Porém, sobre essa medida havia, e há até hoje, uma grande resistência baseada no argumento de que os grandes açudes beneficiariam apenas os moradores próximos aos locais e, possivelmente, os grandes proprietários rurais. A propósito, Gabaglia, em texto escrito em 1860, já afirmava que os açudes são auxílio importante, “cuja vantagem, porém, é mais profícua para os abastados e prediletos da fortuna que para a massa do povo; e fora nimiamente dispendioso ao governo fazê-lo em número suficiente para toda a província.” (GABAGLIA, 1877, p. 48) O próprio Felipe Guerra relata essa oposição e aproveita para contra-argumentar:

Numa legislatura do Congresso Legislativo do Estado, de que fazíamos parte, defendendo um projeto que concedia vantagens a particulares que construíssem açudes em certas e determinadas condições, ouvimos um colega – espírito muito culto e inteligente aliás – opor-se ao pedido porque “redundava em proveito de alguns particulares”. (...) Esse modesto e simples projeto que apresentamos e defendemos então (1892 e 93) dentro de nossas fracas forças, tinha por fim levantar e animar a iniciativa particular para a construção de açudes, concedendo, apenas, como favor ao proprietário, isenção de pagamentos de certos impostos sobre indústrias pastoril e agrícola, em limitado espaço de tempo: era um auxílio indireto

<sup>11</sup> São necessários alguns esclarecimentos sobre a obra *Secas contra a seca*. Apesar da autoria ser nominalmente compartilhada por dois autores, o livro foi organizado por Felipe Guerra, que reuniu textos de sua autoria, de seu irmão (Teófilo Guerra) e também de seu pai. Em alguns artigos e notas, há a especificação do autor, em outros não. Felipe Guerra esclarece numa carta a Teófilo, incluída nessa edição, que a participação do irmão foi “forçada”, que os textos de Teófilo foram incorporados sem consentimento prévio e, inclusive, com alterações: “(...) depois da leitura de suas notas, achei-as tão boas que resolvi publicá-las. (...) Fiz – desculpe-me – uma pequena alteração resumindo e omitindo certos casos e apreciações suas.” (GUERRA & GUERRA, 1909, p. 7)

levando incitamentos à açudagem do sertão. Não foi feliz o projeto: a palavra – açude – nunca havia preocupado o Congresso do Estado e a palavra – seca – andava associada à ideia de malandrice sertaneja. (GUERRA & GUERRA, 1909, p.114-115)

Percebe-se que, mesmo entre os homens públicos do Nordeste, o reconhecimento da existência de oportunistas, políticos ou não, que sempre apresentavam suas reivindicações emolduradas pelo tema das secas, retardou ou obstaculizou a realização de muitas obras. Também há de se considerar, é claro, todo o jogo político entre oposições e governos locais, que influía decisivamente nesse processo.

Para Rodolfo Teófilo (aliás, também para Giacomo Gabaglia e Tomás Pompeu de Souza Brasil, que o antecederam nos comentários), as graves consequências das secas são, em grande parte, resultados da imprevidência do governo e dos próprios sertanejos. Em vários trechos de suas obras, esses autores enfatizam que basta um bom inverno para que o governo e os sertanejos se esqueçam das calamidades recentemente ocorridas. Em 1909, Felipe Guerra seria ainda mais enfático ao repetir essa opinião sobre os sertanejos do Rio Grande do Norte e agregaria como explicação os fatores religiosos, culturais, históricos e étnicos: “O fanatismo religioso, alimentado pelos santos missionários italianos, não podia incitar à luta contra a natureza uma civilização incipiente, filha da cultura ibérica, agindo sobre a fundamental imprevidência do silvícola brasileiro.” (GUERRA & GUERRA, 1909, p. 109) Configurava-se, assim, uma “divisão de responsabilidades” pelas tragédias suscitadas pelas secas.

No caso da seca de 1877, completavam-se 32 anos desde a última grande seca no Ceará, o que seria tempo suficiente para esquecer. Todavia, essa falta de memória parece dizer respeito apenas à necessidade de serem tomadas providências preventivas. O sertanejo não esquece a seca, nem durante longos períodos de trégua. As simpatias ou “experiências” que os sertanejos utilizam para saber quando ou se vai chover, relatadas pelos mesmos autores, são provas disso.

Duas dessas experiências foram referidas por Rodolfo Teófilo. A primeira consiste na simples observação do tempo em determinados dias. A partir do dia 13

de dezembro (dia de Santa Luzia) o clima de cada dia corresponde a um mês do ano seguinte, desse modo 13 de dezembro corresponde a janeiro, 14 de dezembro corresponde a fevereiro, e assim por diante. A outra experiência que os sertanejos utilizam é deixar seis pedras de sal à noite, cada uma correspondendo a um mês do próximo ano, e verificar pela manhã qual pedra se dissolveu mais, a qual representaria o mês mais chuvoso: “Estas experiências têm grande influência sobre o espírito dos matutos, a ponto de, quando é negativo o resultado, alguns abandonarem logo tudo e tratarem de emigrar.” (TEÓFILO, 1883, p. 82) Se muitos ainda permaneciam no sertão, mesmo após resultados desalentadores das experiências, é porque ainda esperavam o Dia de São José, dia 19 de março, que seria o prazo final de validade para a esperança de inverno. Esses e outros sinais de seca baseados na cultura popular também são citados por Felipe Guerra:

Vem breve um ano em que falham as chuvas de dezembro; entra janeiro sem sinais de inverno; em fevereiro pequenas chuvas em alguns lugares; em março algumas ramas e babugens; os experientes prognosticam mau tempo, seca. O carão – ave muito conhecida no sertão – não canta; as formigas mudam-se para as baixas e para o leito dos riachos; as abelhas de ferrão não são vistas; no dia de S. José não houve chuva nem relâmpagos. (GUERRA & GUERRA, 1909, p. 109)

Talvez por serem entendidos como peculiares e curiosos, os métodos dos sertanejos para previsões meteorológicas foram exaustivamente figurados nas obras literárias. Em quase todos os romances em que o tema das secas é abordado, há, no mínimo, uma breve menção, sendo que o Dia de São José é uma referência praticamente obrigatória, como se observa, por exemplo, em *Os retirantes* (PATROCÍNIO, 1973a, p. 25), *A fome* (TEÓFILO, 1979, p. 5), *Dona Guidinha do Poço* (PAIVA, 1993, p. 12), *O Quinze* (QUEIROZ, 1990, p. 6), *Os Corumbas* (FONTES, 1984, p. 4).

Se os sertanejos não esquecem as secas, também há indícios que entre as autoridades a memória da seca não é tão fraca assim, nem que seja para solicitar recursos governamentais. Ainda no começo de 1877, surgiram os primeiros apelos por auxílios, conforme relata Rodolfo Teófilo:

A comarca da Telha foi a primeira a soltar o grito de alarma. Cedo ainda, em fevereiro, já as autoridades dali pediam providências ao Presidente da Província, que, em 24 desse mês, nomeou uma comissão, composta do



Juiz de Direito, Vigário da Freguesia, Delegado de Polícia e Presidente da Câmara, a fim de agenciar socorros para os desvalidos. (...) O Presidente, por sua vez, entendia e entendia muito bem que ainda era cedo para socorrer o povo; a seca ainda não tinha se declarado.” (TEÓFILO, 1883, p. 82-83)

Entretanto algumas providências dos sertanejos não eram tomadas nem quando a seca se anunciava ou já se instalava. Teófilo alerta que, mesmo com o gado morrendo em grande quantidade, os criadores não aproveitavam para fazer grandes charqueadas, pois ainda esperavam pela chuva. Os animais mortos não eram queimados e apodreciam ao sol causando o surgimento da “peste” e da “morrinha”, infectando o ar e trazendo doenças. Do gado morto, quando não havia morrido por doença, somente se aproveitava o couro. Em síntese, ou se tratava de mera imprudência ou o que faltava ao sertanejo era informação de como agir nos períodos de secas.

O livro de Felipe Guerra e Teófilo Guerra, *Secas contra a seca* (ver nota anterior), publicado ao mesmo tempo em que se iniciavam os trabalhos da Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS), acabou tendo, por esse motivo, grande influência nas primeiras ações da Inspetoria que frequentemente o tomaram como referência, sendo mencionado, por exemplo, nos trabalhos de Roderic Crandall (1910) e Geraldo Waring (1912) publicados pela IOCS.

O longo percurso de debates e polêmicas, que até hoje não se encerrou, levou, pelo menos, a um maior comprometimento com a questão das secas. Porém, acarretou também mais do que isso. As tentativas de compreensão do fenômeno climático e as buscas por formas de abastecimento e reservação de água evoluíram para um entendimento muito mais complexo, em que se passa a reconhecer que o quadro econômico e social do semiárido (envolvendo aspectos conjunturais e estruturais) contribui decisivamente para que os efeitos das secas possam ser tão trágicos.

Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa, primeiro Diretor da IOCS, já apresentava, durante uma conferência realizada em 1913, uma perspectiva mais elaborada sobre o assunto:

Seca, no rigor léxico, significa estiagem, falta de umidade. Da chuva provém a água necessária à vida na terra. O problema das secas, assim encarado, seria simplesmente o problema da água, isto é, do seu suprimento. Mas a palavra seca, referida a uma porção de território habitado pelo homem, tem significação muito mais compreensiva. Com efeito, o fenômeno físico da escassez de chuva influi no homem de uma região pela alteração profunda das condições econômicas que, por sua vez, se refletem na ordem social.

Assim encarada, a seca é um fenômeno muito vasto, de natureza tanto física como econômica e social. O problema das secas é, portanto, um problema múltiplo. Verdadeiramente não há um problema, há problemas. (LISBOA, 1926, p. 4)

Ainda que não se possa afirmar que Lisboa tenha sido um precursor, pois, como se observa, não foram poucos os que contribuíram no avanço dessa concepção, o fato é que essa declaração foi proferida pelo Diretor da IOCS, ou seja, por alguém que possuía poder de decisão e influência notória. No primeiro parágrafo citado, está presente a ideia de que a seca seria *origem* de problemas econômicos e sociais, o que, apesar de ser verdade em casos específicos, não remete ao cerne da questão que é a permanência de problemas desses âmbitos antes, durante e depois das secas.

É, todavia, no segundo parágrafo que está sua afirmação mais importante, a de que o próprio conceito da seca deve agregar os aspectos físicos, econômicos e sociais. A partir dessa revisão, num passo seguinte seria, então, possível discutir-se todo o contexto do semiárido. Porém, tal visão mais integrada dos problemas da região teria que esperar ainda algumas décadas para ser elaborada de modo mais consistente - processo este que se desenvolve ao longo das décadas de 1930 e 1940 e ganha contornos mais definidos em meados da década de 1950 no âmbito das contribuições de estudiosos renomados como Josué de Castro (então Deputado Federal e Presidente do Conselho da Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas - FAO), bem como do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, sob a coordenação do economista Celso Furtado.

Entretanto, apesar de Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa haver percebido a complexidade da questão das secas, as principais ações da IOCS, a partir de sua criação em 1909, seguiram, de fato, no sentido de uma política de açudagem. Em 1919, a IOCS passou a denominar-se Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

(IFOCS) e, em 1945, o órgão foi transformado no Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS.

A criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, em 1956, consistiu em outro marco importante, tendo em vista a ampliação da abordagem dada à questão da seca. Na mesma época, fortaleceu-se e ganhou repercussão a compreensão do caráter estrutural do problema das secas, posição esta defendida, por exemplo, por Josué de Castro, num discurso proferido em 1956:

O fenômeno é de natureza estrutural, a começar pela má distribuição da propriedade agrária, devido ao regime latifundiário altamente defeituoso, associada a certo descaso pela região, acrescida da má aplicação das inversões destinadas ao Nordeste. (CASTRO, citado por VILLA, 2000, p. 187)

Em 1958, houve o “Encontro de Salgueiro”, e já em dezembro do ano seguinte, como desdobramento do GTDN, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, que questionou as práticas adotadas até então pelo DNOCS.

A Sudene, que teve Celso Furtado como idealizador e primeiro superintendente, ficou então responsável pelos projetos de ações federais que visavam ao desenvolvimento do Nordeste, sendo que as medidas contra os efeitos das secas do semiárido, embora tivessem destaque, consistiam num item a mais na pauta dos trabalhos. Durante seus primeiros anos, o órgão ainda atuou seguindo diretrizes desenvolvimentistas que visavam à transformação da realidade econômica e social do sertão nordestino, porém, com o advento do golpe militar de 1964, a Sudene foi reestruturada e seus objetivos iniciais esquecidos ou deturpados. Com base nas mais variadas críticas (estrutura demasiadamente grande e dispendiosa, burocracia, desvios de recursos, ineficácia, uso político...), a Sudene foi extinta em 2001. Mas sua história ainda não estava encerrada, pois a Sudene seria recriada pouco tempo depois, em 2007, quando Lula já havia assumido a presidência do Brasil.

Ao se revisar esse percurso, percebe-se que, orientando as ações dos primeiros órgãos governamentais, prevaleceu, do início do século XX até o final da

década de 1950, a concepção “hidráulica-institucional” sobre as secas, assim denominada por Alfredo Macedo Gomes no livro *Imaginário social da seca, suas implicações para a mudança social*<sup>12</sup>. Segundo o autor, essa concepção vê a seca como “uma ocorrência natural da realidade socioeconômica do semiárido nordestino, pela ausência, má distribuição ou irregularidade das chuvas, provocando a escassez dos reservatórios.” (GOMES, 1998, p. 59)

A concepção “hidráulica-institucional” é “hidráulica” porque a água é vista como o tema central (a falta da água é a causa da miséria social e o abastecimento de água é a solução) e “institucional” porque o problema é abordado apenas tecnicamente, negligenciando os aspectos políticos, econômicos e sociais envolvidos. O autor descreve a importância atual dessa concepção, que ainda possui muitos adeptos e que seria a base de obras como a transposição de águas do rio São Francisco; a construção da adutora do oeste, em Pernambuco; e do canal do trabalhador, no Ceará.

Há uma segunda concepção geral sobre as secas, a qual Gomes identifica como focalizada na *economia política do semiárido*, e que abarca duas vertentes principais.

A vertente desenvolvimentista surgiu no fim da década de 1950, a partir dos estudos do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, órgão governamental criado em 1956, como mencionado anteriormente). A seca, segundo o documento preparado pelo GTDN, seria antes de tudo um problema econômico que se atrela tanto ao contexto regional como ao nacional. O foco do problema estaria centrado na população que efetivamente sofre mais com a seca, ou seja, os pequenos agricultores que dependem da agricultura de subsistência para sobreviver. Gomes crítica essa postura da seguinte forma:

Como essa concepção definiu as secas a partir do estrato social mais vulnerável pela sua debilidade econômica, não privilegiou as próprias relações sociais e de produção no interior do contexto do semiárido. (...) O documento do GTDN, (...), não questiona a existência da propriedade do latifúndio nem indica que a vulnerabilidade da “classe trabalhadora” rural às

---

<sup>12</sup> Originalmente dissertação de mestrado na área de sociologia (UFPE), vencedora do *Concurso Nelson Chaves* promovido pela Fundação Joaquim Nabuco, em 1995.

secas reside no fato de a mesma ser a maioria sem terra, estando à mercê de relações de produção extremamente perversas e reprodutivistas. (GOMES, 1998, p. 73)

Já a outra vertente, estruturalista (cujos representantes são o geógrafo e historiador Manuel Correia de Andrade, o economista Dirceu Pessoa e os historiadores Manuel Domingos Neto e Geraldo Almeida Borges), defende que a fome, a pobreza, o subdesenvolvimento são consequências de uma estrutura social concentradora e injusta. Gomes expõe que, para essa vertente (especificamente para Manuel Correia de Andrade), “a seca seria uma problema ‘menor’, enquanto elemento desestabilizador da economia, se ocorresse em sociedade preparada do ponto de vista da distribuição de renda, da terra, da utilização da terra, do financiamento, etc.” (GOMES, 1998, p. 79)

Essa perspectiva também se alinha, por exemplo, com a da geógrafa Edith Oliveira de Menezes e a do economista José Micaelson Lacerda Morais que, em *Seca no nordeste, desafios e soluções* (2002), apontam que o fenômeno físico-climático da seca não se constitui em causa suficiente para a situação de miserabilidade encontrada em regiões do Nordeste. De acordo com Menezes & Morais (2002, p. 4): “A estrutura fundiária, a política de créditos, comercialização e emprego, a inadequação das culturas às condições do solo e do clima, bem como a questão política, certamente são aspectos mais relevantes.”

Feitas suas considerações, Gomes entende que nenhuma das concepções dá conta integralmente do problema, entretanto, em seu modo de ver, na “vertente estruturalista apresenta-se a mais acabada compreensão do fenômeno.” (GOMES, 1998, p. 90) Em seu entendimento, o termo “seca” designa um processo social que se inscreve no cotidiano político, o qual “é povoado pelo imaginário instituído e pelas representações sociais construídas historicamente dentro do jogo dos interesses sociais, econômicos, religiosos e culturais.” (GOMES, 1998, p. 93)

Diante disso, é fácil perceber a complexidade da questão. Fica também evidente quão distante está atualmente a compreensão do fenômeno das secas daquela concepção simplista que se restringe ao aspecto físico-climático.

### *Concepções sobre as secas na literatura*

O contexto histórico de produção de cada obra de ficção que aborda o tema das secas afeta as perspectivas que são figuradas. O próprio conhecimento dos autores sobre o assunto depende, em boa medida, do estágio de conhecimento técnico e científico alcançado, além, é claro, de suas experiências pessoais. Isso significa dizer que, obviamente, não se pode recriminar o autor de um romance do século XIX por emitir certos preconceitos, por defender alternativas – hoje – comprovadamente equivocadas e por não perceber certas relações – hoje – evidentes; como, por exemplo, a que existe entre as consequências de uma grande seca e fatores como a estrutura fundiária brasileira, o problema da distribuição de renda, as relações de trabalho, a política de incentivo à agricultura, a falta de instrução e de formação técnica do pequeno agricultor...

Assim, mesmo não sendo esta uma característica imprescindível e, em si mesma, constitutiva da literatura, é frequente textos literários virem a incorporar perspectivas e posicionamentos vinculados ao ideário predominante em certo período histórico. No caso da literatura com temática social e de tendência naturalista/realista, isso fica ainda mais claro, pois há, em vários casos, uma intenção do autor de se reportar à realidade e de tornar sua narrativa uma forma de denunciar os problemas que vê e refletir sobre eles. Os romances *Os retirantes* (1879), de José do Patrocínio, e *A fome* (1890), de Rodolfo Teófilo, são bons exemplos disso.

É de se notar que numa obra mais recorrentemente associada ao romantismo brasileiro, como *O cabeleira* (1876), de Franklin Távora, a seca também é figurada como um quadro desolador, sendo, porém, apresentada como uma tragédia da natureza. Nessa narrativa, faz-se referência à seca do ano de 1776. Seria por culpa da natureza (e da guerra, com o envio de tropas pernambucanas para a colônia de Sacramento) que faltariam recursos ao governo de José César de Meneses para promover a perseguição ao bandido Cabeleira:

Desgraçadamente faleciam-lhe gente e dinheiro para pôr por obra este louvável empenho.

A terrível epidemia tinha desolado povoações inteiras.

A fome continuava a gerar os males que em toda a parte são seus companheiros naturais e inevitáveis.

A seca devastava ainda o interior da província como chama que irrompe do seio da terra, e tudo abrasa e destrói.

Mas José César era ativo, enérgico, esforçado e de grandes espíritos. Confiava no poder da autoridade, e tinha por certo que havia de restaurar a tranquilidade e a segurança privadas, e restabelecer o domínio das leis. (TÁVORA, 1876, p. 158)

Percebe-se que, nessa demonstração de simpatia para com o governante, a seca serve para isentá-lo de culpabilidade (afinal, ele agira com “rapidez” enviando recursos médicos e alimentos para socorrer os necessitados). Não se fala em ações preventivas. A preocupação maior – como, aliás, reaparece seguidamente na narrativa – é com a ordem pública, com a segurança da população e com a necessidade do governo garantir a propriedade particular. No caso de uma tragédia “natural” como a seca, caberia também à sociedade se organizar e agir em caráter emergencial, e aqueles que assumem essa tarefa, como o bispo Dom Tomás, são figurados no romance como exemplos a serem seguidos. Em *O cabeleira*, a seca é tratada como um fenômeno climático e as ações a serem tomadas dirigem-se apenas contra seus efeitos imediatos. A responsabilidade dos poderes públicos é minimizada. Tal característica já não se repetiria nas obras de Rodolfo Teófilo, as quais colocam, muitas vezes, o governo diretamente na alça de mira de suas críticas.

Menos frequentemente também estão figuradas em alguns textos de ficção, explícita ou adjacientemente, propostas de soluções para esses problemas. Em *A fome* (1890), de Rodolfo Teófilo, para citar um exemplo, não faltam indicações propositivas voltadas às ações mais urgentes a serem tomadas no período das secas, como as campanhas de vacinação, a melhoria das condições de trabalho, de higiene e de instalação dos retirantes nos abarracamentos e a melhoria do controle de fiscalização na gestão dos recursos públicos destinados aos socorros dos flagelados. Mas também há o apontamento da necessidade de mais açudes e de outras obras que seriam úteis não apenas nos períodos de secas. Durante um diálogo entre os personagens Freitas e Edmundo, algumas dessas linhas de ação

estão evidenciadas. Primeiramente, criticando a utilização da mão-de-obra dos retirantes nas pedreiras:

[Edmundo] O maior dos absurdos. Justificavam-no como um meio de livrar o povo da ociosidade. A medida é desastrosa. Chega o retirante, é alistado, e no dia seguinte o comissário ordena-lhe que siga para a pedreira do Mucuripe, a duas léguas de Fortaleza, ida e volta, a carregar pedras para ter direito a uma ração. Inanido, cansado da viagem, às vezes velho e doente, segue o infeliz. (TEÓFILO, 1979, p. 116)

Para, em seguida, apresentar a alternativa:

[Edmundo] E qual a utilidade dessas pedras? Esses braços enfraquecidos pela fome, por que não os fortalecem e depois não os empregam num trabalho útil e com um salário razoável? O porto da Fortaleza, com o qual tem-se gasto tantos contos de réis, só para pintá-lo, por que não se faz? (TEÓFILO, 1979, p. 116-117)

E há muitos outros exemplos nesta e em outras obras que poderiam ser mencionados. Passando para um momento histórico mais próximo, vale mencionar um romance relativamente recente, *Inimigas Íntimas* (1993), de Joyce Cavalcante, em que se faz referência à seca de 1958:

O ano continuava maldito. Nem se cria mais rezes. O governo dizia que estava mandando ajuda através do DNOCS, Departamento de Obras contra as Secas, ou do governo estadual, abrindo o que eles chamavam de “Frente de Trabalho”. Dessa vez inventaram de construir armazéns para guardar os grãos que não se tinha. (CAVALCANTE, 1993, p. 239)

As semelhanças não são meras coincidências. Aliás, os mesmos problemas de desvios de recursos ressurgem nessa narrativa: “No sul do país faziam-se campanhas para recolher roupas, remédios e dinheiro para os flagelados da seca, mas esse adjutório chegava pela metade, ou muitas vezes nem chegava.” (CAVALCANTE, 1993, p. 239)

Creio que esses exemplos, que contam com um considerável intervalo de tempo entre eles, sejam suficientes para demonstrar que nem o tratamento ficcional das secas conseguiu abandonar certo caráter denunciativo, tampouco os objetos das denúncias se modificaram substancialmente.



Nos romances das secas escritos até a década de 1930, é mesmo difícil perceber perspectivas que não se assemelhem à concepção hidráulica-institucional de que fala Gomes. O foco da discussão do problema, segundo se depreende dessas narrativas, está no aspecto físico-climático. Em *Ataliba, o vaqueiro* (1878), de Francisco Gil Castello Branco, o problema principal que se apresenta é especificamente a falta de água, não apenas para as plantações e criações, mas até mesmo para garantir a sobrevivência das pessoas, como se observa no trecho em que crianças de um grupo de retirantes, ao chegarem à casa da personagem Deodata, repetem “a cada instante a mesma queixa e a mesma reclamação: – Sede! Sede! Quero beber!” (CASTELLO BRANCO, 1998, p. 58); e também no trecho em que Terezinha, com a saúde debilitada e pouco antes de morrer, implora: “– Ataliba!... água!... água!” (CASTELLO BRANCO, 1998, p. 84) Nessa novela, a sina do sertanejo, figurada como um desígnio natural, é enfrentar as provações da seca.

Já em contraste com esse fatalismo que se verifica em *Ataliba, o vaqueiro*, há o intuito denunciativo de romances como *Os retirantes* e *A fome*, o qual se dirige simultaneamente a duas frentes distintas. Na frente principal e mais recorrente, são questionadas as ações ou inações governamentais durante uma situação emergencial, ou seja, durante uma grande seca em curso. Cabem nessa frente os aspectos trágicos que afetam diretamente os retirantes, como nos trechos narrativos relacionados com o desvio de socorros públicos, a corrupção em várias instâncias, o modo de abrigar e alimentar os retirantes e suas condições de trabalho nas obras públicas.

Na outra frente, em especial nas obras de Rodolfo Teófilo, cobra-se dos governantes ações preventivas a serem realizadas antes do advento de uma grande seca. Em sua maioria, essas ações dizem respeito à construção de obras como açudes e canalizações de rios (configurando uma preocupação maior com o abastecimento de água), porém são também “sugeridas” obras como estradas, ferrovias e portos, que desenvolveriam, de modo geral, a economia da província.

Nos romances de Rodolfo Teófilo, a abordagem de temas como a migração para outras províncias reflete também uma preocupação de ordem econômica. A migração era vista por Teófilo como um dos maiores prejuízos causados ao Ceará

pelas secas, uma vez que o tamanho da população indicava também a riqueza da província. Era preciso, portanto, denunciar a migração e as ações do governo que a estimulavam.

Já as questões fundiárias, que remetem aos problemas de grilagem, posse e propriedade das terras e dos latifúndios, só seriam enfatizadas posteriormente, aparecendo, por exemplo, em *Os cangaceiros* (1914), de Carlos Dias Fernandes.

Em *Vidas secas* (1938), de Graciliano Ramos, essa questão da terra ressurge como um dos fundamentos da narrativa. Os personagens retirantes, Fabiano e sua família, encontram um local onde poderiam sobreviver à seca, estabelecer moradia e trabalhar, onde Fabiano deixaria de ser vaqueiro para se tornar fazendeiro, mas logo se revela que mesmo aquela fazenda supostamente deserta já tem dono. Com isso, o romance de Graciliano Ramos já apontava que o problema das secas ia muito além da falta de chuvas.

A percepção de Graciliano Ramos sobre a complexidade dessa questão é explicitada num artigo escrito provavelmente em 1937 em que afirma:

Essa desorganização não é talvez efeito apenas de seca. Processos rotineiros de agricultura, indústria precária, exploração horrível do trabalhador rural, carência de administração, devem ter contribuído, tanto como a seca, para o atraso em que vive a quinta parte da população do Brasil. (RAMOS, 1976, p. 132)

De fato, como já foi dito, a figuração da seca integrada a um contexto econômico e social somente começaria a ser evidenciada a partir da década de 1930. Os romances regionalistas nordestinos dessa década apontaram uma tendência de compreensão da seca que, em muitos aspectos, se aproximaria da “vertente estruturalista”, a qual surgiria anos mais tarde. Essa aproximação, por certo, se deve ao pensamento marxista, ao qual se alinhavam escritores como Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz e Jorge Amado, e que seria a base teórica da “vertente estruturalista”.

Ainda sobre os problemas fundiários, Jorge Amado seria mais explícito. Apesar de não priorizar o sertão como referência para suas narrativas, Jorge Amado

também escreveu sobre as secas, sendo *Seara vermelha* (1946) o exemplo mais evidente. Publicado no mesmo ano em que o autor se elegera Deputado Federal pelo Partido Comunista, o romance apresenta epígrafes de Castro Alves, Engels e Luís Carlos Prestes, e é já na citação de Prestes que a questão da terra ganha destaque e anuncia a linha a ser seguida na narrativa: “... está no latifúndio, na má distribuição da propriedade territorial, no monopólio da terra, a causa fundamental do atraso, da miséria e da ignorância do nosso povo.” (PRESTES, citado por AMADO, 1983, p. 11)

O mesmo pensamento é reproduzido ao longo do romance, como se vê, por exemplo, nesse trecho sobre os retirantes:

São homens jogados fora da terra pelo latifúndio e pela seca, expulsos de suas casas, sem trabalho nas fazendas, que descem em busca de São Paulo, Eldorado, daquelas imaginações. (...) É uma viagem que há muito começou e ninguém sabe quando vai terminar porque todos os anos os colonos que perderam a terra, os trabalhadores explorados, as vítimas da seca e dos coronéis juntam seus trapos, seus filhos e suas últimas forças, e iniciam a jornada. (AMADO, 1983, p. 56)

É preciso reparar que, ao enfatizar a questão da terra, Jorge Amado praticamente a desvincula da seca (fenômeno climático), ou seja, ambas são causas das migrações e da miséria, porém a principal seria seguramente a primeira. Com isso, o que realmente importa não é o “problema da seca”, mas o “problema da terra”. A seca torna-se um problema acessório, um fator da natureza que reincide e agrava o frágil quadro social já existente. As injustiças sociais seriam, essas sim, as causas da existência de retirantes, como Jerônimo e sua família, que são o núcleo temático da primeira parte de *Seara vermelha*.

Na segunda parte do livro, é a vez dos cangaceiros e fanáticos religiosos serem retratados como produtos do meio. No caso dos cangaceiros, a representação é ambígua. São cruéis e violentos, porém, por vezes, são descritos como “soldados da vingança”, uma espécie de “justiceiros” do sertão ou, no mínimo, como vítimas das injustiças e da ignorância:

Tampouco os cangaceiros [como a polícia] perdoavam. Apesar de que haviam saído de entre os sertanejos mais pobres, vítimas quase sempre do latifúndio, das lutas desiguais com os coronéis que tomavam suas terras, frutos do meio social, ainda assim não guardavam particular simpatia pelos que sofriam o que eles já tinham sofrido. (AMADO, 1983, p. 216)

Mais adiante na narrativa, as reflexões do personagem Juvêncio apontam que seria preciso direcionar esse sentimento de revolta para outra forma de luta: “Os cangaceiros não iriam resolver os problemas tremendos do sertão. Só o governo popular revolucionário que a Aliança [Nacional Libertadora] pregava: Terra para os camponeses.” (AMADO, 1983, p. 296)

É mesmo por meio dos personagens Juvêncio e Tonho - respectivamente, filho e neto de Jerônimo - que se pode reconhecer o intuito propositivo da narrativa. Ainda jovem, Juvêncio abandona sua família para se reunir ao bando do cangaceiro Lucas Arvoreda, como o fizera seu irmão José, o “Zé Trevoada”. Não encontra os cangaceiros e acaba indo parar no Rio de Janeiro, onde se torna militar. Transferido para Natal, transforma-se em líder do levante comunista de 1935. Depois do fracasso da revolta, Juvêncio é preso. Na prisão de Ilha Grande, recebe a visita da mãe e do sobrinho Tonho, que tem ali as primeiras lições sobre comunismo e militância. Passados alguns anos, já no desfecho do romance, Tonho começa a trabalhar para o Partido Comunista (então legalizado) e seu processo particular reflete a esperança de que a solução dos problemas sociais do sertão nordestino poderia ser alcançada por meio da conscientização política da população (diriam uns) ou da “partidarização” da questão (diriam outros - aliás, com mais propriedade, uma vez que a narrativa se encerra quase como uma propaganda de filiação ao partido).

Essa perspectiva partidária assumida pelo escritor (e político) Jorge Amado está claramente vinculada àquele momento histórico, em que o Partido Comunista gozava da legalidade e que os anseios sociais eram balizados por confrontos ideológicos. O processo se desenvolveu e se desdobrou em correntes e tendências diversas pelos anos seguintes até que o golpe militar de 1964 provocou sua ruptura.

Aliás, evidenciando ou não tendências partidárias, as figurações de partidos políticos estão presentes em narrativas ficcionais que abordam o tema das secas desde o século XIX - como se nota, por exemplo, na discussão sobre a política regional em face das disputas entre o partido liberal e o conservador, em *Os retirantes* (PATROCÍNIO, 1973b, p. 310-312) -, e podem ser observadas também em

obras mais recentes (as quais remetem, por sua vez, a quadros políticos pluripartidários), como nos romances *Essa terra* (1976), de Antônio Torres, e *Inimigas Íntimas* (1993), de Joyce Cavalcante.

Em *Essa terra*, a questão fundiária reaparece figurada sob o prisma da crítica à política de créditos rurais empregada pelos bancos. São as dívidas que fazem o sertanejo sair de sua terra e migrar para a cidade:

(...), os homens do banco estavam apertando, iam tomar-lhe tudo. Entre o banco e o irmão, preferiu vender a propriedade ao irmão. Assim, pagaria a dívida do banco e ainda ficaria com um dinheirinho para abrir um pequeno negócio em Feira de Santana. (TORRES, 1991, p. 54)

As secas, maiores ou menores, afetam as safras. O sertanejo sabe disso quando pega um empréstimo, mas como seria possível resistir a essa tentação de um dinheiro disponível para aquele que tem tão pouco? A narrativa aponta, então, mais este culpado, os bancos - para eles as secas não importam. É mais um fator que deveria participar da solução e que termina sendo causa do problema.

Como se vê, as abordagens ficcionais sobre os problemas do sertão nordestino ficaram cada vez mais complexas e agregaram mais e mais elementos ao rol dos responsáveis pelas tragédias desencadeadas nos períodos de secas. Esse processo foi resultado inevitável dos próprios avanços alcançados na compreensão do quadro social da região semiárida e da relativização da questão climática. Afinal, refletem-se na ficção as mudanças ocorridas no semiárido desde a seca de 1877, como, por exemplo, a construção de grandes açudes e, principalmente, das vias de comunicação entre o sertão e os destinos dos retirantes.

Comparando um mapa do século XIX com um mapa atual, pode-se observar a grande alteração por que passou a região. Estradas e açudes, mesmo que insuficientes, proliferaram. Além disso, políticas de crédito foram criadas e recriadas, órgãos específicos para tratar das secas também, governos federais e estaduais de diferentes tendências se revezaram no poder... Ainda assim, os problemas persistem. Isso porque o retirante não quer simplesmente fugir da seca, quer fugir da pobreza.

## Capítulo III: LITERATURA DAS SECAS

### 3.1 “Literaturas” das secas

Como se viu as viagens científicas ao sertão nordestino quase nunca foram motivadas pela vontade de estudar as secas, ao contrário, provavelmente tenham sido até mesmo inibidas pelo aspecto climático. A viagem da Comissão Brasileira de Exploração, entretanto, tentara se justificar com o argumento (duvidoso) da necessidade de estudos sobre o fenômeno, e apenas uma pequena parcela dos viajantes que cruzaram o semiárido deixou de emitir comentários e impressões sobre as secas. Com a catástrofe da seca de 1877, o assunto ganhou destaque e suscitou novas expedições, novos estudos, novas ações governamentais e, obviamente, provou ser um tema tão importante que sua proliferação nas manifestações culturais - como, de fato, ocorreu na literatura - foi inevitável.

Antes de avançar nessa linha, é bom lembrar que a literatura comporta pelo menos duas concepções. Num sentido estrito (e era esse que tinha em mente na referência acima), o conceito de literatura diz respeito às manifestações culturais em que se destacam os aspectos estéticos da linguagem, ou seja, a literatura estaria diretamente relacionada aos textos poéticos e de ficção. Entretanto, em outras épocas e eventualmente ainda hoje, a palavra “literatura” é empregada num sentido amplo, o qual comporta também textos não ficcionais. Essa concepção, segundo Luiz Costa Lima, segue o antigo critério retórico das belas-letas, que “não conhecia diferença alguma entre gênero literário e história”. (LIMA, 1997, p. 17) Ao analisar a dupla inscrição (literária e científica) atribuída por críticos ao livro *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha, Costa Lima acrescenta que, ali, o critério retórico teria sido também ampliado à própria “expressão das diversas ciências particulares que Euclides manipulava” (LIMA, 1997, p. 17), fazendo crer que trechos “científicos” da obra poderiam ser igualmente valorizados como literários, quando, na verdade, deveria ser observado o modo como figuram na narrativa.

De qualquer maneira, as discussões que se renovam há alguns anos sobre a dificuldade do estabelecimento de fronteiras entre ficcional e não ficcional, assim como sobre a proximidade de certos gêneros como a narrativa romanesca e a

histórica, demonstram que esse sentido amplo de literatura, obviamente menos amplo e bastante remodelado, persiste nas análises críticas. Não me prolongo nessa discussão, uma vez que meu interesse nesses textos não ficcionais sobre as secas é principalmente histórico, cabendo apenas ocasionalmente observar, além do caráter informativo, o modo como os autores se apropriam dos dados reais e as escolhas que fazem na elaboração de seus relatos. Ao mesmo tempo, tento perceber quais imagens do sertão nordestino e das secas podem ser apreendidas a partir também desses textos e em que aspectos se relacionam com as imagens apreendidas da ficção.

As várias obras não ficcionais já mencionadas nos capítulos anteriores fazem ver que as secas do semiárido nordestino já eram bem conhecidas antes de 1877. Porém, antes mesmo dessas obras, há relatos sobre as secas (não necessariamente de viajantes pelo sertão) que remontam ao século XVI. A primeira menção a uma seca no Nordeste, de acordo com o historiador Marco Antonio Villa (2000), consta numa carta escrita em 1552 pelo padre Antonio Pires. Já a primeira descrição dos efeitos de uma seca deve-se ao jesuíta Fernão Cardim que, na primeira carta de *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica*, escrita em 16 de outubro de 1585 (que faz parte da obra *Tratados da terra e gente do Brasil*), registra uma seca ocorrida em Pernambuco no ano de 1583.

O ano de 83 houve tão grande seca e esterilidade nesta província (coisa rara e desacostumada, porque é terra de contínuas chuvas) que os engenhos d'água não moeram muito tempo. As fazendas de canaviais e mandioca muitas se secaram, por onde houve grande fome, principalmente no sertão de Pernambuco, pelo que desceram do sertão apertados pela fome, socorrendo-se aos brancos quatro ou cinco mil índios. Porém, passado aquele trabalho da fome, os que puderam se tornaram ao sertão, exceto os que ficaram em casa dos brancos ou por sua, ou sem sua vontade. (CARDIM, 1980, p. 162)

O comentário sobre a seca se restringe a este pequeno trecho, aliás, também citado por Villa. Na sequência, Cardim conta a história do índio Mitaguaya, que resolveu permanecer entre os brancos para tornar-se cristão. Mesmo sendo curto, o trecho, além de registrar a ocorrência de uma seca com efeitos no litoral, aponta as dificuldades dos próprios índios diante da falta de chuvas e o processo migratório (como ainda ocorre atualmente) como alternativa de salvamento.

No *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, Gabriel Soares de Sousa, ao escrever sobre o umbuzeiro, também faz notar o problema da falta de água no sertão.

Umbu é uma árvore pouco alegre à vista, áspera da madeira, e com espinhos como romeira, e do seu tamanho, a qual tem a folha miúda. Dá esta árvore umas flores brancas, e o fruto, do mesmo nome, do tamanho e feição das ameixas brancas, e tem a mesma cor e sabor, e o caroço maior. Dá-se esta fruta ordinariamente pelo sertão, no mato que se chama a caatinga, que está pelo menos afastado vinte léguas do mar, que é terra seca, de pouca água, onde a natureza criou a estas árvores para remédio da sede que os índios por ali passam. Esta árvore lança das raízes naturais outras raízes tamanhas e da feição das botijas, outras maiores e menores, redondas e compridas como batatas, e acham-se algumas afastadas da árvore cinqüenta e sessenta passos, e outras mais ao perto. E para o gentio saber onde estas raízes estão, anda batendo com um pau pelo chão, por cujo tom o conhece, onde cava e tira as raízes de três e quatro palmos de alto, e outras se acham à flor da terra, às quais se tira uma casca parda que tem, como a dos inhames, e ficam alvíssimas e brandas como maçãs de coco; cujo sabor é mui doce, e tão sumarento que se desfaz na boca tudo em água frigidíssima e mui desencalmada; com o que a gente que anda pelo sertão mata a sede onde não acha água para beber, e mata a fome comendo esta raiz, que é mui sadia, e não fez nunca mal a ninguém que comesse muito dela. Destas árvores há já algumas nas fazendas dos portugueses, que nasceram dos caroços dos umbus, onde dão o mesmo fruto e raízes. (SOUSA, 2000, p. 152)

Esse trecho é especialmente interessante, pois registra, além da carência de água e do emprego da palavra caatinga<sup>13</sup>, o uso da raiz do umbuzeiro para saciar a sede e o método empregado para encontrá-la, assuntos que são tratados em muitas obras posteriores, inclusive em obras ficcionais.

A raiz do umbuzeiro - que Euclides da Cunha, em *Os sertões*, chama de “árvore sagrada do sertão” (2001, p. 128) - é mencionada em vários romances tanto do século XIX (por exemplo, em *A fome*, de Rodolfo Teófilo) como do século XX (por exemplo, em *Vidas secas*, de Graciliano Ramos: “(...), passara uns dias mastigando raiz de imbu e sementes de mucunã”, 2007, p. 19). Curiosamente, no artigo “A propósito da seca” (provavelmente escrito em 1937), o próprio Graciliano Ramos, ao reclamar dos exageros dos escritores do século XIX em suas narrativas sobre as

<sup>13</sup> Nos comentários de Varnhagen sobre a obra de Gabriel Soares de Sousa, escritos em 1851, o historiador esclarece que a palavra é de origem indígena, significando “mato branco”. Sobre o termo, vale citar Manuel Correia de Andrade: “Caatinga não é palavra que exprima uma associação vegetal uniforme, como já demonstrou o biogeógrafo Walter Albert Egler em estudo feito em Pernambuco, mas uma gama enorme de associações ora mais, ora menos densas, umas de maior e outras de menor porte.” (ANDRADE, 1964, p. 22)



secas, acaba citando entre tais aspectos desmedidos as repetitivas menções à raiz do umbuzeiro: “Afinal, se os nordestinos, seguindo o preceito bíblico, se tinham multiplicado tanto, então é que não se alimentavam apenas de raiz de imbu, semente de mucunã, couro de mala e carne humana.” (RAMOS, 1976, p. 132)

Já no parágrafo inicial do mesmo artigo, Graciliano Ramos afirma que:

O estrangeiro que não conhecesse o Brasil e lesse um dos livros que a nossa literatura referente à seca tem produzido, *literatura já bem vasta, graças a Deus*, imaginaria que aquela parte da terra que vai da serra Ibiapaba a Sergipe, é deserta, uma espécie de Saara. (RAMOS, 1976, p. 132, grifo meu)

Tal era a amplitude da “literatura das secas” naquela época e Graciliano está obviamente se referindo apenas às obras de ficção. Essa constatação é repetida em textos e épocas diversos. Porém, talvez apenas alguns anos antes, fosse mesmo necessário recorrer a uma outra concepção de literatura para que se pudesse proclamar a grande extensão da literatura das secas.

Foi ao sentido amplo de literatura que se reportaram muitos autores quando quiseram enfatizar a vasta bibliografia da literatura das secas. Nessa perspectiva, diversas narrativas de viajantes já citadas fariam, com maior ou menor propriedade, parte dessa literatura. Ou seja, a literatura das secas englobaria não apenas as obras de ficção, mas também narrativas de viagem, textos técnicos e outros não ficcionais. O levantamento de obras relacionadas às secas do Nordeste feito pelo Dr. Otto Quelle é um bom exemplo desse tipo de posicionamento. Em 1929, Quelle publicou na revista *Ibero-Amerikanisches Archiv* (Fascículo 1, Ano III) a sua “Contribuição para a Bibliografia da Literatura das Secas”, em que cita mais de 130 textos (livros, artigos, legislação...), na grande maioria técnicos, que tratam das secas nordestinas, e isso relacionando tão-somente as obras que faziam parte do acervo do Instituto de Pesquisas Ibero-Americanas da Universidade de Bonn (Alemanha). Quando essa contribuição foi novamente publicada, em 1933, na *Revista do Instituto do Ceará* (Tomo XLVII, Ano XLVII), recebeu o adendo de 59 obras coligadas por Tomás Pompeu Sobrinho.

A essa altura, uma importante revisão bibliográfica sobre o tema das secas já havia sido realizada em *A Paraíba e seus problemas* (1923) por José Américo de Almeida, que escreveria mais tarde o romance *A bagaceira* (1928). Também ali a ênfase é dada aos textos não ficcionais, principalmente aos técnicos e históricos. José Américo de Almeida aponta a primazia dos autores cearenses sobre o assunto, o que, em sua opinião, estaria minimizando a atenção que deveria ser dada também à sua Paraíba: “A história das nossas secas ainda está por escrever. Os cearenses já registraram em livros minudentes os lances desses supremos desastres. O martírio dos paraibanos ainda se acha, porém, a bem dizer, inédito.” (ALMEIDA, 1923, p. 121-122)

Uma das principais fontes de José Américo de Almeida foi o livro *Secas contra a seca* (1909), de Felipe e Teófilo Guerra, que já teria feito o benefício de destacar o problema das secas no Rio Grande do Norte, estendendo o assunto para além das fronteiras cearenses. De certo modo, esse também foi o objetivo de José Américo ao relatar, por sua vez, os problemas paraibanos, seja nesse seu estudo técnico e histórico, seja na ficção, ao publicar a novela *Reflexões de uma cabra* (1922), o romance *A bagaceira* (1928) e novelas como *O boqueirão* e *Coiteiros* (ambas de 1935).

### 3.2 Ficção e secas

No campo estritamente literário, a criação da expressão “Literatura das Secas” é frequentemente atribuída a Tristão de Athayde.<sup>14</sup> Na revisão histórica engendrada em seu livro *Afonso Arinos*, publicado pela primeira vez em 1922, a literatura das secas é caracterizada por Tristão de Athayde como uma variante do sertanismo regionalista. O autor associa seu surgimento à seca de 1877: “Calara profundamente a de 77 em todos os espíritos, chamando a atenção da pátria para esse doloroso sertão cearense. Como podia a literatura conservar-se alheia a tamanha revelação de miséria e sofrimento?” (ATHAYDE, 1922, p. 158)

---

<sup>14</sup> Por exemplo, por Sânzio de Azevedo: “Foi Tristão de Athayde, como não se desconhece, quem pela primeira vez se referiu a uma ‘literatura das secas’, designativo, sem dúvida feliz, de um tipo específico de Regionalismo, que tem dado às letras brasileiras algumas páginas das mais vigorosas de sua ficção.” (AZEVEDO, 1985, p. 112)

Tendo estabelecido esse vínculo, Tristão de Athayde incumbiu-se da sempre difícil tarefa de indicar os precursores da literatura das secas. Reconhecendo a importância da numerosa poesia popular nordestina sobre as secas (porém sem fazer menções), Tristão de Athayde preferiu apontar como um “primeiro fruto vagamente literário do novo gênero” (1922, p. 160) a obra *Aves de arribação*, do potiguar José Leão Ferreira Souto, publicada em 1877.<sup>15</sup> Logo em seguida, em 1878, surgiria a novela “Ataliba, o vaqueiro”, do piauiense Francisco Gil Castello Branco, publicada inicialmente no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro com o subtítulo “episódio da seca do Norte”, e que reapareceria dois anos mais tarde num volume apresentado como livro de contos, ao qual foram integrados os contos “Hermione e Abelardo” e “A mulher de ouro”.

Entre as obras consideradas inaugurais da literatura das secas, Tristão de Athayde menciona ainda os dois capítulos iniciais (e únicos) do romance *O retirante*, de Araripe Júnior, publicados em folhetins de *O Vulgarizador*, também em 1878, que, aliás, tratavam da seca de 1845 e não daquela em curso.

Já o romance *Os retirantes*, de José do Patrocínio, foi uma consequência direta da seca de 1877. Publicado em 1879, quando a seca atingira seu auge, o romance resultou da forte impressão que causaram a José do Patrocínio os fatos testemunhados durante sua viagem ao Ceará em 1878. Patrocínio viajara como correspondente da *Gazeta de Notícias* com o propósito de relatar os acontecimentos relacionados àquela seca. O quadro de fome e miséria que encontrou o motivou a escrever um romance cuja ação se passa naquele mesmo momento histórico.

Os exageros descritivos e de dramaticidade são apontados por boa parte da crítica como reflexos da formação jornalística e da veia política do ficcionista José do Patrocínio. Também é verdade que tais excessos são muitas vezes aceitos com certa condescendência em face da realidade em si assustadora. Aliás, essas mesmas duas formas antagônicas de tratamento da crítica (“repúdio ao que é visto

---

<sup>15</sup> Essa obra consta no catálogo da Fundação Biblioteca Nacional com o seguinte registro: LEÃO, José. *Aves de arribação, lendas e canções sertanejas*. Rio de Janeiro: Typ. Central de Brown & Evaristo, 1877. Os assuntos relacionados com a obra são: música popular e lendas do Rio Grande do Norte.

como exagero ou simplesmente pelo mau gosto do tema” e “aceitação em face da presumida fidelidade aos fatos narrados”) foram dirigidas a várias outras obras (de vários autores) relacionadas às secas, mais notadamente aos romances de Rodolfo Teófilo.

Gostando ou não de suas obras, a importância de Rodolfo Teófilo para a literatura das secas é inegável. Há uma conotação pejorativa, com a qual não concordo, numa recorrente afirmação de que Rodolfo Teófilo buscava a fama como escritor tentando firmar-se como o “romancista das secas”.<sup>16</sup> Não que ele não pudesse ter essa ambição, mas sua biografia, repleta de exemplos de altruísmo desmedido, torna superficial esse tipo de crítica. Seja atuando como “médico”, farmacêutico, sanitarista, ou como escritor de ficção e de não ficção, Rodolfo Teófilo esteve desde sempre preocupado com os problemas sociais de sua terra e com as consequências trágicas dos adventos das secas para com os mais pobres.

De fato, *A fome* (1890), de Rodolfo Teófilo, é um dos primeiros romances (de modo ainda mais evidente do que *Os retirantes*, de José do Patrocínio) cujo tema central é a seca. Já nesse romance se reconhece uma característica da literatura das secas que reapareceria em várias obras posteriores. Trata-se do fato de apenas uma parte da ação transcorrer no sertão nordestino. A literatura das secas muito frequentemente enfatiza a mobilidade, a retirada, a transferência de seus personagens principais de um lugar para outro, levando com eles a própria seca, que de outra forma pouco influiria no lugar de destino. Essa estrutura narrativa pode ser notada, por exemplo, num dos mais bem sucedidos romances da seca, *O Quinze* (1930), de Rachel de Queiroz, aliás, leitora e admiradora das obras de Rodolfo Teófilo. Depois de *A fome*, Rodolfo Teófilo publicou ainda vários livros em que figuraram os costumes e aspectos culturais do sertão, como *Os brilhantes* (1895), *Maria Rita* (1897) e *O paroara* (1899), e o tema da seca persistiria

---

<sup>16</sup> Por exemplo, por José Ramos Tinhorão: “Dentre os literatos da geração da Padaria Espiritual, seria Rodolfo Teófilo quem mais obstinadamente procuraria tornar-se o romancista das secas, depois de ter sido o seu historiador. Numa sucessão de tentativas publica *Os Brilhantes* em 1895, *Maria Rita* em 1897 e *Paroara* em 1899, no momento em que chega ao fim o desenvolvimento autônomo da cultura regional do Ceará.” (TINHORÃO, 1966, p. 97). E por Abelardo Montenegro: “Rodolfo Teófilo, além de homem de botica, é homem de biblioteca, com aspirações literárias. Historiador das secas, delibera ser o romancista delas.” (MONTENEGRO, *O romance cearense*, p. 100, citado por TINHORÃO, nota 54, 1966, p. 97)

principalmente como expressão de um contexto que explicaria a existência do cangaceirismo (no primeiro caso), do caráter do sertanejo (no segundo caso) ou da migração para a Amazônia (no terceiro caso).

Seja no “calor da hora”, enquanto os efeitos da seca de 1877 ainda eram sentidos, seja no período imediatamente posterior, nos quinze ou vinte anos seguintes, a literatura das secas reservou no último quarto do século XIX um lugar em nossa história literária. Não coincidentemente, esse período marca a transição da ficção romântica para o realismo e o naturalismo. A literatura das secas por seus temas em si chocantes mostrou-se em perfeita consonância com as novas tendências literárias. De modo geral, o naturalismo na literatura das secas acabou mesmo enfatizando a tragicidade do tema, enquanto o que pode ser visto como uma literatura das secas do romantismo tivera uma configuração totalmente diferente.

### *Seca e romantismo*

De fato, os anos de 1877 até o final do século XIX parecem ter sido um período-chave para a literatura das secas, entretanto é possível localizar em obras românticas, ou seja, um pouco anteriores, as primeiras figurações ficcionais das secas nordestinas. Para citar duas, seriam os casos de *O sertanejo* (1875), de José de Alencar, e de *O cabeleira* (1876), de Franklin Távora. As diferenças e similaridades entre os dois autores já foram apontadas anteriormente, porém vale repetir que nas obras de ambos a seca representa um papel secundário e o sertão é mais um cenário do que um tema. Ambos os livros se filiam, prioritariamente, ao chamado “sertanismo regionalista”, conforme a designação escolhida por Tristão de Athayde, que engloba de forma geral toda a ficção relacionada à vida rural e cujo iniciador teria sido Bernardo de Guimarães, com o romance *O Ermitão de Muquém*, escrito em 1858 e publicado pela primeira vez em 1864. Nessa perspectiva, com a busca da ênfase aos aspectos regionais, o fato de uma narrativa (ou parte dela) se passar no sertão nordestino seria apenas um detalhe, o qual, porém, serviria para singularizar a obra em comparação com outras da mesma tendência regionalista.

Deve-se mencionar que muitos estudos que tratam da literatura das secas como um conjunto temático da literatura brasileira incluem as obras de José de

Alencar e Franklin Távora. No prefácio de seu livro *A crítica e o romance de 30 do nordeste* (1990), Gilberto Mendonça Teles resume suas pesquisas e lembra o seminário sobre a literatura da seca, realizado em 1982 na Universidade de Fortaleza, em que apresentou a conferência “A transformação do discurso da seca”, cujo *corpus* de estudo foi o seguinte: *O sertanejo* (1875), de Alencar; *O cabeleira* (1876), de Franklin Távora; *Luzia-Homem* (1903), de Domingos Olímpio; *A bagaceira* (1928), de José Américo de Almeida; *O Quinze* (1930), de Rachel de Queiroz; e *Vidas secas* (1938), de Graciliano Ramos.

É bastante pertinente e merece reflexão a abordagem escolhida por Teles em que a seca é tomada como um tema principal que acolhe subtemas como “a migração, o cangaço, o messianismo, o coronelismo, a prostituição, a conscientização, o folclore e o conflito de vivência no sul do país”. (TELES, 1990, p. XI) Por certo cada um desses subtemas pode ser visto como um tema em si, porém seu vínculo com a seca revela um posicionamento que assume que a seca não se restringe à irregularidade de chuvas na região e que há uma interligação, talvez até uma dependência, de todos os temas usualmente associados ao sertão nordestino.

Teles ressalta que nos romances de Alencar e de Távora o tema da seca é somente decorativo e justifica isso ao dizer que a seca retratada nessas obras é a de 1777, ou seja, já passado quase um século. Esse argumento me parece menos convincente – mesmo porque outras obras se reportaram a momentos históricos e secas anteriores sem deixar de lhes conferir posição central na narrativa - do que o próprio fato da seca interferir pouco no desenvolvimento do enredo e na caracterização dos personagens, podendo, mais por essa razão, ser chamada de decorativa. Afirma ainda Teles que:

Só com o realismo é que os escritores começam a falar da seca que eles presenciaram, como a de 1888 que vai motivar alguns romances e até capítulos magistrais de *Os sertões*, em 1902. Essa proximidade faz com que a imagem metafórica comece a ser substituída pela força realista das metonímias e sinédoques. Com o romance de 30 a seca passa a interferir no interior da narrativa, atingindo as ações, as personagens e chegando a influir na própria linguagem do romance, como é o caso especial de *Vidas secas*, inicialmente denominado “O mundo coberto de penas”, depois “Baleia” e, finalmente, a metáfora de base metonímica a significar a força da seca na estruturação do romance. (TELES, 1990, p. XII)

A meu ver, o sertão idealizado de José de Alencar, condizente com os moldes românticos, não merece ser excluído de um levantamento de obras da literatura das secas simplesmente por não estar em correspondência com a “realidade” ou com as formas de representação ficcional que privilegiaram a tragicidade das secas. É certo que “o sertanejo altivo de Alencar não sofria das misérias que nos descrevem *A fome*, de Rodolfo Teófilo, e *Luzia-Homem*, de Domingos Olímpio”, como afirma Alfredo Bosi (1994, p. 173), entretanto as omissões e possíveis distorções da visão de Alencar sobre o sertão nordestino podem mesmo ter tanta relevância para a compreensão dessa literatura quanto as redundâncias de algumas obras posteriores. Em *O sertanejo*, a seca é uma sazonalidade climática e, ao mesmo tempo, uma presença constante que afeta, ainda quando ausente, o cotidiano do sertanejo e que caracteriza fisicamente o espaço do semiárido nordestino. No entendimento de Tristão de Athayde, Alencar teria de modo consciente optado por um momento de renascimento do sertão, quando o verde retorna aos campos, por ser este mais afeito a seu próprio estilo literário: “(...) empregou um subterfúgio característico de sua estética: tomou do fenômeno, não no período agudo, que provavelmente lhe parecia incapaz de apropriação artística, (...)” (ATHAYDE, 1922, p. 163) Entretanto, essa opção de Alencar não contradiz a realidade (como parece afirmar o crítico), mas acaba apresentando um quadro diferente daquele que nos acostumamos a reconhecer na ficção posterior. Mesmo sob a perspectiva de um critério de “fidelidade ao real”, o contexto geral do romance não chega a ser falso. Seu maior “defeito”, para o qual foram dirigidas muitas críticas, teria sido mesmo o fato de, sendo uma das primeiras obras a tratar do sertão a ter repercussão nacional, não destacar um “evidente problema” da região.

As secas, todavia, já haviam sido figuradas na poesia do cearense Juvenal Galeno (anterior à obra de Alencar), em que se transmite certo equilíbrio (nem paraíso, nem inferno) em suas observações sobre o sertão. No seu livro mais conhecido, *Lendas e canções populares* (1865), há poemas tanto sobre o litoral quanto sobre o sertão. É desse livro o poema “O vaqueiro” que, tipicamente romântico, exalta o modo de vida do sertanejo, mas também não deixa de mencionar a questão da seca:

(...) Assim esta vida!... Se é tempo de inverno,  
Bem cedo nós vamos o leite tirar,

E após o almoço... que faça ela os queijos,  
 Qu'eu saio a cavalo, qu'eu vou campear.  
 A vida qu'eu levo,  
 Ouvi-me cantar.

Se é tempo de seca, que longas fadigas,  
 Abrindo as cacimbas pra o gado beber!  
 As ramas cortando, que a rês me suplica  
 Num berro mais triste que o triste gemer!  
 A vida qu'eu levo,  
 Ouvi-me dizer.  
 (GALENO, 1965, p. 49)

Nota-se no poema a especificação consagrada das duas estações distintas, o inverno (temporada das chuvas) e a seca, que dividem o ano em duas partes, como bem sabe, há muito tempo, qualquer sertanejo nordestino. A grande seca consiste exatamente no ano que não tem inverno, ou seja, fazendo o sertanejo esperar as chuvas até o próximo ano. Nesse caso as dificuldades rotineiras, que não são poucas, se transformam em tragédias. Quando não há chuvas regulares nem no ano seguinte e nem no outro, como ocorreu na seca de 1877, pode-se imaginar o impacto catastrófico para a população sertaneja.

#### *Rodolfo Teófilo: Da história à ficção*

Tendo presenciado a seca de 1877, Rodolfo Teófilo criticou severamente a atuação política de José de Alencar naquela ocasião. Um longo caminho de artigos e polêmicas já havia sido percorrido por Teófilo quando publicou o romance *A fome*, em 1890. Anterior a esse romance é sua *História da seca do Ceará – 1877 a 1880*, publicada em 1883, que traz um memorial completo da tragédia, bem como as discussões que a cercaram desde seu início. Lá estão também algumas de suas críticas a Alencar, como aquela ao discurso proferido em 17 de abril de 1877, citado por Teófilo - e que, em sua opinião, foi lamentavelmente decisivo:

Leio hoje em uma das mais importantes folhas desta corte o extrato de uma carta em que se anuncia uma seca em minha província, e tão grave que faz rezear uma calamidade igual às de 1825 ou de 1845. Há incontestavelmente muita exageração. (Apoiados) Quem conhece a província do Ceará e o interior das províncias do norte sabe que até o mês de maio ou meados do ano não se deve desesperar de inverno; por conseguinte não é possível, na quadra em que estamos, anunciar desde já uma seca acompanhada dos efeitos desastrosos daquelas épocas a que me referi. (Apoiados)



Entendo que pode haver na insistência com que se tem exagerado as notícias relativas à seca do Ceará, um pouco de espírito de oposição. (Apoiados) (ALENCAR, citado por TEÓFILO, 1883, p. 95-96)

Segue Rodolfo Teófilo:

José de Alencar levemente afirmava uma inexatidão ao parlamento, deixava-se levar pela febre da política, esquecendo-se do prestígio que tinha no país e da grande responsabilidade que sobre ele pesava como representante de sua província, tratando de assunto tão grave.

Despeitado talvez com a oposição, alucinado pela discussão, José de Alencar asseverava ao país que os invernos do Ceará começavam às vezes em maio ou junho! E nenhum dos representantes da província levantou-se para refutar asserção tão errônea e que tão fatal nos veio a ser! Pelo contrário, a confirmaram com seus apoiados. (TEÓFILO, 1883, p. 96)

Naquela ocasião, entre as alternativas para dar trabalho e salário aos retirantes, voltou-se a propor a construção do porto de Fortaleza e o prolongamento da estrada de ferro de Baturité. É interessante notar que Rodolfo Teófilo defende essa ideia com o argumento de que, além de ajudar os retirantes, o governo, com tanta mão-de-obra disponível, economizaria um terço do que se as fizesse em outra época. Mais uma vez, Teófilo culpa José de Alencar pelos projetos terem sido postergados e cita o discurso de Alencar (proferido em 3 de agosto de 1877) na Câmara dos Deputados:

Há um só ponto em que não posso acompanhar os meus colegas nas providências que reclamam, é o que diz respeito à companhia da estrada de ferro de Baturité. Sou acionista dessa companhia, mas, reconhecendo que ela tem sido mal administrada, entendo que não merece o benefício do Estado, que aliás reverteria em meu proveito individual. (ALENCAR, citado por TEÓFILO, 1883, p. 121-122)

Ler o livro de Teófilo ajuda a compreender a angústia de um sertanejo que sofre as consequências de uma grande seca que apenas se iniciava em 1877. Ao lado dos comentários gerais de Teófilo, de suas análises, críticas e propostas, lá estão seus relatos sobre a movimentação política e as diversas discussões, tanto em Fortaleza quanto no Rio de Janeiro, os pedidos de auxílios e as medidas adotadas pelos governantes. Estão também diversos dados como o número de óbitos<sup>17</sup>, número de pessoas que emigram para outros estados, dos retirantes que

---

<sup>17</sup> Nesse livro, Rodolfo Teófilo apresenta detalhadamente seus dados. De modo resumido, em seu relato sobre o número de óbitos no Ceará, o autor afirma que morreram 2.665 pessoas em 1877,

chegam e dos já instalados na capital cearense, das doenças e das pessoas infectadas, da produção agrícola e pecuária perdida, dos recursos emergenciais gastos pelo governo, da mobilização e do auxílio da sociedade civil, do papel da imprensa... Tudo isso demonstrado mês a mês e apontando a evolução da tragédia e do pavor de que a situação pudesse ainda piorar repentinamente com a eclosão de uma nova epidemia.

Entre seus comentários e seus dados objetivos, Teófilo, por vezes, insere pequenos episódios dramáticos, pequenas histórias da seca que caberiam (ou couberam) em romances sobre a seca, como se percebe nessa passagem:

Durante a calamidade registraram-se muitos fatos de heroísmo de amor filial. Se muitos pais abandonaram os filhos nas estradas, filhos houve que carregaram os pais nos ombros para lhes salvar a vida. Américo Pereira foi desses heróis de dedicação. Vendo-se sem recursos no Tauá, a 100 léguas de Fortaleza, com seu pai cego e mentecapto, decidiu-se a emigrar. Sair só era deixar o infeliz velho à discrição da fome, conduzi-lo era um sacrifício talvez superior às suas forças. Américo decidiu-se a vir com o pai e se pôs a caminho. Feitas algumas léguas, o velho ficou em estado de não poder seguir, cansou ainda no princípio da jornada, mas a abnegação do filho lhe supriu a fraqueza da velhice. Américo tomou o pai ao ombros, e, em dias de dezembro, entrava na cidade de Maranguape, dando o mais edificante exemplo de amor filial. (TEÓFILO, 1883, p. 153)

Ou ainda na sequência desse trecho:

Um outro ato de heroísmo foi praticado pelas duas irmãs Ignacia de Salles e Francisca de Salles. Viviam essas duas moças no Limoeiro, a 39 léguas da capital, em companhia de seu pai, de sua mãe que, havia muitos anos, estava paralítica, e de três irmãos todos maiores. Era uma família pobre, mas que passava regularmente. A seca fez pesar sobre ela a mão de ferro da desgraça. As moléstias reinantes lhe roubaram pai e irmãos, morreram os gados que possuíam, os ladrões furtaram o resto dos frutos da lavoura, e ficaram as órfãs abandonadas e desvalidas em companhia unicamente de sua mãe enferma. Enquanto houve socorro do governo, iam passando; logo que foram suspensos, a miséria obrigou as duas desgraçadas a emigrar. Porém como por-se-ia a caminho a paralítica? O amor filial ainda venceu obstáculos que a humana força podia vencer. As moças deitaram a mãe em uma rede e carregaram-na até a povoação de Arronches, 38 léguas! Assistimos à sua chegada naquela povoação; era um quadro que comovia! (TEÓFILO, 1883, p. 153-154)

---

118.927 em 1878 (sendo 15.532 apenas em dezembro daquele ano, quando avançou a varíola do tipo hemorrágico) e 6.707 em 1879. Outras fontes, como Herbert Smith (1879, p. 421) e Lisboa (1926, p. 13), especulam terem ocorrido quase 500.000 óbitos na província do Ceará durante os anos de 1877 e 1878, representando mais da metade da população da época.

Logo após essa história o autor alinha outra pequena crônica, o episódio da reivindicação dos retirantes de Arronches ao Conselheiro Aguiar:

Em 7 de dezembro, os retirantes domiciliados em Arronches, não recebendo rações, havia muitos dias, vieram ao palácio do governo, em número superior de 500, todos chefes de família, implorar do presidente uma esmola para não morrerem à fome. O presidente demitiu imediatamente o subdelegado de polícia e exonerou a comissão de socorros, *pelo fato de terem deixado sair da povoação os infelizes famintos*. Neste mesmo dia, foi mandado tomar conta da comissão um oficial do 15º. batalhão de infantaria, o qual conduziu algumas sacas de farinha para distribuir com os retirantes. (TEÓFILO, 1883, p. 154, grifo meu)

Todos esses episódios são referentes apenas ao primeiro ano da seca, ou seja, 1877. Não há como não se comover com sua leitura. No capítulo seguinte, Teófilo anuncia a chegada do ano de 1878. O pior ainda estava por vir, pois não haveria inverno naquele ano e nem no próximo, e o clímax da seca e de suas consequências ainda estava por acontecer.

Algumas das numerosas histórias das secas que circulavam entre os sertanejos acabaram sendo figuradas nos romances de Rodolfo Teófilo, por vezes com maior destaque, por vezes de modo tão sintético que lembra o texto histórico do próprio autor, como se vê, por exemplo, nessa breve passagem de *A fome*:

Freitas entrou na taverna e com pasmo ouviu que se trata de um crime cometido nas imediações da povoação. Comentavam o assassinato de um retirante, que, entrando em uma roça, furtou *um pau de macaxeira*, e foi preso pelo lavrador, amarrado e surrado até morrer, e o cadáver enterrado no canavial. A cozinheira do vigário, depois de ouvir a criada do subdelegado, tomou a palavra e disse que também por sua casa já ouvira rosnar aquela história, mas com uma diferença: o corpo do morto foi sepultado na casa do engenho (...). (TEÓFILO, 1979, p. 55)

A qual tem sua “fonte” no seguinte trecho de *História da seca do Ceará*:

Se a muitos inspirava compaixão o estado lastimoso dos emigrantes, em outros despertava instintos de perversidade. Não poucos foram os atos de canibalismo praticados por lavradores, até mesmo nas vizinhanças da capital. Além do castigo corporal, bárbaro, desumano infligido ao retirante que encontravam em suas lavras, muitos levaram a ferocidade ao extremo; depois de trucidá-los em açoites, raspavam-lhes a cabeça e sobranceiras e atiravam o cadáver ao campo. (TEÓFILO, 1883, p. 109)

Além disso, em *História da seca do Ceará* podem ser encontradas muitas informações sobre o cotidiano dos retirantes, as práticas de assistências

governamentais, os desvios de recursos, a corrupção oficial e a criminalidade deflagrada no quadro de miséria social, as quais estariam figuradas mais tarde no romance *A fome*. Para exemplificar, pode-se citar o caso da distribuição de cartões de auxílio aos flagelados:

Foi péssimo o meio adotado na distribuição de socorros. Em breve deram-se abusos muito sérios. Os retirantes tinham direito, conforme o número de pessoas da família, a um cartão, por semana, de mil a três mil réis. Os comissários foram os primeiros a abrir o campo ao abuso. Os cartões deviam ser todos impressos e assinados à tinta pelos sacadores; muitos, porém, eram escrito a lápis em pequenos pedaços de papel e apenas rubricados. Alguns eram impressos, é verdade, porém, em vez de ser legalizados pela assinatura do comissário, levavam apenas um timbre de sinete. A estas facilidades foram devidas muitas dilapidações dos dinheiros do Estado, por quanto, além dos agiotas que compravam por metade, e às vezes menos, os cartões aos retirantes, muitos eram falsificados e outros roubados pelos fâmulos e escravos dos comissários.” (TEÓFILO, 1883, p. 115)

Apoiado nessas observações, Teófilo construiu um dos principais personagens de *A fome*, o comissário Simeão de Arruda. O comissário se aproveita de sua condição de poder para tentar seduzir a filha do fazendeiro-retirante Manuel de Freitas, primeiramente distribuindo cartões de auxílio e outras vantagens à família de Manuel de Freitas e depois suprimindo os benefícios concedidos. Esse método de distribuição de dinheiro por meio de cartões acabou sendo proibido quando assumiu o cargo um novo presidente de província, porém Manuel de Freitas e sua família tornaram-se ainda mais dependentes da vontade pessoal do comissário: “Manuel de Freitas vivia agora à custa dos víveres que semanalmente recebia de Simeão de Arruda”. (TEÓFILO, 1979, p. 153)

Também a linguagem técnica (médica) que se observa em *História da seca do Ceará* seria reproduzida posteriormente em *A fome*. Considerando principalmente esse aspecto, a opinião da crítica Lúcia Miguel Pereira sobre a obra de Rodolfo Teófilo é bastante severa. Diz que o pedantismo é o que prevalece em suas obras e transcreve, para apontar como um “modelo de mau gosto” (PEREIRA, 1988, p. 134), uma longa passagem de *A fome*<sup>18</sup>, na qual Teófilo descreve os retirantes:

---

<sup>18</sup> Há graves divergências entre minha fonte (edição de José Olympio, 1979) e a da citação de Pereira (1988, p. 134), cuja fonte é a primeira edição da obra: Teófilo, Rodolfo. *A fome. Cenas da seca do Ceará*. Fortaleza: Gualter R. Silva Editor, s/d. Na citação de Pereira, a linguagem de Teófilo é obviamente mais técnica: “(...) que a pouca densidade do sangue, a abundância de leucócitos tornara irregular e tumultuoso, (...). A sístole e a diástole eram incompletas, acelerados os (...)”. Parte desse

Naqueles organismos a desordem era completa. O coração, que a pouca densidade do sangue tornara irregular e tumultuoso, os afligia com sofrimentos atrozes. As pulsações eram incompletas, intermitentes, aceleradas, irrigando mal o cérebro, causando vertigens, zumbidos nos ouvidos, ou flagelando a todos os instantes! (TEÓFILO, 1979, p. 50)

O trecho utiliza uma linguagem médica, com descrições fisiológicas e patológicas, que Rodolfo Teófilo via como a maneira mais precisa para descrever os retirantes. O farmacêutico, provavelmente por influência da sua profissão, não vê qualquer problema em inserir em sua ficção essa linguagem técnica e o faz abruptamente, sem qualquer aviso. Isso, no entanto, me parece menos uma demonstração de pedantismo do que uma decisão pragmática baseada na crença de que a ciência seria a melhor ferramenta para descrever as condições precárias dos retirantes, já que sua obra teria também essa finalidade de denunciar uma situação que pedia providências do governo e da sociedade.

Em um texto publicado em *Cartas literárias* (1895), Adolfo Caminha manifestou suas críticas à linguagem científica de *A fome*, mencionando, aliás, o mesmo trecho citado por Lúcia Miguel Pereira: “Depreende-se que o Sr. Teófilo ama as exposições e deseja também um lugar entre os ilustrados da terra, supondo, talvez, que o romance moderno de observação e análise presta-se a digressões científicas de qualquer natureza.” (CAMINHA, 1895, p. 144) Rodolfo Teófilo, por sua vez, rebateu essa crítica, afirmando que o texto literário não pode contradizer a ciência (e, com isso, se tornar “inverossímil”) e que a linguagem científica é a mais apropriada para essas descrições fisiológicas: “procurei descrever os fenômenos mórbidos que observava, mas em um estilo pouco mais decente, de perfeito acordo com a ciência e com a sua terminologia.” (TEÓFILO, “Cartas literárias”, In: *O Pão*, n. 27, p. 4, de 1º.11.1895).

Abrindo um parêntese para pensar sobre a relação entre linguagem técnica e ficção, recordo-me agora que o escritor Thomas Mann utiliza em *A montanha*

---

mesmo trecho, mencionando a mesma fonte de Pereira, é citada também por Sússekind (1984, p. 85). Muito provavelmente, o texto de 1979 é baseado no texto da 2ª edição, publicada em 1922, com alterações realizadas pelo próprio Rodolfo Teófilo (conforme aponta Otacílio Colares no prefácio da edição de 1979), quando eliminou grande parte da linguagem científica que empregara na primeira edição. Não descarto, é claro, a possibilidade de outras alterações posteriores.

*mágica*, de modo inusitado, linguagem médica para descrever as consequências fisiológicas que sofre Hans Castorp quando “afligido” por sua devastadora paixão por Clawdia Chauchat.

Hans Castorp, após reprimir sua paixão por muito tempo, finalmente se aproxima de Clawdia Chauchat. A expectativa seria por uma descrição dos sentimentos de Hans, ao invés disso, Thomas Mann prefere descrever o que estaria acontecendo fisiologicamente com o personagem:

O sistema de nervos e vasos que regia seu rosto funcionou de tal maneira que a pele, exangue, enrugou-se, o nariz pareceu mais pontiagudo e a parte situada sob os olhos adquiriu o aspecto cor de chumbo de um cadáver. Mas o nervo simpático fazia bater o coração de Hans Castorp de tal maneira que já não se podia falar de uma respiração regular, e os calafrios percorriam seu corpo devido às glândulas que se contraíam ao mesmo tempo que às raízes dos cabelos. (MANN, 1943, p. 310)

É um exemplo claro de ruptura irônica com a tendência de sentimentalismo romântico que se poderia esperar a partir do encontro tão aguardado e adiado entre Hans e Clawdia. Ou ainda, de forma também evidente, na declaração de amor em que Hans, prostrado de joelhos, fala sobre a beleza orgânica de Clawdia, das “omoplatas que se movem sob a pele sedosa das costas, e da coluna vertebral que desce até a dupla luxúria fresca das nádegas”. (MANN, 1943, p. 320)

Ainda que em contexto completamente diverso daquele das descrições amorosas irônicas por Mann, Rodolfo Teófilo, em *A fome*, mediante procedimento formal semelhante, adota a linguagem técnica, como na seguinte descrição de um flagelado:

Do chão alevantou-se o esqueleto, que media mais de um metro e meio, e tinha a hediondez dos espectros. O tronco largo e bem desenvolvido mostrava ter sido vestido de carnação vigorosa, que havia consumido a fome e deixado nuas, as vértebras e as costelas. O espinhaço, como uma coluna de nós, apenas coberto de pele, deixava contar todos os ossos. A ele se articulava a cabeça, um pouco mais vestida do que uma caveira, com um rosto esquelético, a fisionomia carregada de ferocidade de animal faminto. Os dentes completos, de branco esmalte, sem lábios que os cobrissem, num riso perene de ironia e mofa, brilhavam em lúgubres cintilações, mais horripilante tornavam-lhe a figura. O olhar era vago. As pupilas dilatadas quase tocavam o disco do íris, que lhes serviam de debrum, e sepultadas no fundo das órbitas davam à caveira uma expressão de vida, mas de vida de fera. Os braços se estiravam ao longo do tronco envolvidos na pele, que, tendo perdido a frescura e macieza, enrugada e áspera, parecia de

amarrotado pergaminho. As pernas magras, apenas os ossos e um quinto da musculatura, cambaleavam com o peso da carga, pelancas e ossos. O abdômen retraído e colado à espinha deixava perceber as cristas dos íliacos e a forma da bacia. (TEÓFILO, 1979, p. 33)

Talvez o motivo principal para a utilização da linguagem técnica por Rodolfo Teófilo em suas obras de ficção seja, de fato, o anseio do autor por uma exatidão descritiva científica, algo que, a propósito, se mostra em conformidade com o contexto literário naturalista do período. Todavia, mesmo nesse trecho se nota como os termos de fisiologia estão emoldurados por escolhas vocabulares como “lúgubres” e “sepultadas”, que criam uma atmosfera de terror e agem assim como elementos que enfatizam o caráter literário do texto.

A partir da década de 1880, conforme aponta Flora Sússekind, deu-se um processo de cientificação da linguagem literária que se vinculava não apenas ao naturalismo, mas também à própria institucionalização da psiquiatria e da medicina social no Brasil: “Às vezes, meio a troco de nada, surgem nos romances longas descrições de enfermidades que, a rigor, não têm importância alguma na narrativa, a não ser para ressaltar ainda mais a referência a um competente discurso médico.” (SÜSSEKIND, 1984, p. 124) E ainda: “Os romances estavam cheios de pinceladas das mais diversas moléstias e seus personagens faziam uso, volta e meia, de menções à fisiologia, à medicina e às doenças mentais.” (SÜSSEKIND, 1984, p. 125)

No caso do romance *A fome*, a utilização da linguagem médica não é somente ocasional, mas bastante recorrente, de modo que é possível indagar se, em diversos trechos desse romance, ocorreu a cientificação da linguagem literária ou se esta é que foi agregada ao discurso científico. Apoiando a segunda hipótese, há a declaração de preferência pela linguagem científica para descrever situações específicas, manifestada pelo próprio autor nos artigos publicados em *O Pão* em resposta às críticas de Adolfo Caminha. Além disso, a descrição que Rodolfo Teófilo faz dos retirantes em *A fome* lembra, efetivamente, trechos de seu livro *História da seca do Ceará – 1877-1880*, publicado em 1883. É o caso, por exemplo, de seu diagnóstico e detalhamento da “anasarca” e de seus comentários sobre as modificações da pele dos retirantes.

Lúcia Miguel Pereira, que foi contundente ao recriminar o uso de termos científicos nos romances de Rodolfo Teófilo, afirma que, dos livros de ficção desse autor, somente não encontrou a novela “Violação” (1898), o que realmente é uma pena, pois essa narrativa é um de seus melhores textos e a análise da estudiosa teria sido certamente de grande valor. A novela é dividida em duas partes. Na primeira, o narrador relembra a epidemia de cólera que presenciou aos 9 anos de idade e o episódio do sepultamento de sua própria irmã que ele, ainda menino, teve que realizar. Na segunda parte da novela, o narrador volta à vila (após mais de vinte anos) e lá ouve a história narrada por um velho conhecido sobre o fato terrível que testemunhara no cemitério durante uma epidemia. Embora o enredo não se passe no sertão, mas numa vila do litoral cearense, e nem se refira diretamente à seca, a tragédia e os aspectos do comportamento humano suscitados pela proliferação dessa doença, também denominada como “peste”, relacionam-se fortemente com as situações extremas derivadas das grandes secas e cujos relatos podem ser encontrados de modo similar tanto na ficção como na não ficção de Rodolfo Teófilo.

Nos dois episódios narrados, figuram com destaque os personagens encarregados de transportar cadáveres. São tipos comuns nessas ocasiões de grande mortandade e que, aparentemente, fascinavam Rodolfo Teófilo, reaparecendo vez por outra em sua ficção e também em seu texto histórico. Em *História da seca do Ceará – 1877-1880*, o autor relata que eram os próprios retirantes que transportavam os cadáveres para o cemitério e que o transporte era perigosamente feito percorrendo, inclusive, as ruas centrais de Fortaleza.

Em “Violação”, o quadro de autêntico horror, apresentado por meio das descrições “médicas” detalhadas feitas por Teófilo, conforma um enredo tão extraordinário que aproxima a narrativa de características da literatura fantástica. Fantástica, porém com a força de um testemunho, o que direciona o leitor para a zona interpretativa do “inacreditável, porém verídico”.

Essa novela de Rodolfo Teófilo não foi um caso isolado, e outras narrativas curtas de autores nordestinos (cearenses) do fim do século XIX também são frequentemente relacionadas à literatura fantástica, como por exemplo, alguns



contos de Manuel de Oliveira Paiva publicados no periódico *A quinzena*, em 1887 e 1888. Entretanto, essa designação “literatura fantástica” deve ser empregada com reserva, pois tanto a tematização do sobrenatural, o clima de terror, e até mesmo a mera incorporação de elementos folclóricos ou místicos já foram motivos suficientes (e imprecisos) para a associação de certas narrativas àquela corrente literária. Diz, por exemplo, Sânzio de Azevedo (In: PAIVA, 1976, p. 15) que o conto “Ar do Vento, Ave Maria”, de Oliveira Paiva, é uma narrativa fantástica e ao mesmo tempo regionalista e folclórica, pois nela figura uma burra sem cabeça. Sobre o mesmo conto, Braga Montenegro discorda desse comentário e afirma que: “Não sendo especificamente um conto fantástico (...) é, no entanto, uma página vazada nos delineamentos de uma fantasia onírica concentrada em símiles e metáforas de admirável efeito.” (MONTENEGRO, 1966, p. 33).

A inserção de certos elementos fantásticos em algumas narrativas merece, de fato, ser mencionada, porém não se sobrepõe às características realistas, ou naturalistas, que prevalecem nas obras desses autores. Curiosamente, Lucia Miguel Pereira, rigorosa com os escritos naturalistas de Rodolfo Teófilo, foi a principal responsável pela primeira edição em livro de *Dona Guidinha do Poço*, de Oliveira Paiva, o que deixa claro que o problema para a historiadora não seria o naturalismo em si, mas a qualidade da narrativa.

### *Oliveira Paiva*

Se as consequências das secas e as mazelas sociais da província do Ceará eram colocadas em destaque nas obras de Rodolfo Teófilo, tal não ocorreria nas narrativas de outro escritor, Manuel de Oliveira Paiva, frequentemente vinculado, como Teófilo, à escola naturalista.

Resisto à tentação de descrever com minúcias os dados biográficos de Oliveira Paiva, mesmo porque teria pouco a acrescentar ao que já foi escrito por outros estudiosos. Para conhecer essas informações, basta recorrer aos livros de José Ramos Tinhorão (1986), Rolando Morel Pinto (1967) e a outras obras mencionadas na bibliografia deste trabalho. Lá se encontram com as devidas especificações de nomes, lugares e datas, tudo o que, até o momento, foi possível

descobrir sobre o autor, com os devidos detalhamentos sobre seu nascimento em 2 de julho de 1861<sup>19</sup>, na cidade de Fortaleza, seus estudos no seminário do Crato e na Escola Militar no Rio de Janeiro, seu envolvimento com a causa abolicionista e com as agremiações literárias do Ceará, suas idas e vindas entre Rio de Janeiro e Ceará e suas temporadas no sertão cearense para tratamento da tuberculose que o levaria a falecer ainda jovem, aos 31 anos de idade, em 29 de setembro de 1892.

Oliveira Paiva não fez parte oficialmente da Padaria Espiritual (agremiação literária que seria dirigida por Rodolfo Teófilo em seu período final, de 19 de julho de 1896 até 20 de dezembro de 1898), pois a tuberculose afetava sua saúde gravemente e, à época da instalação da associação (30 de maio de 1892), restavam-lhe poucos meses de vida. Não fosse isso, por certo, lá estaria o escritor entre os sócios - como, aliás, esteve seu irmão, João Paiva. De qualquer modo, a amizade com Antônio Sales, um dos idealizadores e fundadores da Padaria Espiritual, estabeleceu uma forte relação entre essa agremiação e Oliveira Paiva. Por iniciativa de Sales, foi no periódico *O Pão... da Padaria Espiritual*, no último número de sua segunda fase (*O Pão*, n. 30, de 15 de dezembro de 1895) - mais de três anos após a morte de Oliveira Paiva - que pela primeira vez foi publicado um trecho do romance *Dona Guidinha do Poço*.

Apesar dessa obra ter sido anunciada em 1895 como uma das próximas edições da Padaria Espiritual, e de alguns capítulos terem sido publicados na *Revista Brasileira* (de março/1899 a agosto-setembro/1899), somente em 1952 foi publicada pela primeira vez integralmente.<sup>20</sup> De fato, Oliveira Paiva morreu sem ver nenhuma de suas obras publicadas em forma de livro.

---

<sup>19</sup> Há divergências sobre essa data. O nascimento teria sido em 2 de julho de 1861 de acordo com: J. Paiva (1961, na *Revista da Academia Cearense de Letras* n. 30), Rolando Morel Pinto (1967 e 1993, na introdução da *Obra Completa*) e José Ramos Tinhorão (1966 e 1986). E teria sido em 12 de julho de 1861 conforme: Sacramento Blake (1902), Barão de Studart (1913), Lúcia Miguel Pereira (1952, na apresentação de *Dona Guidinha do Poço*), Andrade Furtado (1961, na *Revista da Academia Cearense de Letras* n. 30), Roberto Simões (1961, na *Revista Brasiliense*) e Sérgio Buarque de Holanda (1996). Adoto a primeira alternativa (2 de julho) baseado no depoimento de Rolando Morel Pinto (1967, p. 29) na nota de rodapé n. 47: "(...) Li cópia autêntica da certidão de batismo que menciona o dia 2, cedida gentilmente por José Joaquim de Oliveira Paiva, sobrinho do escritor e também seu biógrafo."

<sup>20</sup> Depois de 1952, apareceram várias outras edições, por exemplo, por Edições de Ouro, Editora Três, Ática, Artium, ABC, Rideel e Escala.

O período de cerca de seis meses que passou na região de Quixadá e Quixeramobim pode não ter trazido a cura para a doença de Oliveira Paiva, no entanto ao menos propiciou ao escritor o contato com o assunto de *Dona Guidinha do Poço*.

Assim como Alencar e Távora, Oliveira Paiva faz transcorrer sua narrativa numa época anterior à da redação da obra, porém ele prefere não precisá-la, como se observa na data da carta de Dona Guidinha a Secundino, em que os algarismos finais do ano são deliberadamente substituídos por reticências: “Poço da Moita, 12 de abril de 18...” (PAIVA, 1993, p. 53)

Ao que se sabe por meio da pesquisa feita por Ismael Pordeus, essa opção se deve principalmente por ser o romance baseado num fato real ocorrido em 1853 na cidade de Quixeramobim, sendo que essa supressão do ano é apenas uma das várias substituições de nomes de pessoas e lugares realizadas pelo autor. No romance, por exemplo, a vila próxima à Fazenda do Poço da Moita é denominada Cajazeiras (em vez de Quixeramobim). O objetivo de Oliveira Paiva, segundo acredita Ismael Pordeus, seria dissimular a fonte de sua obra.

Em seu romance jamais poderia fugir Oliveira Paiva à citação nominal de Quixeramobim [a respeito da menção do autor ao rio Quixeramobim. In: PAIVA, 1993, p. 23]. Sua preocupação, parece-nos, neste caso, objetivava levar o leitor não avisado a idealizar outras paragens por cenário que não as do antigo município. Isso porque, retratando o romance, ao vivo, um fato ocorrido no seio de rica e prestigiada família da localidade, (riqueza e prestígio que, possivelmente, ainda se fazia sentir naqueles sertões, quando *Dona Guidinha do Poço* foi escrito) visou evitar, assim, o talentoso romancista, ferir possíveis suscetibilidades. (PORDEUS, 2004, p. 9)

Nos arquivos cartorários e municipais de Quixeramobim, Oliveira Paiva teve acesso a diversos documentos e ao processo de Dona Maria Francisca de Paula Lessa, ou simplesmente, Dona Marica Lessa, presa e condenada por mandar assassinar o marido, Coronel Domingos Vitor de Abreu e Vasconcelos, motivada pelo caso amoroso que mantinha com o sobrinho do marido, Senhorinho Antonio Pereira da Costa (também preso como cúmplice e mandante).

O trabalho publicado por Ismael Pordeus, especificando diversas semelhanças entre a história de Dona Marica e a de Dona Guidinha, não deixa

dúvida de que Oliveira Paiva colheu no caso ocorrido em 1853 a matéria essencial de sua ficção. Além das coincidências da trama, há inclusive trechos de documentos que foram incorporados ao romance por Oliveira Paiva, como é o caso do inventário de bens do Capitão-Mor José dos Santos Lessa, pai de Dona Marica Lessa.

*Dona Guidinha do Poço*, cuja história se passa no sertão nordestino, não tem o drama das secas como tema principal. De qualquer modo, a seca está presente no romance, tanto em forma de descrições, de memórias dos personagens. É elemento de configuração do espaço, dá consistência à construção do comportamento e do modo de vida dos personagens e está diretamente relacionada, inclusive, à presença de personagens importantes na narrativa como, por exemplo, a família dos retirantes Antonio Silveira e Carolina, acolhidos na Fazenda do Poço da Moita no começo do romance. Aliás, logo após a breve introdução (primeiro capítulo) que apresenta a história e a descrição da fazenda e de alguns dos principais personagens, tem-se o início da ação narrativa com a chegada de uma seca (segundo capítulo).

Estava-se em fevereiro, e nem um pingão de água. O poço da Catingueira, o mais onça da ribeira de Banabuiú, que em 1825 não pôde esturricar, sumia-se quase na rocha, entre as enormes oiticicas, de um lado, e do outro o saibro do rio. Era um trabalhão para os pobres vaqueiros: aqui, alevantar uma rês caída; ali, fazer sentinela nas aguadas a fim de proteger o gado amofinado contra a crueldade do mais forte; e, todos os dias que dava Nosso Senhor, cortar rama. (PAIVA, 1993, p. 12)

São narradas em seguida as primeiras perdas da fazenda, as expectativas dos sertanejos, as crendices populares utilizadas para prever a chegada da chuva, as rezas e procissões pedindo que houvesse um inverno no sertão. Mas a tradicional data “limite” (Dia de São José) se aproximava e nada de chover.

Entrou março, novenas de São José.

O calor subira despropositadamente. A roupa vinha da lavadeira grudada do sabão. A gente bebia água de todas as cores; era antes uma mistura de não sei que sais ou não sei de quê. O vento era quente como a rocha nua dos serrotes. A paisagem tinha um aspecto de pelo de leão, no confuso da galharia despida e empoeirada, a perder de vista sobre as ondulações ásperas de um chão negro de detritos vegetais tostados pela morte e pelo ardor da atmosfera. As serras levantavam-se abruptamente, sem as doces transições dos contrafortes afofados de verdura. (PAIVA, 1993, p. 12-13)

E com a seca, chegam os retirantes à Fazenda do Poço da Moita.

Tendo em vista a proposital omissão dos anos em que transcorre a ação romanesca, é difícil afirmar com precisão a que seca histórica poderia remeter a narrativa. Porém, há alguns dados a analisar.

Sabe-se que Guidinha completara 35 anos de idade no ano seguinte à chegada dos retirantes (PAIVA, 1993, p. 18), e que era ainda uma menina durante a seca de 1825 (PAIVA, 1993, p. 40). Tem-se aí um período de aproximadamente 25 a 30 anos entre a seca de 1825 e a seca figurada no romance, o que condiz com a época em que ocorre o assassinato do marido de Dona Marica Lessa (1853).

Curiosamente, após consultar diversas obras sobre as secas nordestinas (por exemplo: BRASIL, 1877; TEÓFILO, 1883; GUERRA & GUERRA, 1909; LISBOA, 1926; VILLA, 2000), não encontrei qualquer registro de uma grande seca no sertão cearense no início da década de 1850. A última grande seca teria ocorrido em 1844-1845, e o que vários historiadores ressaltam em suas obras é exatamente a ausência de secas entre 1845 e 1877. Resumindo seu levantamento sobre as secas e as inundações cearenses, escrito no começo de 1877, Tomás Pompeu de Souza Brasil chega a afirmar: “Da notícia supra das estações do Ceará, resulta que, depois da última seca de 1845, os anos invernosos têm sido mais contínuos, regulares, e mesmo mais frequentes as inundações.” (BRASIL, 1877, p. 30)

Diante das informações esparsas que permitem vislumbrar a época da ação narrativa, pode-se especular que ou falharam os registros históricos ou (o que é bem mais provável) Oliveira Paiva, sob a liberdade da criação ficcional, contemplou o tema das secas por julgá-lo interessante e pertinente para a constituição da narrativa e inserção do texto no ambiente discursivo de sua criação e recepção em potencial.

A seca, no entanto, não perdura ao longo de toda a narrativa. Passado um ano, cai uma primeira chuva que ameniza a situação da fazenda e, mais tarde, vêm as chuvas torrenciais que também causam graves problemas para a agricultura e a pecuária. Não somente as secas, como indica a obra de Oliveira Paiva, mas também as enchentes (ou inundações) são fenômenos recorrentes no sertão. Ambas podem

ter consequências catastróficas para a economia e para a população sertaneja. A figuração de invernos rigorosos é, no entanto, bem menos frequente na literatura.

Ao abordar esse aspecto, *Dona Guidinha do Poço* apresenta ao leitor, quanto a isso, um sertão mais complexo e portanto menos preso ao binômio sertão-seca. Lamentavelmente, o texto integral do romance só estaria disponível aos leitores mais de meio século após sua produção.

#### *Literatura das secas: final do Dezenove e começo do Vinte*

Diante do fato de que a seca não se constitui no tema principal de *Dona Guidinha do Poço* (e também considerando que o livro é publicado apenas em 1952), e de que o tema foi menos recorrente na produção ficcional de outros autores, observa-se que a literatura das secas de Rodolfo Teófilo, mesmo não sendo um caso isolado, é a mais representativa, ou pelo menos a que tem maior repercussão na última década do século XIX. Sua produção ficcional sobre o tema praticamente se encerra com a chegada do novo século. Apesar da publicação eventual de alguns escritos ficcionais e poéticos, os textos técnicos, históricos, políticos e memorialistas dominam esse período que se prolonga até 2 de julho de 1932, data de seu falecimento.

Porém, ainda nos últimos anos do século XIX, a literatura regionalista ganhou um novo impulso. Desde então e durante toda a fase que antecedeu o modernismo, o conto seria a forma em que o regionalismo encontraria sua melhor expressão. Os principais livros de contos, no entanto, não seriam de autores do “Norte”, mas do mineiro Afonso Arinos, do paulista Valdomiro Silveira, do goiano Hugo de Carvalho Ramos e dos gaúchos Simões Lopes Neto e Alcides Maia.

Desses, a obra de Afonso Arinos é a que apresenta maior afinidade com os temas encontrados na literatura das secas. Se, de fato, os contos de *Pelo sertão* (1898) e de *Histórias e paisagens* (publicado pela primeira vez, postumamente, em 1921) representam elementos culturais do sertão mineiro, também é verdade que, em muitos aspectos, o sertão nordestino começa em Minas Gerais. De todo modo, o tema da seca em si não está diretamente configurado, senão pela presença eventual

de alguns temas que comumente lhe são associados. Já o romance *Os jagunços* (1898), também de Afonso Arinos, por tratar da campanha de Canudos (e por tudo que isso suscita), apresenta afinidade menos fortuita com a literatura das secas.

Já no século XX, tratando de temas do “Norte”, as principais obras em que se figuram as secas nordestinas são *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha e o romance *Luzia-Homem* (1903), de Domingos Olímpio; a elas podem ser alinhadas: *Maria Dusá* (1910), de Lindolfo Rocha; o estudo *Terra de Sol* (1912) e contos de *Praias e Várzeas* (1915) e de *Alma sertaneja* (1923), de Gustavo Barroso; *Aves de arribação* (1914), de Antônio Sales; *Os cangaceiros* (1914)<sup>21</sup>, de Carlos Dias Fernandes; e *Maria Bonita* (1914), de Afrânio Peixoto.

Ou seja, o tema das secas não “desapareceu” nesse período inicial do século XX e tampouco “surgiu” do nada com a publicação de *A bagaceira*, de José Américo de Almeida, em 1928, ou com a chamada segunda fase modernista, que se desenvolveria ao longo da década de 1930.

#### *A seca de Euclides*

A recepção crítica inicial de *Os sertões* foi extremamente favorável. A obra de Euclides da Cunha foi também um imediato sucesso de vendas, que rendeu três edições em três anos e cerca de 6 mil exemplares vendidos (conforme Walnice Nogueira Galvão, citado por LIMA, 1997, p. 15). É até desnecessário comentar o tamanho da fortuna crítica que se seguiu. Ela está referida de modo bastante abrangente, por exemplo, em: *O clarim e a oração* (2002), organizado por Rinaldo de Fernandes; e *Terra ignota* (1997), de Luiz Costa Lima. Além disso, textos dos primeiros comentaristas de *Os sertões* estão reunidos em *Juízos críticos*, antologia publicada originalmente pela editora Laemmert em 1904 e reeditada com acréscimos sob a organização de José Leonardo do Nascimento e Valentim Facioli em 2003.

---

<sup>21</sup> Alguns comentaristas afirmam ter sido publicado pela primeira vez em 1908, aliás, ano da publicação de seu primeiro romance *A renegada*, e talvez por isso a confusão. Porém, sigo a opinião da maioria dos pesquisadores (por exemplo, Brito Broca), os quais dizem que o romance foi publicado em 1914. Contribuindo com a dúvida, há menções de uma 2ª edição (e de uma 3ª) desse romance ainda em 1914.

Ao escrever sobre um fato ocorrido no sertão baiano, Euclides da Cunha não poderia deixar de conferir um papel de destaque à questão das secas. De fato, bastante mencionadas, as secas recebem ainda o tratamento especial de uma seção inteiramente a elas dedicada no capítulo “A Terra”. Ali, Euclides da Cunha esboça sua história de ocorrências, resume suas possíveis causas, discorre sobre o solo, o regime dos ventos, a topografia, a hidrografia, a vegetação... e, por fim, aponta sem vacilar uma solução. Nesse último aspecto, adota o ponto de vista de Beaurepaire Rohan, o mesmo que fora satirizado por Viriato de Medeiros como sendo o mentor da “escola pluvífera”, composta por aqueles que acreditavam poder alterar o clima e fazer chover no sertão. Conhecedor dos debates do Instituto Politécnico no século XIX, como demonstram suas menções, Euclides se convence de que um sistema de barragens que controlasse as águas torrenciais, aliado à renovação da cobertura vegetal e à recuperação do solo que se seguiriam, deveria solucionar o problema das secas:

Abarreirados os vales, inteligentemente escolhidos, em pontos pouco intervalados, por toda a extensão do território sertanejo, três consequências inevitáveis decorreriam: atenuar-se-iam de modo considerável a drenagem violenta do solo, e as suas consequências lastimáveis; formar-se-lhes-iam à ourela, inscritas na rede de derivações, fecundas áreas de cultura, porque os numerosos e pequenos açudes, uniformemente distribuídos e constituindo dilatada superfície de evaporação, teriam, naturalmente, no correr dos tempos, a influência moderadora de um mar interior, de importância extrema. (CUNHA, 2001, p. 146-147)

O enfoque do engenheiro Euclides da Cunha não traz nenhuma novidade técnica, apenas expõe sua tomada de posição em relação ao tema, algo que fica também evidente quando refuta e “coloca um ponto final” na, já há muito superada, teoria das manchas solares do Barão de Capanema, antagonista de Beaurepaire Rohan. Nota-se que a concepção de Euclides da Cunha sobre as secas filia-se, com algum atraso, à sequência de discussões que se iniciaram com o final dos trabalhos da Comissão Brasileira de Exploração (por volta de 1860) e principalmente após a, então distante, seca de 1877. E é justamente a essa seca que Euclides da Cunha pode se reportar, sua referência teria de ser a quase “mítica” seca de 1877, sobre a qual, não a tendo presenciado, ao menos teria lido a respeito. Sobre essa falta de um contato direto com uma grande seca, também receberia críticas posteriormente, como a que faz Rodolfo Teófilo: “O grande Euclides da Cunha horrorizou-se vendo a



seca através de uns versos de Guerra Junqueiro, que não teve modelo nem a viu. Quanto mais se ele visse a fome em suas diversas e medonhas modalidades!” (TEÓFILO, 1980, p. 62) E seria criticado ainda mais tarde por Mário de Andrade sobre certa impertinência de *Os sertões*, numa anotação feita em 21.01.1929 e publicada em 1º.03.1929, que comentarei em outro tópico.

Para Mário de Andrade, *Os sertões* faz parte da literatura das secas. Nisso, segue o exemplo de tantos outros autores como, aliás, do próprio Tristão de Athayde, referido frequentemente como criador da expressão, que aponta *Os sertões* como sua obra capital: “O estilo inimitável de Euclides da Cunha, esse estilo tipicamente nosso, e admiravelmente expressivo do homem e da obra, nasceu com o movimento literário das secas.” (ATHAYDE, 1922, p. 164)

O livro de Euclides da Cunha, para Tristão de Athayde, é uma obra-prima literária, porém não de ficção. Nessa sua avaliação, publicada em 1922, as grandes obras de ficção das secas até o momento eram *Dona Guidinha do Poço*, de Oliveira Paiva (da qual só conhecia os capítulos publicados na *Revista Brasileira*) e *Luzia-Homem*, de Domingos Olímpio, sobre a qual vaticinou: “(...) livro admirável de veracidade e de emoção, que figurará entre as obras clássicas do nosso sertanismo literário.” (ATHAYDE, 1922, p. 165)

### *Luzia-Homem e 77*

Apesar da aprovação de Tristão de Athayde e de outros comentaristas do início do século XX (como Antônio Sales, por exemplo), o romance de Domingos Olímpio recebeu, e recebe, atenção crítica menor do que a devida. Quase todos os (poucos) estudos sobre *Luzia-Homem* focalizam sua atenção na, de fato, fascinante protagonista. Ressalvas e elogios se revezam nas análises, porém ainda há muito a ser dito sobre o romance. De qualquer modo, *Luzia-Homem* virou referência obrigatória ao se tratar da literatura das secas.

Em seu romance, Domingos Olímpio reporta-se à antiga seca de 1877, possivelmente pelo mesmo motivo de Euclides da Cunha, ou seja, nenhuma seca posterior teve tamanhas consequências e repercussão. A seca quase lendária do

século XIX é, portanto, a que reaparece na ficção do começo do século XX ao ser narrada a história da retirante Luzia, de seu pretendente Alexandre e de seu algoz, o soldado Crapiúna. O enredo se desenvolve no período em que as consequências da seca atingiam seu auge (a partir de meados de setembro de 1878), porém, diferentemente de outras obras que enfatizam a mobilidade, os personagens principais já estão estabelecidos na cidade de Sobral e em seus arredores desde o início da narrativa.

Como tantos retirantes, Luzia tentara chegar ao litoral, mas a doença de sua mãe forçara uma parada em Sobral até que pudessem prosseguir a viagem. A cidade servia de refúgio para os flagelados, pois lá encontravam trabalho na construção da penitenciária e, com isso, um meio de sobrevivência. Assim, Luzia e sua mãe puderam se instalar numa casinha e ali esperariam pelo fim da seca, não fosse a presença ameaçadora de Crapiúna, o que a obrigava a planejar seguidamente uma nova retirada.

Conformando o contexto narrativo da seca, não faltam em *Luzia-Homem* as descrições dos retirantes, das provações a que eram submetidos, de suas crenças religiosas e superstições, tampouco faltam exemplos das ações governamentais que visavam atenuar a tragédia, como a promoção de obras públicas e a presença de uma Comissão de Socorros, para a qual, aliás, trabalhava Alexandre.

A correção e a honestidade de Alexandre ao guardar os suprimentos destinados aos retirantes, bem como seu zelo por Luzia e sua mãe doente, servem para configurá-lo como personagem de boa índole, porém, na narrativa não se pretende induzir que os membros das comissões de socorros agissem todos da mesma forma (a propósito, o comportamento corrupto e abusivo de comissários já fora tematizado por José do Patrocínio, em *Os retirantes*, e por Rodolfo Teófilo, em *A fome*). Ao contrário, há uma ressalva que parece querer justificar a integridade de Alexandre e especificamente daquela comissão:

Os cidadãos, incumbidos pelo Governo da penosa tarefa de distribuir socorros, desempenhavam com excepcional e caridosa dedicação os seus deveres, mantendo o mais escrupuloso zelo e probidade na administração do serviço. Não houvera ainda um caso de muamba, coisa muito vulgar em outros centros de afluência de retirantes, nos quais se explorava

escandalosamente a miséria, e se desviavam, para serem vendidos por excessivo preço, os víveres destinados aos infelizes famintos. (OLÍMPIO, 1977, p. 57-58)

Apresentá-los na narrativa quase como exceções talvez resulte de motivações específicas do autor sobralense (sobre as quais seria possível especular); porém, numa leitura atenta, denota-se ainda uma possível crítica à maneira como eram conduzidos os trabalhos de socorros, pois se havia uma carência e miséria generalizada, não faltavam recursos para o pagamento de um bom salário para Alexandre. Da mesma forma, não faltava dinheiro para as promoções e os aumentos salariais que seguiram, os quais, como aparecem repetidamente no romance, lhe asseguravam uma confortável condição financeira. Isso significa dizer que, em meio a tantos necessitados, os que passavam melhor no tempo da seca eram os membros das comissões de socorros. A própria Luzia, de certa forma, usufruía um pouco disso ao ser cortejada por Alexandre.

Ainda que o assunto principal de *Luzia-Homem* possa ser visto como uma clássica trama de amor e ciúme, todos esses elementos ajudam a tipificar o romance como uma obra representativa da literatura das secas. Em muitos aspectos, *Luzia-Homem* se parece com o romance *A bagaceira* (1928), a começar pelo fato da protagonista ser uma retirante desejada por dois homens (um gentil e prestativo, outro bruto e violento) e a história transcorrer num lugar de “salvamento”. Antes de comentar *A bagaceira*, no entanto, ainda convém mencionar outras obras do período entre as primeiras edições desses dois romances.

#### *De 1903 a 1922: Marias, cangaceiros e outras aves de arribação*

Depois de *Luzia-Homem*, passariam alguns anos até que outros romances da seca que merecessem destaque fossem publicados. Talvez as secas não fossem mais consideradas assunto interessante para a ficção. Porém as movimentações políticas e os estudos técnicos, como se viu em capítulo anterior, incrementaram-se nesse período inicial do século XX. A criação de órgãos oficiais de combate aos efeitos das secas e as diversas publicações a eles relacionadas fazem ver que o assunto em si não foi esquecido ou substituído por outros interesses. Porém, o que se percebe é que, no campo literário, sim. Os leitores possivelmente se contentaram

com as grandes obras já conhecidas, em especial com *Os sertões*, as quais seriam suficientes para atender à curiosidade dos sulistas em relação ao Norte. E o que se observa entre 1903 (*Luzia-Homem*) e 1928 (*A bagaceira*) não é a ausência de produção da literatura das secas, mas a falta de obras que repercutissem com maior expressividade seja entre os críticos, seja entre os leitores. O suposto “vazio” na literatura das secas que se segue a *Luzia-Homem* provavelmente diz mais respeito à qualidade do que à quantidade na produção.

Essa fase, de 25 anos de duração, pode também ser dividida em duas. A primeira, iniciando em 1903, se encerraria no começo da década de 1920. Os marcos divisórios seriam o advento de modernismo de 1922 e também a intensificação do regionalismo pernambucano, liderado por Gilberto Freyre. Já a segunda etapa, seria desde então até a publicação de *A bagaceira*, em 1928.

Nessa primeira subdivisão, após *Luzia-Homem*, os principais romances em que estão figuradas as secas nordestinas são *Maria Dusá* (1910), de Lindolfo Rocha; *Maria Bonita* (1914), de Afrânio Peixoto; e *Os cangaceiros* (1914), de Carlos Dias Fernandes. Os dois primeiros têm suas histórias ambientadas na Bahia e o de Fernandes, na Paraíba. Merecem essas obras alguns comentários, mesmo porque são raros os estudos a respeito delas.

*Maria Bonita* é mais adequadamente compreendido como um romance do cacau e é, de fato, na região da cultura cacauzeira que a história se desenvolve. Trazê-lo para a literatura das secas pode parecer uma impropriedade, entretanto alguns dos personagens principais, como André Gonçalves (pai de Maria Bonita) e sua família, são retirantes que foram agregados numa fazenda da região de Boa Vista. O caráter de André Gonçalves é rapidamente moldado ao novo ambiente: “Não tardou muito ao sertanejo aprender os costumes locais e adaptar-se ao gênero de vida a que o obrigava a necessidade. Em pouco tempo, era entendido na cultura da região.” (PEIXOTO, 1977, p. 24) A família de retirantes é inicialmente muito bem acolhida pelos patrões, criando inclusive vínculos de amizade, porém essa situação se reverte posteriormente.

Como em outros romances da seca, a protagonista retirante, Maria Bonita, desperta a paixão de dois pretendentes, dos irmãos Luís (novamente o gentil) e Diogo (novamente o bruto), filhos dos patrões. O namoro entre Maria Bonita e Luís é percebido com naturalidade por todos, com a exceção, é claro, de Diogo, que, ao ser baleado na tentativa de raptar Maria Bonita, desencadeia a sequência de fatos que acarretam a desgraça da família de André Gonçalves. Com a introdução do personagem Chico Xavier, a indisposição de algumas pessoas do lugar para com os retirantes se transforma em ódio.

Talvez o aspecto mais interessante na relação desse romance com a literatura das secas seja a possível influência de *Os sertões*, a qual se faz sentir na presença de Chico Xavier:

Chegara de Condeúba, ao Jacarandá, um santo homem, taumaturgo e rezador, que excitava a fé e a esperança de todas essas populações crédulas e supersticiosas. Chico Xavier era um velho de longas barbas, quase brancas, boca mole e palavra empastada por falta de dentes, atitude apatetada de visionário: às perguntas que lhe faziam pronunciava trechos de orações, de mistura com respostas pouco inteligíveis. Viera acompanhado por um filho, já homem, que o explorava como empresário. (...) Perdera a mulher, diziam uns, matara-a, por má vida, afirmavam outros, e caíra em si, com tão profundo arrependimento, que andara pelas brenhas, solitário, como bicho. (PEIXOTO, 1974, p. 56)

Sabe-se bem que houve muitos “profetas” e “homens santos” que caminharam pelos sertões reunindo seguidores, Antonio Conselheiro obviamente não foi o único, porém nota-se que a inclusão no romance de um personagem com essas características provavelmente reflete a repercussão da obra de Euclides da Cunha, lançada alguns anos antes. Não bastando a figuração desse personagem, há uma menção ainda mais direta: “O nome de Canudos, uma das experiências dolorosas de tratamento tardio e inconsequente dessas crises de fanatismo popular no Brasil, já amedrontava, de longe, aos interessados no comércio e lavoura do rio Pardo.” (PEIXOTO, 1974, p. 60)

Chico Xavier passa a ser prontamente (!) adorado pela população local, inclusive por Dona Mariana, proprietária da fazenda que recebeu os retirantes. André Gonçalves e sua família eram as únicas pessoas que viam o profeta como um impostor, pois já o conheciam desde os tempos em que moravam no sertão de

Condeúba: “Bastou para que todas as simpatias que adquiriram se alienassem, isolando o sertanejo e sua família, invejosos e incréus, numa suspeição aleivosa e talvez ameaçadora.” (PEIXOTO, 1974, p. 62)

Após o baleamento de Diogo, todos se voltam definitivamente contra os retirantes. Chico Xavier estimulava a revolta da população imputando a culpa pelo ocorrido à Maria Bonita, acusando-a de ser uma “mulher perdida”. André Gonçalves, defendendo a honra da filha, esfaqueia o profeta e vai preso. O caso, entretanto, tem ainda uma reviravolta posterior. Os retirantes recuperam, inusitadamente, a simpatia dos moradores, conforme conta João, o canoeiro:

Qual nada! Ninguém mais quis saber do Xavier. Foi um logro! Ficou bom da facada, mas o povo perdeu a fé. Como é que “sarava” o corpo dos outros, se não podia “fechar” o próprio? Quando se levantou da cama, não tinha mais devotos e a gente “se ria” do engano. Os que beberam mezinha e ficaram bons tornaram a ficar doentes, como dantes. Cada um se lembrou do que havia gasto, e sem proveito. Ninguém quer passar por bobo. Começaram a dizer que seu André tinha feito um benefício ao rio Pardo, e em Canavieiras trataram de o livrar. O “santo” arribou, com o dinheiro, e medo de outra pior. (PEIXOTO, 1974, p. 93)

A presença desses personagens retirantes e desse profeta do sertão fazem ver que o romance de Afrânio Peixoto não está excessivamente distante do que se pode entender como literatura das secas. O aproveitamento ficcional dos preconceitos em relação aos retirantes e à sua origem sertaneja ocupam parte importante da obra, assim como todo o episódio sobre Chico Xavier. Além disso, nela reaparecem aqui e ali referências ao sertão, como na história de um acerto de contas no Xique-Xique, lembrada pelo personagem Tenente Gusmão. Pelo viés da tematização da seca, há pouco no romance, porém considerando os temas dos retirantes, do fanatismo e da honra sertaneja, habitualmente associados a essa literatura, *Maria Bonita* não foge ao receituário.

Das várias obras de Afrânio Peixoto, *Maria Bonita* é o romance que mais se aproxima dessa literatura, ainda que, principalmente em suas obras regionalistas, como *Fruta do Mato* (1920) e *Bugrinha* (1922), e também em *Sinhazinha* (1929), possam ser observadas as presenças de alguns elementos característicos, em especial em trechos de *Sinhazinha*, nos quais as secas são rememoradas pelos personagens.

Mais pertinente à literatura das secas é o outro romance baiano que gostaria de comentar. *Maria Dusá*, de Lindolfo Rocha, em certas tentativas de classificação, é referido como um romance do garimpo, o que não deixa de ser verdade, principalmente a partir do primeiro terço do romance, quando Maria Alves, a retirante, se encontra com a irmã Maria Emerentina Alves, a “Dusá”, em Xique-Xique. O modo de vida nos garimpos e nas vilas próximas, cujas economias dependiam das riquezas minerais encontradas nas lavras, predomina no contexto narrativo. O ambiente em que se dão os enriquecimentos rápidos e as fortunas desperdiçadas é apresentado como responsável direto pelas mudanças de caráter dos personagens, como ocorre, por exemplo (entre vários outros possíveis), com o personagem Ricardo:

Entretanto, bem outro era agora Ricardo. A fortuna do garimpo, tornara-o orgulhoso; a companhia de maus amigos, fizera-o esquecido dos nobres sentimentos em que fora criado; a casa sempre frequentada de mulheres livres, transformara-o de religioso em descrente e zombeteiro. (ROCHA, 1969, p. 145)

Para sustentar essas transformações é que se remete constantemente ao passado dos personagens. Como forma de apresentar o contraste, enfatiza-se algumas vezes na narrativa que, na região dos garimpos, interessa quem a pessoa é e não quem foi. Esse pensamento se desdobra de modo bastante interessante em muitos trechos do romance, merecendo destaque as diversas peripécias envolvendo as confusões sobre as identidades das duas Marias, e a sequência de mudanças de nomes pelos quais a Dusá é conhecida ao longo da história (Maria Alves, Maria Dusá, Dona Emerentina e Dona Maria, a chapadista).

Muitos garimpeiros são oriundos de regiões pobres do sertão, muitos deles são fugitivos das secas. Nesse aspecto se reconhece uma ligação com a literatura das secas. O passado da retirante Maria Alves, ou simplesmente Mariazinha, também fortalece o vínculo. Todo o trecho do romance diz respeito à sua história e, por complementaridade, às secas nordestinas. Não faltam as descrições de elementos relacionados às secas, aliás, como se nota no começo do romance que situa o enredo numa seca do ano de 1860:

Poucos, da atual geração de baianos, desconhecem, pelo menos de tradição, o que foi, para o povo sertanejo, o ano de 1860. De quantas secas periódicas têm devastado os sertões brasileiros, raras legaram tão horrível memória, como a geralmente conhecida por seca de 60, aliás 59, de que resultou a crise alimentícia denominada fome de 60.

Na crença dos adoradores de um Deus que pune e premeia, nunca se revelou mais evidente e punitivo o seu braço irado e inexorável. Nesse ano de tristíssimas recordações a zona ubertosa do interior da província da Bahia transformou-se em terra sáfara, imprestável; de nutriz fecunda e dadivosa, que era, mudou-se em madrasta irritadiça e ilacrimável; de liberal e opulenta, em mendicante e miseranda. (...)

Nas estradas, de espaço a espaço, encontravam-se quadros vivos da mais completa consternação. Aqui, um velho, cercado de filhos e netos famintos, num cirro interminável de durar dias e dias; ali, um desventurado pedindo pelo amor de Deus um punhado de farinha para que o filho pudesse morrer; adiante a figura esquelética doutra mater dolosa, na última agonia, deixando que o filhinho lhe sugasse a derradeira gota de leite sanguinoso; além, orlando a estrada, arranchamentos provisórios, retirantes famintos, movendo-se lentamente, em busca d'água ou de raízes, extremamente magros, cheios de escaras, de doenças, de achaques, ou aniquilados de anemia profunda, e dentre os quais partiam gritos que aterravam, gemidos que cortavam o coração, e, de envolta com esses, imprecações dos desesperados, pragas dos cínicos, gargalhadas dos desalmados, choro de crianças, tudo isso lembrando alguma coisa daquele choro e ranger de dentes do Juízo Final. (ROCHA, 1969, p. 31-33)

O romance de Lindolfo Rocha tem fundamento histórico tanto no que se refere à seca de 1860, quanto às atividades de mineração realizadas em Xique-Xique naquela mesma época. O dado interessante é que nos estudos sobre a história das secas, frequentemente não se verificam menções à seca de 1860. Por outro lado, não faltam referências ao intervalo de 32 anos secas entre as secas de 1845 e de 1877. Essa aparente contradição se deve ao fato de que, de modo geral, os estudos sobre as secas não abrangiam a região baiana e concentravam sua atenção principalmente no Ceará e nas porções do oeste de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Também vale lembrar, como se mencionou em capítulo anterior, que a Bahia apenas em 1970 passou a integrar oficialmente a região Nordeste. Ou seja, estudar as secas nordestinas, não significava necessariamente estudar as secas baianas.

Quanto à ficção das secas, que também mais comumente têm como referentes os sertões do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, o exemplo baiano de Lindolfo Rocha não se diferencia muito. Ao tratar da seca, o quadro trágico se repete em descrições do espaço físico, do solo, da vegetação, das crenças e superstições populares, dos recursos utilizados para a sobrevivência



(mencionando, inclusive, a raiz do umbuzeiro) e tantos outros que são recorrentes nessa literatura. O que se nota tanto nesse romance, quanto no de Afrânio Peixoto, é que a seca é figurada como um contexto narrativo importante, mesmo que complementar - em *Maria Dusá*, ao do garimpo; em *Maria Bonita*, ao do cacau. Esses contextos estão, como as articulações dos enredos demonstram, inevitavelmente interligados, e essa é uma característica que os diferencia, por exemplo, de *Luzia-Homem*, cujo contexto narrativo diz respeito exclusivamente à seca.

Da mesma forma, é o que se observa em *Os cangaceiros*, de Carlos Dias Fernandes. Trazendo como subtítulo “romance de costumes sertanejos”, esse romance, cuja história transcorre nos sertões da Paraíba, poderia ser vinculado à literatura das secas, como o próprio título deixa claro, pela vertente do cangaceirismo. O núcleo da ação é o processo pelo qual o protagonista Minervino Moraes passa de sertanejo trabalhador a cangaceiro temido, motivado pelas injustiças cometidas contra sua família. Nessa narrativa, talvez pela primeira vez num romance, é explicitado o problema fundiário do sertão nordestino, envolvendo disputas por terras, em que grandes fazendeiros, políticos e cartorários, agindo em conluio, conseguem se apropriar “legalmente” das terras dos mais fracos, conforme se vê nesse trecho (aliás, impregnado de uma descabida linguagem jurídica):

Zuza [pai de Minervino] (...) teve de ir aceleradamente à cidade para ajustar umas dívidas concernentes à sua propriedade, cuja posse legítima lhe impugnaram, alegando certas nulidades na escritura. Efetivamente, o intermediário da compra, um dos amigos políticos do Coronel Sapucaia, falsificara a procuração da viúva Medeiros, cujos direitos de reivindicação do terreno estavam sendo pleiteados em juízo por um causídico prestigiado pelo chefe local. (FERNANDES, 1997, p. 75)

Zuza e a família, é claro, são expulsos. Zuza é levado preso e Minervino, na busca por vingança, embosca e mata o capitão Demóstenes. Zuza é, então, fuzilado. Procurando refúgio, Minervino, a mãe e o amigo vaqueiro Antonio Bernardo vão se esconder no sítio do tio materno, Ildefonso Ayres. Minervino aprende a lição que lhe faltava para decidir-se a entrar no cangaço: “Logo, era preciso ser mau, não ter coração, não acatar os direitos alheios, fazer justamente o contrário dos Mandamentos da lei de Deus, para se tornar próspero, considerado e venturoso” (FERNANDES, 1997, p. 87)

Contrariando essas intenções iniciais, a narrativa, inspirada na vida do cangaceiro Antonio Silvino, vai apresentar a versão recorrente do cangaceiro justo e caridoso e, inclusive, estabelecer algumas justificativas (e alguns jargões) que seriam repetidas ainda por muito tempo em diversos textos ficcionais e não ficcionais: “Minervino não roubava só para si, mas também para prover das cousas indispensáveis à choupana vazia dos desgraçados. Era um símbolo sertanejo da miséria do povo, insurgindo-se à mão armada contra a injustiça do capital.” (FERNANDES, 1997, p. 94)

Como em outras obras, o período da ação narrativa não é de seca. As chuvas haviam caído nos dois anos anteriores e voltam a cair torrencialmente em junho daquele ano. É preciso, então, entender que a literatura das secas, assim como a própria seca, apresenta um conjunto de elementos que somente quando associados permitem uma visualização das causas dos problemas sociais no sertão. Por esse viés e principalmente por seus trechos que revelam uma apreensão constante dos personagens em relação às secas, o romance *Os cangaceiros* se aproxima da literatura das secas. Chovendo ou não, a seca está presente. Característica que, aliás, também se nota na obra provavelmente mais emblemática dessa literatura, *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, cuja maior parte do enredo não se desenvolve num período de seca.

De modo curioso, onde ela não está presente, ao menos não destacadamente, é no romance *Aves de arribação*, publicado em 1913 e lançado em 1914, do cearense Antônio Sales. Essa ausência seria motivo inclusive para o elogio que Rachel de Queiroz faz à obra de um de seus primeiros leitores e incentivadores:

Não é um Ceará completamente diverso – todo folhagem e flor – daquele outro Ceará que estamos habituados a ver apresentado na literatura e nas artes plásticas? Em vez das caveiras de gado e dos retirantes, os bois gordos do inverno, os cavalos roliços, a população farta; em vez do mandacaru, da macambira e da caatinga nua, as árvores centenárias e frondosas... (QUEIROZ, In: SALES, 1979, p. 5)

O próprio autor assume que teria sido uma decisão premeditada, pois afirma em artigo publicado no *Correio do Ceará*, em 1923, que a literatura das secas já

teria atingido a maioria com Rodolfo Teófilo, Domingos Olímpio e Adolfo Caminha (sic). (cf. BÓIA, 1984, p. 560) Apesar dessa justificativa, não conseguiu o autor evitar totalmente falar das secas e cita, vez por outra, a grande seca de 77, como no diálogo abaixo:

- Está acabando o inverno, disse o Asclepíades, impressionado a seu modo pelo aspecto da vegetação.
- Isto deve ser horrível pelo verão, observou Alípio, que antevia o espetáculo do sertão nos meses últimos do ano.
- É muito triste; às vezes falta água até para a gente.
- Antes morar nas praias ou nas terras. Vai muita gente daqui para o Amazonas?
- Vão centenas durante a safra da borracha. Só ficam velhos e crianças. Entre os criadores a deserção é menor, porque o vaqueiro só foge quando vê todo o gado morto e não tem mais um cavalo para montar.
- Povo infeliz e digno de uma terra mais propícia! Eu não compreendo como depois de saírem daqui enxotados pela seca, como cães famintos, esses homens, que vão afrontar a morte no Amazonas, ainda voltem a lutar com essa natureza feroz.
- É esse amor do cearense à terra que nos salva, do contrário isto seria hoje um verdadeiro deserto.
- Eu era bem criança, mas ainda me lembro dos horrores da seca de 77, e não estou disposto a vê-los outra vez. Colocando-me no Sul, só virei ao Ceará a passeio. (SALES, 1979, p. 196)

Se nesse romance, o único publicado por Antônio Sales, não se destaca o contexto da seca, não é, como alguém poderia imaginar, por uma tentativa de camuflar o problema ou de não “denegrir” a imagem do Ceará. Também não é por desconhecimento do assunto. De fato, deve ter peso a razão que apresentou, mas, ao ler seus poemas, crônicas e artigos, o que se percebe é sua preferência por outros temas, mais urbanos, mais ligados a sua Fortaleza e ao litoral, como sua recorrente atenção às jangadas e ao trabalho de jangadeiros e pescadores. Sobre o romance de Antônio Sales, já não recairiam as acusações de infidelidade ao real dirigidas muitos anos antes à obra de Alencar, cujo sertão nem era tão florido... Eram outros tempos.

#### *Outro Quinze: Rodolfo Teófilo de volta à cena*

Pouco depois das publicações dessas obras, eclodiria no Ceará uma grande seca. Mais uma vez, seria Rodolfo Teófilo quem escreveria a respeito, publicando seus comentários e apontamentos históricos em *A seca de 1915*, no ano de 1922.

O abnegado Rodolfo Teófilo atuara exaustivamente no combate ao surto de varíola durante a seca de 1900. Foi em dezembro daquele ano que Teófilo começou suas tentativas de fabricar a vacina no Ceará. Após vários insucessos, que lhe custaram parte de seus limitados recursos financeiros pessoais, conseguiu, por fim, produzir a vacina. Em janeiro de 1901, segundo Lira Neto (1999, p. 147), o jornal *A República* publicou notícia informando que o farmacêutico Rodolfo Teófilo aplicava a vacina contra a varíola gratuitamente todos os dias em sua casa no período da uma às quatro da tarde. Ainda de acordo com a biografia escrita por Lira Neto (1999, p. 151-157), no começo a procura foi pequena, porém cresceu nos meses seguintes, principalmente depois que Dr. Pedro Borges, Presidente do Ceará, foi tomar a vacina em 16 de fevereiro. Ajudado por sua esposa Raimunda Cabral Teófilo, Rodolfo Teófilo vacinou cerca de 1.200 pessoas em quatro meses de trabalho intenso. Mas não satisfeito, imaginando que a doença continuaria a se proliferar se a população dos arredores não fosse vacinada, comprou um cavalo, e em agosto de 1901 partiu para continuar a vacinação nas cercanias de Fortaleza (por esse episódio e também por certa “semelhança física”, seria suscitada a imagem de um “Dom Quixote” do sertão). Não bastasse o esforço, ainda tinha que inventar histórias impressionantes para convencer a população a tomar a vacina, ou mesmo, pagar para que se vacinassem. No final de 1901, 3.585 pessoas haviam sido vacinadas por ele. Para ampliar a vacinação, Rodolfo Teófilo enviou cartas buscando colaboradores em diversas localidades do interior do Estado. Recebeu várias respostas positivas e, em 1902, passou a enviar, também às suas custas, vacinas a serem aplicadas na população do interior cearense.

No entanto, ignorando esse esforço e imaginando tratar-se de uma ação com intuito político, algumas pessoas tentaram boicotar o trabalho de Teófilo, propagando boatos sobre os perigos da vacina e até mesmo iniciando uma campanha difamatória. Um reconhecimento oficial por todo o esforço de Rodolfo Teófilo veio depois, quando já havia terminado a seca de 1915, por meio do discurso do deputado Ildelfonso Albano, publicado como folheto em 1917:

Na seca de 1915 só não nos foi dado assistir à irrupção da varíola, até então a tétrica e fiel companheira da fome, que reduzia os famintos à úlcera de pus para então matá-los. Este benefício incalculável devemos unicamente ao benemérito cearense Rodolfo Teófilo, que há 17 anos, com rara tenacidade e invejável paciência, vencendo imensas dificuldades e

trionfando dos embaraços criados por governos impatrióticos, tem preparado vacina à sua custa, distribuindo-a gratuitamente para todo o Estado e vacinando gratuitamente em Fortaleza. (ALBANO, 1917, p. 29)

A seca de 1915 é a primeira grande seca que ocorre no Ceará após a criação da Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS). Abnegado, sim, mas também incansável crítico, Rodolfo Teófilo, analisando a ação da IOCS na seca de 1915, afirma que o órgão é um mito:

Figura nos orçamentos com grandes somas e, na hora de dar combate ao flagelo, onde estava que não vinha fazer um poço profundo no abarracamento dos retirantes, diminuindo os fatores de destruição daquela gente?

O seu diretor, em vez de residir na terra da seca, mora no Rio de Janeiro, instalado em um palácio, fruindo avantajados vencimentos e gozando os prazeres da Capital da República. O que se tem gasto com a Inspetoria das obras contra as secas, com os palacetes em que funciona no Rio e nos Estados, daria para a construção do grande açude do Orós. (TEÓFILO, 1922, p. 60)

O livro *A seca de 1915* mostra que Rodolfo Teófilo se recusava a baixar o tom e abandonar a luta, entretanto, essa obra não apresenta o mesmo rigor opinativo e informativo de sua história da seca de 1877. Em certos trechos, os comentários de Teófilo chegam a ser contraditórios, como se nota na sequência: “A seca que passou foi um repiquete, mais fatal aos gados do que ao homem” (TEÓFILO, 1980, p. 105); “O ano de 1915 foi tão seco como os de 1877, 1878, 1879, 1900” (TEÓFILO, 1980, p. 127); e finalmente em:

Pelos dados publicados, vê-se que o fenômeno climático de 1915 não foi muito intenso e que teria sido suportável, e quase inócuo, se não fossem os flagelos de ordem social que o precederam, salientando-se a sedição do Juazeiro, com o seu cortejo de infâmias e de crimes. (TEÓFILO, 1980, p. 135)

Diferentemente da seca de 1877, a de 1915 não motivou o aparecimento de obras literárias. Ao menos, não imediatamente. É possível que isso esteja relacionado com o direcionamento das preocupações gerais, inclusive as dos escritores, para a primeira grande guerra (1914-1918) que estava em curso. Verdade é que nenhuma seca voltaria a merecer tantas figurações ficcionais como aquela de 1877. Posteriormente, a seca de 1915 seria mencionada em *A bagaceira*,

marcando o fim do romance, e também, é claro, ressurgiria nas páginas de *O Quinze* (1930), de Rachel de Queiroz.

*De 1922 a 1928: modernismo e regionalismo*

Nesse período de 1922 a 1928, o que se nota é a gestação da nova literatura regionalista que surgiria na década de 1930. A começar pelo longo processo de produção de *A bagaceira* (1928), primeiro romance de José Américo de Almeida que, conforme se observa em algumas de suas correspondências e atesta Elizabeth Marinheiro (1979, p. 129), já estava sendo elaborado no ano de 1924, ou seja, pouco após a publicação da novela *Reflexões de uma cabra* (1922) e do estudo *A Paraíba e seus problemas* (1923).

Mais apropriadamente, esse período deveria ter seu final marcado pela revolução de 1930 (considerando a perspectiva político-histórica) ou pela publicação de *O Quinze* (do ponto de vista literário). Afinal, entre 1928 e 1930, o processo histórico das disputas políticas ocorridas durante a década de 1920 se intensifica e culmina na chegada de Getúlio Vargas ao poder. No campo literário, há que se considerar tanto o caráter híbrido do romance de José de Américo de Almeida (mesclando aspectos de renovação com certo conservadorismo de linguagem), quanto a sua boa recepção crítica. A repercussão positiva de *A bagaceira*, por sua vez, também se alinha num processo de disputa, deflagrado pouco tempo depois da Semana de Arte Moderna de 1922, o qual possuía dois pólos: o modernismo e o regionalismo.

Portanto, desse período que antecede a publicação de *A bagaceira*, vale revisar o contexto do debate cultural e especificamente poético que fomentou o surgimento da literatura regionalista na década de 1930.

Após 1922, o ideário modernista se difundiu graças, inclusive, à “catequese” promovida por alguns dos modernistas de primeira hora. Na divulgação do modernismo pelo Nordeste, tiveram papéis importantes Joaquim Inojosa e Câmara Cascudo. O assunto, especialmente por Inojosa, era tratado mesmo como arregimentação para a causa modernista.

Joaquim Inojosa teve seu primeiro contato com os modernistas no segundo semestre de 1922. Inojosa tinha ido participar das comemorações do centenário da independência no Rio de Janeiro e resolveu seguir até São Paulo, onde foi apresentado a Menotti del Picchia, Oswald de Andrade, Guilherme de Almeida, Tarsila do Amaral e Mário de Andrade. Em outubro de 1922, Inojosa voltou para Recife trazendo consigo alguns livros e exemplares da *Klaxon*.

Em 1925, Guilherme de Almeida fazia uma viagem pelo sul do país para divulgar a arte dos modernistas. Inojosa, ao saber disso, convida o poeta para ir também ao Nordeste. A passagem de Guilherme de Almeida por Recife foi decisiva para a conversão do poeta Ascenso Ferreira, que, para muitos críticos (entre os quais, Inojosa), foi o precursor da poesia modernista no Nordeste.

Sobre a forte impressão que a poesia de Guilherme de Almeida lhe causara, Ascenso Ferreira declarou: “Nesse ínterim, Guilherme de Almeida passou por aqui. Uma conferência no Teatro Santa Isabel e o recitativo de seu poema ‘Raça’, abriram-me os olhos relativamente à possibilidade de novas estéticas.” (FERREIRA, citado por INOJOSA, 1975, p. 36) Em 1927, Ascenso lança *Catimbó* e o livro agrada a Mário de Andrade e Manuel Bandeira.

José Lins do Rego, escrevendo para o jornal *A União*, em 18 de janeiro de 1928, afirma que *Poemas* de Jorge de Lima é o “primeiro livro de versos do Nordeste” e Ascenso Ferreira chega a lhe escrever protestando. Lins do Rego, em seguida, capitula: “Sucedo que não conhecia o *Catimbó*.” (REGO, citado por INOJOSA, 1975, p. 29)

Ao que parece, em 1928, ou Lins do Rego não renegava o modernismo ou não o reconhecia nos versos de Jorge de Lima e de Ascenso Ferreira, mas vale lembrar que, logo nos primeiros anos após a Semana de Arte Moderna, o escritor paraibano escrevera crônicas para o *Jornal do Recife* e lançara o semanário *Dom Casmurro*, manifestando-se contra as ideias dos paulistas. Lins do Rego se manteve, ainda por muito tempo, contrário a certas experiências de linguagem consideradas demasiadamente radicais para seu gosto. Em que pese ter firmado

uma boa relação com Mário de Andrade, que, por sua vez, fez comentários elogiosos sobre suas obras, Lins do Rego nunca aprovou as ousadias presentes em *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter* (1928), como, aliás, fica claro num artigo de 1938, citado por Luís Bueno para exemplificar o espírito “anti-Macunaíma” vigente na década de 1930:

O movimento literário que se irradia no Nordeste muito pouco teria que ver com o modernismo do Sul. Nem mesmo em relação à língua. A língua de Mário de Andrade em *Macunaíma* nos pareceu tão arrevasada quando a dos sonetos de Alberto de Oliveira. A língua que Mário de Andrade quis introduzir com seu livro é uma língua de fabricação; mais um arranjo de filólogo erudito do que um instrumento de comunicação oral ou escrito. O livro de Mário de Andrade só foi bem entendido por estetas, por eruditos, e o seu herói é tão pouco humano e tão artificial quanto o boníssimo Peri, de Alencar. A diferença é que em vez de Chateaubriand, Mário de Andrade procurou a erudição alemã para fabricar o seu herói sem nenhum caráter. *Macunaíma* é um Peri que se serviu da ruindade natural, em vez da bondade natural. Este livro de Mário de Andrade é um repositório do folclore, o livro mais cerebral que já se escreveu entre nós. Se não fosse o autor um grande poeta, seria o *Macunaíma* uma coisa morta, folha seca, mais um fichário de erudição folclórica do que um romance. (REGO, citado por BUENO, 2006, p. 61-62)

Mesmo considerando as transformações ocorridas dentro do próprio modernismo durante a década de 1920 - bastante visíveis, por exemplo, na obra de Mário de Andrade, o regionalismo e o modernismo permaneceram como projetos distintos. Não cabe aqui uma abordagem aprofundada sobre essa questão específica que, aliás, rendeu, por si só, extensos e importantes estudos como o de Luís Bueno, em *Uma história do romance de 30* (2006). No momento, vale dizer que Gilberto Freyre e Mário de Andrade são personalidades que podem ser consideradas emblemáticas nesses debates. A frieza do encontro que tiveram durante a viagem que Mário de Andrade fez ao Nordeste (viagem que durou cerca de três meses, de 27 de novembro de 1928 a 24 de fevereiro de 1929) não deixa de ser sinalizadora da rivalidade. Em 1929, as posições de Mário e de Freyre deviam parecer, ao menos para eles, inconciliáveis diante de tantas controvérsias.

O encontro entre Mário e Freyre, em Recife, não gerou uma amizade, antes pelo contrário, apenas reforçou os conceitos um tanto depreciativos de um para com o outro. O ensaio de Correia Lira aborda esse encontro e cita algumas opiniões de Freyre sobre Mário:



Má impressão pessoal de M. de A. Sei que sua obra é das mais importantes que um intelectual já realizou no Brasil [...]. E sua pessoa é o que acentua: o lado artificioso de sua obra de renovador das artes e das letras no Brasil. Seu modo de falar, de tão artificioso, chega a parecer – sem ser – delicado em excesso. Alguns dos seus gestos também me parecem precários. (FREYRE, citado por LIRA, 2005, p. 145)

Da mesma forma, Correia Lira aponta que Mário, até pela reticência de seus comentários, também não simpatizou com Freyre. Nenhum deles percebeu que os caminhos separados que seguiam se cruzariam logo à frente nos romances nordestinos de 1930, sobre os quais os debates ganhariam nova dimensão.

Se, por um lado, o regionalismo de Freyre ajudou a despertar o interesse literário por temas locais, por outro lado, o modernismo cumpriu seu papel ao influenciar a renovação da linguagem. De todo modo, o romance de 30, como afirma Luís Bueno, seria um projeto que, em certos aspectos, se afastaria do modernismo de 22:

Sem discordar da formulação de que o romance de 30 é o momento da “literatura na revolução” e que o modernismo de 22 é o da “revolução na literatura”, como propõe João Luiz Lafetá, o que se quer mostrar aqui é que esse aparentemente pequeno deslocamento de sentido pode ser entendido de outra forma: como demonstração de um afastamento dos projetos de cada geração e não de sua aproximação. Pensar que o modernismo é uma arte utópica e o romance de 30 é uma arte pós-utópica pode ajudar a esclarecer como isso se dá. (...)

Se o desejo de fazer uma arte brasileira, incluindo o uso de uma linguagem mais coloquial e uma aproximação da realidade do país, é um dado da permanência do espírito de 22 durante a década de 30, a realização estética em si mesma é muito diferente – e o predomínio do romance ao invés da poesia já é evidência suficiente desse fato. (BUENO, 2006, p. 66)

É claro que a supervalorização do modernismo de 22, por meio da posição central em nossa história literária que lhe atribuíram muitos estudiosos, já foi também várias vezes reavaliada. O romance nordestino de 30, portanto, não pode mais ser visto como mero resultado do modernismo de 22, restando-lhe, talvez, a posição de beneficiário mencionada por Antônio Candido.

(...) no decênio de 1930 o inconformismo e o anticonvencionalismo se tornaram um direito, não uma transgressão, fato notório mesmo nos que ignoravam, repeliam ou passavam longe do Modernismo. Na verdade, quase todos os escritores de qualidade acabaram escrevendo como beneficiários da libertação operada pelos modernistas, que acarretava a depuração antioratória da linguagem, com a busca de uma simplificação

crescente e dos torneios coloquiais que rompem o tipo anterior de artificialismo. (CANDIDO, 1987, p. 186)

Entretanto, o modernismo também não deve ser visto como um movimento artístico estagnado, tampouco como um bloco uniforme de ideias, como se seus principais atores não tivessem modificado suas concepções sobre a arte com o passar dos anos. E isso é especialmente verdade ao se tratar de Mário de Andrade que, além de autor literário, foi um intelectual que não se negava a pensar e repensar a cultura do país. Por esse motivo, será interessante retomar suas opiniões em relação ao regionalismo e à literatura das secas.

#### *Mário de Andrade: regionalismo e política*

A primeira referência de peso que merece ser lembrada sobre o posicionamento de Mário de Andrade em relação ao regionalismo é a crônica “Regionalismo”, publicada no *Diário Nacional* em 14 de fevereiro de 1928. Mário faz sua crítica com uma expressão que se tornou famosa, chamando o regionalismo de “o beco que não sai do beco e se contenta com o beco”. (ANDRADE, citado por CHIAPPINI, 1995, p. 154)

Mário procurava em elementos regionais possibilidades de expressão do nacional. Ao mesmo tempo, acreditava que esse local (regional) se opunha à noção de nacional, como se a atenção excessiva à “parte” impedisse a compreensão do “todo”. Em sua viagem à Amazônia, é significativo que o discurso protocolar de Mário, repetido em todas as cerimônias oficiais, contenha a ideia de adulação premeditada ao afirmar que ali (em todo o lugar) se sentia em casa como se tivessem sido eliminados os limites estaduais. O discurso, assumidamente falso e bajulador, não deixa de refletir seu desejo de superação das fronteiras regionais, algo que se reconhece claramente em *Macunaíma*.

A crítica de Mário ao regionalismo reaparece em plena viagem ao Nordeste, principalmente durante os cinco dias em que atravessa o sertão. Mário se mostra revoltado com a situação social, dirige suas críticas ao presidente Washington Luís e, transpondo-as para o campo literário, também a Euclides da Cunha, em dois trechos de *O turista aprendiz*.

A reverendíssima Excia. Washington Luís passa pelo Nordeste em discurso, não tirando a mão da luva, sem experimentar o tapa-mão de couro do vaqueiro, bem hospedado, comendo, e muito as comidas morenas de por aqui. E antes ou depois da viagem, que nem todos os brasileiros (até o nordestino!), continua lendo as literatices heróicas de Euclides da Cunha. Pois eu garanto que *Os sertões* são um livro falso. (ANDRADE, 1976a, p. 294)

E ainda:

Os nordestinos arranjados, cheios de regionalismo e literatice, zangam com o funcionário de não sei que repartição de secas porque este aconselhava o abandono de certas regiões nordestinas as do sertão sáfaro. A opinião deste era de fato leviana pela maneira com que a contam porém o regionalismo sentimental e... euclidiano também já está fora de tempo. (ANDRADE, 1976a, p. 295)

Mas sobre seu amigo José Américo de Almeida, que inaugurou uma nova geração de regionalistas, Mário já possuía uma avaliação positiva:

E Paraíba além de outras coisas tem José Américo de Almeida, autor da *Bagaceira*, todos no Brasil sabem. Aliás, José Américo de Almeida nasceu no “brejo” em Areia para onde vou amanhã. Mas José Américo mora na capital, jurisconsulto, conhecedor profundo do Nordeste, míope dos olhos apenas, secretário geral do estado, modesto e justamente célebre. (ANDRADE, 1976a, p. 316)

Posteriormente, Mário vai saudar também a maioria dos principais autores da nova literatura nordestina. Sobre José Lins do Rego, Mário escreve: “O escritor de linguagem mais saborosa, colorida e nacional que nunca tivemos; o mais possante contador, o documentador mais profundo e essencial da civilização e da psique nordestina; o mais fecundo inventor de casos e de almas.” (ANDRADE, 1972, p. 137)

Na crônica “Raquel de Queiroz”, publicada no *Diário Nacional* em 14 de setembro de 1930, Mário além dos elogios à autora estreante também vai, de certo modo, se “retratar” em relação a *Os sertões* e Euclides.

O livro dela se chama *O Quinze*, e ninguém se engane pelo prefácio sem sal nem açúcar, que promete pouco. O livro vem enriquecer muito a já feliz literatura das secas. A ficção sobre as secas nordestinas tem dado ao Brasil alguns livros admiráveis. Todos estão recordando comigo *Os sertões* e *A bagaceira*, que posso por mim ajuntar o *Luzia-Homem*, mais deslembado.

Raquel de Queiroz com *O Quinze* nos dá um modo novo de conceber a ficção sobre a seca, e esse modo novo me é especialmente grato porque na espera dele eu me vim do Nordeste o ano passado. Até me lembro de ter dado uma entrevista em Natal que chocou bastante pela maneira ríspida com que tratei Euclides da Cunha. Deus me livre de negar que o monumento de Euclides e os outros estejam muito bem e sejam razões de orgulho nosso. São obras-primas literárias. Mas depois que apalpei o Nordeste e uma apenas pequena e passageira seca, sem mortes nem misérias terríveis como consequência, mas com toda a sua ferocidade assustadora, o que me irritou um bocado foi os autores terem feito literatura sobre a seca. Isso me pareceu e continua me parecendo... desumano. (ANDRADE, 1976b, p. 251)

Algo que se nota nesse trecho é a indecisão de Mário, ora afirmando a existência de uma “já feliz literatura das secas”, ora manifestando sua irritação com autores que fazem literatura sobre a seca. O dilema de Mário não se resolve e, nessa aparente contradição, seus rompantes contra a tematização literária da seca parecem tão sinceros quanto seus elogios e sua afirmação de necessidade dessa literatura. Num momento, *Os sertões* pode lhe parecer falso e, no momento seguinte, uma obra-prima.

Esse percurso um tanto instável de Mário de Andrade se reproduz também no que se refere às suas opiniões políticas e sobre o papel do escritor. As primeiras reações de Mário sobre a vitória da revolução de 1930 foram entusiasmadas. Na crônica “Peneirando”, publicada no *Diário Nacional* em 2 de novembro de 1930, Mário fala sobre a revolução: “O melhor é a gente deixar que as paixões nos divulguem: viver. Viver apaixonadamente, participar, berrar, Getúlio! Getúlio!... Foi o que fiz....” (ANDRADE, 1976b, p. 267)

No entanto, em 16 de novembro de 1930, na crônica “José Américo de Almeida”, também publicada no *Diário Nacional*, Mário recrimina o escritor paraibano justamente por seu envolvimento com a política. Essa reação não deixa de ser surpreendente, uma vez que Mário já sabia muito bem desse envolvimento durante sua viagem ao Nordeste, sabia do cargo importante de José Américo no governo estadual. Na visita a Areia, Mário demonstra isso ao apontar que José Américo era o chefe político da região e que, durante a pequena excursão, “se dualizava entre o político e o amigo do viajante”. Naquela crônica de 1930, Mário escreve:

José Américo de Almeida que “foi” o célebre autor e justamente célebre, da Bagaceira, “é” o presidente do Nordeste e agora “é” o novo ministro da

Viação. Tendo passado assim de homem público das Letras, pra homem público do Brasil, já muito mais gente terá interesse em saber como ele é. Ora posso contar alguma coisa porque José Américo de Almeida é meu amigo. Estive quase tentado a escrever “foi meu amigo”, não porque acredite qualquer mudança em proveito da empáfia da parte dele, mas por esta minha instintiva e invencível idiosincrasia pelos poderosos da terra. Agora vou docemente me afastar dele, enquanto durarem as suas grandezas utilitárias, só torcendo de longe pra que ele se torne no Brasil o benemérito que pode ser pela energia e pela inteligência que tem. (ANDRADE, 1976b, p. 275)

Este é o mesmo Mário que, sobre *Os sertões*, escreve em *O turista aprendiz*: “Mas parece que nós brasileiros preferimos nos orgulhar duma literatura linda a largar da literatura duma vez pra encetarmos o nosso trabalho de homens.” (ANDRADE, 1976a, p. 295) Mário vive esse conflito íntimo: o homem de ação vs. o homem da arte. Impressionado com o quadro de miséria social nordestina, Mário, artista e viajante, quer ser também homem de ação, mas desconfia do caminho político. Curiosamente, sua indignação ao proclamar a necessidade de ação está em acordo com o pensamento do amigo José Américo (envolvido com a política desde moço) que já expressava algo similar numa carta endereçada a Joaquim Inojosa, datada de 10 de novembro de 1925:

Já estou enfiado da literatura pela literatura. A inteligência só serve como reguladora de energias. Estamos em tempo de passar do sonho à ação. E, ainda utilizando os padrões do progresso material e cultural de outros povos, devemos construir obra nossa, isto é, atender às exigências de nosso ambiente físico e social, como condição de continuidade e de permanência dessas conquistas. (ALMEIDA, 2006)

O conflito pessoal de Mário de Andrade talvez seja indicador de uma situação histórica, de uma época tomada por paixões ideológicas em que se exigia também do escritor um posicionamento político. Essa tendência, amplificada na década de 1930, acabou por influenciar boa parte da produção literária do período, quando diversos romances com temáticas sociais são publicados. A literatura das secas, como ocorrera a partir de 1877 e do naturalismo, pareceu bem adequada para esse contexto histórico.

### *Romancista (e político) ao Norte!*

José Américo de Almeida não sustentava o mesmo dilema de Mário de Andrade. Seu envolvimento com a política regional se dá bem antes de sua estreia

como ficcionista com a publicação da novela *Reflexões de uma cabra* (1922). Na época da viagem de Mário de Andrade ao Nordeste, José Américo era Secretário de Governo e homem de confiança de João Pessoa. Após a Revolução de 30, José Américo assume como interventor do estado e chefe civil do governo central do Norte (e do Nordeste) até a posse de Getúlio Vargas. Em seguida, torna-se Ministro da Viação e Obras Públicas do governo revolucionário, o que significava que era responsável, entre outras incumbências, pelas obras que deveriam prevenir e atenuar os efeitos das secas no Nordeste. Em 1937, foi candidato à Presidência da República, contando com apoios políticos de grande expressão, e provavelmente chegaria ao cargo não fosse pela instituição do Estado Novo por Getúlio Vargas. Sua vida política seguiu intensamente, tendo assumido vários cargos legislativos e também o de Governador da Paraíba. A política, como se vê, ocupou papel central na vida do autor de *A bagaceira*, que, depois desse romance, somente em 1935, com as publicações de *O boqueirão* e *Coiteiros*, apresentaria nova prosa de ficção. Pelo restante de sua longa vida de 93 anos, José Américo continuou escrevendo regularmente, formando uma vasta obra que inclui estudos técnicos, ensaios, crônicas, memórias e poesias.

No que se refere à sua ficção, é inevitável repetir a informação sobre a saudação “Romancista ao Norte” que invariavelmente aparece nos textos sobre José Américo. De fato, Tristão de Athayde, ao comemorar o surgimento de *A bagaceira*, não poupou elogios ao romance e foi decisivo para instituir a obra como um marco da literatura brasileira. A saudação proferida, “Romancista ao Norte”, como também já foi dito várias vezes, não era original. Anteriormente, Urbano Duarte utilizara essa mesma expressão para enaltecer o livro *O mulato* (1880), de Aluísio Azevedo. Menos lembrado é o fato de que vários outros autores nordestinos foram homenageados da mesma maneira, como nos artigos “Um romancista ao Norte”, de Araripe Júnior (a respeito de Oliveira Paiva) e o de Artur Mota (a respeito de Rachel de Queiroz), para citar apenas dois.

Naquela época, o prestígio de Tristão de Athayde era tal que foi capaz de angariar uma aprovação quase unânime e influenciar também o sucesso editorial da obra. Conforme aponta Luís Bueno, o romance atendia aos anseios prévios do crítico (revelados, por exemplo, num artigo publicado em 1927), o qual parecia estar

aguardando uma oportunidade para enaltecer a estreia de um romancista regionalista do Nordeste. Contudo, mesmo que houvesse uma expectativa a ser correspondida e que *A bagaceira* viesse ao seu encontro, isso, por si só, não deveria anular as eventuais qualidades do romance, como, aliás, ressalta Bueno:

De toda forma, era preciso que o livro desse sinais para que Tristão de Athayde o reconhecesse como resposta ao seu chamado, ou seja, que ele trouxesse algo que o diferenciasse do romance naturalista que o nordeste produzira abundantemente desde o final do século XIX. E, em meio a muitas repetições de procedimentos, há de fato tais elementos, que aparecem num cotejo com romances que tematizaram anteriormente o drama das secas. (BUENO, 2006, p. 87)

De fato, em *A bagaceira*, o drama das secas, que aparece relacionado com a presença de personagens retirantes, é um dos temas principais. Essa afirmação, que até a década de 1980 não causaria grande espanto, hoje deve fazer com que alguns estudiosos da obra de José Américo se remexam em suas cadeiras. Durante muito tempo, o romance foi apresentado sem maior questionamento como sendo um legítimo representante da literatura das secas. De vez em quando, surgia alguma nota ou comentário crítico que tentava desfazer o vínculo, e o próprio José Américo chegou a se manifestar nesse sentido. O motivo era simples. A história não trata das secas. Mais recentemente, essa tendência de leitura se fortaleceu como uma reação às leituras superficiais que faziam pouco mais do que explorar um rótulo para o livro.

No estudo de Ângela Maria Bezerra de Castro, publicado em 1987, sugestivamente intitulado *Re-Leitura de A bagaceira, uma aprendizagem de desaprender*, reconhece-se um esforço crítico para reposicionar *A bagaceira* como um romance cujo tema principal não poderia continuar sendo visto como a seca. Os argumentos apresentados vão desde a observação da obviedade do título, que não remete nem à seca, nem ao sertão, até a associação automática e irrefletida do binômio Nordeste-seca, passando também pelo presumido intuito de José Américo de apresentar um aspecto novo da região. É possível notar que todos esses argumentos têm o mesmo fundamento, ou seja, que a ação da história não se passa no sertão, mas no brejo paraibano. Com perspicácia, a autora observa ainda uma importante característica do romance que diz respeito à tematização do contraste de culturas:

Mas a crítica, como o resto do país, (...) unificou as antíteses SERTANEJOS X BREJEIROS e SERTÃO X BREJO, e, por fim, eliminou o segundo termo da antítese em que se confrontam as microrregiões geográficas. Assim, a crítica viu o que estava habituada a ver: o sertão e a seca. Ou o Nordeste estereotipado. (CASTRO, 1987, p. 27)

Essas antíteses, como bem percebeu a autora, são o aspecto central do romance. É justamente esse confronto dos modos de vida e dos valores de brejeiros e sertanejos que fornece uma base sólida para o desenvolvimento do enredo. Entretanto, para se destacar o segundo termo dessa antítese, não é preciso que seja apagado o primeiro. Nem é possível. A própria prática da análise literária confirma isso, pois, acompanhando a avaliação de Castro, surgiram alguns estudos posteriores, alguns desses bastante recentes, e todos eles abordam necessariamente a questão das secas.

Trata-se, portanto, de não confundir a região do brejo com o sertão. O brejo é mesmo verde e a seca só chega lá sobre a sola das alpercatas e dos pés descalços dos retirantes ou nas lembranças de quem a vivenciou. Mas chega. É nesse aspecto que faz sentido estudar a figuração da seca na obra de José Américo. Os brejos paraibanos fazem parte daquilo que denomino como espaços de salvamento (assunto de outro tópico deste estudo), então, no momento, gostaria de focalizar especificamente as secas e os sertanejos no romance *A bagaceira*.

A estrutura cíclica da narrativa, que inicia e termina com secas (1898 e 1915) e com chegadas de retirantes no Engenho Marzagão (a propósito, com duas chegadas de Soledade), marca, através dessa repetição, o modo como perdura esse problema social à espera de uma solução. Isso fica ainda mais evidente no capítulo “Uma história que se repete”, cujo título já é em si significativo, mas também nas histórias das secas que ali são contadas pelo retirante Valentim Pedreira, relembrando como os tempos de fartura no sertão se tornavam abruptamente tempos de desgraça com o advento das grandes secas. Seguindo a tradição da literatura das secas, não faltam sequer algumas menções à seca de 1877, a qual, por exemplo, é a razão pela qual Pirunga tornou-se filho adotivo de Valentim: “Foi em 77. O pai tinha morrido de comida braba e a mãe era minha aparentada. Eu não



podia aguentar tudo, porque ela tinha uma miuçalha de filhos e as coisas já andavam vasqueiras.” (ALMEIDA, 1989, p. 56-57)<sup>22</sup>

A seca, no entanto, não é vista como um problema sem solução. Essa solução deveria partir dos poderes públicos, ou seja, há um destinatário para essa reivindicação, como se observa no capítulo “O julgamento”, durante o discurso que o personagem Lúcio faz em defesa de Valentim, que matara o feitor Manuel Broca:

A seca chegou a aprazar suas irrupções com a lei da periodicidade. Todo o mundo tinha previsão da catástrofe em datas fatais. E os poderes públicos não o atalharam; não procuraram corrigir os acidentes da natureza incerta que dá muito e tira tudo de uma vez. Essa vitalidade aleatória ficou, até hoje, à espera da intervenção racional que demovesse os obstáculos do seu aproveitamento e fixasse o sertanejo no sertão. (ALMEIDA, 1989, p. 156)

A tese de defesa empregada pelo advogado Lúcio para justificar o assassinato cometido por Valentim está respaldada na afirmação de que o retirante é um miserável, vítima não apenas da seca, mas da inépcia dos governantes e que cada miserável absolvido vinga a impunidade dos grandes criminosos. Em seguida a essa declaração, o capítulo é encerrado com a sentença apresentada ironicamente e entre parênteses, como uma intervenção do narrador: “(Valentim foi absolvido por perturbação dos sentidos e de inteligência... dos jurados)”. (ALMEIDA, 1989, p. 157) A tragédia da seca justifica a presença dos retirantes no brejo, os conflitos que isso acarreta e, por fim, ações e comportamentos dos personagens, mesmo quando injustificáveis...

Por outro lado, a motivação de Valentim para o crime é a honra sertaneja. Os valores morais dos sertanejos são contrapostos durante toda a narrativa a uma “falta de valores” dos brejeiros. O brejo é o lugar de degradação dos valores. Desse modo, caso tenda para alguma das partes uma certa simpatia expressa no modo como estão apresentados na narrativa, é certamente para com os sertanejos. Basta ver quem é quem na história. Os brejeiros são caracterizados como ignorantes, egoístas e insensíveis, personagens quase animalizados, ainda que “vítimas de uma emperrada organização do trabalho e de uma dependência que os desumanizava”. (ALMEIDA, 1989, p. 38) Já os principais personagens retirantes são Soledade,

<sup>22</sup> Foi também por causa da seca de 77 que Dagoberto conheceu a retirante, sobrinha de Valentim, que se tornaria sua mulher e a mãe de Lúcio. (v. ALMEIDA, 1989, p. 138)

Valentim e Pirunga. Os dois últimos representam a ética do sertão, o heroísmo, a lealdade, a honra e a tradição, que predominantemente são tratados como virtudes dos sertanejos, sem deixar de apresentarem as faces negativas da ignorância, da intempestividade e da brutalidade. Soledade, por sua vez, é vista como um desvirtuamento desses valores, ora por uma imposição das condições sociais e do meio, ora simplesmente por ser uma mulher bonita, capaz de suscitar paixões e tragédias por onde passa.

Dagoberto, o dono do engenho, ao tentar convencer o filho Lúcio a não se envolver com Soledade, dissimulando seu próprio interesse pela retirante, recorre à história de Carlota para comprovar que as mulheres são as causas das desgraças: “Era uma mulher do sertão do Pajeú. Descera na seca de 45 e ia arrasando o Brejo... (...) la arrasando, uma história: arrasou, bem arrasado!” (ALMEIDA, 1989, p. 102) E, antes de continuar sua história, sintetiza essa opinião, buscando como alvo a retirante Soledade: “Sertaneja, quando é boa, é boa; mas, também, quando desencabeça!... (...) Então, se é bonita...” (ALMEIDA, 1989, p. 102)

É interessante que haja nessa tentativa de aproximação das histórias de Carlota e Soledade - que Lúcio realiza, influenciado pelo pai - um elemento antecipador das tragédias que se seguiriam no romance. A reação de Lúcio, no entanto, é procurar Soledade, pois “sentia-se predestinado a participar de seus maus fados”. Ao invés de encontrar um “anjo de inocência”, que desmentiria o presságio, Lúcio encontra, de fato, uma mulher sedutora, disposta a insinuações e jogos amorosos. A cena termina com a vacilação de Lúcio diante da permissão de um beijo, ao que Soledade responde nada inocentemente: “Brejeiro! Não nega que é brejeiro...” (ALMEIDA, 1989, p. 103)

Na verdade, os pudores de Lúcio não têm relação com essa origem brejeira. Aiiás, sua mãe era uma retirante, e Lúcio justifica seu comportamento muitas vezes recordando a presença de sangue sertanejo em suas veias. Porém, na sua relação com Soledade, o que prevalece é a visão idealizada que Lúcio forma da mulher amada. Além disso, Lúcio, educado na cidade, também quer seguir os costumes civilizados que rezam que a corte deve preceder o namoro. Ao retornar ao brejo

após seus estudos, Lúcio traz consigo esses valores que se opõem aos dos sertanejos e brejeiros talvez mais dos que esses entre si.

É nessa confrontação de diferentes valores que reside uma das principais qualidades do romance. Uma das características mais notáveis de *A bagaceira* é o fato de reunir e, de certo modo, antecipar duas das principais correntes temáticas (cana-de-açúcar e secas) dos romances nordestinos de 30. É um romance de duas faces, ou melhor, cuja única face é a união de duas. Ao se considerar também a perspectiva diferenciada do personagem Lúcio, surge ainda uma terceira face, a qual talvez seja aquela que se sobrepõe às demais. A visão “civilizada” e modernizadora de Lúcio prevalece sobre as de brejeiros e de sertanejos como uma alternativa à barbárie, ao atraso, à miséria e à desumanização, porém, a lição que se destaca no final do romance, é que as pessoas do local, os brejeiros, têm vícios que nem “Deus” pode consertar...

Transborda em Lúcio a crença que a modernização da fazenda traz a melhoria de vida para todos, inclusive para os trabalhadores mais humildes. E que sua obra, “maior que toda a obra de um povo” (ALMEIDA, 1989, p. 158), também consiste em dar “consciência” ao povo ignorante. Já no fim do romance, porém, Lúcio, senhor e criador do seu mundo, desilude-se quando os trabalhadores vêm protestar contra o acolhimento de retirantes. Como um Lear, rodeado por ingratos, ou como o Fausto “fomentador” de Goethe (na concepção de Marshall Berman, 1987), Lúcio termina amargo e resignado com sua impotência, mas ainda se comparando a Deus, que ao conceder ao homem a consciência e o livre-arbítrio, abdica do domínio absoluto sobre sua criação: “Eu criei o meu mundo; mas nem Deus pôde fazer o homem à sua imagem e semelhança...” (ALMEIDA, 1989, p. 163)

### 3.3 Temas e derivações

#### *Secas em 30*

Há que se lembrar que nem toda ficção de 30 é romance das secas, nem nordestino, nem sequer regionalista. Relacionar o romance de 30 ao romance nordestino é esquecer boa parte da melhor ficção escrita naquela década (por exemplo, a de Lúcio Cardoso, Cyro dos Anjos, Marques Rebelo e Érico Veríssimo). E mesmo entre os romances nordestinos, também vale lembrar, há uma considerável quantidade de romances urbanos, como *Caminho de pedras* (1937), de Rachel de Queiroz, *Ponta de rua* (1937), de Fran Martins, ou ainda vários romances de Jorge Amado (*Suor*, *Jubiabá*, *Mar Morto*, *Capitães de Areia*).

Da mesma forma, nem todo romance regionalista nordestino de 30 diz respeito às secas, bastando citar, por exemplo, os romances da cana-de-açúcar e do cacau. De fato, o tema das secas ocupou uma posição importante, mas adjacente, e se parece prevalecer uma impressão noutro sentido, é porque surgiram naquela década duas obras fundamentais da literatura brasileira que tratam das secas: *O Quinze* (1930), de Rachel de Queiroz e *Vidas secas* (1938), de Graciliano Ramos.

Há ainda outros romances - como *Os Corumbas* (1933), de Amando Fontes, e *Pedra Bonita* (1938), de José Lins do Rego – que também se referem às secas nordestinas, porém apenas lateralmente, seja pelo enfoque na migração e nas condições de vida dos migrantes na cidade, no primeiro; seja por uma remota associação das secas com os temas do fanatismo religioso e do cangaceirismo, no segundo.

De qualquer modo, é possível reconhecer que, a partir da década de 1930, houve o desdobramento dos temas associados às secas e ao sertão nordestino. Afinal, as descrições do espaço físico do semiárido e dos retirantes e a repetição de cenas de retiradas perderam paulatinamente seu caráter de “novidade”. Além disso, tanto o contexto do semiárido, quanto o conhecimento a seu respeito, continuavam

se modificando, de tal forma que seria necessário que a própria literatura buscasse ou expusesse outras perspectivas.

### *Cangaceiros e místicos*

Em *Pedra Bonita*, as secas ocupam uma posição que sequer poderia ser chamada de secundária. Apesar da história estar relacionada ao contexto social do semiárido, não é diretamente transferida para o fenômeno climático da seca a responsabilidade pela proliferação dos crentes seguidores do novo homem santo que aparece em Pedra Bonita. A explicação estaria antes vinculada a três fatores principais: o sertanejo (por uma “inclinação natural” ao misticismo), o lugar (pela força simbólica das duas grandes pedras da localidade) e a história (pela memória remanescente do episódio do “Reino da Pedra”).

Esse fator histórico está evidenciado na rivalidade entre Açu e Pedra Bonita, a qual tem como fundamento a tragédia do “Reino da Pedra”, ocorrida no século XIX. No episódio histórico, João Ferreira profetizava que Dom Sebastião retornaria se duas grandes pedras localizadas em Pedra Bonita (atual município de São José do Belmonte) fossem lavadas com o sangue dos crentes. Em 14 de maio de 1838, foram iniciados os sacrifícios. Dezenas de pessoas foram mortas esperando ressuscitar quando Dom Sebastião fosse “desencantado”. A notícia da tragédia se espalhou e, alguns dias depois, uma tropa invadiu e acabou com o “Reino da Pedra”. Na narrativa, esse fato é figurado por meio das recordações dos personagens. Os habitantes de ambas as localidades, Açu e Pedra Bonita, se acusam mutuamente de que suas desgraças seriam resultado de uma espécie de maldição.

Já os dois outros fatores, o sertanejo e o lugar, surgem como contraponto na perspectiva desmistificadora do personagem Padre Amâncio: “Não é só Pedra Bonita, Coronel. O sertanejo é o mesmo em toda a parte. O que se dá é que o povo se impressiona com a situação natural da Pedra. O lugar é próprio para estas coisas, estas superstições.” (REGO, 1976, p. 188)

Nesse romance de Lins do Rego, a seca é apresentada como uma referência histórica, sendo mencionada uma seca ocorrida em 1904. No entanto, não há maiores implicações no enredo, nem na caracterização dos personagens. A exceção mais relevante é o fato do protagonista Antônio Bento, aos cinco anos de idade, ter sido levado pela mãe (de Pedra Bonita) para ser criado pelo Padre Amâncio (em Açu) durante a seca de 1904. Ainda assim, essa motivação é frágil e insuficiente, pois a família de Antônio Bento sai de suas terras por causa dessa seca, porém logo retorna. A relação entre o destino de Antônio Bento e a seca é efetivamente desfeita na narrativa: “Ela não tinha que deixar o seu filho em terra alheia. Os outros irmãos não ficaram, não aguentaram o repuxo de 1904?” (REGO, 1976, p 48) A razão que afinal prevalece é a esperança da mãe de Antônio Bento de que ele se tornasse sacerdote, ou seja, a seca lhe servira apenas como um pretexto.

Algo que se reconhece nos romances que tratam do sertão nordestino é que, a partir da década de 1930, temas como cangaceirismo e misticismo são frequentemente tratados de modo desvinculado do tema das secas (em sua face físico-climática). É o que se nota em *Pedra Bonita* e em sua continuação *Cangaceiros* (1953). Obviamente porque os núcleos dos enredos são outros.

Além disso, também não se evidencia nessas narrativas uma relação causal direta, segundo a qual as estiagens no semiárido determinariam a existência de cangaceiros e místicos. A seca passa a ser figurada como um elemento a compor o quadro geral, porém não faltam explicações para o surgimento de cangaceiros e místicos na região.

Na novela *Coiteiros* (1935), de José Américo de Almeida, narra-se que o personagem Sexta-feira ingressa no cangaço após matar seu vizinho (um fazendeiro rico) porque ele não tomava providências a respeito do gado que derrubava as cercas e invadia as terras de sua família. Assim, por passar à condição de criminoso, Sexta-feira se torna cangaceiro, e o faz apoiado na seguinte lógica: “Depois de perdido, perdido e meio”. (ALMEIDA, 1979, p. 239) No entanto, esta não é sua única motivação. O personagem também é movido pela descoberta do gosto de matar e de “instintos sanguinários que desconhecia”. (ALMEIDA, 1979, p. 239) Diante disso, pode-se perceber que, no caso de Sexta-feira, conjugam-se dois fatores. O primeiro

fator tem caráter geral e se aplica aos sertanejos pobres, pois, conforme está figurado na narrativa, os assassinatos nas disputas por terras são corriqueiros, mas a impunidade é privilégio dos poderosos: “Vira outros matarem por muito menos e terem a impunidade assegurada nos redutos do mandonismo sertanejo. (...) Era uma história que se repetia. Matavam-se os vizinhos por questões de terra.” (ALMEIDA, 1979, p. 239) Por sua vez, o segundo fator, na narrativa, que define a adesão do personagem ao cangaceirismo é uma característica da personalidade da Sexta-feira, ou seja, ele possuía “instintos sanguinários”.

Já em *Seara vermelha* (1946), de Jorge Amado, as causas do cangaceirismo e do misticismo se apresentam transferidas para um contexto similar, porém mais amplo: o da pobreza de uma população submetida ao regime latifundiário e à exploração do trabalho, conforme se observa no trecho em que o personagem Juvêncio reflete sobre os rumos que sua vida poderia ter tomado:

Aquela terra não era deles, não lhes pertencia, e mesmo o seu direito sobre as plantações de mandioca e milho poderia ser discutido pelo coronel a qualquer momento. (...) Teria sido cangaceiro se encontrasse Lucas [chefe de um bando de cangaceiros] na sua ansiosa busca pela caatinga. Despertava nele, como em outros filhos do sertão, aquela revolta sem direção contra a vida que levavam. Se o beato Estevão já houvesse iniciado sua pregação quando da sua fuga, Juvêncio seria talvez um dos seus homens. Ali, na caatinga, a revolta contra a fome levava os homens ao cangaço ou ao misticismo desesperado. (AMADO, 1983, p. 289)

Juvêncio, no entanto, se tornara militar. De sua família, foi sua tia Zefa (tida como louca) quem seguiu o beato Estevão, passou a ser vista como santa e morreu ao lado do beato e dos demais seguidores num confronto com o exército. A semelhança com o episódio de Canudos, a propósito, é explicitada na narrativa:

Por ordem do capitão cortaram as cabeças do beato Estevão, de Lucas Arvored, de Zefa, dos outros cangaceiros, de alguns romeiros também para aumentar o número. Levaram como troféus, exibiram-nas na cidade, desfilaram centenas de curiosos. O capitão foi promovido, citado em ordem do dia, e, apesar de não gostar de literatura, escreveu um livro sobre a campanha. Pôs o título de *O novo Canudos*. (AMADO, 1983, p. 266)

Mesmo tentando manter o enfoque na questão das secas, cabe aqui um comentário breve sobre essas obras que centralizam suas histórias em personagens cangaceiros ou místicos. Antes de tudo, para lembrar que, se os cangaceiros fazem

parte de um universo cultural especificamente nordestino, o mesmo não se aplica aos místicos. Esses homens santos, beatos e milagreiros, bem como as comunidades formadas sob suas lideranças, proliferaram em várias épocas e regiões do país e foram repetidamente figurados na literatura.

Além de *Pedra Bonita* (1938), o “Reino da Pedra” ou “Reino Encantado” inspirou ainda o *Romance d'A Pedra do Reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta* (1971), de Ariano Suassuna. Entretanto, o caso mais recorrente é, por certo, o episódio histórico de Canudos, que foi abordado ou referenciado em diversas obras, como *Os jagunços* (1898), de Afonso Arinos, *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha, *A guerra do fim do mundo* (1981), de Mário Vargas Llosa, e em romances e novelas de Paulo Dantas, principalmente *Purgatório* (1955, segunda parte de sua trilogia nordestina) e *Capitão Jagunço* (1959). Podem ser mencionados também desdobramentos recentes do tema em *O sertão vai virar mar* (2002), de Moacyr Scliar, (narrativa direcionada ao público jovem, em que um grupo de amigos “descobre” e discute a obra de Euclides da Cunha), e ainda em *A casca da serpente* (1989), de José J. Veiga, cujo enredo se desenvolve a partir da ideia de que Antonio Conselheiro não morreu no ataque a Canudos.

#### *Retirantes: origem e reconhecimento*

Também a caracterização dos personagens retirantes se modificou a partir de 1930. Em romances do século XIX, era comum que os protagonistas retirantes não tivessem uma origem pobre ou miserável, mas que, vitimados pela seca e por outras circunstâncias, perdessem tudo e fossem integrados a uma massa anônima de flagelados.

É o que ocorre, por exemplo, em *A fome* (1890). No romance de Rodolfo Teófilo, Manuel de Freitas é um fazendeiro, dono de terras, rebanhos e escravos, que perde com a seca “mais de doze mil cabeças de gado.” (TEÓFILO, 1979, p. 8) Freitas incumbe seu primo, Inácio da Paixão, da venda dos escravos em Fortaleza, mas este perde no jogo todo o dinheiro das negociações e resolve emigrar para o Pará. A retirada de Freitas e de sua família ocorre, portanto, nas mesmas condições impostas aos retirantes pobres, porém o fazendeiro nunca é igualado aos demais.



Sua origem social diferenciada pretende justificar sua maior capacidade para lidar com os problemas que surgem durante a retirada e seu melhor discernimento quanto às decisões a serem tomadas.

Também em *Os retirantes* (1879), de José do Patrocínio, a família Queiroz tem origem social que a distingue dos outros retirantes, afinal, mesmo não sendo rico, o pai (que adoece e morre antes da retirada) era um professor, o que, pelo viés da formação educacional, já evidencia uma diferença. Logo no início da narrativa, isso fica marcado ao se apontar que mesmo as “pessoas mais graduadas” (PATROCÍNIO, 1973, p. 26) – ou seja, a família do professor, o vigário Paula e o fazendeiro Rogério Monte - querem assistir à demonstração de “magia” do Feiticeiro do povoado: “Havia neste grupo a dignidade da proeminência social.” (PATROCÍNIO, 1973, p. 26). De qualquer modo, em sua fuga rumo ao litoral, as filhas e a irmã do professor Queiroz têm que enfrentar as mesmas dificuldades que afetam a multidão inominada e ignorante de flagelados.

Entre os primeiros retirantes pobres figurados como protagonistas de romances, o mais importante é, sem dúvida, Luzia, de *Luzia-Homem* (1903) - uma filha de vaqueiro já sem recursos após a morte do pai e a doença da mãe. Entretanto, como a ação da história transcorre após sua chegada em Sobral, não há o detalhamento das provações da retirada da protagonista, o que, por sua vez, aponta a diferença da estrutura do enredo de *Luzia-Homem* em relação aos romances anteriores.

A definitiva combinação desses elementos, retirante de origem pobre e viagem de fuga da seca, estaria representada em *O Quinze* (1930), especificamente na trama de Chico Bento; em *Vidas secas* (1938), com pouco destaque para a jornada, mas com focalização prioritária na condição social dos retirantes; e em *Seara vermelha* (1946), de Jorge Amado.

Percebe-se, nessas e em outras obras, que o salvamento dos retirantes depende muita vezes do reconhecimento dos personagens e de suas origens. No século XIX, são bastante recorrentes os casos de personagens retirantes que tiveram boa condição econômica e que perderam tudo; e que, por esse motivo,

despertam maior piedade, são acolhidos, auxiliados, salvos. É como se a desgraça dos que já tiveram uma vida digna fosse maior do que a daqueles que nunca tiveram nada.

Mas às vezes basta que o retirante, mesmo de origem pobre, seja reconhecido por alguém com recursos para que se dê seu salvamento. Então, o salvamento é justificado pela tradição de apadrinhamentos, por uma antiga amizade ou pelas virtudes já conhecidas do retirante (trabalhador, honrado, leal, corajoso, honesto). Por qualquer dos motivos, o retirante deixa de ser apenas mais um miserável e recebe um nome, sua individualidade é reintegrada e, com isso, ganha o direito de ser salvo. Sem negar a existência de outros motivos, o reconhecimento possibilita que o retirante receba um tratamento diferenciado no lugar em que chega, como acontece, por exemplo, em *Os retirantes* (1879), *A fome* (1890) *Dona Guidinha do Poço* (1952, escrito em 1891), *Luzia-Homem* (1903), *Maria Dusá* (1910) e *O Quinze* (1930).

Mesmo Chico Bento e sua família, de *O Quinze*, tardiamente e após inúmeras desgraças, recebem algum auxílio ao serem reconhecidos. Em *Acarape*, Chico Bento encontra, por acaso, o compadre Luís Bezerra, e ganha passagens de trem para Fortaleza. Chegando à capital, é Conceição, madrinha de um dos filhos de Chico Bento, quem providencia ajuda. Conceição instala a família num local mais adequado no abarracamento, consegue uma carta de recomendação do Bispo para que Chico Bento pudesse trabalhar na construção do Açude de Tauape e, por fim, “adota” e salva o afilhado que já estava a morrer.

Quando não há reconhecimento, as narrativas se desenvolvem ora priorizando as descrições de tragédias sucessivas que acometem os retirantes (como em *Seara vermelha*, de 1946), ora exigindo que o retirante comprove seu valor (como André Gonçalves, em *Maria Bonita*, de 1914).

No entanto, em alguns casos, o “valor” do retirante pode ser percebido imediatamente. É o que acontece com as recorrentes personagens retirantes belas e sensuais.

### *As irresistíveis retirantes*

Talvez seja uma espécie de fetiche a fascinação por esse tipo de personagem, o da mulher retirante, cuja beleza é reconhecida mesmo sob trapos velhos e poeira e apesar dos sinais de cansaço e da fome. Como no conto de fadas, essas retirantes são “cinderelas” do sertão e basta serem descobertas em meio à multidão de flagelados para se tornarem cobiçadas pelos homens do lugar.

Essas tramas de disputas pelas belas retirantes muitas vezes ocupam posições centrais nas narrativas, como se observa, por exemplo, em *Luzia-Homem* (1903), em *Maria Bonita* (1914) e em *A bagaceira* (1928). Entretanto, a mais conhecida, e mais sensual, dessas retirantes é, sem dúvida, a protagonista de *Gabriela, cravo e canela* (1958), de Jorge Amado, que é cortejada não somente por dois, mas por quase todos os homens de Ilhéus.

Apesar de alguma semelhança nos enredos, as personagens retirantes desses romances são essencialmente diferentes. A força e a beleza viril de Luzia em nada se assemelham à beleza inocente de Maria Bonita, tampouco com a malícia, a sensualidade ousada e o jeito abrupto de Soledade.

Gabriela, por sua vez, além da beleza reiteradamente posta em evidência, é figurada com uma sensualidade natural mesclada com a absoluta pureza na maneira quase instintiva com que se relaciona com os homens. Quando Nacib, em busca de uma cozinheira, a encontra entre os retirantes instalados junto à estrada de ferro, é o canto de Gabriela o que primeiramente lhe chama a atenção. Após uma breve conversa, Nacib desiste da retirante e já está mesmo indo embora quando escuta Gabriela comentar: “Que moço bonito!” (AMADO, 1992, p. 122). Isso o faz retornar e dar uma chance para Gabriela. Juntos no caminho para casa, Nacib já pensa sobre outros assuntos, enquanto Gabriela o segue poucos passos atrás:

(...) alegre de sair do amontoado de retirantes, do acampamento imundo. Ia rindo com os olhos e a boca, os pés descalços quase deslizando no chão, uma vontade de cantar as modas sertanejas, só não cantava porque talvez o moço bonito e triste não gostasse. (AMADO, 1992, p. 123)

Mais tarde, bastará um banho para que Gabriela revele sua beleza e conquiste uma cidade inteira.

### *Representações da multidão*

As narrativas ficcionais se serviram dessas peculiaridades citadas nos tópicos anteriores (origem social, reconhecimento, “a bela retirante”) fazendo com que seus personagens retirantes fossem individualizados e distinguidos da massa de flagelados. Porém, as representações coletivas também estão presentes na literatura.

A figuração generalizada dos retirantes, como não poderia deixar de ser, segue a perspectiva da solidariedade para com uma multidão miserável afligida pelas secas. Os retirantes são sempre vítimas de uma situação trágica. Ao mesmo tempo, sua caracterização se vincula à própria origem sertaneja. Ou seja, em várias narrativas, os flagelados, como um personagem coletivo, são figurados como imbuídos dos valores e costumes do sertão.

Dessa forma, a representação dos retirantes depende em certa medida da maneira como os próprios sertanejos são representados nas narrativas. Desde meados do século XIX até o começo do século XX, um dos aspectos que influíram na formação de uma imagem do sertanejo nordestino foi a questão racial. O sertanejo era sinônimo de mestiço e a mestiçagem parecia ser a causa de todos os problemas do Brasil. Para muitos que seguiam essa linha racista, a miscigenação era a razão pela qual o país estava condenado ao atraso e ao subdesenvolvimento. Por consequência, o sertão nordestino, cujos habitantes eram “todos mestiços”, era uma região perdida.

Até mesmo um árduo defensor do Ceará como Rodolfo Teófilo parece ter sido influenciado por essa linha de pensamento. Não deixa de ser intrigante que Rodolfo Teófilo, que tanto se dedicou aos flagelados da seca e à população pobre do Ceará (como já foi descrito em tópicos anteriores), possuísse um conceito tão depreciativo dos sertanejos, quanto à sua conformação étnica. Para Lira Neto, essa

visão preconceituosa de Teófilo era proveniente dos tempos em que o escritor estudou na Bahia:

Para boa parte dos mestres baianos, a desgraça que se abatera sobre o País tinha nome: miscigenação. O mestiço, fruto da mistura dos sangues branco, índio e negro, era visto como o grande mal a ser combatido. O baldeamento das raças estaria sendo o principal responsável pelas doenças, pelas epidemias, pela criminalidade, pela loucura – enfim, pela degeneração total da gente brasileira. "Uma população mulata, viciada no sangue e no espírito. E assustadoramente feia", diria de nós o conde francês Arthur de Gobineau. (LIRA NETO, 1999, p. 82)

Segundo Lira Neto, Rodolfo Teófilo "considerava a população das areias massa ignorante, condenada hereditariamente à miséria, sujeira e analfabetismo. Corja subumana, vítima da mestiçagem que lhes chafurdara o sangue." (LIRA NETO, 1999, p. 153)

De fato, pode ser observado nos textos de Teófilo que a questão racial era um dos parâmetros para suas avaliações, como fica claro, aliás, nesse trecho que traz uma tentativa de "elogio" à mestiçagem:

O retirante não perdia ocasião de furtar, mostrando o seu nenhum escrúpulo, tratando-se do dinheiro da Nação. Usava de tanto ardid, que não parecia obra de gente ignorante; ignorante, porém de grande inteligência. O que falta em nosso mestiço é cultura. Ele é apto para as mais delicadas funções da atividade humana.

A prova está no papel saliente que muitos têm representado nas artes, nas ciências, nas letras, no comércio. Hajam vista os vultos de Cotegipe, José do Patrocínio, Farias Brito, André Rebouças, Tobias Barreto e muitos outros mestiços. (TEÓFILO, 1980, p. 76-77)

E ainda mais evidentemente nesse outro:

É um erro supor que o nosso mestiço é um espírito inferior.

Até o cabra, produto do africano com o nosso indígena, *o mais inferior dos produtos*, pode cativar o espírito.

O mulato, produto das raças branca e negra, é excelente mestiço, inteligente, afável, astucioso, enfim com todos os predicados para vencer na vida. (TEÓFILO, 1980, p. 78, grifo meu)

Rodolfo Teófilo atribuiu a fatores genéticos os vícios dos mestiços e essa opinião também está figurada em suas narrativas ficcionais, como se vê em *O*

*paroara* (1899): “Este instinto de vagabundagem inato no mestiço é alimentado por causas secundárias (...)”. (TEÓFILO, 1899, p. 187) Para Teófilo, a mestiçagem era uma das causas do atraso de sua província.

Com o passar dos anos, a miscigenação saiu da condição de “grande mal nacional” para a de virtude essencial do país. Para essa mudança de perspectiva, contribuiu muito o “elogio da mestiçagem” que Gilberto Freyre propagou em suas obras, a partir da década de 1930.

De qualquer modo, independentemente da questão racial, os homens do sertão são estigmatizados com outros atributos (muitos dos quais lisonjeiros) desde o século XIX. A força moral, a honradez, a perseverança, a disposição para o trabalho são virtudes que geralmente estão associadas ao sertanejo nas narrativas ficcionais. Essas virtudes, no entanto, são postas à prova durante as secas. Abrem-se, então, duas possibilidades de representação: ou as virtudes são confirmadas pelos atos e comportamentos dos personagens retirantes, ou são deturpadas e esquecidas diante da extrema necessidade.

No primeiro caso, os valores sertanejos são mostrados como poderosos e resistentes a qualquer tragédia. Em grande parte, essa caracterização está reservada aos heróis dos romances. Já o segundo tratamento é observado no comportamento de alguns personagens secundários e, muito comumente, no da multidão. A massa de retirantes, na busca pela sobrevivência, deixa de ser figurada com esses valores positivos e se afasta desse estereótipo do sertanejo.

Como personagem coletivo, os retirantes são retratados (mais frequentemente nas narrativas do século XIX) como pessoas que se tornam egoístas em face da tragédia, conforme está figurado em *Ataliba, o vaqueiro* (1878), de Francisco Gil Castello Branco: “(...) e tamanha era a mortandade, que se tornaram impassíveis, indiferentes, de refinado egoísmo, egoísmo brutal (...)” (CASTELLO BRANCO, 1998, p. 86); e até mesmo como seres bestializados, sujos, fétidos e ignorantes, como se nota num trecho de *A fome* (1890), de Rodolfo Teófilo, em que a multidão luta pelos socorros enviados pelo governo:

Custava-lhe [a Manuel de Freitas] suportar o cheiro que saía dos famintos. Aquela atmosfera era quase irrespirável. (...) Travou-se uma luta tremenda, uma briga de feras esfomeadas sobre um minguado repasto. Os víveres seriam dos mais fortes e não dos mais necessitados. (...) percebia-se que as carnes dos lutadores eram rasgadas a dentadas. Lembrou-se ainda de pôr termo a ela [à luta], mas como, se no delírio famélico embota-se o senso íntimo e o homem fica reduzido a bruto, a animal carnívoro, e que se vê faminto? Havia ali uma multidão de homens em tudo semelhantes a uma manada de porcos esfomeados, a disputar o maior quinhão da ceva. (TEÓFILO, 1979, p. 44)

Manuel de Freitas, que involuntariamente iniciou esse episódio ao se confrontar com os comboieiros, despertando os retirantes da apatia que os tomava, se mantém num patamar de superioridade moral que o distingue dos demais e, por isso, não se envolve na luta. O repúdio ao comportamento dos retirantes é evidente nesse trecho, mas, ao mesmo tempo, há a justificativa da fome. Ao longo de todo o romance de Teófilo, prevalece essa caracterização, de certo modo, dúbia.

Reportando-se a cenas reais semelhantes, muitos anos após a primeira publicação desse romance, Rodolfo Teófilo, em *A seca de 1915*, esqueceria por um momento a rigidez moral que o caracterizava e escreveria com indignação:

Estes desgraçados que a esmola avilta, que a incúria do Governo da República deixa esmolar, seria melhor que se revoltassem e pela força fizessem valer os seus direitos, embora fossem esmagados pelo poder público. Caminham fatalmente para a morte.

Devem reagir enquanto podem, antes que a fome lhes imobilize os braços.

A esmola nunca, antes o furto. O direito de conservação é o mais sagrado dos direitos naturais.

Abandonados à morte pelos poderes públicos, implorem, dos particulares que são abastados, um pouco de pão, dando-lhes o trabalho.

Supliquem incessantemente. Quando se convencerem de que são baldados os pedidos, quando já não suportarem a fome, quando a mulher e os filhos estiverem prestes a cair de inanição, é chegado o momento de *Se te va ipsum* [sic]<sup>23</sup>. Para salvar a vida, todos os meios são lícitos." (TEÓFILO, 1980, p. 55)

É bastante semelhante ao de *A fome* o modo como a multidão de flagelados é representada em *Os retirantes* (1879), de José do Patrocínio. Nas disputas por comida e outros recursos, os retirantes também são brutalizados pela fome. Além

<sup>23</sup> A expressão certa é "*serva te ipsum*" (salva a ti mesmo). Trata-se provavelmente de erro editorial. No romance *A fome*, essa expressão é apresentada corretamente na fala de um vigário dirigida ao protagonista Manuel de Freitas. (TEÓFILO, 1979, p. 52)

disso, a luta pela sobrevivência os torna impiedosos e insensíveis aos problemas dos demais. Não são apenas coitados. São, por vezes, perversos.

Um bom exemplo dessa caracterização aparece numa cena em que Chiquinha é brutalmente empurrada pelo chefe de trem (que imaginava que ela queria embarcar sem passagem) e se estatela na plataforma da estação, diante de uma multidão de retirantes que ri e aplaude o ocorrido. Em seguida, os retirantes passam a hostilizar Chiquinha:

Ao ver a pobre moça por terra, um rapazinho atirou-lhe um punhado de areia e os outros o imitaram. Para logo passarem deste desacato aos empurrões, e foi com grande dificuldade que a desditosa Chiquinha pôde caminhar, sempre perseguida pelos apupos. (PATROCÍNIO, 1973b, p. 192)

Na narrativa de Patrocínio, o que poderia ser apenas um fato isolado vira regra geral em vista da tese apresentada logo em seguida: “Ninguém é mais intolerante para com a desgraça do que um desgraçado.” (PATROCÍNIO, 1973b, p. 193) E vários outros acontecimentos narrados em *Os retirantes* vêm reforçar essa tese.

As cenas de retiradas, os acampamentos de retirantes, a dramaticidade dos acontecimentos coletivos relacionados com uma grande seca, estão mesmo concentrados nos romances do século XIX. Dos romances de 30, é principalmente em *O Quinze* (1930), de Rachel de Queiroz, que esses acontecimentos coletivos, experimentados por Chico Bento e família, ainda são revisitados. Nem mesmo em *Vidas secas*, que tem seu foco no relativo isolamento da família de Fabiano, isso ocorre.

Em *O Quinze*, essa forma explicitamente pejorativa de caracterização da multidão é bastante atenuada. A massa de retirantes praticamente deixa de ser um personagem ativo no enredo. Os valores e os comportamentos coletivos são substituídos por situações exemplares, as quais remetem menos diretamente a generalizações - como no caso da mãe retirante que aluga os filhos para outras mulheres pedirem esmolas. (QUEIROZ, 1990, p. 84) Com essa opção narrativa, evita-se a inferência de que toda mãe retirante agia desse modo deplorável, mas



ainda se deixa claro que a situação era tão dramática que havia quem agisse dessa maneira.

Entretanto, como exemplo da permanência da abordagem generalizante na década de 30, cabe mencionar o modo como os retirantes são figurados na novela *Coiteiros* (1935), de José Américo de Almeida. Nessa narrativa, a massa anônima reaparece como um personagem coletivo caracterizado uniformemente pela honestidade (“O retirante não furtava, sequer, para comer.” – ALMEIDA, 1979, p. 242), pelo fatalismo (“Trabalhar é que ninguém trabalha. Fazendo o quê? Só se for cada qual cavando a sua cova” – ALMEIDA, 1979, p. 241) e pela apatia (“Uma marcha de sonâmbulos. Dava vontade de acordá-los e dizer-lhes: Olhem, vocês estão perdidos. Procurem outro caminho.” – ALMEIDA, 1979, p. 242). Como se percebe, a caracterização pejorativa do retirante se restringe à passividade diante da situação trágica; por outro lado, reforça-se a integridade de caráter do sertanejo.

Apenas em 1946, no romance *Seara vermelha*, de Jorge Amado, as representações de eventos coletivos voltam a ser destacadas mediante a construção de um grande painel temático nordestino que agrega os retirantes, os cangaceiros e os místicos. Essa visão social “panorâmica”, que já era realizada nos romances do século XIX (como em *Os retirantes*), parece querer retratar a complexidade de um quadro trágico do Nordeste em que os problemas seriam inúmeros e generalizados. No século XIX, a seca, compreendida como um fenômeno climático, era o aspecto para o qual convergiam todas essas questões. Já em *Seara vermelha*, a seca é apenas mais um dos problemas nordestinos e se vincula, juntamente com os demais, a um novo ponto central: a questão fundiária (já abordada em capítulo anterior).

Na verdade, como se observa, a massa de retirantes não deixou por completo de ser representada na ficção das secas, o que se evitou nas obras do século XX foi a uniformização depreciativa de seu caráter. Afinal, tudo o que não se desejava naqueles romances de tematização social era impingir outro fardo a ser carregado pelo retirante.

Como contraponto à também frequente figuração do retirante como uma vítima cordata e apática diante da tragédia, Rachel de Queiroz escreveu, em 1966, a crônica “Seca”, na qual faz questão de enfatizar que o caráter do retirante (do sertanejo) já havia mudado bastante. Na crônica, não é um suplicante humilde que chega a uma fazenda para pedir comida. O retirante entra sem pedir licença, mata um bode, se alimenta, e ainda vai tentar vender o couro do animal ao próprio dono da fazenda. A surpresa e indignação do fazendeiro são enormes, mas a firmeza com que o sertanejo o enfrenta deixa-o sem reação. No final da crônica, é acrescentado um comentário da autora:

Esse caso aconteceu mesmo. Faz mais de trinta anos escrevi uma história de cabra morta por retirante, mas era diferente. Então, o homem sentia dor de consciência, e até se humilhou quando o dono do bicho morto o chamou de ladrão. Agora não é mais assim. Agora eles sabem que a fome dá um direito que passa por cima de qualquer direito dos outros. A moralidade da história é mesmo esta: tudo mudou, mudou muito. (QUEIROZ, 2002, p. 17)

Rodolfo Teófilo já sugerira algo semelhante...

### *Tristes partidas*

Quando a seca chega ou parece ser inevitável, o sertanejo começa a pensar em abandonar o semiárido e tentar a sobrevivência em outros lugares. Em muitos casos, abandona ou vende o que tem, o que lhe restou, leva apenas o que é possível carregar e, a partir desse momento, ele se torna um retirante.

O momento mais adequado para a fuga varia conforme o julgamento e as condições de vida de cada um. Há os que saem aos primeiros sinais da seca, os que aguardam datas específicas (como o Dia de São José), os que tomam decisões baseados em simpatias e superstições, e os que relutam e ficam até se esgotarem os últimos recursos. Há também os que se recusam a se tornarem retirantes, aqueles que não abandonam suas posses, às vezes por impossibilidade, ou por uma esperança inabalável na chegada das chuvas, ou ainda por uma desesperança completa no sucesso da retirada. E há também aqueles que, possuindo os recursos necessários, acabam, inclusive, prosperando com negociações lucrativas que não seriam possíveis em outros tempos.

Todo esse quadro de personagens e de seus momentos de decisão já foi figurado inúmeras vezes na literatura das secas. Em alguns romances, logo no primeiro capítulo, como acontece em *A fome*, de Rodolfo Teófilo. O processo pelo qual o fazendeiro Manuel de Freitas chega à decisão da retirada é o que dá início à história.

Em *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, o quadro é mais completo. A narrativa apresenta pontos de vista diferentes sobre o começo da seca de 1915, variando o enfoque conforme a condição econômica e o temperamento dos personagens.

Na fazenda do Logradouro, Dona Inácia vê a seca com apreensão, mas não toma qualquer decisão, pois ainda tinha alguns recursos para tratar o gado. Porém, pouco tempo depois, a neta Conceição, que estava de férias na fazenda, convence Dona Inácia a pegarem um trem e irem esperar pelo fim da seca na sua casinha de Fortaleza. O gado do Logradouro é levado para as terras de Dona Inácia localizadas na serra de Baturité.

Já na fazenda de Dona Maroca das Aroeiras, outra personagem do romance, a proprietária decide abrir as porteiras, soltar o gado e dispensar os empregados. Chico Bento, que trabalhava para Dona Maroca, simplesmente não tem alternativa a não ser pegar a estrada com sua família.

Na fazenda do Major, em uma terceira situação, o filho Vicente que a comandava, não apenas decide resistir à seca como ainda compra de Chico Bento, por “preço de seca”, o traje do vaqueiro e o pouco gado que lhe pertencia. Passa mais algum tempo e a família segue para Quixadá, permanecendo apenas Vicente na fazenda.

As decisões de diferentes núcleos de personagens sobre essa estratégia são fundamentais para o desenvolvimento da narrativa, como se pode observar, por exemplo, no diálogo em que Dona Inácia, já morando em Fortaleza, recebe a visita de Vicente:

Viera [Vicente] por causa de uma partida de carço que encomendara para o gado, e nada de ir, e ele nos maiores apertos. A rama já faltava de todo e o jeito era recorrer ao trato comprado.

- E no Logradouro? [pergunta Dona Inácia]

- Tudo na mesma... A casa fechada como deixaram, o açude secando...

[responde Vicente]

- E o seu gado?

- Vai-se salvando... Mas dá um trabalho medonho! Toda noite, cinco, seis homens dormindo no alpendre para levantarem as reses caídas...

A velha sacudiu a cabeça admirada:

- E você não desiste! Ainda não pensou em retirar para a serra, ou fazer como a Maroca, soltar e deixar morrer?

Vicente ergueu-se, meio exaltado:

- Não, senhora! Nem que eu me acabe, e perca tudo de meu comprando carço, não solto nenhum! Já comecei, termino! A seca também tem um fim... (QUEIROZ, 1990, p. 46)

Para Chico Bento, sua mulher Cordulina, seus cinco filhos e a cunhada Mocinha que vivia com eles, a seca é ainda mais cruel. Chico Bento tenta conseguir passagens de trem para Fortaleza. Elas eram cedidas pelo governo como um auxílio emergencial, mas o responsável pela distribuição vendia as passagens em vez de entregá-las gratuitamente. A família decide, então, seguir a pé, o que leva a uma sequência de tragédias.

No ano de 1915, quando já havia o transporte ferroviário de parte do sertão cearense até a capital, essa necessidade de caminhar tem caráter de exceção. Assim, o encontro de Chico Bento com o funcionário corrupto é também uma solução narrativa a favorecer uma fidelidade com aquele momento histórico. Tal preocupação pode ser observada na resposta do funcionário ao pedido de Chico Bento: “Que morte! Agora é que retirante tem esses luxos... No 77 não teve trem para nenhum. É você dar um jeito, que, passagens, não pode ser...” (QUEIROZ, 1990, p. 18)

Há, portanto, uma demonstração de que não se desconhecem as mudanças pelas quais o sertão passara e uma espécie de justificativa para que o retirante de 1915 esteja submetido às mesmas condições do retirante de 1877. A construção de estações e a penetração de ferrovias até o alto sertão afetaram efetivamente a quantidade de retirantes estradeiros. Assim, na ficção das secas que se reporta aos

períodos posteriores a 1915, principalmente naquela de tendência realista, esse tipo de retirante e essas longas caminhadas são menos frequentes. Suas figurações passam a estar atreladas a casos específicos, como em *O Quinze*; ou se mantêm pela força simbólica que possuem, como em *Vidas secas*, em que a família de Fabiano simplesmente caminha, não se sabe há quanto tempo (talvez desde sempre) e sem saber para onde vai.

Quando essas especificidades não são esclarecidas, a narrativa gera uma desconfiança. Em *Seara vermelha*, por exemplo, Jerônimo e sua família empreendem uma jornada “épica” em sua fuga para São Paulo. Durante mais de um mês, os personagens caminham sem seguir as estradas convencionais, embrenham-se na caatinga abrindo passagem com o facão e perseguindo trilhas quase apagadas, e acabam se desviando por cerca de trintas léguas (!) do seu primeiro destino, a cidade de Juazeiro, onde pegariam um navio para Pirapora, e de lá um trem para São Paulo.

Essa retirada não chega a ser inverossímil e, por certo, houve quem seguisse rota semelhante, porém, naqueles anos de 1930, já existiam outras alternativas de transportes mais interessantes do que procurar atalhos através da caatinga. A primeira etapa da retirada, o percurso a pé, acaba servindo como motivo para que na narrativa se represente exaustivamente o mesmo velho conhecido quadro de desolação do sertão seco, povoando-o de animais peçonhentos, espinhos, carcaças, caveiras e urubus, em descrições que muito se assemelham às daquelas dos romances do século XIX.

### *O caminho dos trilhos*

A decisão de se construir ferrovias ligando o sertão ao litoral não era fácil como pode parecer à primeira vista. E não era apenas por falta de recursos financeiros. Sabia-se bem que essa medida facilitaria as retiradas, porém, obviamente, resultaria para as capitais no aumento dos problemas relacionados às secas. Tudo ficaria arranjado se os flagelados permanecessem e morressem de fome lá mesmo no lugar deles. Havia também um claro e indesejável reflexo político no fato das capitais, das sedes dos governos, passarem a ter sua população

subitamente triplicada pela chegada de uma multidão de sertanejos doentes, famintos e miseráveis. O que pensaria a população local? Como seria possível vender as imagens de progresso das províncias e de competência dos governantes?

Por outro lado, diante de uma situação de emergência como ocorreu em 1877, também eram fortes os apelos exigindo providências do governo. As primeiras medidas de socorro, como a instalação de comissões e o envio de alimentos e outros recursos ao sertão, esbarraram logo nos problemas da corrupção e dos assaltos aos comboios.

No Ceará, o governo decidiu, então, suspender os trabalhos de socorro no interior. Em um trecho de *Os retirantes* (1879), é possível perceber as consequências imediatas dessa decisão:

Tomada de indignação, a autoridade administrativa [Conselheiro Aguiar], que não podia avaliar precisamente as circunstâncias da província, desfechou nos ímprobos um golpe certo: a suspensão da remessa dos socorros. Infelizmente o golpe feriu mais fundo do que o honrado administrador desejava: traspassando as comissões, encontrou no fio a massa dos retirantes alevantada até ele por vingança da improbidade. Todas as comissões extintas impeliram para a capital a população advéncia das suas localidades e, dentro em alguns dias, a cidade via-se inundada por mais de 100 mil famintos e maltrapilhos. (PATROCÍNIO, 1973b, p. 185)

No entanto, as disputas políticas e morais a respeito dos prolongamentos de estradas de ferro (que acarretariam fluxo ainda maior de flagelados para a capital) já vinham aos poucos sendo resolvidas pelos próprios retirantes. Ainda em 1877, mesmo com todas as dificuldades, com todos os empecilhos, eles continuavam chegando em Fortaleza; portanto, não seria a falta de ferrovia que os impediria de chegar.

A Estrada de Ferro de Baturité começara a ser construída em 1870, porém a decisão de seu prolongamento foi tomada somente em maio de 1878, dois meses após José Julio de Albuquerque Barros assumir a administração da província. Logo em seguida, em 1º de junho daquele ano, o governo imperial determinou a destinação de verbas tanto para a realização dessa obra, quanto para a construção

da ferrovia Camocim-Sobral. Enfim, no final da seca de 1877 foram erguidas as estações no sertão.

Como afirma a historiadora Kênia Rios:

A partir de então, começa a se configurar uma “nova geografia da migração” que tinha como principal referência o caminho dos trilhos. A edificação de mais um trecho de ferrovia, com o erguimento de uma nova Estação, não significa somente mais uma cidade que estreitava distância com a Capital. O lugar que ganhava um “ponto de trem” transmutava-se, durante as secas, em espaço de grande tensão. Um significativo número de flagelados começava a ocupar esses lugares em busca de passagens para Fortaleza.

Os trilhos poupavam as extensas caminhadas dos retirantes até a cidade. A vinda dos flagelados era bastante facilitada pelo trem que garantia, também, que a grande maioria dos retirantes chegasse viva em Fortaleza. (RIOS, 2001, p. 12-13)

Não apenas pela facilitação das retiradas, as ferrovias eram aguardadas ansiosamente no sertão devido ao progresso que, de modo inevitável, traziam para as vilas e povoados. Isso pode ser observado, por exemplo, em *Pedra Bonita* (1938), de José Lins do Rego, em que se descreve a imensa expectativa da população de Açú diante da possibilidade da chegada dos trilhos:

A notícia se espalhou. Afinal de contas o Açú seria uma grande cidade. Contava-se a história de Campina Grande, que era pior do que o Açú e que da noite para o dia virou o que era. Falava-se em Limoeiro Grande, um arraial de três casas que desenvolvera com por encanto. (REGO, 1976, p. 170)

Todos se animam com a visita da comissão de engenheiros que estuda o traçado da estrada de ferro e esperam o “milagre da transformação” da vila. Sonham com o fim da estagnação que lhes parecia uma maldição vinculada ao episódio da Pedra do Reino. Essa esperança da população é tão grande quanto a frustração que se segue após a comissão ser atacada por cangaceiros e decidir-se por outro caminho para a ferrovia.

É claro que a melhoria dos transportes não alcançou prontamente a todos os sertanejos. Tampouco foi uma solução para o problema das secas. Afinal, nas primeiras décadas do século XX, podiam até morrer menos retirantes pelos caminhos, mas muitos iam encontrar o mesmo destino nos abarracamentos e

campos de concentração das capitais e de seus arredores, como, aliás, já vinha acontecendo desde o século XIX.

### *Abarracamentos e campos de concentração*

O avanço das estradas de ferro, de fato, encurtou as caminhadas e atenuou um dos efeitos trágicos dos períodos de seca, entretanto, ajudou também a incrementar as concentrações de flagelados, o que, se por um lado permitia que se visualizasse melhor a dimensão da tragédia, por outro lado gerava novos e graves problemas, como a proliferação de doenças.

Na seca de 1932, o sistema de transporte já tinha uma configuração bastante diferente daquela limitadíssima que utilizaram os retirantes de 1877. Durante esse longo período, o que não se encontrou foi o modo adequado de abrigar os retirantes. Preocupados com os impactos sobre a população local, os governos organizaram centros de retirantes em regiões afastadas dos centros urbanos. Em 1877, essa prática estava ainda sendo “aperfeiçoada” pelo governo cearense. Até meados de 1878, existiam muitos abarracamentos de retirantes localizados em áreas centrais da capital. O processo de “higienização” da cidade foi executado, então, com base em estudos técnicos que recomendavam a transferência dos retirantes para regiões periféricas estrategicamente escolhidas de modo que o vento não levasse as moléstias para a população de Fortaleza. Com o passar dos anos, a insistência nessa linha de ação contribuiu, entre outras consequências, para a formação de alguns dos atuais bairros e favelas de Fortaleza.<sup>24</sup>

Esse método de isolamento foi aplicado com maior rigor na seca de 1915 e atingiu seu clímax durante a seca de 1932, quando a Estrada de Ferro de Baturité já cortava o Ceará praticamente de Norte a Sul, alcançando as cidades de Juazeiro do Norte e do Crato na região do Cariri. Com essa extensão férrea, o governo cearense

---

<sup>24</sup> Reportando-se à seca de 1932, Kênia Rios afirma que, mesmo com o final daquela seca, os trens do interior continuavam chegando lotados em Fortaleza. Os retirantes eram desembarcados nas últimas estações ferroviárias, que ficavam próximas à praia, e ali mesmo erguiam suas casas: “Esse aspecto ajuda a entender o processo de constituição das primeiras favelas de Fortaleza. Grandes favelas se transformaram em bairro e ainda hoje permanecem às margens da fachada marítima, como, por exemplo, o Pirambu.” (RIOS, 2001, p. 18)



pôde construir alojamentos para retirantes (que receberam a denominação oficial de “Campos de Concentração”, e não oficial de “Curral do Governo”) no próprio sertão e tentar reduzir, assim, a migração para Fortaleza. Sabendo que os retirantes se dirigiam inicialmente às estações ferroviárias do interior, onde embarcavam para a capital, o governo escolheu os arredores dessas localidades para erguer aquilo que não era outra coisa senão prisões para retirantes. Submetidos a normas rígidas e punições severas, os flagelados eram vigiados por guardas e não podiam sair dos campos sem autorização dos inspetores. Em 1932, segundo Rios (2001, p. 41), foram construídos sete campos de concentração, localizados em Quixeramobim, Ipu, Senador Pompeu, São Mateus, Crato e também dois em Fortaleza, que serviam para controlar os retirantes que conseguiam chegar à capital.

Os abarracamentos sempre foram criticados por serem locais insalubres e desorganizados. Com o surgimento dos campos de concentração, a situação se agravou intensamente e o número de mortes foi elevado. A migração para Fortaleza, por sua vez, nunca cessou.

Os locais de aglomeração de retirantes foram reiteradamente figurados em romances como *Os retirantes* (1879), *A fome* (1890) e *O Quinze* (1930). Partes importantes das narrativas transcorrem nesses espaços. Não faltam menções, por exemplo, à estação ferroviária de Arronches (atualmente o bairro de Parangaba) que foi inaugurada em 1873. Na seca de 1877, Arronches já era um ponto de desembarque e de concentração dos retirantes.

Em *Os retirantes*, a personagem Eulália, tentando reencontrar a família, prossegue sua viagem pegando um trem em Pacatuba com destino à Fortaleza. Nisso, passa por Arronches.

Em uma dessas estações, em que sempre uma onda de retirantes vinha esmolar, o que desafiava muito a atenção de Eulália, o trem demorou-se mais do que em todas as outras.

Estava-se em Arronches, que parecia ser o quartel-general da miséria; meninas que teriam, no máximo 13 anos, tinham estampados nos rostos e nos colos descarnados os estigmas da perdição.

Grandes círculos dardosos gravavam nos semblantes tristonhos daquelas infelizes a condenação eterna dos encarregados dos socorros! (PATROCÍNIO, 1973b, p. 177)

Eulália e os demais passageiros do trem, simplesmente observando as meninas retirantes, conseguem “ver” os abusos dos encarregados dos socorros. As vítimas, no entanto, é que estão “condenadas”: “Aqui a perdição faz concorrência à fome.” (PATROCÍNIO, 1973b, p. 177)

De dentro do trem, Eulália se sente aliviada quando o trem começa a partir de Arronches. Mas, em seguida, se desespera ao ouvir sua irmã Chiquinha, que estava na estação, chamar seu nome. Eulália não consegue sair do trem e o reencontro é adiado.

A família de Eulália permanece em Arronches, alojada num abarracamento. Porém, não por muito tempo. Ao procurar o auxílio de um comissário dos socorros, D. Ana, tia de Eulália, defronta-se com a comprovação daquilo que os passageiros do trem observaram. Para conseguir a ajuda, seria necessário satisfazer as intenções perversas do comissário que lançava olhares cobiçosos para as suas sobrinhas. Em defesa da virtude e da honra das moças, a família parte a pé para Fortaleza.

Os comissários são, de modo generalizado, figurados como depravados. No romance de Patrocínio, a exploração sexual das retirantes pelos comissários é a regra, não a exceção. Tanto é que, após ser recolhida num abarracamento de Fortaleza, a família de Eulália se depara com um prestativo comissário dos socorros que acaba se revelando um “lobo em pele de cordeiro”. Fica caracterizada também a cumplicidade entre vários comissários, e o comportamento criminoso deles é mostrado com um fato corriqueiro nos abarracamentos. Apenas aos administradores de outro abarracamento em Fortaleza, “Abarracamento de M.”, é que, em caráter excepcional, são feitos comentários elogiosos: “Neste abarracamento, regularmente montado e dirigido por um engenheiro e um médico, cujos nomes a Província do Ceará há de saber lembrar e honrar (...)” (PATROCÍNIO, 1973b, p. 257) Como se percebe, as caracterizações desses personagens comissários seguem um maniqueísmo simples: muito maus (a maioria), muito bons (as exceções).

Na narrativa, as retirantes, uma vez “condenadas à perdição” por cederem às investidas dos comissários, assumem a prática de se prostituir para sobreviverem. Por fim, a própria Eulália, que já estava “condenada” por seu caso amoroso com o Padre Paula, acaba recorrendo à prostituição.

Vale lembrar que, numa das tramas principais de *A fome*, é também um comissário (Simeão de Arruda), responsável pela distribuição de socorros num abarracamento de Fortaleza, que tenta seduzir a retirante Carolina, filha de Manuel de Freitas. Para isso, aliás, o comissário utiliza uma estratégia semelhante à do comissário de *Os retirantes*, entretanto ele não obtém seu intento. No final do romance, Simeão de Arruda é “punido” com a peste que o leva a morte.

Em *Seara vermelha* (1946), a cena se repete, mas, em vez de um comissário, é um médico (Epaminondas Leite) que, possuindo o poder de emitir ou não o atestado de saúde que autoriza o embarque de retirantes no trem de Pirapora para São Paulo, emprega-o para possuir Marta. A retirante aceita a proposta do médico para que seu pai doente e os demais da família possam partir. Renegada pelo pai, Marta fica em Pirapora e, assim como Eulália (de *Os retirantes*), acaba se tornando prostituta.

Mocinha, de *O Quinze*, também parece ter o mesmo destino. No seu caso, porém, não há aliciadores diretos. Mocinha é movida por um “ímpeto namorador”, pelo fascínio da agitação na estação ferroviária e, após o perder o emprego, pela necessidade de sobrevivência. No final do romance, Dona Inácia, em passagem pela estação de Baturité, encontra Mocinha carregando um filho recém-nascido e lhe aconselha: “Cuide em viver séria, volte para sua terra. Tenho tanta pena de ver uma afilhada minha feita mulher de vida!” (QUEIROZ, 1990, p. 91)

Relacionado ou não com o modo de vida nos abarracamentos e campos de concentração, o tema da prostituição, como se observa, é uma presença constante na literatura das secas.

Na seca de 1877, os abarracamentos eram insuficientes para atender à multidão de retirantes. Em muitas ocasiões, a admissão do retirante nem era possível, a não ser com a recomendação especial de algum administrador ou comissário. Por consequência, a saída do abarracamento também não era impedida. Com isso, os retirantes rejeitados e os expulsos espalhavam-se pela cidade de Fortaleza ocupando todos os lugares que poderiam servir de abrigo. Essa situação é descrita assim no romance de José do Patrocínio:

Para acomodar essa enorme quantidade de homens, não havia senão um pequeno número de abarracamentos, e estes, já antes do imenso acréscimo de população, estavam completamente cheios.

Todos os vãos aproveitáveis em diversos edifícios foram logo convertidos em hospedarias, mas ainda assim nem a décima parte da aluvião pôde ser alojada. Mais de nove partes ficaram ao relento, tendo por único teto a copa meio desfolhada das árvores das praças. (PATROCÍNIO, 1973, p. 185-186)

Pouco adiante, narra-se que o próprio Largo da Assembleia já havia sido convertido num abarracamento.

Sem estar instalado num abarracamento do governo o recebimento dos socorros não era garantido. Além disso, em alguns casos, o trabalho também era uma obrigação do retirante, o que encontra registro, por exemplo, na obra *Os retirantes*, de José do Patrocínio: “Fora como todos os outros retirantes acomodar-se em um dos abarracamentos e aí, para fazer jus ao socorro do Estado, era obrigado a carregar pedras nas horas da canícula.” (PATROCÍNIO, 1973, p. 213)

As características principais desses abarracamentos variavam conforme a localidade. Nos trechos sobre a viagem dos retirantes, há no romance de Patrocínio várias (porém curtas) descrições de abarracamentos situados em diferentes vilas e povoados. Nota-se que aqueles com melhores condições de alojamento, somente podiam se manter dessa forma seguindo o controle rígido da admissão dos flagelados. Uma vez atingida a lotação, o retirante era obrigado a seguir viagem.

Havia abarracamentos que eram “uma linha de casinholas feitas de ramos secos e cobertas de palhas.” (PATROCÍNIO, 1973, p. 98) Outros eram compostos por pequenas casas em que se alojavam famílias inteiras, as quais (pelo que se

denota a partir de uma cena em que Eulália cogita recorrer a um abarracamento) tinham também o poder de decidir se aceitavam ou não acolher o retirante: “Não podia também hospedar-se no abarracamento de retirantes, porque o existente era composto de pequenas casas e estas fechavam as portas a todos os estranhos.” (PATROCÍNIO, 1973, p. 154)

A maior restrição à circulação dos retirantes foi imposta a partir das secas seguintes. Na seca de 1915, o campo de concentração já fazia jus ao apelido de “curral”, como se vê nesse trecho de *O Quinze*.

No mesmo atordoamento chegaram à Estação do Matadouro. E, sem saber como, acharam-se empolgados pela onda que descia, e se viram levados através da praça de areia, e andaram por um calçamento pedregoso, e foram jogados a um curral de arame onde uma infinidade de gente se mexia, falando, gritando, acendendo fogo. (QUEIROZ, 1990, p. 55)

As razões pelas quais os retirantes buscavam esses campos de concentração parecem estar todas vinculadas a uma completa ausência de alternativas. Enfim, ainda que não inspirassem qualquer certeza de salvamento, os campos de concentração eram, em muitos casos, os últimos recursos para sobrevivência.

Ao adentrar num desses lugares, é tomado por resignação, desesperança e fatalismo que o personagem Chico Bento, de *O Quinze*, comenta: “Posso muito bem morrer aqui; mas pelo menos não morro sozinho...” (QUEIROZ, 1990, p. 56)

### 3.4 Pontos de fuga

É que haveis de fugir de vossas moradas, como a caça acuada,  
tendo horror ao próprio som das vossas pisadas.  
A seca, porém, vos seguirá os passos como um cão destro,  
e para onde quer que fujais, lá encontrareis o desabrigo, a fome e a morte.  
(Palavras do personagem Vigário Paula, *Os retirantes*, p.2)

As palavras de Chico Bento ao fim do item anterior comportam um inusitado sentimento de “conforto” pelo compartilhamento de um destino trágico. De fato, não eram poucos os que morriam nos acampamentos. Mesmo aqueles retirantes que desconheciam o que lhes aguardava no final de suas jornadas podiam perceber

essa realidade assim que chegavam a um desses lugares. Em certo trecho de *O Quinze*, há uma descrição que deixa claro que o caos nos acampamentos e a insuficiência dos auxílios prestados aos retirantes eram evidentes já à primeira vista:

Conceição passava agora quase o dia inteiro no Campo de Concentração, ajudando a tratar, vendo morrer às centenas as criancinhas lazarentas e trôpegas que as retirantes atiravam no chão, entre montes de trapos, como um lixo humano que aos poucos se integrava de todo no imundo ambiente onde jazia. (QUEIROZ, 1990, p. 82)

Para o retirante que conseguiu sobreviver à viagem, por pior que fosse a situação encontrada, o regresso ao sertão, obviamente, não era uma opção. Restava-lhe ficar ou, talvez, arriscar a sorte aceitando as propostas de migrações incentivadas pelos governos para outras regiões.

Em *O Quinze*, o prolongamento da viagem sugerido aos retirantes tem o Maranhão como destino. É para lá que Chico Bento cogita partir, mas acaba dissuadido por Conceição que o incentiva a ir para São Paulo.

Já em *A fome* e em *O paroara*, de Rodolfo Teófilo, a alternativa apresentada é trabalhar nos seringais amazônicos. Aliás, esse caminho nem sempre era uma alternativa, em muitos casos era mesmo uma imposição. Em *A fome*, Inácio da Paixão, depois de perder no jogo o dinheiro que Manuel de Freitas lhe confiara, resolve fugir para o Pará, ou seja, ele tem um motivo particular que o impele. Entretanto, nesse mesmo romance, narra-se que “a emigração não era voluntária, mas forçada pelo governo, que trancava os celeiros aos famintos e abria os portos da província.” (TEÓFILO, 1979, p. 93)

De qualquer modo, informações confusas e contraditórias sobre oportunidades de trabalho em outros estados, bem como sobre as condições de vida que lá encontrariam, circulavam intensamente entre os retirantes. Afinal, era um assunto que lhes afligia diretamente.

Antes mesmo das partidas do sertão, a migração para outros estados já aparecia como opção. Na literatura das secas, é comum a representação desse processo decisório. Em tópico anterior, já foram abordadas algumas figurações

narrativas desse processo referentes às decisões sobre o momento apropriado ou inevitável da partida do sertanejo. É também nesse instante que se tenta eleger um destino.

*Para onde ir?*

Para onde vai o retirante? De modo geral, o retirante pobre vai para onde imagina que terá melhor condição de vida ou para onde haverá, pelo menos, uma chance de sobreviver e, em ambos os casos, isso significa que ele vai para onde houver possibilidade de trabalho ou alguma forma de assistência governamental ou ainda para buscar o acolhimento de amigos, conhecidos ou parentes.

Obviamente, as grandes cidades atraem os fugitivos das secas. Em *Os retirantes*, de José do Patrocínio, a cidade de Fortaleza é representada como o destino escolhido pela maioria dos flagelados durante a seca de 1877: “A capital, imenso desaguadouro de todas as correntes da emigração provincial, era o enorme Cáspio, em que todas essas correntes despejavam sem achar saída.” (PATROCÍNIO, 1973b, p. 221)

Mas por que, em *Os retirantes*, a população de B.V. e das demais vilas do sertão cearense escolhem Fortaleza? De acordo com a narrativa, a outra opção de destino seria Aracati.

A retirada efetuou-se por um semicírculo em cuja curva tinha por extremidades as cidades de Fortaleza e de Aracati. Poucos, porém, foram aqueles que se dirigiram para a segunda cidade da província, porque as relações estreitas, mantidas entre ela e a paróquia, apontavam-na como um lugar onde os retirantes pouco melhoravam de sorte. Fortaleza foi o alvo geral. (PATROCÍNIO, 1973b, p. 11)

Isso significa que a própria carência de informações sobre Fortaleza tem um papel decisivo nessa escolha. A preferência é dada exatamente àquilo que não se conhece. É, portanto, na incerteza que se pode depositar ainda alguma esperança. E esta parece ser uma máxima que, de fato, se aplica aos retirantes que partem não somente para Fortaleza, mas para outros destinos.

Também para Fortaleza caminham os retirantes de *A fome* e, já durante outra seca, os de *O Quinze*. Não sendo possível chegar a uma capital, outras cidades, que estejam mais próximas, acabam servindo como refúgio. É o que acontece, por exemplo, em *Luzia-Homem*, em que os retirantes se instalam em Sobral para trabalhar numa obra do governo.

Porém, em muitos casos, partir para lugares longínquos é uma alternativa que surge depois de exauridas as possibilidades de refúgio em localidades mais próximas, as quais não apenas diminuiriam as fadigas e os riscos das grandes jornadas, mas também atenderiam ao anseio do retirante que pretende retornar à sua casa imediatamente após a seca.

Há também, é claro, aqueles que partem para lugares distantes (para outras capitais, estados e regiões do país) buscando não um salvamento temporário para o período de seca, mas uma mudança definitiva que poderia lhes proporcionar uma melhoria das condições de vida. Como bem se sabe, essa migração não ocorre apenas em períodos de seca. É um processo contínuo que, apesar de intensificar-se durante as grandes secas, está relacionado com a concentração de riqueza em certas regiões, bem como com a concentração de redes de serviços e de melhores equipamentos sociais (creches, escolas, hospitais, postos de saúde) nos núcleos urbanos.

Historicamente, os processos migratórios estão relacionados também com os principais ciclos econômicos brasileiros, como:

(...) o ciclo da borracha no Amazonas, na passagem do século XIX para o século XX, e, posteriormente, com a reativação dos seringais, entre 1940 e 1945; o ciclo do café em São Paulo, no final do século XIX e início do século XX; o crescimento industrial de São Paulo, a partir de 1930; e os grandes investimentos governamentais nas décadas de 1950, 1960 e 1970, com a construção, respectivamente, de Brasília, da Transamazônica e da Belém-Brasília. (MENEZES & MORAIS, 2002, p. 42)

Esse tema da migração é bastante recorrente na literatura. Patativa do Assaré, por exemplo, aborda o tema em vários poemas, como se observa em “A Triste Partida”: “Nós vamos a São Paulo/ que a coisa está feita/ por terra alheia/ nós vamos vagar” (ASSARÉ, 2002, p. 25); em “Emigração”: “Algumas vão para o sul/ e



outras para o Maranhão/ cada qual com sua cruz/ se valendo de Jesus/ e do Padre Cícero Romão” (ASSARÉ, 2002, p. 151); ou ainda em “ABC do Nordeste Flagelado”:

Outro tem opinião  
de deixar mãe, deixar pai,  
porém para o Sul não vai  
procura outra direção,  
vai bater no Maranhão  
onde nunca falta inverno;  
outro com grande consterno  
deixa o casebre e a mobília  
e leva sua família  
pra construção do governo.  
(ASSARÉ, 2002, p. 199)

Por certo, conforme a época, algumas regiões são mais atraentes para os migrantes do que outras, porém a região Sudeste (especialmente São Paulo), ainda que com intensidades variáveis de fluxos migratórios, surgiu e se manteve como um dos destinos preferenciais desde o final do século XIX.

#### *São Paulo: ida e volta*

Na literatura, a escolha dos migrantes por São Paulo está presente em narrativas que remetem a períodos diversos. Comentarei como exemplos a novela *Reflexões de uma cabra* (1922) e os romances *O Quinze* (1930), *Seara vermelha* (1946) e *Essa terra* (1976).

Em *Reflexões de uma cabra*, de José Américo de Almeida, é tomada como referência uma seca ocorrida em 1903 no sertão da Paraíba. A menção dessa seca consiste num elemento-chave da narrativa, uma vez que, em decorrência de seu advento e das perdas que acarreta aos fazendeiros da região, o protagonista Zé Fernandes decide abandonar o sertão.

Zé Fernandes é filho de um fazendeiro e, desde criança, demonstra vocação para ser vaqueiro. O desejo de sua mãe, no entanto, é que ele se torne padre. Chega a ser seminarista, mas deixa o seminário ao se apaixonar por Maria Anunciada (também filha de fazendeiro). Zé Fernandes é expulso de casa e fica noivo de Maria Anunciada.

Com a chegada da seca de 1903, e diante da falta de perspectiva de conseguir dinheiro suficiente para o casamento, Zé Fernandes é aconselhado por amigos a tentar a sorte numa cidade grande, afinal a educação formal que recebera no seminário tornava maior a possibilidade de sucesso.

A primeira ideia de Zé Fernandes é ir para a capital de seu Estado (Paraíba). Com esse intuito, pede uma carta de recomendação ao Dr. Felizardo Leite. Este, entretanto, sugere a Zé Fernandes que, por ser afilhado do Dr. Saldanha, então Desembargador em São Paulo, deveria ir para o Sul. Por fim, Dr. Felizardo consegue uma carta do Coronel Valdevino Lobo recomendando Zé Fernandes ao Dr. Saldanha. O ex-seminarista se despede da noiva e segue para São Paulo.

O padrinho Desembargador lhe arruma um emprego de escrivão da coletoria federal da cidade de Araraquara, a qual atravessava um período de grande crescimento econômico graças à cultura cafeeira. Assim, Zé Fernandes se estabelece em Araraquara.

Passados sete anos, Zé Fernandes já não pensa em retornar ao sertão nem à sua noiva. Revelando ambição e oportunismo, Zé Fernandes casa-se com Irene Ratamazzo, filha única de uma família rica - cujo nome, anagrama de Matarazzo, é alusão mais que evidente no contexto da época.

Nessa novela, portanto, há uma conjunção de fatores que explicam a ascensão social desse migrante nordestino em São Paulo. Zé Fernandes não é um retirante desprovido de qualquer recurso, mas alguém que pode contar com uma pequena rede de recomendações pessoais e com os benefícios de um apadrinhamento vantajoso. Além disso, pode contar também com sua formação educacional e com a conveniência de migrar para uma região próspera. Finalmente, para saltar mais alguns degraus na escada social, Zé Fernandes não reluta em deixar de lado seus escrúpulos e buscar um casamento motivado por interesse financeiro.

A trajetória de Zé Fernandes, por certo, não é inverossímil, porém contrasta e assume um caráter de excepcionalidade ao ser comparada com a da maioria dos

nordestinos que partem para o “Sul”. A coincidência quase irônica entre o nome da moça que ele desposa em um casamento de ocasião e, sob variação escrachada, o de uma das famílias mais ricas de São Paulo na época, parece evidenciar o caráter calculadamente alegórico e desmedidamente construído do enredo. Também a definição do interior paulista como destino de Zé Fernandes é resultado de uma particularidade do personagem, ou seja, da sua coincidente condição de afilhado de um Desembargador que mora em São Paulo. É claro que nem no mundo real, nem nas narrativas ficcionais, trunfos como este são frequentes. É como se apenas sob uma dinâmica de acasos excessivos e comportamentos questionáveis o retirante pudesse ter bom êxito em seu caminho para o Sul... Sob o emprego de recursos literários como o exagero e a ironia, as posições dos escritores manifestam-se também para além da explicitação direta de argumentos e opiniões.

Em *O Quinze*, por sua vez, a resolução da migração de Chico Bento para São Paulo já não é baseada em acasos e oportunidades excepcionais, mas nas informações que circulavam e que influenciavam as decisões de todos os retirantes. Acreditando nessas informações, Conceição convence Chico Bento a ir para São Paulo:

- Por que vocês não vão para São Paulo? Diz que lá é muito bom... Trabalho por toda parte, clima sadio... Podem até enriquecer. (...)

Chico Bento ajuntou:

- Eu já tenho ouvido contar muita coisa boa do São Paulo. Terra de dinheiro, de café, cheia de marinho... (...)

- Pois então está dito: São Paulo! Vou tratar de obter as passagens. Quero ver se daqui a alguns anos voltam ricos... (QUEIROZ, 1990, p. 69-70)

As consequências dessa escolha, de qualquer modo, não aparecem no romance, uma vez que a partida de Chico Bento e sua família para São Paulo é a última menção aos personagens.

Já em *Seara vermelha*, o período histórico de referência é o final da década de 1930 e início da década de 1940. A mesma esperança de prosperidade e fartura para os retirantes que partem para São Paulo está descrita nessa narrativa, porém o

que prevalece explicitamente no romance de Jorge Amado é o tom de denúncia de uma ilusão propagada por aliciadores.

Os colonos despedidos da fazenda estavam espalhados pelas estradas da caatinga. Iam todos no rumo do Sul, em busca do país de São Paulo. Muitos outros haviam ido antes, os contratantes de trabalhadores apareciam pelas fazendas, contavam histórias, diziam coisas de assombrar. Não havia gente pobre naquela terra paulista, onde se plantava e colhia café. Cada trabalhador que chegava era fazendeiro em poucos anos, virava coronel, homem influente na política. Assim diziam e sempre havia quem acreditasse apesar dos que voltavam mais pobres ainda do que quando haviam partido. (AMADO, 1983, p. 61-62)

Após a venda da fazenda em que trabalharam por mais de vinte anos, Jerônimo e sua família são expulsos pelo novo proprietário e (também acreditando que poderiam melhorar de vida) vão para São Paulo. Porém, em vez de riqueza, a família só encontra dificuldades. Jerônimo, que já era tísico, morre três anos depois da chegada em São Paulo.

Ainda sobre esse aspecto, cabe observar uma diferença relevante entre as narrativas de Jorge Amado e de Rachel de Queiroz. Em *O Quinze*, ainda que as informações que Conceição possui sobre o “Sul” sejam superficiais e infundadas, a recomendação de migração para São Paulo é apresentada como uma solução para a família de Chico Bento. Vão para São Paulo porque se sabe que o Norte seria uma má escolha. A narração dos problemas enfrentados por Conceição para conseguir as passagens para os retirantes reforça sua boa intenção, diferentemente, aliás, do que ocorre em *Seara vermelha*.

No romance de Jorge Amado, as informações sobre São Paulo têm fonte definida (contratantes que buscam mão-de-obra barata ou escrava) e as mentiras são disseminadas a partir de uma motivação econômica perversa, compondo um quadro de certo modo simplista em que os retirantes estão representados como vítimas das ilusões propagadas.

Bem posteriormente, no romance *Essa terra* (1976), de Antônio Torres, o protagonista Nelo não necessita de “agentes aliciadores” para decidir partir para São Paulo. Os visitantes que chegam à fazenda de seu pai, os “homens do jipe”,

oferecendo empréstimos como incentivo ao plantio de sisal, são eles próprios uma eficiente propaganda da boa vida nas cidades aos olhos do jovem Nelo.

Nelo descobriu que queria ir embora no dia em que viu os homens do jipe. Estava com 17 anos. Ele iria passar mais três anos para se despreparar do cóis das calças de papai. Três anos sonhando todas as noites com a fala e as roupas daqueles bancários – a fala e a roupa de quem, com toda certeza, dava muita sorte com as mulheres. (TORRES, 1991, p. 18)

Somente vinte anos após sua partida para São Paulo, Nelo retorna ao seu lugar de origem. Profundamente abalado e num estado de grande confusão mental, Nelo volta à casa em que nascera para cometer suicídio.

Esse retorno de Nelo é acompanhado de perto por seu irmão mais novo (Totonhim), para quem Nelo sempre foi uma inspiração, um modelo a ser seguido.

Mesmo diante dessa tragédia familiar, Totonhim, que é o narrador da maior parte do romance, decide, por fim, também ele, ir para São Paulo. A família já se dissolvera, o pai perdera tudo, a mãe enlouquecera, todas as cinco irmãs tiveram tristes destinos, restava a Totonhim contar ao pai sua decisão. Totonhim o faz com relutância, pois prevê a reação do pai.

- Você é igual aos outros. Não gosta daqui – falou zangado, (...) Ninguém gosta daqui. Ninguém tem amor a esta terra.

Ele tinha, eu sabia, todos sabiam.

Passado o sermão, papai amansou a voz. Parecia mais conformado do que aborrecido:

- Você faz bem – disse. – Siga o exemplo –

Abaixou as vistas, sem completar o que ia dizer. (TORRES, 1991, p. 111)

O amor do pai de Totonhim por sua terra é mostrado como algo quase incompreensível. Afinal, o Junco é um lugar abandonado à própria sorte, “um lugar esquecido nos confins do tempo” (TORRES, 1991, p. 15). O apego ao local de origem, à história pessoal e familiar construída ao longo dos anos e ao modo de vida na roça já não cativa aqueles que, cansados de lutar contra as dificuldades cotidianas, decidem partir para grandes cidades. Nesse contexto, a seca é apenas mais um elemento a influenciar as migrações.

Vagaroso e solitário, o Junco sobrevive às suas próprias mágoas, com a certeza de quem já conheceu dias piores. Em 1932 o lugar esteve para ser trocado do Estado da Bahia para o mapa do inferno, na pior seca que já se teve notícia por essas bandas, hoje reverenciada em cada caveira de boi pendurada numa estaca, para dar sorte. (TORRES, 1991, p. 16)

A própria memória da seca, reificada como caveiras de bois, parece incentivar a partida. E a esperança por uma melhoria de vida na cidade complementa o quadro.

Moças na janela, olhando para a estrada, parecem concordar: isto aqui é o fim do mundo. Estão sonhando com os rapazes que foram para São Paulo e nunca mais vieram buscá-las. Estão esperando os bancários de Alagoinhas e os homens da Petrobrás. Estão esperando. (TORRES, 1991, p. 16)

Em *Essa terra* (1976), a voz narrativa que predomina é a de Totonhim. Já em *O cachorro e o lobo* (1997), o migrante Totonhim é novamente o narrador que, “com o ponto de vista de um eu maduro e conformado, mais compreensivo e observador do que crítico” (ARAÚJO, 2006, p. 34), regressa ao Junco (assim como seu irmão, vinte anos depois de partir para São Paulo) para ainda reencontrar o pai e reconciliar-se com seu lugar de origem.

### *Dentro ou fora do semiárido*

Outros destinos muito frequentes dos retirantes se situam no denominado entorno do semiárido. São regiões limítrofes que, em conformidade com o conceito de entorno, ainda que não sejam afetadas diretamente pelas secas, podem sofrer influências do fenômeno – como, por exemplo, a afluência de retirantes. Fazem parte do entorno do semiárido nordestino: o agreste, a zona da mata, brejos (entre eles, o paraibano), algumas serras e até mesmo alguns núcleos urbanos no litoral (em especial quando a zona de transição entre o semiárido e o litoral é muito pequena ou praticamente inexistente). No total, 281 municípios formam oficialmente a área do entorno do semiárido (BRASIL, 2004, p. 199), entre os quais as capitais Fortaleza e Natal e as cidades de Areia-PB (referenciada em *A bagaceira*) e Quebrangulo-AL (local de nascimento de Graciliano Ramos).

Graciliano Ramos, oriundo de uma região agreste de Alagoas<sup>25</sup>, preferiu em *Vidas secas* não nomear qualquer localidade. Com isso, considerando o espaço ficcional, a narrativa adquiriu uma maior dimensão, podendo, inclusive, remeter ao semiárido nordestino como um todo.

Não se sabe de onde vêm nem para onde vão Fabiano e sua família, e isso refrata uma situação geral dos retirantes em tempos de secas. Entretanto, mesmo sem destino certo, os personagens acabam encontrando um refúgio. O salvamento acontece numa fazenda aparentemente abandonada por causa da seca. Num primeiro momento, Fabiano pensa que encontrou um lugar para ele e sua família naquele sertão desolado. Com o fim da seca, “a fazenda renasceria – e ele, Fabiano, seria o vaqueiro, para bem dizer seria dono daquele mundo.” (RAMOS, 2007, p. 16)

A família ocupa uma casa deserta, porém sempre há um dono da terra. Com o aparecimento do fazendeiro, Fabiano deixa de sonhar em ser “dono” e contenta-se em ser vaqueiro, em trabalhar para o dono da fazenda: “Agora Fabiano era vaqueiro, e ninguém o tiraria dali. Aparecera como um bicho, entocara-se como um bicho, mas criara raízes, estava plantado.” (RAMOS, 2007, p. 19) E deixa de ser bicho para ser vegetal – mas não qualquer vegetal: “Olhou os quipás, os mandacarus e os xiquexiques. Era mais forte que tudo isso, era como as catingueiras e as baraúnas”. (RAMOS, 2007, p. 19)

Porém, já no instante seguinte, percebe com tristeza:

Considerar-se plantado em terra alheia! Engano. A sina dele era correr mundo, andar para cima e para baixo, à toa, como judeu errante. Um vagabundo empurrado pela seca. Achava-se ali de passagem, era hóspede. Sim senhor, hóspede que se demorava demais, tomava amizade à casa, ao curral, ao chiqueiro das cabras, ao juazeiro que os tinha abrigado uma noite. (RAMOS, 2007, p. 19)

---

<sup>25</sup> Segundo Manuel Correia de Andrade: “Municípios alagoanos como Palmeira dos Índios, Arapiraca, Junqueiro, Limoeiro de Anadia e Anadia, colocados pelo IBGE na região sertaneja alagoana, não têm características de Sertão, sendo tipicamente agrestinos, de um Agreste quase mais úmido e dedicado à atividade agrícola que o tradicional Agreste pernambucano.” (ANDRADE, 1964, Nota 13, p. 16)

Fabiano considera-se “bicho”, porém – como esses pequenos trechos mostram – ele é capaz de sonhar e rapidamente revela consciência de sua situação em “metamorfoses” sucessivas: de bicho para planta, de planta para homem. Além disso, está bem clara a relação afetiva de Fabiano com a terra, mesmo com a terra ingrata, mesmo com a terra alheia.

De modo geral, é, de fato, em terras alheias que os personagens retirantes conseguem se “salvar”. Afinal, não há terra que possibilite esse salvamento – seja por sua localização, seja por estar mais bem preparada para resistir à seca (leia-se, disponibilidade mínima de água) – e que não tenha um proprietário. As terras mais férteis, como no caso dos brejos e serras, são muito cobiçadas e já estão há muito tempo ocupadas.

O brejo paraibano, por exemplo, é uma região privilegiada do entorno do semiárido. A existência de água, mesmo durante as secas, a torna assim. Conforme, aliás, aponta Manuel Correia de Andrade:

Convém salientar que no Nordeste chamamos “brejo” as áreas úmidas ilhadas, quase ilhadas ou marginais à caatinga semiárida. Assim o “brejo” é aquela região onde não há seca, onde há água durante todo o ano, não tendo a palavra a mesma aceção que tem no Sul do país onde “brejo” significa área encharcada. (ANDRADE, 1964, p. 19)

Também merece ser observada outra breve descrição dos brejos feita por esse autor:

Em outros trechos, geralmente de altitude elevada e expostos aos ventos úmidos de Sudeste, surgem os *brejos* que apresentam condições de umidade e pluviosidade semelhantes às da “zona da mata”, ao lado de temperaturas, devido à altitude, bem mais amenas do que as desta região, fazendo com que se desenvolva uma organização do espaço baseada na agricultura. (ANDRADE, 1964, p. 16)

É de se esperar que os flagelados das secas caminhem para esse lugar. Assim como é de se esperar que os brejeiros (população residente nos brejos) não vejam isso com bons olhos.

A situação de conflito entre brejeiros e sertanejos, como já foi mencionado, é um dos temas centrais de *A bagaceira*. Nesse romance, a fazenda (Engenho



Marzagão) para onde se dirigem grupos de retirantes está localizada na região dos brejos da Paraíba: “A colisão dos meios pronunciava-se no contato das migrações periódicas. Os sertanejos eram malvistas nos brejos. E o nome brejeiro cruelmente pejorativo.” (ALMEIDA, 1989, p. 38)

No entanto, é um pouco diferente a perspectiva de Dagoberto Marçau, o dono da fazenda, a respeito das secas. Dagoberto, através de sua janela na casa-grande, observa a passagem dos retirantes:

Dagoberto olhava por olhar, indiferente a essa tragédia viva.

A seca representava a valorização da safra. Os senhores de engenho, de uma avidez vã, refaziam-se da depreciação dos tempos normais à custa da desgraça periódica. (ALMEIDA, 1989, p. 39)

Indiferente, Dagoberto simplesmente ordenava aos retirantes que seguissem viagem. É somente por conta do interesse que lhe desperta a retirante Soledade que Dagoberto resolve acolher em suas terras um grupo que lhe pede ajuda.

Diante das secas, a indiferença para com os retirantes alia-se à satisfação de Dagoberto pelos lucros que alcança nesses períodos. Esse quadro de exploração do sertanejo durante as secas reflete, por certo, a rivalidade com os brejeiros, a qual ignora, inclusive, a evidente interdependência comercial entre as duas regiões.

Esse tema que José Américo de Almeida traz para sua ficção, entretanto, não se configura como “novidade”. Segundo aspecto que venho destacando ao longo de todo o trabalho, a obra literária integra debate social mais amplo: o conflito entre sertanejos e brejeiros fora abordado em textos não ficcionais, alguns dos quais o autor lera e mencionara em sua obra *A Paraíba e seus problemas* (1923). É com eles que, quanto a esse assunto, sua obra dialoga de maneira imediata. No livro de Felipe e Teófilo Guerra, por exemplo, é possível reconhecer esse tema central de *A bagaceira*, bem como perceber a estreita relação entre brejo e sertão:

Examinemos outro mercado que serve de escoadouro ao dinheiro e aos produtos sertanejos: os Brejos da Paraíba, que atualmente, constituem natural ponto de apoio ao sertão e é o seu complemento, em todas as épocas normais e anormais.

O sertanejo gosta de zombar do brejeiro: há mesmo uma emulação entre um e outro; entretanto nos tempos críticos são os brejeiros que, mesmo com os seus bichos de pé, zombam dos sertanejos.

São os Brejos, nas secas do sertão, os seus melhores celeiros; e isso porque mesmo nas grandes crises do sertão, ali há sempre inverno, mais ou menos abundante. Quando sucede – é o caso comum – seca no sertão e regular inverno nos Brejos, há para estes um período de prosperidade. São então plantadas todas as suas terras, e fartas colheitas convidam os sertanejos a fazerem suas provisões. É o melhor mercado para o sertanejo. A estrada é abundante d'água, pois no sertão, em grande percurso, vai marginando o rio Seridó ou seus afluentes. Os gêneros dos Brejos estão mais de acordo com os hábitos sertanejos, por isso agrada-lhes muito mais do que os gêneros *de barco*, expressão que qualifica os gêneros que entram pelos portos. (GUERRA & GUERRA, 1909, p. 138-139)

Felipe e Teófilo Guerra registram o bom comércio entre sertanejos e brejeiros. O sertanejo vai atrás de farinha, fumo, milho, feijão. Brejeiros não compram algodão, peles, maniçoba, mas produtos sertanejos explorados ocasionalmente como carnes, peixes e queijos. É citado ainda o consumo e o comércio de mocós e preás e de aves de arribação, que caçadas em boa quantidade são salgadas e secas e permutadas com os brejeiros.

Representam os Brejos da Paraíba, importante papel na vida econômica do sertão, principalmente nas crises.

São escoadouros naturais de produtos sertanejos que lá não existem: peixes, queijos, carnes baratas, etc.; mas em compensação os sertanejos lhes compram mais, muito mais do que vendem: farinha, feijão, milho, café, aguardente, fumo, e rapaduras; estes últimos produtos, haja bom ou mau inverno, entram sempre para o sertão. É esse o comércio favorito do pobre. (GUERRA & GUERRA, 1909, p. 140)<sup>26</sup>

Entretanto, a relação comercial entre brejeiros e sertanejos não contribui para a superação das desavenças. Em *A bagaceira*, há diversas passagens em que personagens, especialmente quando acuados ou colocados em situações de confronto, não relutam em proferir insultos relacionados com o local de origem do oponente. Na perspectiva do personagem Lúcio, filho de Dagoberto, por exemplo, condizente com a educação que recebera na cidade, a explicação para essa rivalidade era a “fisiografia paraibana”: “A cada zona correspondiam tipos e costumes marcados. Essa diversidade criava grupos sociais que acarretavam os conflitos de sentimentos.” (ALMEIDA, 1989, p. 38-39)

---

<sup>26</sup> A virgulação nesse texto de 1909 é bastante irregular, algo frequente em publicações da época. Não destaco as inadequações à norma padrão contemporânea.

Vale observar que essa consideração da diversidade cultural alinha-se, por exemplo, com a análise de Miguel Arrojado Lisboa, proferida numa conferência realizada em 1913:

Os fenômenos vibram no sertão e propagam-se no litoral. Mas são terras muito diferentes. O sertanejo achincalha o brejeiro, atribuindo-lhe culturas de *Pulex penetrans*. O brejeiro desforra-se nas secas, vendendo ao sertanejo bem caro o seu gerimum. Não é fútil observação. É um traço psicológico do homem de terras diferentes. O motejo, entre povos, é o eco remoto da inimizade mal comprimida, gerada pelo contraste de terras. (LISBOA, 1926, p. 8)

Não há como não pressentir que a tese do personagem Lúcio reproduz, em certa medida, a opinião do próprio autor. Assim, o interesse de José Américo de Almeida em descrever e analisar aspectos sociais nordestinos, que está presente em suas obras não ficcionais e se evidencia em sua vida pública, depreende-se também de seu romance – *medium* em que suas reflexões por certo também se delinearão e tomaram forma.

### *Ilhas do sertão*

Na definição de “brejo” elaborada por Manuel Correia de Andrade (citada anteriormente), verifica-se a menção a brejos situados não apenas no entorno, mas também no interior do semiárido.

Esse fato aponta uma característica importante do sertão que é a descontinuidade do espaço do semiárido nordestino. Não apenas brejos, mas também serras, várzeas e áreas próximas a rios, lagos e açudes permanentes apresentam aspectos físicos diferentes daqueles das terras semiáridas e se tornam “ilhas de sobrevivência” para a população afligida pela seca.

As secas conferem uma homogeneidade apenas aparente ao semiárido, mas as diferenças físicas, climáticas e ambientais dessa região são mostradas pelo *fácies* ecológico das *regiões naturais* que o integram e respondem por sua diversidade. Lado a lado ou integrando conjuntos variados, convivem na área de ocorrência oficial das secas as regiões naturais do *Sertão*, do *Seridó*, do *Curimataú*, da *Caatinga*, do *Carrasco* e dos *Cariris Velhos*. (BRASIL, 2004, p. 26)

Para essas regiões amenas do sertão, em que dificilmente falta água, também se dirigem os retirantes.

Nos anos secos o sertão fica improdutivo e vai procurar recursos no Ceará-Cariri e Baturité, nos Brejos da Paraíba, em pequena escala no agreste do Estado, e nos portos de Mossoró e Assú, que tornam-se então, centros importadores. São estes os pontos para onde recorre o sertanejo em busca de víveres, pois neles dificilmente há falta, porquanto, mesmo em rigorosas secas do sertão, no Cariri, nos Brejos e no agreste, há quase sempre, maior ou menor inverno.

Não há notícia de seca total nesses pontos, à exceção do Crato, Cariri, onde segundo referem as “Memórias sobre clima e seca de 1723 a 1727”, no ano de 1725 secaram todos os brejos e correntes, obrigando os habitantes de Missão Velha a mudarem-se, por falta d’água. (GUERRA & GUERRA, 1909, p. 134-135)

Curiosamente, sobre migrações para o Cariri cearense - bastante mencionado como um destino de retirantes durante as secas e caracterizado com uma “ilha úmida na grande vastidão da seca” (ANDRADE, 1964, p. 34) - não foram encontradas referências relevantes nas narrativas ficcionais. Algumas referências a essa região na literatura estão em *O sertanejo* (como lugar de origem do personagem Leandro Barbalho; ALENCAR, 2004, p. 229), em *Os retirantes* (como o reduto dos bandidos “Viriatos”; PATROCÍNIO, 1973b, p. 16), em *Dona Guidinha do Poço* (também como um local de atuação de cangaceiros; PAIVA, 1993, p. 46) e em *O Quinze* (como lugar de origem de uma família de retirantes instalada no campo de concentração de Fortaleza; QUEIROZ, 1990, p. 37).

Ainda sobre o Cariri cearense, José Américo de Almeida, em *A Paraíba e seus problemas*, aponta essa região como um dos principais trunfos do Ceará durante as secas. Desejando chamar a atenção para as secas paraibanas e contestando a afirmação de Rodolfo Teófilo de que o Ceará era o estado que mais sofria com as secas, uma vez que Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba contavam com rios perenes e regiões de brejos, José Américo de Almeida afirma:

Temos [na Paraíba], de conseguinte, menos de terça parte do território isenta dos efeitos diretos do flagelo, sem contar a zona da catinga. Mas o Ceará, além da faixa costeira, dispõe, também, de pontos mais favorecidos para socorro das populações famintas: o Cariri e as serras. (ALMEIDA, 1923, p. 118-119)

De fato, tanto o Cariri quanto as serras cearenses apresentam-se como possíveis refúgios para os retirantes, sendo que, na literatura das secas, as serras são referenciadas com maior frequência, como se observa, por exemplo, em *Os retirantes*: “Para aí dirigiram-se também Eulália e o vigário Paula, e este já começava a trilhar as terras afortunadas da serra, que pareciam um grande oásis perdido no meio do imenso deserto da província.” (PATROCÍNIO, 1973b, p. 168) Além disso, como já mencionado em tópico anterior, as serras são também utilizadas para a retirada do gado em estações secas, como aparece, por exemplo, em *O Quinze*. Já em *O sertanejo*, é o próprio gado que foge para as serras durante a seca:

Durante a seca as boiadas refugiavam-se nas serras, e escondiam-se pelas lapas e grotas, onde passavam os rigores da estação ardente, que abrasa a rechã. Com a volta do inverno, logo que as vargens cobrem-se dos verdes riços de panasco e mimoso, saía o gado silvestre das bibocas onde buscara abrigo, e derramava-se pelos sertões. (ALENCAR, 2004, p. 122)

Entretanto, a existência de lugares como brejos e serras não significa que os retirantes sempre encontrem ali os recursos para sua sobrevivência. O grande fluxo de retirantes para esses lugares, quase sempre despreparados ou com recursos insuficientes para recebê-los, gera um quadro de animosidade com as populações locais, as quais, muitas vezes, passam a encarar a chegada dos retirantes como um transtorno e mesmo como uma ameaça à sua própria sobrevivência. Essa situação, aliás, foi descrita por Viriato Medeiros ainda durante a seca de 1877:

Todas essas serras, os habitantes do Ceará sabem perfeitamente, que são de uma população superabundante, não têm uma só braça de terra que não seja possuída, zelosamente guardada e cultivada, tanto quanto permitem as estações chuvosas, e a qualidade dos terrenos de que são formadas. A sua população nunca emigra, aumenta de ano para ano, e nas ocasiões de calamidade, como atualmente, servem de refúgio a milhares de infelizes, que aí procuram manter-se por qualquer meio, e por sua vez tornam-se o flagelo dos serranos pela devastação das árvores, que lhe podem ministrar alguma alimentação, pelo roubo das plantações, que ainda resistem aos efeitos da seca, de algum gado que para ali tenha sido levado, e finalmente pela caçada infrene de todos os animais silvestres. (MEDEIROS, 1877, p. 17-18)

Se os retirantes não eram bem-vindos nos brejos e nas cidades, também não seriam acolhidos afetuosamente nas serras. Nas obras literárias, essa indisposição da população local para com o retirante também seria frequentemente

retratada, como se observa em *Os retirantes*, em vários episódios de *A fome* e, é claro, no romance *A bagaceira*, estando evidenciada no comportamento dos brejeiros. Em *Os retirantes*, consta, inclusive, a figuração de um grupo de pessoas cuja diversão era hostilizar os retirantes:

Mas o que principalmente chamou a atenção de Eulália foi um grupo de indivíduos, que, pelos seus trajos, mostrava não ter sido vítima da calamidade.

Protegidos pelo crepúsculo e pela confusão que reinava entre o povo, esses homens divertiam-se em insultar a desgraça das famílias, oferecendo-lhes pão em troca do sacrifício da honestidade. (PATROCÍNIO, 1973b, p. 186)

Já em *Luzia-Homem*, cuja ação se passa em Sobral (nas proximidades da Serra da Meruoca), figura-se a possibilidade de se atenuar o quadro de conflito pela menção a ações assistenciais do governo que estariam em curso. Nessa narrativa, os retirantes que chegam à localidade são imediatamente encaminhados para o trabalho, recebendo em troca a alimentação que lhes garante a sobrevivência.

Vinham de longe aqueles magotes heróicos, atravessando montanhas e planícies, por estradas ásperas, quase nus, nutridos de cardos, raízes intoxicantes e palmitos amargos, devoradas as entranhas pela sede, a pele curtida pelo implacável sol incandescente.

*Na construção da cadeia havia trabalho para todos.* Os mais fracos, debilitados pela idade ou pelo sofrimento, carregavam areia e água; aqueles que não suportavam mais a fadiga de andar amoleciam cipós para amarradio de andaimes; outros menos escarvados amassavam cal; os moços ainda robustos, homens de rija têmpera, superiores às inclemências, sóbrios e valentes, reluziam de suor britando pedra, guindando material aos pedreiros, ou conduzindo às costas, de longe, das matas do sopé da serra, grossos madeiros enfeitados de palmas virentes, de ramos de pereiro de um verde fresco e brilhante, em festivo contraste com o sítio ressequido e desolado. (OLÍMPIO, 1977, p. 2-3, grifo meu)

Havia “trabalho para todos”. Com isso, depreende-se da narrativa uma consideração positiva, pelo narrador, da atuação dos governantes locais, os quais, apesar das dimensões da crise, dedicavam-se a administrar a situação dentro de suas possibilidades. A alusão à situação político-administrativa vivida no contexto de surgimento da obra evidencia-se por si. Num diálogo com Luzia, Alexandre, membro da Comissão de Socorros, comenta o andamento das atividades e as opções oferecidas aos retirantes:

- Ouvi estarem falando, na casa da Comissão, que o doutor José Júlio [José Júlio de Albuquerque e Barros, o Barão de Sobral] deu ordem para facilitar a saída do povo. Quem quiser embarcar deve procurar a Barra ou o Camocim, onde há vapores para conduzir a gente. Quem quiser ficar tem trabalho na estrada de ferro e nos açudes. Mas, assim mesmo, não se pode dar vencimento ao potici de povo, que vem derramado por esse sertão a fora. Disse-me o capitão Marçal que vão principiari as obras do cemitério novo e da estrada para a Meruoca. Já estão engenheiros medindo a ladeira da Mata-Fresca. Era o caso de irmos nos trabalhar na fresca da serra, onde ainda há olhos-d'água vivos. Pelo meu gosto já não estava mais aqui. (OLÍMPIO, 1977, p. 37-38)

Em que pese a presença de uma organização mínima para receber os retirantes, a cidade mudara radicalmente com a seca. A população triplicara com a chegada dos sertanejos afligidos pela seca. No entanto, nesse romance, o sentimento da população local quanto aos flagelados é descrito antes como uma comoção caridosa (ainda que com certa repugnância) do que como ódio. Cabe, então, ao próprio retirante explicitar a caracterização pejorativa, como quando uma retirante afirma: “Não andaria aqui, sem eira nem beira, metida nesta *canalhada de retirantes*.” (OLÍMPIO, 1977, p. 10, grifo meu); ou ao vilão do romance, Crapiúna, que insulta Luzia e Teresinha: “Então, suas vadias! Estão a sujar a água que gente bebe?... Corja de porcas... estas retirantes...” (OLÍMPIO, 1977, p. 31) – ainda que a esse insulto esteja associado o interesse de Crapiúna por Luzia.

Quanto à opinião da população local, há, todavia, um breve episódio sobre crianças retirantes que perambulam pela feira da cidade para conseguirem comida, no qual se demonstra que o conflito estava presente:

Os míseros pequenos, estatelados ao tantálico suplício da contemplação dessas gulodices, atiravam-se às cascas de frutas lançadas ao chão, e se enovelavam, na disputa desses resíduos misturados com terra, em ferozes pugilatos. Era indispensável ativa vigilância para não serem assaltadas e devoradas as provisões à venda, pela horda de meninos, que não falavam; não sabiam mais chorar, nem sorrir, e cujos rostos, polvilhados de descamações cinzentas, sem músculos, tinham a imobilidade de coiro curtido. Quando contrariados ou afastados pelos mercadores aos empuxões e pontapés, rugiam e mostravam os dentes roídos de escorbuto. (OLÍMPIO, 1977, p. 151-152)

De qualquer modo, na literatura das secas, os retirantes usualmente não são bem recebidos onde quer que cheguem.

Nas obras literárias, há ainda outra espécie de “ilha de sobrevivência” bastante recorrente. Trata-se das grandes fazendas situadas no sertão. A passagem (ou chegada) de retirantes por grandes fazendas é possivelmente um dos motivos literários mais repetidos na literatura das secas. Esse motivo pode ser observado em diversas obras abordadas neste trabalho, entre as quais *Maria Bonita*, *A bagaceira*, *Coiteiros*, *Seara vermelha*, “Morte e vida severina”, *Purgatório...*

A situação está figurada inclusive no romance contemporâneo *Coivara da memória* (1991), de Francisco J. C. Dantas, em que consta essa cena:

(...) sertanejos que desciam para o brejo por este caminho para matar a fome. Paravam por aqui sujos e esmolambados, sem nenhuma provisão nas capangas furadas, implorando de joelhos a meu avô que por favor ficasse com eles, que inventasse qualquer serviço, que não queria moradia nem dinheiro – mas apenas um cantinho do curral ou da bolandeira onde pudessem se arranchar, (...) (DANTAS, 1991, p. 46)

Entretanto, no que se refere especificamente a fazendas localizadas no sertão, o melhor exemplo de afluência ocasional de retirantes talvez esteja no romance *Dona Guidinha do Poço*, de Manuel de Oliveira Paiva. A fazenda do Poço da Moita, ainda que também afetada pela seca, mostra-se capaz de suportar melhor as condições adversas. A explicação para isso é o local em que está situada:

De primeiro havia na ribeira do Curimataú, afluente do Jaguaribe, uma fazenda chamada Poço da Moita. (...)

À margem esquerda do impetuoso escoadouro hibernino, a casa grande amostrava-se num alto, de onde se enxergava grande distância em derredor, principalmente pela seca. Durante o inverno, a superabundância de folhagem restringia sensivelmente o campo de visão. (PAIVA, 1993, p. 6)

Mesmo durante a seca, as condições encontradas na fazenda, em especial a disponibilidade de água, garantiam sua subsistência. Ali, o quadro da seca sequer parece impressionar o forasteiro Secundino que acabara de chegar. A opinião de Secundino (sobrinho do fazendeiro) sobre o local, após uma rápida observação, é de quase opulência:

O rapaz corria o olho pela fazenda, na qual já lhe ia parecendo ter parte. Muito gado, em vista da falada crise. Os matos, é verdade, ainda ressentidos da sequeidão. Devia fazer ali um calorão de rachar. Um cercado imenso a perder de vista, com uma verdadeira mata de pau-branco e sabiá,



naturalmente para boiadas. Rio perto. Um numeroso lote de bestas atravessando uma vargem distante. Atmosfera agradabilíssima, um vago encantamento naquela natureza silenciosa e iluminada. (PAIVA, 1993, p. 23)

Contrasta, porém, com essa perspectiva a do vaqueiro Antônio, conhecedor do cotidiano da fazenda. Na conversa com Secundino, o vaqueiro apresenta sua própria visão sobre a seca na fazenda: “O matuto respondia-lhe que, ele visse, tudo ainda estava uma lástima. Estava vendo naquela baixa aquele tijuco preto? Pois era uma lagoa que em 25 não secou.” (PAIVA, 1993, p. 23)

Esses problemas, tão evidentes para o vaqueiro, certamente também passavam despercebidos pelos retirantes que para lá caminhavam e onde esperavam ser salvos.

Dona Guidinha (Margarida), herdeira da fazenda Poço da Moita, não queria acolher retirantes em suas terras, mas não se negava a socorrê-los, o que, a seu ver, já consistia em suficiente demonstração de caridade: “Margarida era extremamente generosa para os retirantes que passavam pela sua fazenda. O que lhes pedia era que não ficassem; dava-lhes com que se fossem caminho fora a procurar salvação nas praias, (...)” (PAIVA, 1993, p. 13)

A “generosidade” de Guidinha é recriminada pelo marido, Major Joaquim Damião de Barros. Todavia o marido, que não tinha bens antes do casamento, é intimidado por Guidinha que, sem qualquer pejo, lhe diz: “Eu dou do que é meu.” (PAIVA, 1993, p. 13)

Oliveira Paiva, de modo bastante perspicaz, usa essa cena doméstica para preparar o acolhimento de uma família de retirantes na fazenda. Porém não é Guidinha quem o faz. O Major Joaquim Damião, “Major Quinquim”, sentindo-se magoado e com o orgulho ferido após a discussão com Guidinha, começa a repensar sua vida. Logo em seguida, ele reencontra velhos conhecidos (Antônio Silveira e sua família) entre os retirantes que chegam à fazenda, com isso, passa a relembrar outros tempos e outras terras:

O fazendeiro, no tédio em que ia mergulhando o seu lar pelas incompatibilidades de natureza, que o tempo já não podia conter, sentia-se tomado por uma saudade de sua província, do seu passado pobre, que agora surdia com um sabor de sonho. (PAIVA, 1993, p. 16)

O Major Quinquim sente pena da família e, justificando seu ato como um tributo à sua velha província (apesar dos retirantes não serem pernambucanos como ele), decide convidá-los a ficar, mesmo sabendo (ou até por isso) que ainda teria que enfrentar a esposa.

Guidinha, a princípio, reclama do acolhimento dos retirantes, porém, pouco tempo depois, passa a protegê-los. Mais tarde, Guidinha impede que Silveira seja preso por causa de uma briga numa festa, angariando definitivamente a lealdade irrestrita da família de retirantes. Sob a influência da fazendeira, Silveira, ao longo da narrativa, se volta contra o Major Quinquim.

Em *Dona Guidinha do Poço*, a narrativa se constrói à medida que o espaço vai sendo ocupado ou quando se relembra como se deu sua ocupação. No romance de Oliveira Paiva, é apresentada – além da história da fazenda do Poço da Moita e de como Guidinha assumiu seu comando após a morte do pai – a história da formação da vila de Cajazeiras. Num antigo documento guardado pela personagem Dona Anginha (tia-avó de Guidinha), descreve-se, por exemplo, que a povoação passou à condição de vila “para nela se recolherem os vadios que como feras vivem espalhados pelos sertões, separados da sociedade civil, cometendo desordens, e toda a qualidade de delitos, (...)” (PAIVA, 1993, p. 45) A leitura desse documento, feita em voz alta por Secundino para Dona Anginha e Major Quinquim, estabelece, aliás, uma referência com a situação do próprio Secundino, que fugira para o sertão buscando se esconder da justiça e ali encontrara abrigo.

De fato, a narrativa é marcada pela convergência de personagens à fazenda; a começar pela chegada de Major Quinquim, que viera de Pernambuco para comprar cavalos e ficara amarrado “aos amores e aos possuídos da muito conhecida Guidinha do Poço” (PAIVA, 1993, p. 6); mas também, como elementos fundamentais no desenvolvimento do enredo, pelas chegadas de Secundino, do retirante Silveira e de sua família.

Todos esses personagens, de diferentes classes sociais, têm um motivo para estar ali, uma história que explica como chegaram e se estabeleceram na fazenda do Poço da Moita. Essas histórias pessoais distintas, portanto, acabam propiciando a variedade de perspectivas sobre o lugar.

\*\*\*

Para concluir o capítulo, e com base nos deslocamentos de personagens retirantes/migrantes figurados em narrativas mencionadas neste estudo, passo agora, antes das considerações finais, à apresentação de um mapa elaborado para melhor visualização desse aspecto.

FIGURA 1 - Migrações Nordestinas na Literatura



Fonte: Mapa adaptado e complementado com anotações a partir do mapa hidroviário brasileiro elaborado pela Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes (setembro/2008).

No mapa, como amostra representativa, observam-se os seguintes trajetos, origens e/ou destinos de personagens retirantes/migrantes:

1. *Ataliba, o vaqueiro*, de Francisco Gil Castello Branco. Local de origem dos retirantes: “Fazenda do Morro” (Piauí, fronteira com o Ceará). Destino dos retirantes: Marvão (atualmente Castelo do Piauí - PI).
2. *Os retirantes*, de José do Patrocínio. Local de origem dos retirantes: “B.V.” (à margem do rio Jaguaribe, região sudeste do Ceará). Local próximo: Icó (CE). Trajeto: “B.V.”, Quixeramobim, Quixadá, Baturité, Fortaleza.
3. *A fome*, de Rodolfo Teófilo. Trajeto dos retirantes (Manuel de Freitas e família): “Alto Sertão”, “Várzea do Meio”, Arronches (atualmente bairro de Parangaba, em Fortaleza), Fortaleza (CE).
4. *Dona Guidinha do Poço*, de Manuel de Oliveira Paiva. Local de origem dos retirantes (Antonio Silveira e família): Serra do Martins (RN). Destino dos retirantes: fazenda nas proximidades de “Cajazeiras” (Quixeramobim - CE).
5. *Luzia-Homem*, de Domingos Olímpio. Local de origem dos retirantes (Luzia): Ipu (CE), Ipueiras (CE). Destino dos retirantes: Sobral (CE).
6. *O Quinze*, de Rachel de Queiroz. Local de origem dos retirantes: fazendas na região de Quixadá (CE). Trajeto: Quixadá, Castro (atualmente Itapiúna), Baturité, Acarape, Redenção, Arronches (atualmente Bairro de Parangaba), Fortaleza. Destino dos migrantes (Chico Bento e família): São Paulo.
7. *Reflexões de uma cabra*, de José Américo de Almeida. Local de origem do migrante: fazenda localizada entre Coremas (PB) e Piancó (PB). Destino do migrante: Araraquara (SP).

8. *A bagaceira*, de José Américo de Almeida. Local de origem dos retirantes (Valentim e família): fazenda do Bondó (Sertão). Destino dos retirantes: fazenda/engenho em Areia (PB).
9. *Morte e vida severina*, de João Cabral de Melo Neto. Trajeto do retirante: “Serra da Costela” (PE, quase fronteira com PB), acompanhando o rio Capibaribe, Toritama (PE), Recife (PE).
10. *Os Corumbas*, de Amando Fontes. Local de origem dos retirantes (Geraldo e família): região de Urubutinga (SE) e Lagarto (SE). Destino dos retirantes: Capela (SE), onde residem por 17 anos. Depois, Aracaju (SE).
11. *Purgatório*, de Paulo Dantas. Local de origem dos migrantes (Jeremias e família): fazenda em Simão Dias (SE). Destino dos migrantes: “Santa Cruz” (região do cacau, sul da Bahia).
12. *Maria Dusá*, de Lindolfo Rocha. Local de origem da retirante (Maria Alves): fazenda em “Lagoa Seca”, Santo Antônio da Barra - BA (atualmente região de Condeúba). Trajeto da retirante: Lagoa Seca, Mucugê - BA (lavras da Chapada Diamantina). Depois, mudança para “Xique-Xique” (BA). Local próximo: Comércio de Dentro - BA (atualmente Andaraí).
13. *Maria Bonita*, de Afrânio Peixoto. Local de origem dos retirantes: região de Condeúba (BA). Destino dos retirantes: fazenda na região de Canavieiras (BA).
14. *Seara vermelha*, de Jorge Amado. Trajeto dos retirantes (Jerônimo e família): “Sertão”, Juazeiro (BA), Pirapora (MG), Estado de São Paulo.
15. *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado. Destino da retirante (Gabriela): Ilhéus (BA).

16. *Essa terra*, de Antonio Torres. Local de origem dos migrantes: Junco – BA (atualmente Sátiro Dias). Destinos dos migrantes: Feira de Santana (BA); São Paulo (Nelo, Totonhim).

No mapa, estão registradas localidades referenciadas em obras ficcionais que abordam migrações nordestinas. Em alguns casos, as narrativas se referem a épocas em que essas localidades tinham outras denominações. Desse modo, para uniformizar a apresentação das informações, foram adotadas as denominações oficiais vigentes. Também deve ser mencionado que, em poucas narrativas, a ausência de referência específica a uma vila, povoado ou cidade pôde ser compensada pelas figurações literárias de outras referências geográficas (rios, serras, morros, vales...).

A partir desses registros, podem ser observadas algumas recorrências interessantes. Primeiramente – como já foi destacado em outro tópico –, a cidade de Fortaleza é um destino de retirantes que se repete muito na literatura. Assim ocorre em romances do século XIX, como em *Os retirantes*, de José do Patrocínio, e *A fome*, de Rodolfo Teófilo, e posteriores, como em *O Quinze*, de Rachel de Queiroz.

Pode ser verificado no mapa que os trajetos dos retirantes nos romances de José do Patrocínio e de Rachel de Queiroz são muito semelhantes, o que os difere é o ponto de partida. Em vista disso, em *Os retirantes*, a distância entre origem e destino é maior do que em *O Quinze*. A retirada, na obra de José do Patrocínio, está figurada ao longo de toda a extensa segunda parte do romance, entretanto, em *O Quinze*, em que pese seu caráter de trama paralela de uma narrativa bem menos extensa, as dificuldades encontradas pelos retirantes Chico Bento e família durante a viagem também estão detalhadas e, curiosamente, as denominações das localidades pela quais esses retirantes passam são, inclusive, mais numerosas e variadas.

Outro aspecto que pode ser percebido no mapa é a repetição de Quixeramobim (CE) como referente geográfico figurado nas obras analisadas. No entanto, Quixeramobim é apenas um local de passagem em *Os retirantes*. Já em

*Dona Guidinha do Poço*, a fazenda localizada na região de Cajazeiras (Quixeramobim) é o destino de retirantes provenientes do Rio Grande do Norte. Somando-se a essas referências, vale citar ainda que, em *O sertanejo*, de José de Alencar, a maior parte do enredo transcorre no sertão de Quixeramobim.

Se a repetição de menções à região de Quixeramobim nas obras selecionadas não chega a surpreender (haja vista a relação frequentemente destacada em estudos literários do tema das secas com a literatura cearense), a constatação da recorrência de outras localidades é intrigante. Por exemplo, da mesma região de Condeúba (BA), partem os personagens retirantes de dois romances: *Maria Dusá*, de Lindolfo Rocha, e *Maria Bonita*, de Afrânio Peixoto. No primeiro, a retirante Maria Alves se dirige à Chapada Diamantina; no segundo, os retirantes caminham para o litoral. Com enredos que se desenvolvem em épocas diferentes, as narrativas possuem em comum o fato de que os destinos escolhidos são regiões com atividades econômicas específicas (mineração, em *Maria Dusá*; cacau, em *Maria Bonita*), regiões vistas como prósperas e nas quais haveria oportunidade de melhoria de vida.

Para a região do cacau, no sul da Bahia, também migram personagens de *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado, e de *Purgatório*, de Paulo Dantas. Neste último, os migrantes Jeremias e sua família, já no final da narrativa, partem da região de Simão Dias (SE) não apenas em busca de uma vida melhor, mas também para fugirem de um lugar “amaldiçoado”. O Engenho Purgatório, propriedade do velho Resmungo (sogro de Jeremias), estava há anos desativado, condenado pelas secas, pelos fantasmas que assombravam Resmungo (“vozes vindas do lado de Canudos, vozes que, todas as noites, o chamavam com insistência”, DANTAS, 1971, p. 110) e pelo misticismo que se impregnara nele e em seus irmãos. Jeremias, querendo afastar seus filhos das “influências negativas daquele mundo decadente” (DANTAS, 1971, p. 124), adota como solução a mudança da família para a cidade nova que crescia aceleradamente na região cacauzeira.

Coincidentemente, também de localidades próximas a Simão Dias (SE) – mais precisamente de Urubutinga, no município de Lagarto – migram os protagonistas de *Os Corumbas*, de Amando Fontes. Na breve primeira parte desse



romance, narra-se que Geraldo e sua família se mudam para um engenho (Engenho da Ribeira) localizado na região de Capela (SE) e, 17 anos mais tarde, vão para a capital sergipana. No final da narrativa, Geraldo e sua esposa Josefa, desiludidos com a vida em Aracaju, retornam para a Ribeira.

A menção à Simão Dias reaparece ainda no romance *Os desvalidos*, de Francisco J. C. Dantas, como uma das poucas referências à localização de Aribé, lugar de origem do protagonista Coriolano: “(...) o tropeiro Zerramo, que também costumava pernoitar em Simão Dias, a meia dúzia de léguas do Aribé, puxando pra o estado do Bahia.” (DANTAS, 1993, p. 92); e, vale citar, em *Essa terra*, de Antônio Torres, em que se narra que o fundador do Junco (atualmente Sátiro Dias) foi o vaqueiro João da Cruz, que “veio de Simão Dias, para os lados de Sergipe, escorraçado pela seca.” (TORRES, 1991, p. 53)

Observando os trajetos de personagens retirantes/migrantes representados no mapa, fica-se com a impressão de que, no conjunto das obras analisadas, há uma distribuição dispersa e variada de correlatos geográficos, com maiores concentrações nos estados do Ceará e da Bahia. No entanto, é preciso ressaltar que as figurações de retiradas cearenses se constituem, predominantemente, em aspectos centrais das respectivas narrativas, enquanto as migrações baianas estão figuradas, também predominantemente, como preâmbulos, como motivos que introduzem ou servem para caracterizar personagens e contextos a partir dos quais os enredos são desenvolvidos (o que se verifica em *Maria Dusá* e em *Maria Bonita*). Essa distinção é importante para destacar que, no *corpus* analisado, a maior relevância dos temas dos retirantes e das secas é observada, de fato, em obras que remetem ao Ceará (*Os retirantes*, *A fome*, *O Quinze*).

É de se notar que, no mapa apresentado, não constam referências geográficas relativas ao romance *Vidas secas*. Como se pode adivinhar (ainda que isso não tivesse sido mencionado em tópico anterior), a razão é simples. Elas não existem. Na obra de Graciliano Ramos, povoados, vilas e cidades não são denominados. Sabe-se, todavia, que o espaço ficcional é o sertão, pois assim ele é designado na narrativa. Para a configuração desse espaço como “sertão nordestino”, contribuem, obviamente, diversos elementos como, por exemplo, as

descrições de aspectos físicos e a bastante frequente utilização da palavra “caatinga”. Desse modo, desejando-se registrar um possível referente espacial para esse romance, deveria ser traçada no mapa uma linha delimitando toda a área do semiárido nordestino.

Em *Vidas secas*, o destino para o qual se encaminham Fabiano, sinha Vitória e os dois meninos é também incerto. No início do romance, os personagens percorrem o sertão buscando qualquer lugar que lhes forneça condições para sobreviverem à seca. Porém, já no desfecho da narrativa, os retirantes abandonam a fazenda e caminham numa direção determinada: o Sul.

A ideia de morarem numa cidade partira de sinha Vitória. Ao longo da jornada, temores e incertezas sobre esse destino afligem Fabiano, entretanto estes são intercalados por momentos de esperança e de encantamento. Assim, sem encontrarem melhor alternativa, os retirantes continuam sua caminhada: “E andavam para o sul, metidos naquele sonho.” (RAMOS, 2007, p. 127)

Antes, quando Fabiano e sua família ainda estavam na fazenda, as arrições que anunciavam a chegada da seca, que vinham e matavam o gado e depois partiam para o Sul, já haviam indicado a direção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre tantas partidas e chegadas, pretendo, nestas considerações finais, esclarecer e enfatizar aquelas relativas a este estudo.

Os pontos de partida deste trabalho foram três: a constatação, na esfera pública brasileira, de uma imagem do Nordeste vinculada às secas; para uma abordagem adequada da questão, a percepção das secas nordestinas como um fenômeno climático e social; e, no horizonte próprio à área de Estudos Literários, a recorrência do tema e de figurações das secas nordestinas em um conjunto representativo de obras literárias.

Os destinos intermediários escolhidos foram analisar: o papel que autores literários, por meio de variadas formas de expressão, desempenham no processo de formação do conceito “Nordeste”; a maneira como os discursos ficcionais se articulam com os não ficcionais (técnicos e históricos); e a medida na qual os discursos ficcionais acompanham as transformações das perspectivas sobre o fenômeno das secas.

Esses objetivos se configuraram como pontos importantes do itinerário pelo qual se esperou alcançar no final da caminhada uma maior compreensão sobre a literatura das secas e sobre os diferentes contextos em que se insere, além de uma maior precisão para o uso do conceito “literatura das secas” na historiografia literária brasileira.

Pela via do “sentimento regionalista”, autores literários participaram ativamente do processo de construção de uma identidade regional para o Nordeste. Sobre esse processo, as pesquisas realizadas também analisaram como forças construtivas a via oficial e a dos discursos sobre as secas, e abrangeram um período que se inicia em meados do século XIX e vai até a década de 1930, quando o termo Nordeste já está amplamente difundido, a região reconhecida administrativamente e o vínculo com as secas fortemente estabelecido.

O levantamento bibliográfico aqui realizado resultou numa seleção de obras, relacionadas e comentadas no APÊNDICE A, por meio das quais se observa a transição do emprego do termo “Norte” para “Nordeste” como resposta à necessidade de uma designação mais específica para a região – especialmente quando se desejava tratar da questão das secas. Localizou-se como marco do início dessa transição a criação da Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS), no ano de 1909.

Aproximando-se o foco da pesquisa para a área do Nordeste que efetivamente é submetida a períodos extensos de ausência ou escassez de chuvas, foram realizadas pesquisas etimológicas e semânticas sobre a palavra “sertão”. Com a pesquisa etimológica foi possível comprovar que, apesar de manifestações recentes no âmbito acadêmico atribuírem a resposta sobre a origem da palavra “sertão” à explicação do escritor Gustavo Barroso (no ensaio “Vida e história da palavra sertão”), esta é uma questão que ainda não foi resolvida.

Ainda tratando do sertão nordestino, foi feita uma breve revisão histórica de seu processo de colonização. Essa revisão precedeu a apresentação comentada dos resultados de pesquisa bibliográfica que identificou e relacionou relatos dos primeiros viajantes que visitaram o semiárido. As impressões desses viajantes sobre o lugar e sobre as secas contribuíram para o “descobrimento” daquela região. Foi observado que esse “descobrimento” do sertão nordestino pelo “Sul” se incrementa a partir do começo do século XIX, oficializa-se e ganha força com a viagem da Comissão Brasileira de Exploração, e se transforma em assunto de interesse nacional com o advento da seca de 1877.

A partir de 1877, proliferam os debates sobre as secas nordestinas. Diferentes pontos de vista sobre as secas surgem, e as secas passam a ser figuradas em obras literárias. O tema das secas torna-se recorrente nas narrativas ficcionais, vinculado à linha regionalista que surgira pouco antes.

Se, no regionalismo romântico, a seca era pouco mais do que um elemento decorativo ou acessório no contexto narrativo, no naturalismo passaria a ser o tema principal de alguns romances (como *Os retirantes* e *A fome*).

Obviamente há obras cujos enredos (ou partes relevantes deles) se desenvolvem no sertão nordestino e nos quais as secas também estão figuradas sem se constituir, todavia, em tema principal. Aliás, pode ser observado um amplo espectro quanto à relevância das secas em cada obra literária, que vai da simples menção a uma seca (como ocorre, por exemplo, em *Aves de arribação*, de Antônio Sales) até sua caracterização como principal elemento desencadeador do enredo.

É difícil definir (e talvez nem seja apropriado fazê-lo) a partir de que ponto desse espectro uma obra pode ser entendida como pertencente à literatura das secas. Essa discussão deve ser feita caso a caso (como, a propósito, foi realizado na seção “Ficção e secas” deste estudo) e muitas vezes está sujeita a controvérsias decorrentes de posicionamentos teóricos particulares, como, por exemplo, aquelas referentes ao romance *A bagaceira*.

O certo é que mesmo a análise dessa questão em romances como *Pedra Bonita*, de José Lins do Rego, no qual o tema da seca é, em primeiro plano, irrelevante, ajudou a reavaliar a noção de literatura das secas. Ou seja, esse procedimento foi efetuado em algumas obras com o objetivo principal de testar critérios ou de apontar relações ainda que secundárias, e não como forma de sugerir a inclusão inadequada de determinada narrativa na literatura das secas.

Assim, o conceito de literatura das secas não quer se firmar aqui como mera categoria classificatória (cujo emprego seria, em si mesmo, pouco relevante), mas em *elemento reflexivo e heurístico* sobre a relevância das secas para a conformação do enredo, ação, personagens e ambientação da ação da narrativa, bem como para a inserção da obra literária em um ambiente discursivo amplo – tanto no ambiente reflexivo de discussão humanística sobre a seca (dos pontos de vista poético, histórico, geográfico, sociológico e da administração pública, em particular), quanto no ambiente geral da esfera pública, em diferentes momentos da história.

Uma das principais premissas deste trabalho e da consideração do conceito de literatura das secas tal como o proponho aqui é exatamente a compreensão de que a seca faz parte de um contexto amplo, que não se limita ao período de

estiagem, tampouco apenas ao espaço geográfico do sertão nordestino; e que, se assim é entendida em outras áreas do conhecimento (como na história, geografia e ciências sociais) e se também dessa maneira está figurada em narrativas ficcionais, não há por que não adotá-la como um critério de fato analítico na área de estudos literários.

Por certo, a adoção desse critério ampliou o paradigma de análise, o qual se tornou mais complexo ao se questionar com que grau de autonomia temas como o cangaceirismo, o misticismo e a migração (frequentemente associados às secas) são abordados em diferentes narrativas ficcionais. Assim, também para tratar dessa questão, foram analisados diacronicamente, na seção “Temas e derivações”, alguns temas recorrentes em obras literárias. Dentre esses temas, por seu vínculo muitas vezes intrínseco com a questão das secas, foi conferido destaque ao das migrações e retiradas nordestinas.

Já no fechamento deste estudo, ilustrando esse último aspecto, foram registrados num mapa trajetos e referências geográficas a que remetem narrativas ficcionais – não cabendo esquecer aqui, todavia, que o espaço ficcional não consiste em mera reprodução do espaço geográfico, mas em figurações apreendidas a partir de pontos de vista de narradores e personagens. E, de fato, o espaço ficcional se constitui em cada narrativa por meio dessas perspectivas concorrentes.

O discurso literário, por sua vez, participa, assim como os discursos não ficcionais, da construção de imagens do sertão nordestino. Se, por um lado, ao abordar de modo recorrente o tema das secas, a literatura fomentou a caracterização do sertão (e do Nordeste) centrada nesse aspecto; por outro lado, também acompanhou, promoveu e repercutiu a complexificação da questão das secas, seja pela diversificação e confrontação de pontos de vista internamente a cada obra, seja pela transformação de perspectivas no transcurso da história literária.

Em obras como *Ataliba, o vaqueiro*, *Os retirantes*, *A fome*, *O paroara* e *Luzia-Homem*, prevalece o entendimento das secas como um fenômeno físico-climático. Nelas, a seca é figurada como uma calamidade natural e o

posicionamento crítico, que se verifica em algumas dessas obras, é dirigido principalmente ao modo como se “administra” uma situação emergencial. No entanto, mesmo nessas narrativas, já se configura, no desenvolvimento dos respectivos enredos, a relação das secas também com outros espaços - e não somente com o sertão.

Gradativamente, os períodos de estiagem prolongada no sertão deixaram a condição de fator determinante dos problemas associados à região e a seca passou a ser vista também como um fenômeno social. Na produção literária de a partir da década de 1930 (como se nota em *O Quinze*, *Vida secas*, *Seara vermelha*, “Morte e vida severina”, *Essa terra*, *Inimigas íntimas*), passaram a ser abordados fatores relacionados a contextos amplos (econômicos, políticos e sociais), como, por exemplo, as questões fundiárias, das relações de trabalho e de políticas públicas – e, com isso, processou-se também no âmbito dos discursos ficcionais o desdobramento e a ampliação do enfoque sobre as secas.

Ao finalizar este trabalho, resta-me esperar que as observações e análises sobre esse processo e sobre as figurações literárias da seca, articuladas com aquelas referentes aos contextos históricos e sociais apresentadas nos capítulos iniciais, ajudem a compor um quadro geral do processo de conhecimento sobre as secas, sobre o sertão e sobre o Nordeste.

De primeiro havia a seca – e um mundo coberto de penas.

## REFERÊNCIAS

### a) Obras literárias: Nordeste, secas.

ALENCAR, José de. *O sertanejo*. São Paulo: Escala, 2004.

ALMEIDA, José Américo de. *A bagaceira*. Edição crítica. 27ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio; João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1989.

AMADO, Jorge. *Gabriela, cravo e canela*. Crônica de uma cidade do interior. 74ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1992.

\_\_\_\_\_. *Seara vermelha*. 42ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1983.

ASSARÉ, Patativa do (Antônio Gonçalves da Silva). *Cordéis*. Fortaleza: Edições UFC, 2002.

CASTELLO BRANCO, Francisco Gil. *Ataliba, o vaqueiro*. 3ª ed. Teresina: Corisco, 1998.

CAVALCANTE, Joyce. *Inimigas íntimas*. São Paulo: Maltese, 1993.

COELHO NETO. *Sertão*. 5ª ed. Porto: Chardron, 1926.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Campanha de Canudos. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial do Estado; Arquivo do Estado, 2001. (Clássicos comentados, 1)

DANTAS, Francisco J. C. *Coivara da memória*. São Paulo: Estação Liberdade, 1991.

\_\_\_\_\_. *Os desvalidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DANTAS, Paulo. *Muralhas cinzentas. Chão de infância*. 2ª ed. São Paulo: Clube do Livro, 1958.

\_\_\_\_\_. *Purgatório*. 2ª ed. São Paulo: Clube do Livro, 1971.

FERNANDES, Carlos Dias. *Os cangaceiros*. Romance de costumes sertanejos. 2ª ed. Patos, PB: Fundação Ernani Sátiro, 1997.

FONTES, Amando. *Os Corumbas*. 15ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1984.

GALENO, Juvenal. *Lendas e canções populares*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1965.

MELO NETO, João Cabral de. *Morte e vida severina e outros poemas em voz alta*. 29ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

OLÍMPIO, Domingos. *Luzia-Homem*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.



PAIVA, Manuel de Oliveira. *Dona Guidinha do Poço*. São Paulo: Saraiva, 1952.

\_\_\_\_\_. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Graphia, 1993.

PATROCÍNIO, José do. *Os retirantes*. v. 1. São Paulo: Três, 1973a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. v. 2. São Paulo: Três, 1973b.

PEIXOTO, Afrânio. *Maria Bonita*. São Paulo: Clube do Livro, 1974.

QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*. 43ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 102ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

REGO, José Lins do. *Cangaceiros*. 6ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

\_\_\_\_\_. *Pedra Bonita*. 8ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

ROCHA, Lindolfo. *Maria Dusá*. Org. Afrânio Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

SALES, Antônio. *Aves de arribação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

SUASSUNA, Ariano. *Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta*. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

TÁVORA, Franklin. *O cabeleira*. História pernambucana. Literatura do Norte, Primeiro Livro. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.

\_\_\_\_\_. *O matuto*. Crônica pernambucana. Literatura do Norte, Segundo Livro. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1878.

TEÓFILO, Rodolfo. *A fome. Violação*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979.

\_\_\_\_\_. *O paroara*. Cenas da vida cearense e amazônica. Fortaleza: Ed. Louis C. Cholowiecki, 1899.

TORRES, Antônio. *Essa terra*. 9ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. *O cachorro e o lobo*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

\_\_\_\_\_. *Pelo fundo da agulha*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

VEIGA, José J. *A casca da serpente*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

**b) Crítica, história e teoria literária. Outras obras literárias. Crônicas. Correspondências. Memórias.**

ADONIAS Filho. *O romance brasileiro de 30*. Rio de Janeiro: Bloch, 1969.

AGUIAR, Cláudio. *Franklin Távora e o seu tempo*. São Caetano do Sul: Ateliê Editorial, 1997.

AÍNSA, Fernando. *Del Topos al Logos*. Propuestas de geopoética. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main: Vervuert, 2006.

\_\_\_\_\_. *Espacios del imaginario latinoamericano*. Propuestas de geopoética. La Habana: Arte y Literatura, 2002.

\_\_\_\_\_. *Narrativa hispanoamericana del siglo XX*. Del espacio vivido al espacio del texto. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2003.

ALENCAR, José de. Sem resposta. In: COUTINHO, Afrânio. (Org.) *A polémica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965. p. 219.

ALMEIDA, Angela Mendes de; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão de. (Orgs.) *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: FAPERJ; Mauad, 2001.

ALMEIDA, José Maurício Gomes de. *A tradição regionalista no romance brasileiro (1857-1945)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981. (Série Universidade: Crítica Literária, 15).

ALVES, Ida Maria Santos Ferreira; FEITOSA, Márcia Manir Miguel. (Orgs.) *Literatura e paisagem*. Perspectivas e diálogos. Niterói: EDUFF, 2010.

ALVES, Lourdes Kaminski. *Os narradores das vidas secas*. 1996. 100 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

ANDRADE, Manuel Correia de; NUNES, Maria Thetis; MELLO, José Octávio. *Geografia, antropologia e história em José Américo*. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1982.

ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. São Paulo: Duas Cidades; Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976a.

\_\_\_\_\_. *Táxi e crônicas no Diário Nacional*. São Paulo: Duas Cidades, 1976b.

\_\_\_\_\_. *O empalhador de passarinho*. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1972.

AQUINO, Aécio; SANTOS, João Batista dos. *Antroposociologia e literatura social em José Américo*. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1982.

ARAÚJO, Adriana de Fátima Barbosa. *Migrantes nordestinos na literatura brasileira*. 2006. 192 f. Tese (Doutorado em Teoria Literária). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ATHAYDE, Tristão de (Alceu de Amoroso Lima). *Afonso Arinos*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil; Lisboa: Seara Nova; Porto: Renascença Portuguesa, 1922.

AUERBACH, Erich. *Mimesis*. A representação da realidade na literatura ocidental. Trad. Suzi F. Sperber. 2ª ed. rev. São Paulo: Perspectiva, 1987. (Estudos, 2)

AZEVEDO, Sânzio de. Contos de Oliveira Paiva. In: PAIVA, Manuel de Oliveira. *Contos*. Organização de Braga Montenegro. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1976. p. 7-18.

\_\_\_\_\_. *Dez ensaios de literatura cearense*. Fortaleza: UFC, 1985.

\_\_\_\_\_. Oliveira Paiva. In: \_\_\_\_\_. *Literatura cearense*. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1976. p. 106-113.

BAKHTIN, Mikhail. Formas de tempo e de cronotopo no romance (ensaios de poética histórica). In: \_\_\_\_\_. *Questões de literatura e de estética*. A teoria do romance. 5ª ed. Trad. Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002. p. 211-362.

\_\_\_\_\_. O espaço e o tempo. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. 3ª ed. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 243-276.

BARREIRA, Dolor. *História da literatura cearense*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1948.

BARROSO, Gustavo. A verdadeira Dona Guidinha do Poço. In: \_\_\_\_\_. *À margem da Literatura do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962. p. 357-362. (artigo publicado em 12 de maio de 1956, na Revista *O Cruzeiro*, cf. prefácio em Pordeus, I. *À margem de Dona Guidinha do Poço*. p. IX)

\_\_\_\_\_. O cenário histórico de Luzia-Homem. In: \_\_\_\_\_. *À margem da Literatura do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

BASTOS, Hermenegildo. *Memórias do cárcere: literatura e testemunho*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BEIGUELMAN, Paula. *Viagem sentimental a Dona Guidinha do Poço. Conjunto da obra teatral de Martins Pena*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioríatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BLAKE, Sacramento. *Manoel de Oliveira Paiva*. In: \_\_\_\_\_. Dicionário bibliográfico brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902.

BÓIA, Wilson. *Associações literárias de Fortaleza: 1910-1930*. 1ª série. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desportos, 1988.

\_\_\_\_\_. *Antônio Sales e sua época*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1984.

BOLLE, Willi. *grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004.

BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em *Memórias do cárcere*. In: \_\_\_\_\_. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *Céu, inferno*. São Paulo: Ática, 1998.

\_\_\_\_\_. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. Ficção: o conto regionalista e a prosa de arte. In: \_\_\_\_\_. *A literatura brasileira 5. O Pré-Modernismo*. São Paulo: Cultrix, 1966.

\_\_\_\_\_. *História concisa da literatura brasileira*. 36ª ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

\_\_\_\_\_. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRANDÃO, Luis Alberto. Espaços literários e suas expansões. *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*, Belo Horizonte, v. 15, p.207-220, jan./jun. 2007.

BRAYNER, Sônia. (Org.) *Graciliano Ramos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. (Coleção Fortuna Crítica, 2)

BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

CAMINHA, Adolfo. *Cartas literárias*. Rio de Janeiro: Tip. Andina, 1895.

CANDIDO, Antônio. A degradação do espaço. Estudo sobre a correlação funcional dos ambientes das coisas e do comportamento em "L'assomoir", *Revista de Letras*, Assis, v. 14, p. 7-36, 1972.

\_\_\_\_\_. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. A personagem do romance. In: CANDIDO, A. et al. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 51-80.

\_\_\_\_\_. *Ficção e confissão*. Ensaios sobre Graciliano Ramos. 3ª ed. rev. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

\_\_\_\_\_. *Formação da literatura brasileira*. Momentos decisivos. 8ª ed. v. 1. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 8ª ed. v. 2. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997b.

\_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade*. Estudos de teoria e história literária. 5ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

\_\_\_\_\_. Os brasileiros e a literatura latino-americana, *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 58-68, dez. 1981.

\_\_\_\_\_. *Tese e antítese*. Ensaios. 4ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2002.

CANDIDO, Antônio; CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da literatura brasileira*. História e antologia. Das origens ao realismo. São Paulo: Difel, 1985.

CASTRO, Ângela Maria Bezerra de. *Re-leitura de A bagaceira*. Uma aprendizagem de desaprender. Rio de Janeiro: José Olympio; João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1987.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1*. Artes de Fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAVES, Flávio Loureiro. Para a crítica de Manoel de Oliveira Paiva. *Organon*, Porto Alegre, ano XII, n. 12, p. 99-112, 1967.

CHIAPPINI, Lúcia. Do beco ao belo: dez teses sobre regionalismo na literatura. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995, p.153-159. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/1989/1128>. Acesso: março/2008.

\_\_\_\_\_. Rachel de Queiroz: invenção do nordeste e muito mais. In: CHIAPPINI, Lúcia; Bresciani, Maria Stella. (Orgs.) *Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. Simpósio Art-4, 50 Congresso Internacional de Americanistas Varsóvia 2000. Varsóvia: Centro de Estudos Latinoamericanos (CESLA); Cortez Editorial; Instituto Iberoamericano de Berlim, 2002. p. 157-176.

\_\_\_\_\_. *Regionalismo e modernismo: o caso gaúcho*. São Paulo: Ática, 1978.

\_\_\_\_\_. Velha praga? Regionalismo literário. In: PIZARRO, Ana. (Org.) *América Latina, palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial da América Latina; Ed. da Unicamp, 1994, v. 2.

COELHO, Nelly Novaes. Solidão e luta em Graciliano Ramos. In: \_\_\_\_\_. *Tempo, solidão e morte*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura; Comissão de Literatura, 1964. (Ensaio, 33)

COLARES, Otacílio. *Lembrados e esquecidos*. Ensaios sobre Literatura Cearense. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará - UFC, 1975.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria*. Literatura e senso comum. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. 3ª reimpr. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

CONTRIBUIÇÃO para a bibliografia da literatura das "seccas". *Revista do Instituto do Ceará*, dirigida por Barão de Studart, Tomo XLVII, Ano XLVII, Fortaleza: Meton Gadelha & Cia., 1933, p. 226-236.

COSTA, Marta Moraes da. O destino desenha a desumanização em "Os desvalidos". *Revista Letras*. Curitiba, n. 43, p. 25-34, jan./dez.1994.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.

\_\_\_\_\_. O modernismo na ficção. In: \_\_\_\_\_. (Dir.) *A literatura no Brasil*. 3ª ed. rev. e aum. v. 5. Rio de Janeiro: J. Olympio; Niterói: EDUFF, 1986. p. 263-288.

\_\_\_\_\_. O regionalismo na ficção. In: \_\_\_\_\_. (Dir.) *A literatura no Brasil*. 3ª ed. rev. e aum. v. 4. Rio de Janeiro: J. Olympio; Niterói: EDUFF, 1986. p. 234-312.

CRISTÓVÃO, Fernando Alves. *Graciliano Ramos. Estrutura e valores de um modo de narrar*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

DENIS, Benoît. *Literatura e engajamento. De Pascal a Sartre*. Trad. Luiz Dagobert de Aguirra Roncari. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

DIMAS, Antonio. *Espaço e romance*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

ETTE, Ottmar. *Literature on the move*. Trad. Katharina Vester. Amsterdam; New York: Rodopi, 2003.

FACIOLI, Valentim. Dettera: ilusão e verdade. Sobre a (im)propriedade em alguns narradores de Graciliano Ramos. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 35, p. 43-68, 1993.

FACÓ, Américo. Um livro e seu destino. In: PAIVA, Manuel de Oliveira. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Graphia, 1993. p. 449-453.

FARINACCIO, Pascoal. *A questão da representação e o romance brasileiro contemporâneo*. 2004. 304 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FELINTO, Marilene. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Encanto Radical, 30)

\_\_\_\_\_. Posfácio. In: RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 102ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

FERNANDES, Rinaldo de. (Org.) *O clarim e a oração. Cem anos de Os sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

FRANCAVILLA, Roberto. Flagelados do vento leste? Contra uma leitura sócio-económica da literatura caboverdiana. In: LIENHARD, Martín. (coord.) *Discursos sobre (l)a pobreza. América Latina y/e países luso-africanos*. Madrid: Iberoamericana, 2006. p. 427-434. (Colección Nexos y Diferencias, 17)

FRANK, J. *The idea of spatial form*. London: Rutgers University Press, 1991.

FREYRE, Gilberto. *Perfil de Euclides e outros perfis*. 2ª ed. aum. Rio de Janeiro: Record, 1987.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Anotações à margem do regionalismo. *Literatura e sociedade*. São Paulo, v. 5, p. 44-55, 2000.

\_\_\_\_\_. *As formas do falso*. Um estudo sobre a ambiguidade no *Grande sertão: veredas*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

\_\_\_\_\_. As mandonas nos textos. In: \_\_\_\_\_. *Desconversa*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.

\_\_\_\_\_. De sertões e jagunços. In: \_\_\_\_\_. *Saco de gatos; Ensaios críticos*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1976. p. 65-85.

\_\_\_\_\_. Insidiosa presença. In: \_\_\_\_\_. *Saco de gatos; Ensaios críticos*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1976. p. 35-41.

\_\_\_\_\_. *No calor da hora*. A guerra de Canudos nos jornais. 4ª expedição. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. *O império do Belo Monte*. Vida e morte de Canudos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GAMA E MELO, Virgínius da. *O romance nordestino e outros ensaios*. João Pessoa: Universitária - UFPB, 1980.

GARBUGLIO, José Carlos; BOSI, Alfredo; FACIOLI, Valentim. *Graciliano Ramos*. Antologia e estudos. São Paulo: Ática, 1987.

GROSSMANN, Judith et al. *O espaço geográfico no romance brasileiro*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O espírito e a letra*. Estudos de crítica literária. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1956.

INOJOSA, Joaquim. *O movimento modernista em Pernambuco*. v. 2. Rio de Janeiro: Gráfica Tupy, 1969.

\_\_\_\_\_. *Os Andrades e outros aspectos do modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

KENOSIAN, David M. The labyrinth. *A spatial paradigm in Kafka's 'ProzeB', Hesse's 'Steppenwolf' and Mann's 'Zauberberg'*. Dissertation, University of Pennsylvania, 1991.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. 2ª ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

\_\_\_\_\_. O mundo à revelia. In: RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 42ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1984. p. 189-213.

LIMA, Elaine Aparecida. *A bagaceira: marco móvel e literário*. 2007. 196 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

LIMA, Luiz Costa. *Mímesis: desafio ao pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. *Terra ignota*. A construção de Os sertões. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LINHARES, Temístocles. *Diálogos sobre o romance brasileiro*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1978.

\_\_\_\_\_. Do sertanismo romântico e outras manifestações realistas. In: \_\_\_\_\_. *História crítica do romance brasileiro 1*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. p. 139-163. (Coleção Reconquista do Brasil, 116).

\_\_\_\_\_. *22 diálogos sobre o conto brasileiro atual*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

LINS, Álvaro. *O romance brasileiro contemporâneo*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1967.

\_\_\_\_\_. Valores e misérias das vidas secas. In: RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 43ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1979. p. 127-155.

LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.

LIRA, José Tavares Correia de. Naufrágio e galanteio: viagem, cultura e cidades em Mário de Andrade e Gilberto Freyre. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 57, p. 143-170, fev. 2005.

LIRA NETO. *O poder e a peste*. A vida de Rodolfo Teófilo. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1999.

LUCAS, Fábio. *O caráter social da ficção do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987. (Princípios, 13).

\_\_\_\_\_. *O caráter social da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Trad. Otto Silveira. Rio de Janeiro: Panamericana, 1943.

MARANDOLA JR., Eduardo; GRATÃO, Lúcia Helena Batista. (Orgs.) *Geografia e literatura*. Ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação. Londrina: EdUEL, 2010.



MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro. (Org.) *Espécie de espaço. Territorialidades, literatura, mídia*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MARINHEIRO, Elizabeth. *A bagaceira: uma estética da sociologia*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1979.

MARTINS, Eduardo Vieira. Os lugares e o nome (a configuração do espaço sertanejo no romantismo), *Boletim do Centro de Estudos Portugueses, Fale* – UFMG, vol. 18, n. 22, jan./jun. 1998, Belo Horizonte, p. 115-132.

MARTINS, Wilson. O novo regionalismo. In: \_\_\_\_\_. *Pontos de vista (crítica literária)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991. v. 1 (1954/1955). p. 456-462.

\_\_\_\_\_. Um romance ambíguo. In: \_\_\_\_\_. *Pontos de vista (crítica literária)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1992. v. 3 (1958/1959). p. 484-490.

MATZAT, Wolfgang. (Org.) *Espacios y discursos en la novela española del realismo a la actualidad*. Madrid: Iberoamericana, 2007.

MENUCCI, Sud. Literatura de pintores. *Terra de Sol – Revista de Arte e Pensamento*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 309 -312, jun. 1924.

MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1977.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *O mapa e a trama. Ensaio sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

MONTENEGRO, Braga. Oliveira Paiva. In: \_\_\_\_\_. *Correio retardado. Estudos de crítica literária*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará - UFC, 1966. p. 11-58.

MOURÃO, Rui. *Estruturas. Ensaio sobre o romance de Graciliano*. 3ª ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2003.

NASCIMENTO, José Leonardo do; FACIOLI, Valentim. (Orgs.) *Juizados críticos. Os sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin Editorial; Editora da Unesp, 2003.

OCTÁVIO, José; ACELA, Antônio. *Roteiro crítico e bibliográfico de José Américo*. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1981.

O HOMEM de Areia. Dir.: Vladimir Carvalho. Prod.: Embrafilme; Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1981. 116 min.: son., p&b; 35 mm.

O PÃO... da Padaria Espiritual. Fortaleza: Edições UFC; Academia Cearense de Letras; Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1982. Ed. fac-similar de: 1-3 (n.1-36) jul. 1892-out. 1896.

OLIVEIRA, Valdeci Batista de Melo. *Figurações da donzela-guerreira*. Luzia-Homem e Dona Guidinha do Poço. São Paulo: Annablume, 2005.

PAIVA, J. Oliveira Paiva. *Revista da Academia Cearense de Letras*, Fortaleza, ano LXV, n. 30, p. 303-310, 1961.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *História da literatura brasileira: prosa de ficção de 1870 a 1920*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. (Col. Reconquista do Brasil. 2ª série, v. 131)

PINTO, Rolando Morel. *Experiência e ficção de Oliveira Paiva*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1967.

PIVA, Luiz. *A escrita de A bagaceira de José Américo*. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1981.

PORDEUS, Ismael. *À margem de Dona Guidinha do Poço*. Edição fac-similar. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004.

PORDEUS JR., Ismael. Uma poética do sertão. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 30, n. 1 e 2, p. 7-14, 1999.

PORTELLA, Eduardo. (Org.) *O romance de 30 no nordeste*. Fortaleza: UFC, 1983.

PROENÇA, M. Cavalcanti. A bagaceira. In: ALMEIDA, José Américo de. *A bagaceira*. São Paulo: Círculo do Livro, 1991. p. 165-221.

PROENÇA FILHO, Domício. Pioneirismo e sertão em *D. Guidinha do Poço*. In: PAIVA, Manuel de Oliveira. *Dona Guidinha do poço*. Artium, 1997.

PUCCINELLI, Lamberto. *Graciliano Ramos*. Relações entre ficção e realidade. São Paulo: Quíron; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975. (Col. Escritores de Hoje).

QUEIROZ, Rachel de. Seca. In: *Cenas brasileiras*. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

RAMOS, Clara. *Mestre Graciliano*. Confirmação humana de uma obra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RAMOS, Graciliano. *Infância*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1981.

\_\_\_\_\_. *Linhas tortas*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record; São Paulo: Martins, 1976.

REVISTA de Letras. São Paulo (UNESP), n. 32, 1992.

REVISTA do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, n. 35, 1993.

ROCHA, João Cezar de Castro. O Homem de Letras (Cordial). In: DEL PRIORE, Mary. *Revisão do paraíso: 500 anos e continuamos os mesmos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 209-232.

\_\_\_\_\_. *Literatura e cordialidade*. O público e o privado na cultura brasileira. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

RODRIGUES, Gonzaga; ALVES, Nathanael. (Orgs.) *José Américo*. O escritor e o homem público. João Pessoa: União, 1977.

RODRIGUEZ, Janete Lins. (Org.) *A geografia na obra de José Américo*. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 2003.

SABOYA, Caterina Maria de. *Fortaleza: seis romances, seis visões*. Fortaleza: UFC, 2000.

SAMPAIO, Newton. *Uma visão literária dos anos 30*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1979.

SANTIAGO, Silviano. A bagaceira: fábula moralizante. In: \_\_\_\_\_. *Uma literatura nos trópicos*. Ensaios sobre dependência cultural. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 103-127.

\_\_\_\_\_. Posfácio. In: RAMOS, Graciliano. *Angústia*. 56ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2003. p. 287-300.

SCHWARZ, Roberto. (Org.) *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SIMÕES, Roberto. Coordenadas de Oliveira Paiva. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 36, p. 64-73, jul./ago. 1961.

SOARES, Eptácio; CÂMARA, Salene Wanderley. *Sociologia das secas e antecipações geográficas em José Américo*. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1981.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O naturalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1965.

SOETHE, Paulo Astor. *Ethos, corpo e entorno*. Sentido ético da conformação do espaço em *Der Zauberberg* e *Grande sertão: veredas*. 1999. 201 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade de São Paulo, São Paulo.

STUDART, Guilherme (Barão de). Manoel de Oliveira Paiva. In: \_\_\_\_\_. *Dicionário bio-bibliográfico cearense*. v. 2 (Joaquim–Otto). Fortaleza: Typo-Lithographia a vapor, 1913. p. 307-311.

SÜSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance?* Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

TÁVORA, Franklin. *Cartas a Cincinato*. Estudos críticos de Semprônio sobre *O gaúcho* e *Iracema* (obras de Senio – J. de Alencar). 2ª ed. com extratos de cartas de Cincinato e notas do autor. Recife: J. W. de Medeiros; Paris: J. P. Aillaud, Guillard E. C., 1872.

TELES, Gilberto Mendonça. *A crítica e o romance de 30 do nordeste: ensaio*. Rio de Janeiro: Atheneu Cultura, 1990.

\_\_\_\_\_. O lu(g)ar dos sertões. In: FERNANDES, R. de. *O clarim e a oração*. Cem anos de *Os sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 263-302.

TINHORÃO, José Ramos. *A música popular no romance brasileiro*. (vol. I: séculos XVIII e XIX). 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Ed. 34, 2000.

\_\_\_\_\_. *A província e o naturalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

\_\_\_\_\_. *Vida, tempo e obra de Manuel de Oliveira Paiva (uma contribuição)*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1986.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. São Paulo: Letras & Letras, 1998.

VIGGIANO, Alan. *Itinerário de Riobaldo Tatarana*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

VOIONMAA, Daniel Noemi. *Leer la pobreza en América Latina: literatura y velocidad*. Santiago: Cuarto Propio, 2004.

WEINHARDT, Marilene. *Ficção histórica e regionalismo*. Estudo sobre romances do Sul. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

\_\_\_\_\_. Messianismo e figurações literárias - o caso dos *Muckers*. *Revista Letras*, Curitiba, n. 55, p. 79-89, jan./jun. 2001.

ZUBIAURRE, María Teresa. *El espacio en la novela realista*. Paisajes, miniaturas, perspectivas. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2000.

### **c) Nordeste, sertão e seca. Aspectos culturais, históricos, geográficos e socioeconômicos.**

ALBANO, Ildelfonso. *O secular problema do nordeste*. Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em 15 de outubro de 1917. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Ed. Cortez, 1999.

ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. Paraíba (João Pessoa): Imp. Off., 1923.

\_\_\_\_\_. *As secas do nordeste*. Exposição feita na Câmara dos Deputados em 10-11-1953. Debates e Repercussão. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953.

ALVES, Joaquim. *História das secas (séculos XVII a XIX)*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/ESAM, 1982.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no nordeste*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1964.

ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da província do Ceará*. Desde os tempos primitivos até 1850. 2ª ed. anotada. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1950.

ARAÚJO, Emanuel. Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In: DEL PRIORE, Mary. *Revisão do paraíso: 500 anos e continuamos os mesmos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 45-91.

ARONS, Nicholas Gabriel. *Waiting for rain*. The politics and poetry of drought in northeast Brazil. Tucson: The University of Arizona Press, 2004.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar-incomum*. O sertão do Ceará na literatura do século XIX. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2000.

BARBOSA, Joaquim Silvério de Castro. *Liga nacional contra as secas do norte*. Conferência pública realizada no salão da Associação dos Empregados no Comércio, no dia 25 de janeiro de 1910. Requerimento dirigido ao Congresso Nacional sobre o regime das águas correntes no Brasil - assinado em 15 de julho de 1908. Rio de Janeiro: Oficinas gráficas do Jornal do Brasil, 1910.

BARROSO, Gustavo. (João do Norte). *Heróis e bandidos*. Os cangaceiros de Nordeste. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917.

\_\_\_\_\_. *Terra de sol*. Natureza e costumes do Norte. 2ª ed. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilá, 1913.

BARROSO, Gustavo. O martírio do nordeste. In: \_\_\_\_\_. *À margem da Literatura do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

\_\_\_\_\_. Vida e história da palavra sertão. In: \_\_\_\_\_. *À margem da Literatura do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962. p. 9-13.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos. *Programa de ação nacional de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca - PAN-BRASIL*. Brasília, ago. 2004.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Secretaria Executiva. *Mapa hidroviário*. Brasília, set. 2008. Disponível em: <<http://www2.transportes.gov.br/bit/hidroviarias/mapas/mapa-hidro/hidro2.htm>>. Acesso em: janeiro/2010.

BRASIL, Tomás Pompeu de Souza. *Memória sobre o clima e secas do Ceará*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1877.

BUENO, Francisco da Silveira. *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa*. v. 7. São Paulo: Saraiva, 1967.

CABRAL, Flávio José Gomes. *Paraíso terreal*. A rebelião sebastianista na serra do Rodeador – Pernambuco, 1820. São Paulo: Annablume, 2004.

CANNECATTIM, Bernardo Maria de. *Diccionario da língua bunda, ou angolense, explicada na portugueza, e na latina*. Lisboa: Impressão Régia, 1804.

CAPANEMA, Guilherme S. *Apontamentos sobre secas do Ceará*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

CARVALHO, Rodrigues de. *Cancioneiro do Norte*. 2ª ed. aum. Paraíba: Typ. da Livraria S. Paulo, 1928.

CASTRO, Josué de. *Documentário do nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

\_\_\_\_\_. *Geografia da fome*. A fome no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1948.

CRANDALL, Roderic. *Geografia, geologia, suprimento de água, transportes e açudagem nos estados orientais do norte do Brasil – Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba*. Série 1, Publicação n. 4. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras Públicas; Inspeção de Obras Contra as Secas, out. 1910.

CUNHA, Euclides da. Plano de uma cruzada. In: \_\_\_\_\_. *Contrastes e confrontos*. Rio de Janeiro: Record, 1975. p. 97-115.

FREYRE, Gilberto. *Manifesto regionalista de 1926*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955.

\_\_\_\_\_. *Nordeste*. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

\_\_\_\_\_. Páginas regionalistas. In: TORRES, Mário Brandão. *Acauã: páginas regionalistas*. Rio de Janeiro: A Noite, 1950. p. 5-7. Disponível em: [http://bvfgf.fgf.org.br/portugues/obra/prefacios\\_p\\_terceiros/paginas.htm](http://bvfgf.fgf.org.br/portugues/obra/prefacios_p_terceiros/paginas.htm). Acesso em: fevereiro/2008.

FURTADO, Celso. *Seca e poder*. Entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

GABAGLIA, Giacomo R. *Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da província do Ceará*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1877.

GUERRA, Felipe; GUERRA, Teófilo. *Secas contra a seca*. Rio Grande do Norte. Secas e invernos. Açudagem, irrigação. Vida, costumes sertanejos. Rio de Janeiro: Typ. da Livraria Cruz Coutinho, 1909.

GOMES, Alfredo Macedo. *Imaginário social da seca*. Suas implicações para a mudança social. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Ed. Massangana, 1998.

JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Paraíba*. Fac-símile da primeira edição publicada no Rio de Janeiro, em 1892, prefácio de Capistrano de Abreu; *Seleção das Crônicas de Irenêo Joffily*. Publicadas em jornais da Paraíba e Pernambuco, de 1883 a 1901. Brasília: Thesaurus Editora, 1977.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ-UCAM, 1999.

LISBOA, Miguel Arrojado Ribeiro. *O problema das secas*. Conferência Realizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 1913. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Editora Paulo, Pongetti & C., 1926.

MACEDO, Marcos Antonio de. *Observações sobre as secas do Ceará e os meios de aumentar o volume das águas nas correntes do Cariri*. 1871 (?).

MACHADO, José Pedro. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 3ª ed., v. 5 (Q-Z). Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

MEDEIROS, Viriato. *Ponderações sobre a memória do Dr. André Rebouças*. A seca nas províncias do norte. Rio de Janeiro: Typographia Academica, 1877.

MENEZES, Djacir. *O outro nordeste*. Formação social do nordeste. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937. (Col. Documentos Brasileiros, 5).

MENEZES, Edith Oliveira de; MORAIS, José Micaelson Lacerda. *Seca no nordeste: desafios e soluções*. São Paulo: Atual, 2002.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 1ª ed., 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica; Francisco Alves; São José; Livros de Portugal, 1955.

NEVES, Frederico de Castro. *Imagens do nordeste*. A construção da memória regional. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 1994.

RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração no Ceará*. Isolamento e poder na seca de 1932. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

SANTOS, João Brígido dos. *Resumo cronológico para a história do Ceará*. Paris: Guillard, Aillaud & Cia., 1887.

SANTOS, José Américo dos. *Seca no norte do Brasil*. Março de 1878. Rio de Janeiro: Typ. e Lith. de Machado & C., 1883.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino. Existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Moderna, 1984.

TEÓFILO, Rodolfo. *A seca de 1915*. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

\_\_\_\_\_. *História da seca do Ceará - 1877 a 1880*. Fortaleza: Typ. do Libertador, 1883.

ULE, Ernst. Das Innere von Nordost-Brasilien. In: \_\_\_\_\_. *Vegetationsbilder*. 6 Reihe, Heft 3, Tafel 13-18. Jena: Verlag von Gustav Fischer, 1908.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*, 2 v., 2ª ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1877.

VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão. História das secas no nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2000.

VOSS, Ernest Ludwig. As chuvas no nordeste do Brasil. *Boletim do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 139 -144, 1909.

#### **d) Narrativas de viagem. Estudos.**

##### **d.1) Relatos de viajantes**

AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Trad. João Etienne Filho. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. (Coleção Reconquista do Brasil, 12.)

BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau, ora Governador de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias Unidas sob o Príncipe de Orange*. Trad. e notas: Cláudio Brandão. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. (Coleção Reconquista do Brasil, 15)

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. (Coleção Reconquista do Brasil, nova série, 13)

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Jornal do Brasil, 1811-1817, ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Trad. Friedrich E. Renger, Tarcísia Lobo Ribeiro e Günter Augustin. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002.

EXPILLY, Charles. *Mulheres e costumes do Brasil*. Trad. Gastão Penalva. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000.



FEIJÓ, João da Silva. *Memória sobre a capitania do Ceará e outros trabalhos*. Edição fac-similar das separatas da *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo 3. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Trad. Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. (Coleção Reconquista do Brasil, 13)

HARTT, Charles Frederick. *Geologia e geografia física do Brasil*. Trad. Edgar Sússekind de Mendonça e Elias Dolianiti. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do norte do Brasil: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. Trad. Moacir N. Vasconcelos. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. (Coleção Reconquista do Brasil, nova série, 16)

KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. Trad. Luís da Câmara Cascudo. 11ª ed. 2 v. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Ed. Massangana, 2002.

PEREIRA, Joaquim José. Memória sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apody da capitania do Rio Grande do Norte, da comarca da Paraíba de Pernambuco; onde se descrevem os meios de ocorrer a estes males futuros; etc., etc. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo XX, p. 175-183, 1857. (Escrito em 1798)

SMITH, Herbert H. *Brazil. The Amazons and the coast*. Illustrated by J. Wells Champney and others. London: Sampson Low, Marston, Searle and Rivington, 1879.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Ed. Massangana, 2000.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. 3 v. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981. (Coleção Reconquista do Brasil, nova série, 46-47-48)

TOLLENARE, Louis François de. *Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*. Salvador: Livraria Progresso, 1956.

VELHO, Álvaro. *O descobrimento das Índias*. O diário da viagem de Vasco da Gama. Introdução, nota e comentários de Eduardo Bueno. Trad. Ângela Ritzel. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

\_\_\_\_\_. *Relato da viagem de Vasco da Gama em 1497*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1861.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica da Tomada de Ceuta*. Introdução, seleção e notas: Alfredo Pimenta. Lisboa: Livraria Clássica Editora; A. M. Teixeira & C<sup>a</sup> (filhos), 1942.

#### **d.2) Estudos sobre relatos de viagem**

BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do séc. XIX*. Cultura e cotidiano, tradição e resistência. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. v. 1 - Imaginário do Novo Mundo; v. 2 – Um lugar no universo; v. 3 – A construção da paisagem. São Paulo: Fundação Odebrecht, 1994.

BRAGA, Renato. *História da comissão científica de exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

BRZOZOWSKI, Jerzy. *Rêve exotique. Images du Brésil dans la littérature française 1822-1888*. Cracóvia: Editions ABRYS, 2001.

CASTRO, Rogério Cunha de. *Inventários do Brasil: similitude e alteridade nas narrativas de viagem do século XVI*. 2002. 100p. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. As viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, p. 61-98, 2002.

ETTE, Ottmar. *Literatura de viaje: de Humboldt a Baudrillard*. México: Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Autónoma de México - UNAM; Servicio Alemán de Intercambio Académico, 2001.

GUICCI, Guillermo. *Viajantes do maravilhoso: o novo mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visões do paraíso*. 5<sup>a</sup> edição. São Paulo: Brasiliense, 1992.

IANNI, Octavio. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, Luiz Costa. Sérgio Buarque de Holanda: visão do paraíso. *Revista da Usp*, São Paulo, n. 53, mar./maio 2002.

LIRA, José Tavares Correia de. Naufrágio e galanteio: viagem, cultura e cidades em Mário de Andrade e Gilberto Freyre. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 57, p. 143-170, fev. 2005.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Três roteiros de penetração do território pernambucano (1738 e 1802)*. Monografia n. 3. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Imprensa Universitária, 1966.

MELLO-LEITÃO, C. de. *História das expedições científicas no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. Col. Brasiliana, 5ª série da Biblioteca Pedagógica Brasileira, v. 209.

OBERACKER JR., Carlos H. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros no reino e primeiro império do Brasil (até 1840). *Humboldt*, Hamburgo, ano 8, n. 18, p. 68-75, 1968.

PATACA, Ermelinda Moutinho; PINHEIRO, Rachel. Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 58-79, jan./jun. 2005.

REVISTA da Usp. Dossiê Brasil dos Viajantes. São Paulo, n. 30, jun./ago. 1996.

SALLAS, Ana Luisa Fayet. *Ciência do homem, sentimento da natureza*. Viajantes alemães no Brasil - século XIX. 1998. 370 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. (Coleção Retratos do Brasil, 54)

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. O narrador, a viagem. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América*. A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VERRI, Gilda Maria Whitaker. *Viajantes franceses no Brasil*. Bibliografia. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1994.

## APÊNDICE A – Amostragem da utilização dos termos “Norte” e “Nordeste” em textos do início do século XX

Relaciono, a seguir, uma seleção de obras publicadas a partir do início do século XX, em que se pode verificar a transição do emprego do termo “Norte” para o termo “Nordeste”. Essa transição é observada por meio da apresentação em ordem cronológica de publicação dessas obras, cujos títulos (que mencionam ora “Norte”, ora “Nordeste”), por si só, já evidenciam o processo. Adicionalmente, comento alguns casos específicos visando ao esclarecimento dos respectivos contextos.

### 1903

*Cancioneiro do Norte*, de Rodrigues de Carvalho. Trata-se de uma coleção de canções populares e poemas reunidos por Rodrigues de Carvalho em que o Norte é, na verdade, o Nordeste, principalmente Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Há também registros de outros estados, inclusive do Amazonas, porém o número de obras dos quatro estados citados é expressivamente maior, ocupando quase todo o livro. Comprovando isso, o próprio Rodrigues de Carvalho, no prefácio da segunda edição publicada em 1928, já assume o Nordeste como a referência de sua obra: “Este livro é um reflexo da vida do nordeste, com alguns elementos de outros estados.” (CARVALHO, 1928, p. VIII) Se o que faltou para Carvalho em 1903 foi uma denominação regional mais precisa, esta estava à sua disposição em 1928. Entretanto, alguns elementos culturais constituintes do conceito “Nordeste” estavam apresentados já na primeira edição e são interpretados por Carvalho, no prefácio de 1928, como características da “vida no nordeste”:

A religiosidade das classes humildes; a sua ignorância no seio da civilização; as secas; os heroísmos de uma população sofredora; a tortura dos fracos, sob a pata de elefante dos “mandões”; a vida litorânea; a lavoura nas diversas zonas; a vida pastoril dos sertões adustos; a emigração para a Amazônia; o cangaceirismo; a fusão da sub-raça; aí estão contidos nesse amálgama de concepções anônimas, a que dei o nome de *Cancioneiro do Norte*. (CARVALHO, 1928, p. VIII)

**1904**

“A seca do Norte”, de Guilherme Schüch de Capanema (Barão de Capanema). Artigo publicado na *Revista da Academia Cearense de Letras*, n. IX.

**1907**

“O regime das chuvas nas regiões secas do Norte do Brasil”, de Orville Derby. Artigo publicado na *Revista da Academia Cearense de Letras*, n. XII.

*O problema do Norte*, de Raimundo Pereira da Silva. Em *A Paraíba e seus problemas* (1923), José Américo de Almeida cita o seguinte trecho desse discurso de Pereira da Silva no Clube de Engenharia:

A população dos Estados do Norte, desde a Bahia até o Amazonas, estaria hoje elevada a cerca de 13.000.000 de habitantes, se a sua fecundidade notável não fosse em grande parte neutralizada pelo efeito das secas do Nordeste e da malária e outras causas, no Noroeste. (SILVA, citado por ALMEIDA, 1923, p. 275)

Há um reconhecimento da necessidade de tratar o Norte como duas regiões distintas (Nordeste e Noroeste) e com problemas distintos. Utiliza-se, portanto, com critério baseado na situação geográfica e na questão social, a denominação “Nordeste” já vinculada à ideia de região das secas. Porém, mantém-se o Norte como uma “unidade”, ou seja, a região do Brasil que necessita de ajuda governamental para seu desenvolvimento.

**1908**

*Das Innere von Nordost-Brasilien*, de Ernst Ule. Trata-se de um estudo sobre a vegetação da caatinga na Bahia (regiões do Caldeirão e Remanso) em que, curiosamente, é adotada a denominação “Nordeste” (*Nordost*). É interessante notar que, mesmo que essa denominação esteja aplicada no sentido de posição geográfica, não deixa de transmitir uma ideia de unidade regional, a qual, como se vê, já começava a ser propagada na Europa quase ao mesmo tempo em que no Brasil.

## 1909

*O problema do Norte. Sua solução*, de Joanny Bouchardet.

*O problema das secas do Norte do Brasil*, de John Casper Branner.

*Problemas urgentes. Oligarquias, Secas do Norte e Clericalismo*, de Coelho Lisboa.

*Secas contra a seca*, de Felipe Guerra e Teófilo Guerra. Essa obra é uma reunião de artigos e notas com dados históricos, em que os autores utilizam a palavra “Norte” nas poucas vezes em que tratam da região como um todo. A obra em si tem grande importância histórica, pois foi lançada pouco antes da criação da Inspetoria de Obras contra as Secas e, por isso, foi citada e recomendada em várias publicações do órgão. Anos mais tarde, este livro seria uma das principais referências de estudos sobre as secas para José Américo de Almeida, que, a propósito, o menciona diversas vezes em *A Paraíba e seus problemas* (1923).

“As chuvas no nordeste do Brasil”, de Ernest Ludwig Voss. Esse artigo foi publicado no primeiro número do *Boletim do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas*. Voss inicia seu estudo com o seguinte trecho: “O Nordeste do Brasil, em geral, quer dizer a região dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia (...)” (VOSS, 1909, p. 139) Conforme se percebe, havia já a noção “geral” de Nordeste como uma região específica. É muito interessante que a definição dos estados que constituem a região em 1909 antecipe a configuração regional tornada oficial somente em 1970.

Referentemente ainda ao ano de 1909, vale registrar uma nota publicada na *Revista do Clube de Engenharia* (n. 19, p. 16), citada por José Américo de Almeida: “o primeiro passo para a solução do problema no Nordeste, (...)”. (ALMEIDA, 1923, p. 269) Da mesma forma que antes estavam associadas as palavras “problema” e “Norte”, as palavras “problema” e “Nordeste” apareceriam, desde o início, frequentemente relacionadas.

## 1910

*Geografia, geologia, suprimento de água, transportes e açudagem nos estados orientais do norte do Brasil*, de Roderic Crandall. O autor ainda usa a divisão tradicional (Norte e Sul) e trata o Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba como “estados orientais do Norte do Brasil”. O estudo foi a publicação de número 4 da Inspeção de Obras contra as Secas.

*Liga nacional contra as secas do norte*, de Joaquim Silvério de Castro Barbosa. Este pequeno volume reúne uma conferência pública realizada no salão da Associação dos Empregados no Comércio, no dia 25 de janeiro de 1910, e o requerimento dirigido ao Congresso Nacional sobre o regime das águas correntes no Brasil. O engenheiro civil Castro Barbosa, durante um ciclo de conferências sobre o problema das secas, denomina a região como “Norte”, mas também como “Nordeste”. Na conferência pública de 25 de janeiro de 1910, Castro Barbosa anuncia e elogia a criação da *Liga nacional contra as secas do norte*.

Ao longe, no momento, em que vos falo, cruzam as regiões do *Nordeste* os olhares indagadores dos engenheiros e geólogos que coligem informações para aplicação segura de medidas que a engenharia aconselha em condições determinadas.

Enquanto isso, surge do seio da metrópole, cheia de entusiasmo pela causa, a Liga Nacional contra a Seca, tendo por fim auxiliar a ação oficial pelo concurso dos particulares, que virão completar nos Estados a obra traçada em grandes linhas pelo Governo Federal. (BARBOSA, 1910, p. 3-4, grifo meu)

## 1912

*Contribuição para a questão florestal da região Nordeste do Brasil*, de Alberto Lofgren. Publicação n. 18, da IOCS. No mesmo ano, o autor escreve o artigo “*Die Trockenzone im Norden von Brasilien*”, cujo título associa, por sua vez, as secas ao “Norte” (*Norden*) do Brasil.

*Suprimento d'água no Nordeste do Brasil*, de Geraldo Waring. Publicação n. 23, da IOCS.

**1913**

*O problema das secas*, de Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa. Trata-se de uma conferência realizada em 1913 por Lisboa, primeiro Diretor da IOCS. Lisboa usa inicialmente a denominação “Norte”. Aliás, constantemente faz referências às diferenças entre o Norte e o Sul. Entretanto, desenvolve a maior parte de seu relatório tratando o Nordeste como uma região separada. Não o confunde com Amazonas ou Pará e pouco fala do Maranhão.

*As secas do Norte*, de Rodrigues de Brito. O livro reúne uma série de artigos publicados anteriormente no *Jornal do Comércio* de Recife.

**1914**

*O Nordeste do Brasil*, de Machado de Mello.

**1915**

“*Die Behörde zur Bekämpfung der Trockenheiten in Nordostbrasilien und ihre bisherigen Leistungen*”, de Otto Quelle. No título, percebe-se a opção por “Nordeste brasileiro” (*Nordostbrasilien*). Vale dizer que o Dr. Otto Quelle reuniu um grande número de obras sobre a América Latina, as quais foram entregues ao Instituto Ibero-Americano da Universidade de Bonn e, posteriormente, se tornaram parte importante do acervo inicial do Instituto Ibero-Americano (IAI), fundado em 1930. Foi também o idealizador e editor da revista *Ibero-Amerikanisches Archiv*, na qual publicou, em 1929, uma extensa lista de obras sobre as secas no Nordeste sob o título “Contribuição para a Bibliografia da Literatura das Secas”, que seria também publicada, em 1933, na *Revista do Instituto do Ceará*.

**1917**

*O secular problema do Nordeste*, de Ildefonso Albano. A obra traz o discurso pronunciado pelo deputado Ildefonso Albano na Câmara dos Deputados e também fotografias de cenas trágicas ocorridas em períodos de secas, as quais provocaram,



inclusive, a indignação de alguns deputados que as julgaram prejudiciais à imagem do Brasil no exterior.

O uso do termo “Nordeste” se incrementa nos anos seguintes, e gradualmente se torna predominante nos textos publicados a partir de 1919 (por exemplo: *Secas do Nordeste e reorganização econômica* (1919), de Cincinato Braga; *As secas do Nordeste* (1919), de Augusto Tavares de Lyra; *O problema das secas do Nordeste* (1920), de Luiz Mariano de Barros Fournier).